



**O RETORNO AO TERRITÓRIO A
PARTIR DA CIDADE:**
**Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos
em Parintins (AM)**

ESTEVAN BARTOLI

Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"
Campus de Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O RETORNO AO TERRITÓRIO A PARTIR DA CIDADE: SISTEMAS
TERRITORIAIS URBANO-RIBEIRINHOS EM PARINTINS (AM)**

Estevan Bartoli

Presidente Prudente
2017

ESTEVAN BARTOLI

**O RETORNO AO TERRITÓRIO A PARTIR DA CIDADE:
Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)**

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Bartoli, Estevan.

B296r O retorno ao território a partir da cidade : sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM) / Estevan Bartoli. - Presidente Prudente : [s.n.], 2017
297 f. : il.

Orientador: Eliseu Savério Sposito
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Sistemas territoriais. 2. Cidade. 3. Territorialidades. 4. Milieu.
I. Sposito, Eliseu Savério. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **O RETORNO AO TERRITÓRIO A PARTIR DA CIDADE: SISTEMAS TERRITORIAIS URBANO - RIBEIRINHOS EM PARINTINS (AM)**

AUTOR: ESTEVAN BARTOLI

ORIENTADOR: ELISEU SAVERIO SPOSITO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ELISEU SAVERIO SPOSITO
Departamento de Geografia / FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP)


Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. MARCIO JOSE CATELAN
Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / FCT/Unesp


PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof. Dr. CLERISNALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Coordenadoria de Curso / Unidade de Ourinhos / Unesp/Ourinhos

Presidente Prudente, 03 de março de 2017

Aos artífices de territórios dedico esta tese:
carpinteiros navais, indígenas, pescadores e
marceneiros de Parintins.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que construíram a excepcional qualidade do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente: muito obrigado! Sinto-me honrado e privilegiado em ter estudado em uma Universidade pública de tamanha qualidade.

A meu orientador, prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, pela receptividade, atenção, dedicação e contribuições, meu afetivo agradecimento.

Aos professores que participaram da banca de avaliação final: obrigado!

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pelo imprescindível apoio financeiro.

Meu muito obrigado a todos da Universidade do Estado do Amazonas que apoiaram essa difícil caminhada, professores do departamento de Geografia, alunos e o apoio constante do diretor do CESP/UEA, David Xavier. Grato a todos.

Tive experiência como estagiário em doutorado-sanduíche na Universidade Ca'Foscari em Veneza, sendo orientado e muito bem recebido pelo professor Dr. Alessandro Galo quem dedico especial agradecimento.

Alguns entrevistados durante a pesquisa se tornaram parceiros e colaboradores importantes na elucidação de questões-chave e presto a eles, “artesãos de territórios”, minha gratidão: Adailson Barroso de Souza (UNISOL), Marcos da Luz (Colônia Z-17), Eraldo Xavier (Estaleiro do Eraldo), Gleudson Costa (discente de geografia e marceneiro), entre tantos outros interlocutores “urbano-ribeirinhos” que encontrei durante a construção da tese.

A meus antigos amigos da geografia, um abraço longo e intenso como as águas do grande rio-mar Amazonas: Heitor Pinheiro, companheiro de campos e boemias; Juliana Araújo, irmã que a vida me presenteou; André Moraes, velho amigo de bons papos, teorias e geo-grafias. À professora e amiga Tatiana Schor, pelo incentivo constante e pelas valiosas contribuições. Obrigado.

A meus amigos de longa data, mesmo distantes me deram suporte, pois sei que conto com eles como minha família: Ingo Ferreira, Alê Zéca, Cristiano Turim, Jeferson Henriques, Ralfe Guazelli, Luiz Pernambuco e Adriano Richil. Valeu!

Aos amigos da ilha de Parintins, Mouzart, Aldemar, Amanna, Osmar e toda a galera do rock, um forte abraço.

RESUMO

A presente tese analisa a existência de sistemas territoriais formados por redes locais de sujeitos que reconstróem vínculos territoriais a partir da cidade de Parintins (AM). Nossa hipótese é a de que tais redes que manejam recursos regionais enquanto coletivos organizados desempenham novas mediações na formação de territórios e territorialidades (conceitos interpretativos). Para análise, propomos a noção de Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Este é estruturado por um módulo socioeconômico e organizacional. A partir do *milieu* urbano, constrói malha de influência, cujos critérios para investigação consistem: na relação histórico-cultural; relações com o sítio e situação da cidade; capacidade de processamento de recursos regionais; abrangência da área de atuação e influência econômica; capacidade de ativar pontos no território; autonomia relativa frente às redes locais de poder e a capacidade de criar relações em escalas variadas. A análise empírica ocorre a partir de quatro grupos: Colônia de Pescadores, Associação de Carpinteiros Navais, Consórcio de produtores Sateré-Mawé e a Associação de Produtores Moveleiros. Após coleta de dados, comparando a evolução das relações territoriais de cada caso, temos o STUR enquanto mediador multidimensional na produção de territorialidades. Este funciona como complemento dual da economia urbana, abastecendo tanto a economia popular quanto as atividades vinculadas ao capital mercantil dominante. Como elo mediador entre a cidade e interiores, possibilita extração sazonal de recursos através de práticas espaciais adaptativas de cada grupo articulando saberes e técnicas tradicionais não codificadas às técnicas modernas. Abrange ainda dinâmicas no espaço intraurbano em seu diálogo com a morfologia urbana. Ocupações irregulares e bairros populares possuem configurações em beiras de rios que propiciam continuidade das práticas espaciais dos grupos. Estrutura-se, assim, um sistema territorial que conecta a cidade às suas áreas de influência (comunidades, Unidades de Conservação e Terras Indígenas) com papel destacado às tipologias de embarcações. O que denominamos como “retorno ao território” confirma nossa hipótese. Novas territorialidades se configuram a partir da interação na cidade, com combinações evolutivas variadas dos critérios supracitados em cada grupo.

Palavras-chave: sistemas territoriais, cidade, territorialidades, *milieu*.

ABSTRACT

This thesis analyzes the existence of territorial systems formed by local networks of subjects that reconstruct territorial links from the city of Parintins (AM). Our hypothesis is that such networks that manage regional resources as organized collectives have new mediations in the formation of territories and territorialities (interpretative concepts). For analysis, we propose the notion of *Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho* – STUR (*Territorial Urban-Riverine System*). This is structured by a socioeconomic and organizational module. From the urban *milieu*, he constructs a mesh of influence, whose criteria for investigation consist of: the historical-cultural relationship; relations with the place and situation of the city; capacity of processing regional resources; coverage of area of action and economic influence; ability to activate points in the territory; relative autonomy over local power networks and the ability to create relationships on a variety of scales. The empirical analysis is based on four groups: *Colônia de Pescadores* (Fishermen's Sindicato), *Associação de Carpinteiros Navais* (Association of Naval Carpenters), *Consórcio de Produtores Sateré-Mawé* (Consortium of Sateré-Mawé Producers) and the *Associação dos Produtores Moveleiros* (Association of Furniture Producers). After data collection, comparing the evolution of the territorial relations of each case, we have the STUR as a multidimensional mediator in the production of territorialities. STUR operate as a dual complement to the urban economy, supplying the popular economy and the activities linked to the dominant mercantile capital. As a mediator between the city and rural areas, STUR allows for the seasonal extraction of resources through the adaptive spatial practices of each group, articulating traditional knowledge and encoded to modern techniques. It also includes dynamics in intraurban space in its dialogue with urban morphology. Irregular occupations and popular neighborhoods are in riverbanks and it provide continuity of the space practices of the groups. Thus, a territorial system is built that connects the city to its areas of influence (communities, Conservation Units and Indigenous Territories) with a prominent role in the typologies of vessels. What we call "return to territory" confirms our hypothesis. New territorialities are shaped by the interaction in the city, with varying evolutionary combinations of the criteria mentioned in each group.

Key-words: territorial systems; cities; territorialities; *milieu*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Elementos constituintes da estrutura do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).	38
Figura 2: Gráfico da média das cotas nas oscilações fluviais do Rio Amazonas próximo a Parintins.	53
Figura 3: Influência da Sazonalidade na Lagoa da Francesa em Parintins. Escadaria da lagoa da Francesa. Vazante (2014) à esquerda e cheias (2015) à direita.	58
Figura 4: Sistema “cidade autopoietica”/ambiente externo.	69
Figura 5: A rede local de agentes ecológicos e a rede global de ecossistemas no interior da descrição do SLoT.	78
Figura 6: Conexões entre os sistemas territoriais mediados pela cidade.	98
Figura 7: Bajara com madeira e pessoas rumo à cidade.	99
Figura 8: Balsa carregada de toras no rio Uaicurapá, Parintins.	111
Figura 9: Artistas e alegorias do boi-bumbá Garantido em 2015.	143
Figura 10: Fatores tangíveis e intangíveis compondo Sistema Territorial.	147
Figura 11: Entreposto pesqueiro da Colônia Z-17 paralisado e erosão fluvial (esquerda); empresa Só Peixe (direita).	178
Figura 12: Plano urbano de Parintins em 1976.	180
Figura 13: Margens do lago Macurany – Parintins/AM.	182
Figura 14: Serviço de guarda motores tipo “rabeta” à direita; motor de popa à esquerda; e barcos ao fundo nos flutuantes.	190
Figura 15: Moradias palafíticas como pontos de apoio facilitadores para manutenção de pescadores residentes na cidade.	192
Figura 16: À esquerda, bajara atracada em ponta de rua no lago Macurany, que circunda a cidade; à direita, o interior de batelão moradia de 5 pessoas.	193
Figura 17: Rampa para içar canoas, à esquerda; e transporte de canoa com triciclo, à direita.	195
Figura 18: Vazante abrupta no ano de 2015 na Lagoa da Francesa.	214
Figura 19: Beira do rio Amazonas no centro da cidade em 1982 durante ciclo da juta.	217
Figura 20: Batelão construído em quintal de casa na margem da lagoa da Francesa (à esquerda); e realização de trabalhos em obra morta transferida para o rio Amazonas devido a vazante (direita).	220
Figura 21: Descida de batelão para a lagoa da Francesa durante a vazante no Estaleiro do Eraldo.	221
Figura 22: Furadeira e “enxó” (esquerda); e arco de pua (direita).	223
Figura 23: Produção de embarcação de ferro.	225
Figura 24: Canoas de “casco fino”, leves e rápidas.	226

Figura 25: Motor de 9 HP a esquerda prestes a ser substituído por motor 22 HP vendido em lojas locais.	227
Figura 26: (A) Batelão pequeno de pesca; (B) batelão posto de gasolina; (C) empurrador de ferro; (D e E) batelões sendo adaptados para empurradores (Lagoa da Francesa, Parintins).	228
Figura 27: Moldagem e fundição para confecção de hélices.	229
Figura 28: Casa fundidora e comércio de hélices e palhetas.	230
Figura 29: Escalas de relações construídas pelo CPSM.	245
Figura 30: Waraná em bastão e óleos e extratos diversos ao fundo.	246
Figura 31: Produtos processados: unha de gato, muiraruirá e mirantã (esquerda); óleos de copaíba e andiroba (direita).	248
Figura 32: Terra indígena Andirá-Marau e localização de produtores.	250
Figura 33: Secagem de peças de madeira.	262
Figura 34: Móvel de Etel Carmona (esquerda) e AMOPIN (direita).	263
Figura 35: Fluxograma síntese do modelo de interações entre sistemas territoriais.	275

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: População urbana e rural na Amazônia.	44
Mapa 2: Centralidades e influência sazonal em Parintins.	56
Mapa 3: Desmatamento no município de Parintins e pontos recentes de pressão antrópica.	116
Mapa 4: Distribuição espacial dos pescadores artesanais nos bairros da cidade de Parintins/AM.	183
Mapa 5: Conflitos em beiras de rio no espaço intraurbano de Parintins.	186
Mapa 6: Centralidade no bairro União oriundo de ocupação popular no ano de 2010.	189
Mapa 7: Beira-rio frontal.	197
Mapa 8: Lagoa da Francesa.	199
Mapa 9: Rotas de pesca e conflitos socioambientais.	201
Mapa 10: Distribuição espacial dos pescadores filiados à Colônia Z-17 na área municipal.	204
Mapa 11: Estaleiros navais e fábricas de botes de alumínio em Parintins.	213
Mapa 12: Origem da madeira.	257

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de embarcações que circulam em Parintins por tipo.....	96
Quadro 2: Caracterização de sistemas territoriais.	98
Quadro 3: Coletivos organizados em Parintins.	110
Quadro 4: Instituições de ensino, pesquisa e arranjos produtivos de Parintins.....	114
Quadro 5: Periodização, ciclos econômicos e espaço intraurbano de Parintins.....	123
Quadro 6: Participação do PIB no município de Parintins por setor.....	126
Quadro 7: Tipologia de balsas utilizadas no STUF.....	129
Quadro 8: Ocupação da população de 18 anos ou mais - Parintins – AM.	132
Quadro 9: Evolução da população urbana de Parintins.....	132
Quadro 10: Principais Atividades Industriais desenvolvidas em Parintins.....	133
Quadro 11: Entrada de pescados de abril a dezembro de 2015 na empresa <i>Só Peixe</i>	178
Quadro 12: Síntese do sistema pesqueiro e sua relação com a Colônia Z-17.	208
Quadro 13: Financiamento para anos de 2014 até julho e de 2015, de janeiro até 05/08/2015.	218
Quadro 14: Tipologia de embarcações fabricadas em Parintins.....	234
Quadro 15: Síntese final dos resultados do 1º Encontro de Carpintaria Naval.	236
Quadro 16: Síntese do sistema territorial relativo à atividade de carpintaria naval.	238
Quadro 17: População Sateré-Mawé, segundo local de residência 2002/2003.....	240
Quadro 18: Evolução e organização do circuito de produção, comercialização e certificação do “waraná” pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé.....	244
Quadro 19: Lista de produtos orgânicos processados para exportação.	247
Quadro 20: Síntese do sistema territorial formado a partir do CPSM.....	254
Quadro 21: Consumo de madeira por movelaria em metros cúbicos no ano de 2015.	258
Quadro 22: Empresas Formais e Informais na AMOPIN.....	259
Quadro 23: Quantidade de Funcionários formais e informais.....	259
Quadro 24: Maquinário artesanal em movelarias da AMOPIN.	261
Quadro 25: Síntese do sistema moveleiro a partir das ações da AMOPIN.	264

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – CIDADES E SISTEMAS TERRITORIAIS	26
1.1. Cidade e Território: reflexões iniciais e novos campos de investigação	26
1.1.1. Urbanização e Presença das Cidades: breve reflexão ao redor do ponto crítico.....	40
1.2. Cidades e Dinâmicas Urbano-Ribeirinhas: sítio, situação, centralidades e temporalidades.....	47
1.3. Sistemas Evolutivos e Cidades: sobre o entendimento da evolução das relações territoriais.....	61
1.3.1. A Proposta do Modelo de Sistemas Locais Territoriais (SLoT): contribuições e limites.....	75
1.4. Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR): esboçando uma noção.....	83
1.4.1. Critérios de Análise para Delimitação dos Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR)	89
CAPÍTULO 2 – MEDIAÇÕES URBANAS E TERRITORIALIDADES.....	101
2.1. A Cidade Mediadora, a Presença de Artífices de Territórios e Avanços para a Construção da Noção de <i>Milieu</i> Urbano-Ribeirinho	101
2.2. Parintins: ciclos econômicos e mediações urbanas.....	120
2.2.1. Parintins: breve caracterização socioeconômica e mediações urbanas para a produção territorial.....	123
2.3. Territorialidade Ativa e o Capital Social	134
2.3.1. Práticas Espaciais e Territorialidades.....	148
2.4. Breves Considerações Críticas Sobre Possibilidades de Desenvolvimento Territorial e as Escalas de Ação Social.....	152
2.5. Cidades na Amazônia: do “trabalho novo” à reconstrução de sistemas territoriais complexos evolutivos	162
CAPÍTULO 3 – ARTÍFICES DE TERRITÓRIOS.....	170
3.1. Sistema Territorial Pesqueiro: territorialidades urbano-ribeirinhas a partir da Colônia Z-17 e seus pescadores	170
3.1.1. Histórico da Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins	172
3.1.2. Adensando Relações a Partir da Cidade.....	175
3.1.3. Cidade Arquipélago, Cidade de Pescadores.....	179
3.1.4. A Abrangência Espacial da Atividade Pesqueira a Partir da Cidade	198
3.2. Tilheiros e a Carpintaria Naval: um sistema local territorial na cidade “flutuante”	209
3.2.1. Carpintaria Naval: saberes, práticas e destinos	215

3.2.2. A Divisão do Trabalho nos Tilheiros e a Expansão da Atividade nos Anos Recentes	217
3.2.3. Carpintaria Naval Itinerante	219
3.2.4. Sítio, Situação e Sazonalidades: dos ritmos da natureza aos ritmos de trabalho ..	221
3.2.5. O Processo de Construção e Evolução para o Trabalho Novo: madeira, ferro e alumínio.....	222
3.2.6. A Obra Morta e a Fundição: a presença de ferros e alumínio reciclados complementando obras de madeira	228
3.2.8. Tipologia das Embarcações.....	230
3.3. Nusoken e o Consórcio de Produtores Sateré-Mawé	238
3.4. A Associação de Moveleiros de Parintins (AMOPIN)	254
3.4.1. Mão-de-obra, Técnicas e Processamento de Madeira	259
3.4.2. Costurando Lugares e Fluxos: a necessária rearticulação das áreas de influência na busca do pacto cidade-áreas de entorno através dos rios	265
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
REFERÊNCIAS	279
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	294
ANEXO 2 – CD COM O DOCUMENTÁRIO “O RETORNO AO TERRITÓRIO”	299

INTRODUÇÃO

A região amazônica foi submetida a uma sequência de ciclos econômicos desde o período gomífero no final do século XIX e início do século XX (com auge entre 1879 a 1912). Nesse período, Parintins (AM) veio atravessando pequenos surtos de crescimento econômicos específicos. Exemplos são a extração do pau-rosa, o ciclo da juta, cacau e a, hoje consolidada, prática da pecuária.

No final da década de 1980, a cidade foi redinamizada pela eclosão do Festival Folclórico de Parintins e a constituição do polo de ensino superior e técnico sub-regional. Tais eventos acabaram, entre outros fatores, atraindo contingentes populacionais variados de “interiores” da área municipal, de municípios vizinhos e Terras Indígenas. Além dessas, outras atividades persistiram frente aos períodos de crise. São ligadas, basicamente, ao manejo de recursos locais e suprimento de necessidades das populações. Nesse sentido, havia circuitos econômicos ligados ao uso dos rios (pesca e produção naval) ou novas atividades indígenas ligadas ao extrativismo do guaraná. Todos estes rearticulados por coletivos organizados formando sistemas territoriais, compõem o foco do presente estudo.

Com o processo acelerado de crescimento urbano e êxodo rural, vínculos territoriais são alterados, rompidos e, em muitos casos, recompostos pela maneira como sujeitos se articulam na cidade e retornam a territórios.

A presente tese investiga a existência de sistemas territoriais compostos por um conjunto de mediações (materiais e imateriais) que influenciam a constituição de territórios e territorialidades a partir da cidade de Parintins. A formação de uma economia urbana “incompleta” (incapaz de sustentar populações a partir de atividades eminentemente urbanas) acabou suscitando que grande parte desses vínculos fossem parcialmente mantidos, enquanto complementos para suprir a economia urbana, ou reestabelecidos através de novos contextos existentes na cidade.

Pescadores urbanos, carpinteiros navais, indígenas Sateré-Mawé e moveleiros são os quatro grupos escolhidos para análise. Tais grupos prosseguiram manejando recursos regionais através da reconstrução de vínculos com territórios diversos e práticas espaciais. Adensando relações na cidade (comerciais, institucionais, acesso ao ensino, etc.), esta passa a ser *locus* principal para reprodução de suas atividades. Essa nodalidade, cada dia mais intensa, requer que o espaço urbano seja constantemente adaptado e transformado para que os sistemas territoriais funcionem ligando áreas interiores ao espaço intraurbano.

A hipótese que guia nossa reflexão e a busca de evidências empíricas questiona tais coletivos. A partir da formação de projetos, reformulações organizacionais e maior interação com esferas variadas na cidade (dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais), eles constituem novas mediações para produção de territórios e constituição de territorialidades? Tais mediações são tanto tangíveis (uso do espaço intraurbano, técnicas de processamento de matéria prima, etc.) quanto intangíveis (saber local tradicional e as novas maneiras de interpretar o território com ganho de informações) e dialeticamente ligadas.

Questionamos a existência de um sistema territorial intermediário com dupla dinâmica. Uma é zonal e reticular. Utiliza pontos do espaço urbano como bases para ação enquanto nós que conectam a cidade a pontos diversos do território do entorno através de capilaridades hídricas (que chamaremos de *geometria zonal*). A outra é organizacional e relacional. Caracteriza-se pelos tipos de organização interna de cada grupo (como se organizam os sujeitos no espaço e enquanto coletivo de interesse), técnicas utilizadas, interação com outros agentes na cidade e no sistema em geral, relações com instituições diversas e posição na capacidade de construção de trunfos no ordenamento do território.

Tal sistema intermediário possui duplo papel na necessidade de complementar a economia urbana enquanto exerce ligação entre os pontos de extração de recursos regionais para a cidade. Ao passo que abastece e forma a economia popular (feiras, comércios variados e pequenas indústrias), também abastece atividades dominantes de grupos mercantis urbanos (entrepósitos pesqueiros, madeireiras, comércios locais). Ambas são atividades fortemente influenciadas pela demanda urbana por recursos. A capacidade de organização coletiva varia em cada grupo, indicando a interpretação recursiva para retomada de ações (cidade como recurso). O objetivo é construir relações menos submissas com os sistemas de mediações tradicionais como atravessadores ou estruturas dominantes de dependências locais.

No primeiro capítulo iniciamos uma reflexão sobre a alteração de vínculos territoriais de populações (agora urbanas). Questionamos mudanças no ordenamento territorial através da revisão de algumas teorias sobre cidades na Amazônia. Tipos de articulações entre cidades, cidades e suas áreas de influencia, redefinição de formas-conteúdos e de processos que redefinem o caráter do urbano na Amazônia, são alguns aportes teóricos levantados. Deixam lacunas e fornecem pistas para nossa proposta analítica.

Renovando abordagens sobre cidades na Amazônia, há trabalhos recentes sobre *redes temáticas* desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisas sobre Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB). O grupo utiliza outros critérios analíticos para entendimento da

relação entre cidades, rede urbana e sub-regiões de influência, assim como o papel das cidades em cada área inserida. Isso nos propicia, junto à ideia de “seguir” determinados temas (pesca, extrativismo, caça), identificar quais são as redes de sujeitos, como se situam na cidade, como a “usam”, como navegam se conectada a áreas de entorno e como, a partir da cidade, constroem territórios e estruturam sistemas territoriais que sirvam a seus interesses.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos a estrutura do sistema territorial em questão. Nele, o ambiente urbano é interpretado como *milieu* (condições diversas para mediação). Isso contribui para o desenvolvimento de um módulo socioeconômico e organizacional que influencia no ordenamento territorial de diversos pontos circunvizinhos à cidade. Atravessando a estrutura do sistema (eixo mediador cidade-áreas de entorno), está a proposta central da tese: detectar a existência do *Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho* (STUR) a partir dos critérios definidos para análise empírica elencados no último item do capítulo.

Problematizamos, assim, uma questão ampla e com sentido de reflexão geral, sobre o papel das cidades em cada sub-região do Amazonas. Questionamos a capacidade das cidades de influenciar o ordenamento territorial, ressaltando sua “presença” e competência em oferecer “ambientes” que propiciem novas possibilidades aos que nelas vivem. As demandas são educacionais, contatos com instituições de fomento, processamento de matéria prima que beneficie as populações locais, entre outras qualidades ofertadas em cidades.

A revisão teórica avança sobre importante aspecto de Parintins: sua dinâmica ribeirinha. Além do sítio e situação, as diversas localidades de entorno, dinamizadas pelos fluxos de embarcações, são importantes no entendimento da influência da cidade. Considerando a existência de espaços de vivências ribeirinhas, iniciamos descrições das formas urbanas, centralidades e aspectos morfológicos relacionados à sazonalidade fluvial, que afetam práticas espaciais de sujeitos na reprodução de suas atividades.

Privilegiamos as beiras de rios, lagos e enseadas que entrecortam o arquipélago fluvial enquanto materialização de dois sistemas em questão. Um mais ligado ao capital mercantil e comercial da cidade (chamado adiante de urbano-fluvial) e outro de caráter mais popular (urbano-ribeirinho).

Constata-se a existência de centralidades sazonais e fragmentos importantes no espaço intraurbano como conectores da cidade a diversos pontos no território, zonas de contato e permeabilidade entre os ambientes “urbano e o ribeirinho”. Novas formas-conteúdos em beiras de rio nos bairros, ocupações irregulares, antigos bairros de pescadores ou portos

privatizados por empresas comerciais da cidade, denotam diferentes temporalidades, lógicas de uso e apropriação do espaço. Indicam, até mesmo, conflitos e disputas visando uso exclusivo dessas beiras de rio.

Após a análise empírica, apresentamos uma tipologia de uso de três beiras de rio principais considerando aspectos da morfologia urbana como resultado e condicionantes de sistemas territoriais.

A materialidade, enquanto paisagem cristalizada da cidade, indica tipos de fluxos, complementos entre cidade e entornos e, principalmente, a energia da contradição que movimenta o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. Trata-se de sujeitos que buscam a cidade, mas sempre necessitando “retornar” ao território pescando, extraindo madeira ou cultivando guaraná. Situam-se na cidade para poder “retornar” ao território com novas possibilidades de êxito: processando recursos regionais, adensando relações com a cidade, saltando escalas, visando abertura operacional do sistema que se inserem.

Assim, a abordagem territorial pode dar boas contribuições para pensar o caráter relacional e processual em estudos sobre cidades na Amazônia. Tal método é bem pouco utilizado nessa problemática, principalmente questionando o papel que elas exercem para facilitar ações de redes de sujeitos variados. A construção da metodologia da pesquisa dialoga com várias matrizes teóricas, aproveitando elementos úteis de correntes distintas para análise da cidade. Entre elas, algumas vinculadas a concepções de território e territorialidades mais zonais (valorizando os atributos morfológicos como o sítio urbano e as redes hídricas que dão base à existência dos sistemas territoriais).

No terceiro item do primeiro capítulo, aprofundamos a discussão sobre Sistemas Territoriais e cidades. Foram revisitadas teorias que interpretam cidades enquanto sistemas abertos e auto-organizativos, propensos a alterações a partir de estímulos externos, mas também possuindo dinâmica interna cuja interação entre seus elementos garante a reprodução de seus subsistemas.

Para entender a reorganização do sistema urbano, onde subsistemas sofrem alterações diversas, apresentamos a noção de *evolução de sistemas territoriais*. Esta é entendida a partir da interação de “esferas” que compõem a territorialidade de cada grupo (capacidade organizacional, abertura do sistema a relações escalares, capacidade de processamento de recursos, melhorias técnicas e adaptações, qualidade das relações com as áreas de influência, relações ambientais, entre outras). As esferas podem evoluir ou estagnar, total ou parcialmente. A capacidade de desenvolvimento conjunto dessas esferas é entendida

como recurso criado pelas redes de sujeitos a partir da cidade para galgar possibilidades variadas de usufruir do território. São os *trunfos*, como indicou Raffestin (1993).

Outra reflexão iniciada nesta tese e propícia a mais estudos é sobre a capacidade de auto-reprodução dos sistemas urbanos frente ao seu território de influência, sua diversidade interna e os vários níveis de organização. Presente nos relatos desses “artesãos de territórios” (pescadores, carpinteiros, indígenas e marceneiros), a diminuição drástica dos recursos disponíveis, antes tidos como inacabáveis, põe a tona, mesmo que não seja o objetivo desta tese, a questão do uso do território enquanto patrimônio para se pensar o futuro de suas populações.

Teóricos da geografia italiana trazem importante contribuição e reflexão valiosa nesse sentido. Desenvolveram, para auxílio do planejamento territorial, o modelo analítico dos Sistemas Locais Territoriais (SLoT), que funcionam como sistemas auto-reguláveis, organizados por módulo envolvendo matéria, energia e informação, dependendo de conexões internas e externas, onde fragmentações colocariam em risco a manutenção de tais sistemas. Para os propositores do modelo, haveria necessidade de identificação da especificidade territorial (*milieu*), que serve como proposta para reapropriação do saber contextual para a busca do desenvolvimento territorial. O SLoT é instrumento analítico com preocupação operacional. A rede local de sujeitos, as interações com ecossistemas e as relações locais com redes globais são, entre outros aspectos, interpretados enquanto âmbito territorial para agregação de atores, possibilitando que os mesmos construam projetos territoriais.

Mesmo elaborado a partir de realidade e contexto distinto ao amazônico, o modelo SLoT é extremamente rico e complexo. Inspirou a construção do STUR, principalmente na constituição do *milieu* e suas múltiplas dimensões, mas possui limitações. Dentre elas, a principal consiste nas vulnerabilidades dos sujeitos estudados e as relações de dependência e submissão aos sistemas dominantes.

No final do primeiro capítulo são elencados os critérios de seleção de dados e análise de atividades que compõem nossa proposta para embasar a noção do *Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho* (STUR):

- a) a relação histórico-cultural e relações com o sítio e situação da cidade;
- b) a relação com os recursos locais e a capacidade de processamento;
- c) relações com o *milieu*; a abrangência da área de atuação e influência econômica (capacidade de ativação do capital territorial);

d) autonomia relativa frente a redes locais de poder; capacidade de criar relações em escalas variadas; e, por fim,

e) uma reflexão geral do papel da cidade no processo de desenvolvimento para proposição de circuitos potenciais.

Um dos pontos centrais sobre o STUR é sua posição intermediária entre o Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF - sistema econômico dominante vinculado ao capital mercantil) e o Sistema Territorial Ribeirinho (STR) predominante nos interiores. Descrevemos as características de cada um: natureza e origem do sistema; tipologia de embarcações utilizadas; estrutura (nó, malha e rede), tipo de extração de recursos e organização das ações.

No segundo capítulo abordamos a ideia de cidade enquanto *milieu* territorial, ambiente mediador multidimensional. Ali são retomados aspectos teóricos que ressaltam sua influência junto ao território e sua composição enquanto nó articulador e aglutinador de oportunidades. Uma das dimensões, o espaço intraurbano enquanto *milieu*, vem se transfigurando em suas formas e papéis na mediação de relações, ocorrendo tensões e disputas pelas beiras de rio, como dissemos, evidenciando a desigual capacidade que os sujeitos possuem em influenciar o uso do território. Resumimos a evolução do plano urbano retomando fases e ciclos econômicos de Parintins. Isso junto a mudanças no espaço intraurbano e a formação de bairros populares com presença de pescadores e carpinteiros navais. Elencamos também algumas “novidades” no interior do sistema urbano como a implantação das universidades e o desenvolvimento do Festival Folclórico.

A partir da noção de *milieu*, enquanto 1) conjunto de condições favoráveis para ações; 2) contexto territorial usado como recurso; ou 3) o trâmite entre sujeitos e o ambiente; propomos a noção de *milieu urbano-ribeirinho*. Este se caracteriza por possuir elementos materiais e imateriais, aspectos relacionais e zonais e nós conectados a pontos (cidade ao entorno). Além disso, tem ampla abrangência espacial que ultrapassa a materialidade da cidade. Os fluxos de navegação dinamizam essa região permitindo acesso e condições para que populações explorem recursos naturais.

Posteriormente, relacionamos aspectos da economia municipal à existência de dois Sistemas Territoriais: o Urbano-Ribeirinho (STUR) e Urbano-Fluvial (STUF). A intenção foi problematizar o tipo de mediações urbanas construídas em cada sistema e o papel das embarcações. Isso reforça a importância do STUR enquanto mediador na composição e

complementação da economia urbana popular e fornece base ao funcionamento do sistema mercantil dominante.

Na sequência, apresentamos uma revisão de bases teóricas sobre o conceito de territorialidade, destinando atenção ao caráter ativo que o mesmo pode exercer. A partir de autores clássicos sobre a temática, traçamos a evolução do conceito. Desde concepções mais areais e zonais às abordagens que salientam o caráter relacional, processual, escalar e multidimensional para análise do território e da territorialidade. Esta última, quando mediadora construída por redes de sujeitos formulando ações coletivas, pode facilitar acesso e interpretação de recursos territoriais e formação de projetos. Ou seja, condições que grupos possuem para que realizem o processo de territorialização.

Tais aportes estão relacionados à capacidade de organização e trabalho conjunto de um grupo no sentido de formarem um capital social (relações de confiança; trocas e reciprocidade; formação de regras comuns, normas e sanções; quantidade de conexões e formação de redes). Essa etapa compõe a concretização de projetos coletivos para aumentar a capacidade de influenciar, ordenar e controlar recursos no território, ou seja, formar a territorialidade. Essa capacidade deságua na elaboração de práticas no espaço, resultado de ações para retomada de vínculos no território.

Breves considerações críticas sobre possibilidades de desenvolvimento territorial e as escalas de ação social são feitas no final do segundo capítulo. Dialogamos com abordagens teóricas que visam contribuir para discussões sobre o desenvolvimento territorial. Coube-nos, portanto, levantar questões acerca dos limites que tais sistemas locais territoriais possuem, por si só, de atingir e traçar caminhos para o desenvolvimento territorial. Existem forças hierárquicas (em escalas variadas), coercitivas e até macroeconômicas que podem impedir que tais sistemas se desenvolvam.

Elencamos alertas para não sobrevalorizarmos as possibilidades de desenvolvimento local (as chamadas correntes localistas em propostas de desenvolvimento). Ao mesmo tempo, ressaltamos como localidades podem construir escalas de relações para escapar de “amarras”, rompendo isolamento de atividades econômicas em cidades onde predomina o capital mercantil em sua forma mais atrasada: aquela que se nutre do subdesenvolvimento local, por exemplo. As estratégias locais multi-transescalares são consideradas enquanto possibilidades para a formulação de ações dos grupos. Demandam que sistemas tenham maior abertura ao meio externo fornecendo, assim, maior gama de escolhas com trocas variadas de informação.

Consideramos a questão da mediação urbana como possibilidade na construção das escalas necessárias para dinamização de sistemas territoriais, sem que haja “fechamento” operacional que mantenha continuidade de relações de dependência locais, como as que os sistemas ribeirinhos (e parcialmente dos sistemas urbano-ribeirinhos) possuem com mediações mercantis urbanas, entrepostos de compra de madeira e peixe, madeiras, entre outros.

Por fim, no terceiro capítulo adentramos na descrição da evolução das relações territoriais de quatro subsistemas que possuem suas territorialidades reconfiguradas a partir da formação de coletivos organizados na cidade: Colônia de Pescadores de Parintins (Z-17); Associação de Carpinteiros Navais de Parintins (ACN-PIN); Consórcio de Produtores Indígenas Sateré-Mawé (CPSM); e a Associação de Produtores Moveleiros de Parintins (AMOPIN).

Descrevemos o histórico dos grupos frente ao crescimento urbano e processos de migração. A análise das continuidades e rupturas existentes na interação de tais subsistemas com a cidade é interessante. Há permanências, por exemplo, nas formas de aprendizado das atividades produtivas repassadas por gerações. Em parte, são saberes e conhecimentos populares regionais que não contam com aprendizado formal. Necessitam de longo contato com ambientes de trabalho e ambientes naturais e seus variados ecossistemas.

As habilidades de pescadores, construtores de embarcações, indígenas e carpinteiros, passam a ser “utilizadas” na cidade. Através da conexão com circuito dominante mercantil, sofrem alterações e adaptações diversas. Essa re-territorialização possui sentido duplo. Por uma lado, “serve” e abastece o sistema mercantil dominante da cidade (fornecendo peixe, madeira e mão-de-obra) transportando mercadorias industrializadas para interiores. Por outro, compõe *mediação multidimensional*. Um ponto do território, suscita novas organizações coletivas, adapta técnicas rudimentares às modernas e forma rica complementaridade para a economia dos bairros populares como frisamos.

Os trabalhos de campo contaram com aplicação de formulários e realização de entrevistas. Contatos com sujeitos-chave, como lideranças e produtores antigos, foram estabelecidos para continuidade da pesquisa. Foi possível reconhecer a abrangência territorial dos grupos analisados com os pontos que *atingem* (extraindo recursos, mas com escasso vínculo territorial) ou *ativam* (formação de vínculo territorial intenso) e os demais critérios elencados supracitados para a análise do STUR.

Dois dos grupos, pescadores urbanos e carpinteiros navais, possuem estreita conexão com o sítio e morfologia urbana. Eles têm o uso do espaço intraurbano-ribeirinho condicionado pela oscilação sazonal das águas e são afetados pela intensa privatização das beiras de rio. Por esses aspectos, optamos pela estratégia de coleta de dados e interação realizando oficinas de cartografia social participante na Colônia e nos estaleiros. Duas imagens de satélite foram utilizadas. Uma com escala de 1:75.000 foi usada visando discutir e mapear a interação dos pescadores com os espaços beira-rio, os conflitos, estratégias para atracagem de embarcações nas cheias e vazantes e interação e conexão com bairros populares. A segunda imagem, com escala de 1:2.500.000 (sub-regional), abrange municípios vizinhos de Parintins e foi usada com objetivo de cartografar rotas, locais de pesca, conflitos por territórios de pesca e abrangência da área com variação sazonal.

Os produtos gerados (mapas temáticos) deram base para o entendimento da mediação material que essas áreas de contato intraurbanas propiciam. Também esclareceram sobre a expansão das distâncias percorridas pelos pescadores para extração de espécies mais valorizadas. O papel do ambiente interativo e nodal do *milieu* foi fundamental para desenhar a estrutura do sistema pesqueiro articulado ao sistema de fabricação de embarcações. Transitar, circular, navegar por um território repleto de lagos, extensas várzeas, restingas e tantas outras configurações (que alteram seus acessos de acordo com as variações sazonais) requer um tipo de conhecimento que não há outra maneira de adquirir senão por longa interação com o meio. A cidade passa a interagir com essa maneira de utilizar o território. Aglomera nela um conjunto de atividades que utilizam tais tipos conhecimentos para se reproduzir. Os sujeitos produtores (carpinteiros, indígenas, marceneiros e pescadores) figuram como conectores de ambientes e artesãos de territórios e frutos de uma modernização incompleta (pois há uso de técnicas rudimentares criativamente associadas às mais modernas). Nessa condição, persistem mantendo vínculos com antigos vilarejos, comunidades ou aldeias e nos ajudam, assim, a enxergar outra face do processo urbano na Amazônia: a formação de territorialidades que realizam a transição entre a “dureza” da cidade e os diversos pontos conectados pela fluidez sazonal dos rios e de temporalidades lentas de seus navegantes.

Os indígenas da etnia Sateré-Mawé se instalam na cidade após ciclos de des-territorializações. Foram expulsos de suas terras ancestrais na calha do rio Tapajós se instalando no alto curso dos rios Andirá-Marau, entre o Amazonas e o Pará, hoje Terra Indígena. Iniciaram, à época, possibilidades de resistência e necessidade de acessar a cidade em busca de suas benesses. Através do comércio do guaraná, elemento da cultura ancestral e

fruto de interação de longa duração, iniciam uma verdadeira “escalada” a partir das cidades. São estabelecidos contatos com pesquisadores, ONGs e redes de comércio usando a cidade como “trampolim” para saltar as escalas locais. O objetivo era diminuir a dependência histórica em relação ao Estado e às redes locais de poder. O nó urbano passa a ser território indígena. Nesse contexto, concepções renovadas dos conceitos de território e territorialidades valorizam relações, processos, temporalidades e escalas construídas por redes de sujeitos. Tais redes utilizam pontos de apoio, nós para ação, delimitam acessos, influenciam usos e, principalmente, interpretam a cidade enquanto recurso. Projetos desenvolvidos na cidade, como a Livre Academia do Wará, Licenciatura indígena e projetos de agroecologia, trocas de sementes para retomar soberania alimentar e tantos outros, fazem com que parte dos indígenas retornem a seus territórios em outra condição advinda da evolução das relações territoriais com a cidade.

O desafio de nossa empreitada está na possibilidade de considerar essas iniciativas como uma espécie de “retorno ao território”. Neste, a retomada de conexões é permeada de novidades que o sistema urbano recebe às quais sujeitos na cidade processam e distribuem ao entorno como força centrífuga. Até onde sua “força” alcança? Essa é uma questão interessante, pois a força da cidade sobre sua área de influência é uma espécie de energia da contradição. Sujeitos que a procuram, migram e a acessam, necessitam retomar vínculos. Retornar ao território “abrigo”, mas de maneira diferente. Cada vez mais “urbano-ribeirinhos”...

CAPÍTULO 1 – CIDADES E SISTEMAS TERRITORIAIS

1.1. Cidade e Território: reflexões iniciais e novos campos de investigação

Suscintamente, o que compõe a estrutura dos sistemas urbanos em questão, analisados com auxílio da abordagem territorial, pode ser subdividido em duas vertentes. A primeira é relativa às atividades que possuem aspectos ligados à economia popular que estão presentes nas cidades: adaptações de técnicas, informalidade, práticas espaciais para adquirir recursos regionais e formas de propagação de conhecimentos não codificados que se associam a aspectos “modernos” da economia urbana. Esse conhecimento tradicional, associado ao “ambiente da cidade” abrange: 1) maneiras de circular pelo território; 2) de ligar o nó urbano a diversos pontos; e 3) de extrair e processar produtos regionais, complementando a economia da cidade.

A segunda vertente reside na capacidade de redes de sujeitos “usarem” a cidade para construção de projetos coletivos (possuindo certa identidade territorial). Adaptam técnicas modernas às tradicionais. Constroem ambientes em bairros populares (beiras de rio, feiras populares, palafitas e flutuantes) que, mesmo frágeis e com pouca propensão de rumar para uma autonomia relativa, produzem territórios próprios de influência através das territorialidades. Tais sistemas são responsáveis pela formação de novas “capilaridades” a partir da esfera urbana, base de ação e *milieu* de diversas redes de sujeitos com graus diferenciados de organização.

Entender tal estrutura requer análise da diversidade interna das cidades. É necessário demonstrar mudanças e permanências nos arranjos territoriais, pois estes são reestabelecidos a partir de seu ambiente interno através de novas relações econômicas, políticas, institucionais entre outras. Os sujeitos que compõem os sistemas territoriais estudados, apesar de mais inseridos no contexto urbano, tecem vínculos intensos com as áreas do entorno de Parintins. Interpretam recursos e tecem redes. Aguçam nossos sentidos para análise das conexões cidade/território de influência, que varia de acordo com densidades de relações territoriais de cada grupo.

O potencial articulador de cada grupo não somente desenha uma geometria zonal muitas vezes condicionada pela sazonalidade dos rios (no sentido do território como área). Ele também indica aspectos de suas articulações internas ao sistema e quais complementos

necessitam na cidade, como funções laborais e serviços oferecidos que se desenvolvem no seu entorno e muitos outros desenvolvidos ao longo do texto.

Tais coletivos organizados estão se reconstruindo a partir do urbano e suas possibilidades. O rompimento de vínculos territoriais pelo êxodo rural talvez tenha sido mais impactante em cidades na Amazônia que não tiveram novos ciclos de atividades locais e nas que se submeteram a novas atividades como a mineração, gado ou soja, apresentando lógicas de ocupação do território alienígenas e alienadas (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Pensamos que esses rompimentos não são absolutos. O retorno às áreas interioranas para complementação de renda e manutenção de atividades diversas é mais intenso do que se imagina. Vínculos territoriais são refeitos através de novas mediações a partir da cidade. Nas cidades que apresentam recursos naturais disponíveis no entorno ainda não desmatado, a regularidade de relações econômicas com o território circundante aparecem ainda nas incursões na busca por fontes desses recursos, como *território usado*¹ (SANTOS, 1999). Isso ocorre tanto pela parte de elites mercantis como por populações distintas, pescadores, indígenas ou ribeirinhos.

Portanto, destaca-se em nossa análise a capacidade que diversos agentes têm de influenciar o ordenamento territorial a partir da cidade. A partir do uso da cidade enquanto um recurso relacional dotado de articulação e coesão de sujeitos é possível alterar posições no intrincado jogo de forças do poder local, formando territórios. A pluralidade de teorias esboça a necessidade de pensar espaços de fluxos (de naturezas diversas) e formação de redes (mais zonais e topográficas do que topológicas) que dialogam com espaços de lugares e nós na cidade onde se projetam e ocorrem ações, bairros populares, beiradões com presença de pescadores, etc. Trata-se de analisar a capacidade da cidade de alterar ou construir divisões territoriais do trabalho e novos *vínculos territoriais*. Estes são entendidos no presente estudo como produzidos a partir de práticas sociais no espaço. Formam territórios a partir de sistemas que têm sua coordenação de ações e formação do projeto em grupos situados na cidade.

Parte de nossa argumentação se embasa em descrever e comparar aspectos de evolução da organização dos grupos, da capacidade técnica, abertura a relações com

¹ Para Santos (1999, p. 19): “Essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.”

ambientes externos (trocando informações, formando escalas de relações) e a abrangência territorial de suas atividades. Busca-se mensurar a qualidade dessas relações tecidas a partir da cidade. O grau de dependência, ou submissão a forças coercitivas presentes na cidade, também nos interessa. As esferas mercantil e financeira, inerentes ao processo urbano, passam a englobar cada vez mais as atividades que ligam o espaço urbano aos múltiplos espaços circundantes.

Partimos da análise sobre a influência e presença que a cidade possui na produção territorial (multidimensional e trans-escalar). Consideramos até mesmo as distâncias que esses sistemas atingem ou acionam (caráter areal ou relacional do território), pois diversos pontos no território são conectados às ações construídas na cidade. Um ponto “atingido” seria apenas uma área de extração de recursos, lago de pesca ou mata para extração de madeira. Nestes, a rede de sujeitos que explora tais ambientes não possui vínculos ou laços com o local. Seriam pontos passivos inertes às ações da cidade, ou sem sujeitos que respondam aos “estímulos” da cidade, interagindo com a influência advinda da cidade. São, na maioria das vezes, atingidos negativamente com presença de força de trabalho super-explorada e sem voz ativa ou visibilidade, como no caso extremo do trabalho escravo. Já um ponto “acionado”, possui redes sociais que respondem e interagem às ações e influências da cidade, comunidades ribeirinhas ou aldeias indígenas. Essas realizam trocas e reconstróem vínculos afetivos, familiares ou apenas funcionais, aproveitando as oportunidades urbanas (estudo, saúde, comércio, etc.).

Há uma qualidade de relações nessa estrutura do sistema explicitada a seguir. Essas conexões extraem recursos naturais para a cidade que os processa, exporta ou absorve no mercado popular interno. A cidade possibilita maior ou menor pressão entrópica através do metabolismo urbano, conforme indicam teorias sistêmicas vistas ainda no primeiro capítulo.

Ao olhar desatento, parece haver certa paralisia da economia em Parintins (principalmente em anos de crise severa a partir de 2015) com estagnação ou ausência de fluxos comerciais. Nesse sentido, permanências, interrupções ou rompimentos são sempre relativizados em nosso trajeto analítico. Nesse contexto, indagarmos quais interações sociais com o espaço geográfico permanecem e quais evoluem em temporalidades e racionalidades diferenciais quando tratamos da produção do espaço e da constituição de múltiplas territorialidades na Amazônia. Aspectos esses que agora contam cada vez mais com a questão urbana.

A concepção renovada do território hoje ultrapassa seu caráter zonal ou inerte (território como área delimitada e base física sem sujeitos). Tal afirmação exige valorizar ações, projetos, temporalidades, formas de organização sociais, redes diversas e ressignificações simbólico-culturais. Isso nos faz “calibrar” o olhar de pesquisador na direção dos agentes não hegemônicos que têm no território circundante recurso e salvaguarda para sobrevivência frente às instabilidades cíclicas ou limitações de oportunidades nas combalidas economias urbanas.

Cidades também são constituídas por articulações de sujeitos como facilitadoras de relações de proximidades e acesso a recursos. As articulações constroem novas maneiras de formular projetos, construir rede e processar recursos e passam a reordenar o território através de sistemas territoriais focos de nossa reflexão.

De maneira geral, as cidades na Amazônia estiveram vinculadas em seus percursos evolutivos à formas de dominação, concentração geográfica e social de um excedente de produção e deslocamento de populações, sendo a urbanização uma estratégia do capital para ocupar e controlar rapidamente a fronteira (GENTIL, 1988). Mesmo admitindo isso, devemos especificar qual o tipo de cidade na Amazônia que estamos tratando e quais variáveis e elementos compõem os sistemas e as territorialidades que as caracterizam. Utilizamos o termo *evolução das relações territoriais* em nossa estrutura argumentativa (aprofundada nas seções seguintes). O interesse consiste em desvendar práticas adaptativas de redes de sujeitos vinculadas a formação de sistemas territoriais em diversos contextos no processamento de matéria-prima regional (em nossa análise: madeira, pescado e guaraná). Tais práticas, sistemas territoriais e seus contextos acabam conectando o meio urbano à diversidade de territórios circundantes.

Preparamos terreno para avançar em direção ao entendimento da inserção urbana nesse *processo evolutivo* (quantidade e qualidade de relações sociais na cidade que redefinem territórios da ação dos sujeitos). Para tanto, partimos da presença da cidade e do fato urbano, onde outras esferas de interatividade humanas passam a coevoluir: relações sociais, formas de organização produtivas, sistemas técnicos, arranjos institucionais, espaço intraurbano, relações com o meio ambiente, entre outros.

Torna-se necessário elencar elementos para reconduzir a interpretação do território a partir da cidade, que é cenário de coalizões, negociações, conflitos e articulações. Populações indígenas e interioranas antes distanciadas da *presença da cidade como recurso*, do acesso a bens de consumo, educação, instituições, etc., hoje usufruem do meio urbano que possibilita

novas interações com ambientes rurais, comunidades e aldeias. O “retorno ao território” através da interação com o *milieu* urbano exige entendimento dessa constante reterritorialização (novas mediações urbanas), possibilitando novas formas de articulação partindo da economia popular.

A cidade é nó, recurso para ações e manutenção da vida e meio para superação da “escassez” induzida durante crises e ciclos econômicos regionais. Ao tentar superar criativamente essa “escassez”, a formação de redes de sujeitos nas cidades não rompe ou destrói práticas vernaculares (navegação, extrativismo, etc.). Antes as adaptam às novas territorialidades e ações através do meio urbano. A dicotomia “rural-urbano” se dissolve. Aspectos de ambos se interpenetram, complementam, articulam ou se sobrepõem.

Em síntese, cidades como Parintins possibilitam reconstrução de vínculos territoriais a partir de novas mediações com base na presença da cidade e suas possibilidades. Além disso, alternam o ordenamento territorial num processo de evolução e maior densidade das relações territoriais.

Recentemente, houve a centralidade do discurso ambiental, a re-politização da natureza e a proeminência de discursos desenvolvimentistas ainda vigentes. A combinação disso fez da Amazônia alvo de disputas de projetos em cenários desenhados pelo conflito crescente entre novos e “antigos” atores no contexto da retomada das ações governamentais. Do avanço do agronegócio capitalizado à permanência de padrões de uso degradante e arcaico do solo (grilagem de terras, desmatamento e venda da madeira, queimadas e a posterior formação de pasto), projetos ligados a grupos não hegemônicos obtiveram espaço e visibilidade nas últimas décadas. Um exemplo são aqueles ligados a grupos ambientais, indígenas, quilombolas entre outros, numa efetiva territorialização das lutas por direitos, identidades e conquistas em variados âmbitos e cenários (ALMEIDA, 2004).

Nesse contexto, sustentamos que ainda há certa desvalorização da questão urbana na Amazônia. O destino das populações das cidades apareceria como elemento central, pois problemas ocorrem com a urbanização da fronteira regional, que é “desarticulada do seu próprio desenvolvimento e vai além dos limites internos de crescimento que a velocidade do desenvolvimento da região pode impor” (BROWDER; GODFREY, 2006). Assim, desde a década de 1970, diversas realidades atreladas a produção espacial sub-regional e urbana foram se formando. Surge um mosaico de cidades vinculadas às mais variadas frentes de expansão das atividades capitalistas, resultando no que Trindade Jr. (2010) chamou de *urbanodiversidade*.

Essa contínua e acelerada reprodução de espaços urbano-regionais com constantes fluxos migratórios, êxodo, consolidação e crescimento das cidades, remete abordar conceitos (reinterpretados a outros contextos) como os de território e territorialidade (DEMATTEIS, 2005; SACK, 2013; RAFFESTIN, 2009; RAFFESTIN; BRESSO, 1979; SAQUET, 2011). Isso concorre para a construção teórico-metodológica da análise de nosso objeto principal: o estudo de sistemas produtivos locais que, a partir do trabalho urbano e organização em coletivos² (associações, cooperativas, colônias de pescadores, etc.), formam redes de abrangência e atuação variadas, passando a ser interpretados como *sistemas territoriais*. Formam-se, assim, as práticas espaciais. Os sistemas formam, ainda, limites espaciais com uma *geometria zonal*, ligando a cidade aos diversos territórios do entorno como Terras Indígenas, comunidades ribeirinhas e Unidades de Conservação. Para isso, é preciso “cartografar” as redes de sujeitos (como indícios e evidências das territorialidades produzidas), investigar estratégias de adaptação ao ambiente existente e seus modos de “operar” e conectar territórios em redes hibridizadas entre o rural e o urbano.

Browder e Godfrey (2006) afirmam que os vetores de atividades ditas “modernas” incidem diferencialmente nos diversos subespaços regionais. Fragmentam as relações, constituem rede de cidades que não possui um princípio geral de organização e são caracterizadas como desarticulada de um princípio geral de ordenamento. A tese dos autores relativa à *urbanização desarticulada* enfatiza padrões de desenvolvimento que certas localidades e pequenos centros urbanos possuem, estando vinculados à valorizações momentâneas de produtos primários oriundos do extrativismo, que atingiriam o auge de suas atividades e depois tiveram queda acentuada (“*boom-bust*”), apresentam declínio populacional e migrações constantes para novos centros, constituindo uma verdadeira fronteira móvel.

Longe de objetivarmos caracterizar ou construir uma tipologia para Parintins, ou mesmo entender sua inserção na rede regional, julgamos ser útil entender a diversidade urbana. Mesmo não objetivando diretamente a construção de tipologias³, pretendemos dar

² A expressão foi adotada por Coelho Neto (2013), enquanto ações coletivas institucionalizadas, que são desenvolvidas em concerto, ou seja, no sentido que refletem o acordo ente pessoas ou entidades em vista de um objetivo determinado.

³ Como na proposta de Vicentini (2004) para caracterizar a mudança de padrão de organização do espaço regional, a autora aponta maior complexidade nos conteúdos e formas, seja pelo papel histórico ativado e posteriormente desativado pela emersão de novas frentes, ou as cidades modernas oriundas de grandes projetos (mineração, por exemplo). Subdividindo a caracterização em (i) metrópoles; (ii) cidades novas (*Company Towns*); (iii) cidades de colonização (por penetrações oriundas de rodovias pós 1960); (iv) cidades “espontâneas”; e (v) cidades tradicionais (ou ribeirinhas como também aponta Trindade Junior, 2008). Outra caracterização tipológica aparece em Becker (1990) constituindo importante esforço teórico para o entendimento das frentes de expansão, adicionando outras caracterizações de cidades, com ênfase na urbanização dirigida pela colonização

maior atenção às manifestações e configurações para o entendimento de “suas relações oriundas de estruturas urbanas mais antigas e sujeitas a transformações recentes” (VICENTINI, 2004).

Transformações recentes em cidades ribeirinhas apontam justamente para a redefinição desses conteúdos e processos (TRINDADE JR. et al., 2008; SILVA; MALHEIRO, 2005). Estes podem ser fontes de frutíferas comparações entre cidades dinamizadas por ações diversas (pelo Estado, o agronegócio, movimentos indígenas, etc.). Veremos a seguir que cada sistema urbano interage com maior ou menor intensidade com seu meio externo (grau de abertura em escalas de relações). Durante esse processo, ocorrem trocas de informações, sofrendo influência competitiva e reorganizando seu sistema territorial. Nesse bojo, a permanência de práticas, temporalidades e modos de vida tradicionais são alteradas, pois são submetidas à constante integração ao global, mesmo sendo lugares pequenos e longínquos. Como aponta Damiani (2006, p. 145) “o processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial, e essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades”. Isso evidencia a importância analítica das escalas dos eventos que tais cidades estão submetidas.

Rico olhar sobre essa temática é desenvolvido por Oliveira (2000). A tese desse autor aponta que o processo de urbanização não se dá necessariamente pela presença de cidades na paisagem regional (urbanização do território), principalmente pela difusão da sociedade urbana, que expande, igualmente, a influência urbana. A generalização do fenômeno urbano na Amazônia é discutida a partir da identificação de processos contraditórios baseados num tripé: a destruição de formas espaciais existentes, a criação de resistências e a reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados.

O autor concebe que a prática socioespacial, lugar geográfico da ação social, é reveladora por constituir alternativas de liberação de relações na cidade. As atividades que compõem os sistemas territoriais estudados, relacionadas ao último item do tripé, têm forte presença no nó urbano. Possibilitam a formação de territórios, mas com territorialidades que mediam, e são superpostas por lógicas mercantis. Indígenas, carpinteiros navais e pescadores estão envoltos nessa esfera de influência imaterial que é o urbano e a cidade.

Parintins, portanto, possui duplo caráter. Por um lado, serve como base de interação social, atuação e organização de grupos produtivos que usufruem do conteúdo da cidade para formular suas práticas espaciais na construção de territórios e territorialidades. Por outro é nó

particular (companhias colonizadoras) e pela colonização oficial estatal (modelo do urbanismo rural do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA).

articulador de influência zonal, ligando pontos que fornecem recursos regionais processados na cidade.

Salientamos que há importante conectividade entre Parintins e suas áreas de entorno através de intensa navegação. Isso confere papel central às embarcações como veremos nos sistemas territoriais objetos de estudo: tradição produtiva da carpintaria naval através de conhecimento local; tipologias de barcos desenvolvidos para usos territoriais específicos (refletindo a divisão territorial do trabalho e estratégias para populações urbanas); e uso de tipos de barcos por pescadores de acordo com o nível de interação com a economia (comércio, entrepostos pesqueiros, feiras, etc.). Esse “conector” terá destaque em nossa reflexão sobre a composição dos Sistemas Territoriais analisados.

Nos próximos itens, abordamos características basilares do sistema urbano. Ao exercer trocas com o exterior, relações escalares, fluxos diversos e redes⁴ esses sistemas realizam graus de fechamento ou abertura seletivos conforme a necessidade de cada sistema (DEMATTEIS, 2005). O modelo de entendimento de sistemas territoriais será analisado a partir da cidade, pelo prisma de suas ações. Ou seja, a forma como cada grupo organiza seu projeto de ação (que é também político e territorial, pois pretende reposicionar o grupo no jogo de forças na cidade); e como remodelam fluxos pela demanda local, processando recursos, reinterpretando a cadeia produtiva e construindo sua zona de influência, ou seja, seu território.

Na concepção clássica, territórios são definidos e delimitados por práticas que conferem poder a determinada coalizão de sujeitos. Indagamos se territórios muito peculiares são construídos por aqueles que sabem transitar pelos complexos cursos hídricos, possuindo saber recursivo (capacidade de sobreviver extraíndo recursos e circulando, saber este adquirido pelas vivências e práticas diárias), enquanto artesãos de embarcações ou mestres

⁴ Em tentativa de entender dinâmicas de fluxos, cuja tendência atual na rede urbana aparece o reforço do papel das cidades médias, Oliveira e Schor (2011) propõem uma tipologia para abranger a complexidade do perfil urbano das cidades ao longo da calha do rio Solimões (AM). Os autores incorporaram variáveis que vão além dos dados populacionais e econômicos, refletindo dinâmicas e papéis que cada uma das cidades exerce ao longo da rede, além de considerar aspectos histórico-geográficos. A análise dos dados feita pelos autores permitiu reflexões, onde um primeiro e importante resultado é o fato de que em termos de rede urbana existe significativa diferença entre o rio Solimões e o rio Amazonas no estado do Amazonas. A primeira tem características distintas da do rio Amazonas, com dinâmica local e infraestrutura urbana precária que permanece distante da inserção na dinâmica de desenvolvimento regional e nacional. Já a segunda é mais homogênea em termos de disponibilidade de infraestrutura e de fluxos entre elas. Isso se dá principalmente pela influência dos fluxos vindos de Belém e Santarém no estado do Pará, além é claro, da importância crescente de Parintins com o festival folclórico e Itacoatiara na desembocadura do rio Madeira agregando na região os fluxos vindos de Rondônia através da hidrovia do rio Madeira.

navegantes. A relação quase “umbilical” que grande parte dos cidadãos possui com localidades interioranas é acessada por essas dinâmicas urbano-ribeirinhas.

Para Santos (2004), os fluxos são o movimento, a circulação. Assim, eles nos dão a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Enquanto os fixos, para esse autor, são os próprios instrumentos do trabalho e as próprias forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Em Parintins, os pontos fixos são dinamizados conforme a sazonalidade fluvial, ou até se movimentam, como os flutuantes e portos improvisados. Criativamente e impelidos pela escassez de itens modernos (maquinários mais avançados, por exemplo), os sujeitos possuem capacidade de mobilizar esforços para obtenção de resultados. Atingem ou ativam pontos a partir no nó principal. Tecem estratégias-rede conectando o urbano ao rural através dos rios. Diferenciam-se de acordo com o poder de ação de cada sujeito ou coletivo organizado.

Nesse contexto, metodologia inovadora foi encampada recentemente em abordagens feitas por Schor (2014), Moraes (2014) e Carvalho (2014). Estes autores usam *redes urbanas temáticas*⁵ tratando da atividade pesqueira e da formação da cesta básica regionalizada nas cidades da calha do rio Solimões (AM). O peixe comercializado através de pescadores artesanais “urbanos” ou de comunidades formam relações que extrapolam os limites municipais. O resultado das pesquisas de Moraes (2014) demonstra que, por um lado, as cidades analisadas no Alto-Solimões (AM) representaram os últimos nós na rede estabelecida pela cesta básica regionalizada. Por outro, são os primeiros na rede internacional de mercado de bagres. A pesquisa aponta, ainda, para a ocorrência de variação sazonal dos itens e preços da cesta básica regional com influência determinante do pulso de cheias e vazantes dos rios (MORAES, 2014). Para o autor, as redes temáticas foram essenciais para compreender processos de sobre, super e justaposição dessas redes que envolvem a participação de um centro em várias redes com diferentes funções, articulando diversas escalas. Demonstramos adiante que parte das embarcações pesqueiras de Parintins atinge a calha do rio Solimões, pois a cidade fornece suporte para essa expansão, dando maior complexidade a essa justaposição de redes.

⁵ Moraes (2012) aprofunda discussão teórica sobre redes temáticas, mas sem continuidade de avanços posteriores por membros do NEPECAB. Os critérios usados para tratar certas atividades como sendo urbanas como as redes de alimentos e de pesca (comércio de bagres enquanto rede) constituem esforço intelectual para discutir como a perspectiva de redes pode dar saídas para à dicotomia rural-urbano.

Em outra análise de rede temática⁶, relativa ao manejo do pirarucu no município de Fonte Boa (calha do rio Solimões - AM), Carvalho (2014) aponta ser o manejo da espécie o principal elo articulador entre a cidade, o urbano e a região. A produção e organização espacial engendrada são construídas por movimentos sociais, Igreja católica, comunidades ribeirinhas, etc., onde a rede urbana se consolida graças a produtos e funções não-urbanas. A autora ressalta a função da cidade para redefinir as práticas socioespaciais “onde relações profissionais e institucionais modificam as relações dos habitantes com o lugar e no lugar (Carvalho, 2014, p.127)”.

Pensamos ser a abordagem territorial extremamente útil somada a esse tipo de pesquisa. Redes locais de sujeitos constroem projetos e usam artifícios mediadores variados (técnicas locais, conhecimentos de dinâmicas da natureza, redes sociais de interação e cooperação) tanto partindo da cidade em direção ao entorno quanto partindo de comunidades e aldeias em direção ao núcleo urbano. As mediações são centrais! Meios de se organizar, criar estratégias e parcerias institucionais, saltar escalas de relações diversas (comerciais, políticas, etc.), adaptar técnicas (máquinas e instrumentos de carpinteiros e moveleiros) e criar tecnologias contextuais próprias ao local.

Essa diversificada produção acadêmica nos fornece alicerce para questionamentos e apontamentos em nossa investigação, A chave interpretativa consiste em entender a capacidade da cidade de processar, conectar circuitos econômicos (do ribeirinho ao urbano mercantil, por exemplo), “interpretar” e ordenar o território sub-regional⁷. Tudo isso a partir de novas mediações.

Trata-se de analisar a interação entre espaços-de-fluxos conectados por redes “zonais” através dos rios e espaços da cidade (lugares e pontos do espaço urbano), o que compõe os sistemas territoriais em questão.

O paradigma da competitividade está presente na interpretação de muitos autores sobre a temática do desenvolvimento regional. Todavia, este desconsidera o fato que é necessário criar maior vínculo dos grupos com o território local e seu substrato espacial

⁶ Esse tipo de metodologia é extremamente importante se quisermos reinterpretar o papel das cidades na Amazônia. O olhar estabelecido pelo IBGE para análise da hierarquia urbana (IBGE. Regiões de Influência das cidades. REGIC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Rio de Janeiro, 2007) não abarca toda a multiplicidade de relações existentes nessas cidades. É preciso investigar outros conjuntos de variáveis para melhor compreensão da rede urbana amazônica, propondo tipologias de cidades e superando recursos analíticos que se apoiam na dicotomia “rural-urbano”.

⁷ Adotamos o conceito oficial (IBGE) de *sub-regional*. No caso específico, este é formado pelas cidades que compõem a sub-região do baixo Amazonas, constituído por sete municípios: Uruará, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Barreirinha, Nhamundá, Boa Vista do Ramos e Maués. Dependendo da natureza das atividades, a influência municipal de Parintins pode ultrapassar esses limites, estendendo para municípios do estado do Pará como Juruti e Terra Santa.

material como estratégia de sobrevivência. Saberes, lugares e redes de sujeitos sintagmáticos constroem em determinadas ocasiões saídas criativas para a “escassez” da cidade. Usaremos o termo escassez para indicar que grande parte dos sujeitos analisados não possuem recursos ditos “modernos” para obtenção do sustento na cidade (bens de capital, máquinas), tampouco acúmulo de capital para influenciar a produção do espaço a seu favor. Entretanto, possuem abundância de outros recursos vinculados ao conhecimento de populações regionais. Sabem transitar e processar o território circundante, mas aumentando, cada vez mais, o uso de artifícios presentes na cidade como recurso.

Assim, a escassez que estamos tratando refere-se à falta de oportunidades eminentemente urbanas, originadas pela rápida maneira com que populações se deslocaram para a cidade, cujo ambiente ainda não propicia a quantidade de relações sociais, institucionais, de mercado, ou educacionais (entre outras) satisfatórias para melhor inserção de redes de sujeitos variados que visam retomar vínculos territoriais.

Essa escassez relacional é um produto da reestruturação econômica regional que implicou constante processo de des-re-territorialização de populações diversas, ligadas a tipos diversos de vínculos com o território. Como reestabelecem esses laços enfraquecidos (mas não desfeitos!) com o complexo entorno de comunidades, aldeias e usos do território, é o que a presente tese pretende elucidar. O retorno ao território a partir da cidade tem esse caráter relacional e processual. O primeiro pela nova esfera interativa que o ambiente urbano propicia. O segundo, sobre como territórios de influência de grupos situados na cidade são influenciados pelo fenômeno urbano enquanto processo de acumulação no uso do território do entorno.

Um espaço se faz território a partir de processos de apropriação, influência, controles e dominação. Por isso, territórios devem ser entendidos como múltiplos em suas relações, manifestações e organizações. O território não está vinculado apenas a sua esfera político-administrativa. Antes envolve relações simbólicas, culturais e econômicas, assim como o modo como as pessoas fazem uso do seu espaço e dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2012).

Dedicaremos seção específica para discussão dos conceitos de território e territorialidade. O conceito de territorialidade, como chave interpretativa, nos permite averiguar se há territorialidades ativas, mais conscientes e com maior grau de liberdade de ações, ou passivas (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005b), submissas a esferas locais de poder e com baixa capacidade de formulação de projetos e ações.

Os elementos que compõem as territorialidades são chaves analíticas para entender a interação de cada grupo produtivo com o espaço apropriado, utilizado, produto e meio. Isso condiciona a reprodução de atividades que vêm se alterando pela maior complexidade que o *milieu* urbano denota. Através da análise do empírico, do real, subsidiamos o desenvolvimento da noção de *Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho* (STUR), composto por grupos portadores de territorialidades e temporalidades específicas produzidas a partir de redes de sujeitos (coletivos organizados) situados na cidade. Seus papéis de mediador multidimensional e conector de nós e pontos serão evidenciados em cada caso estudado.

Portanto, elencamos dois módulos estruturais em que o STUR se situa como eixo mediador, tanto na articulação entre áreas, como na conexão entre práticas mercantis e práticas chamadas tradicionais para subsistência. No final do capítulo detalhamos seu caráter mediador multidimensional.

Nesse sistema territorial ocorrem também rebatimentos intraurbanos na maneira com que o espaço geográfico vai sendo apropriado e produzido. Tal processo ocorre em bairros populares ou portos privados de grandes grupos comerciais da ilha, descritos no primeiro item do capítulo 3.

O sistema territorial local é entendido como produto do processo de co-evolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente (MAGNAGHI, 2010a), consolidado pela mediação do trabalho e da informação (RAFFESTIN, 2009) e interpretado como sistema ativo (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005b). Considerando seus elementos constituintes, estabelecemos a utilidade dessa complementaridade para a análise da situação-problema aqui apresentada que tentamos assim resumir. Durante o processo de crescimento urbano de Parintins e migração de populações oriundas de ambientes ribeirinhos ou as afetadas pela expansão urbana, ocorrem diversas manifestações de prática espaciais que constituíram novas relações entre sujeitos e o espaço. Isso delimitou territórios, através de relações zonais, reticulares, escalares e formas organizacionais diversas.

A luta por posições, num ambiente de negociação e coerção mercantil e competitiva urbana, acaba por cooptar e submeter determinadas redes de sujeitos, que resistem, onde o território passa a abarcar a organização política dos coletivos estabelecidos e sua economia. Aspectos da cultura local são condicionados por fortes relações com ciclos da natureza e usos sazonais adaptativos do território e de recursos regionais. Estes se reterritorializam e são submetidos, paulatinamente, a uma densidade de relações que evolui na cidade. Há continuidade dos vínculos, saberes e práticas de redes que os sujeitos possuem com as

diversas localidades circundantes. Assim, tais “artesãos de territórios” (pescadores, carpinteiros navais, indígenas e marceneiros) encampam desafios de adaptação e necessidade de *evolução das relações territoriais*. Combinam elementos dos dois módulos acima, articulando-os, estrategicamente, para estruturar seus subsistemas.

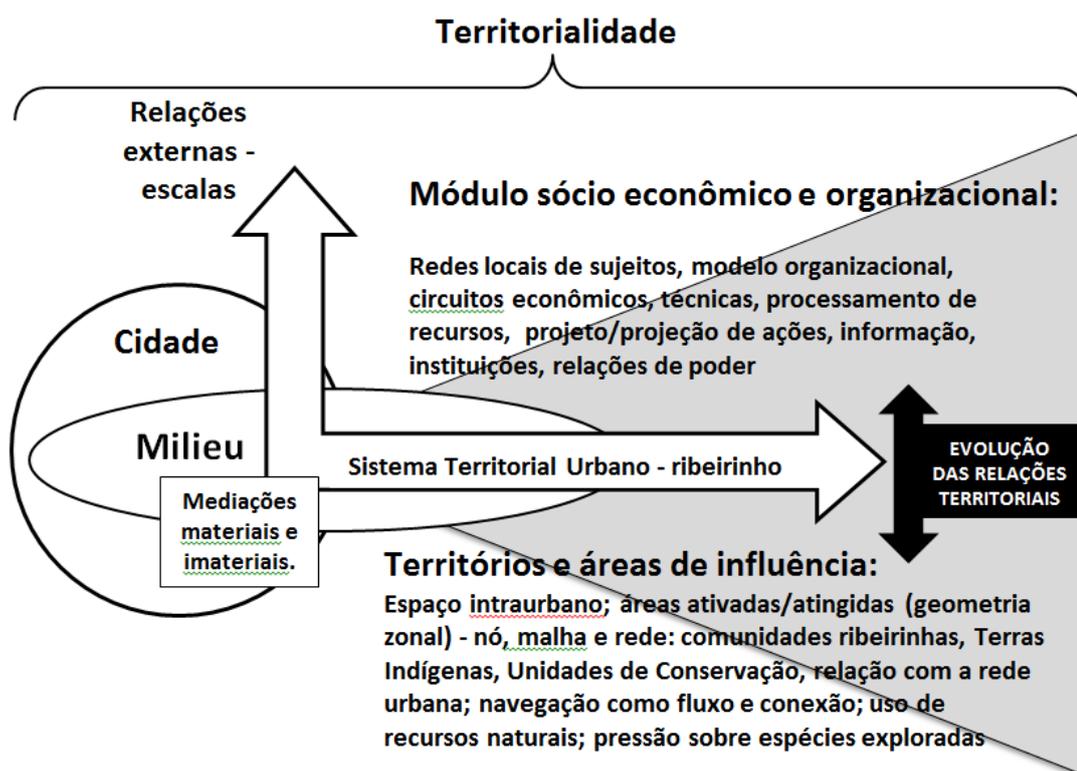


Figura 1: Elementos constituintes da estrutura do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Elaborado pelo autor.

Admitimos que a cidade está inserida num sistema amplo e complexo de difícil apreensão. Nesse sentido, seguiremos subsistemas que extraem e processam madeira, pescado e guaraná como “circuitos-guias” disponíveis para entender o papel da cidade como mediadora na produção de territórios. Isso justifica a escolha pela busca de interações entre variáveis que compõem o STUR, acompanhando o processamento da madeira, pesca e guaraná. Os “caminhos” e formas com que esses produtos “atravessam” a cidade demonstram elementos mais importantes da territorialidade em cada grupo. Isso inclui ligações e tipos de embarcações usadas, áreas de origem, passando pela mediação urbana (interação, organização, processamento e técnicas).

A busca pelas relações com o sedimento territorial recursivo que compõe a noção de *milieu* compreende considerar alguns aspectos. São eles: as técnicas intermediárias e artesanais ligadas à historicidade local (artesãos diversos, pesca, pequenas indústrias, etc.); a

organização e agregação dos sujeitos (incluindo a ação coletiva e a formação do capital social); e a disposição de recursos naturais e atributos culturais. Assim, entendemos que a capacidade recursiva, forma de interpretação do patrimônio por seu uso (MAGNAGHI, 2010a), foi sendo alterada durante processos de desterritorialização e reterritorialização. Ocorreram, nesse contexto, readequações das relações entre sujeitos e os usos do território local, incutindo novas territorialidades, de cunho urbano.

Nosso objetivo de identificar, analisar, compreender e representar os coletivos e redes de sujeitos através da abordagem territorial encampa alguns desafios. Dentre eles, está o de demonstrar formas de organização, de tecnologia, do caráter cultural e identitário, da ação coletiva, devendo sempre estar atentos à natureza da ativação de redes locais, e a dificuldade de se pensar a existência de um território como ator coletivo (DEMATTEIS, 2005; 2008). Em Parintins, os agrupamentos de sujeitos são ainda muito frágeis, mas possíveis de ser potencializados e incentivados. Estes sujeitos são portadores de projetos e intencionalidades em relação aos destinos que condicionam a reprodução social, territorial e cultural dos mesmos, em suas múltiplas dimensões (econômica, política, cultural e relações com a natureza).

Sucintamente, articulando as diversas contribuições sobre cidades na Amazônia ao nosso objeto de análise, cidades possuem *condições de contexto*. A partir da produção do espaço nas cidades, diversas dinâmicas sociais são efetivadas por novas territorialidades:

- a) os conteúdos dos espaços urbanos devem ser investigados e novas variáveis, como no caso dos sistemas territoriais propostos processados por coletivos organizados, devem ser levadas em consideração;
- b) diferentes contextos organizacionais, que reagem de maneira diferente de acordo com o local e capacidade de organização dos sujeitos, se desdobram em formas diversas de mediação com as variadas escalas institucionais. Por exemplo, a relação de cooperativas com esferas nacionais e internacionais, como demonstraremos no caso do consórcio indígena da etnia Sateré-Mawé;
- c) esses sistemas constroem estratégias diversas, mais funcionais ou mais simbólicas, no território;
- d) formam-se redes urbano-ribeirinhas (pois ações partem da cidade) ativadas por tentativas de retomada de processos produtivos ligados à cultura e recursos locais que constituem circuitos de abrangência territorial a serem cartografados.

Tecemos reflexões a partir da análise dos grupos urbanos como possíveis manifestações relativamente novas nas posições internas que compõem o jogo de forças de uma cidade. Mas entendemos que há reposicionamento de sujeitos frente a um cenário regional sempre pautado na coordenação de elites locais e regionais, onde novos canais institucionais podem permitir salto escalar e construção de novas estratégias de reprodução dos grupos.

Partimos da hipótese que grupos produtivos na cidade, enquanto coletivos organizados, formam sistemas territoriais com base urbana de atuação e organização. Articulam territorialidades funcionalmente e simbolicamente em graus variados, constituindo novas e importantes formas de mediação (organizacional, técnicas, zonal e econômica) na produção de territórios. As ações, projetos e práticas espaciais desses grupos produtivos fazem parte do sistema territorial que articula a cidade ao seu entorno e a relaciona com outros pontos mais distantes.

Para o entendimento dessa forma de mediação da produção territorial, propomos a noção de STUR detalhada no final do primeiro capítulo. Qual o histórico e evolução das relações de organização interna de cada grupo? Quanto ao uso dos recursos regionais, quais são as alterações técnicas, abrangência das áreas de extração e qualidade do processamento? A análise desses recursos manejados e processados diferencialmente por esses grupos demonstra diferentes técnicas (muitas delas como tipo de conhecimento não codificado), interações com outros circuitos e capacidade de interpretação de tais recursos. Além disso, ativam pontos no território construindo redes e escalas de relações.

1.1.1. Urbanização e Presença das Cidades: breve reflexão ao redor do ponto crítico.

O urbano, em meio à maior floresta tropical do planeta, apresenta particularidades atinentes à maneira como as sub-regiões estiveram ligadas aos ciclos de exploração de recursos naturais e à paulatina integração e polarização em relação às demais regiões brasileiras. Mais do que isso. Além da constante inserção reflexa na economia mundial (BECKER, 2004), o destino das populações nem sempre estiveram atrelados às flutuações e fases de reprodução do capitalismo nacional e internacional. Isso redundou na formação de uma população dispersa e de vínculo específico ao conjunto de recursos territoriais⁸.

⁸ “[...] as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de

Tais populações têm, cada vez mais, as cidades como ambientes de interação (nós para ações, construção de projetos). A condição histórico-geográfica é fundamental na análise de cidades pequenas ou médias afetadas por forças exógenas e funções específicas. Ao mesmo tempo, são redinamizadas por relações sociais constituídas por forte presença de populações tradicionais⁹ e suas práticas espaciais.

Graus variados de influência urbana incidem sobre essas populações. Consumo, meios de comunicação, acesso ao ensino ou saúde mediado pelas cidades são alguns. Num sentido mais econômico, localidades longínquas são influenciadas e sofrem certa pressão passando a “servir” circuitos econômicos comandados pela cidade, que serão aprofundados mais adiante. Portanto, a “presença da cidade” é condição importante para entender as formas de mediação que conduzem a formação de territórios e territorialidades.

A disparidade distributiva da população no estado do Amazonas foi resultante do modelo de desenvolvimento encampado desde a criação da Zona Franca de Manaus¹⁰. Verdadeira “estrutura primaz”, esse projeto recebe a maioria dos investimentos e infraestrutura e deixa à mercê amplas áreas do estado com baixa “presença de cidades” (figura 1). Não somente pelo baixo número delas (62 municípios no Amazonas, maior estado do país) ou pela densidade demográfica (as mais baixas do país¹¹), mas pela fraca capacidade de mediação existente nos núcleos urbanos. O potencial inovador, de aglomeração e criação que eles desempenham é de suma importância para a redução das disparidades regionais e para a formulação de projetos de desenvolvimento que dêem visibilidade às redes de sujeitos não hegemônicos.

ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem.” (ARRUDA, 2000, p. 274).

⁹ “Populações classificadas como “tradicionais”, isto é, das que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. [...] não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente” (ARRUDA, 2000, p. 59).

¹⁰ O projeto Zona Franca de Manaus, criado em 1957, redinamizado, reformulado e ampliado no período militar, contou com maciça propaganda de estímulo à migração para a capital, força centrípeta de mão de obra de diversas regiões, que acabou gerando uma macrocefalia urbana que abarca hoje 51% da população do Amazonas concentrados em Manaus. Além das diversas críticas ao modelo ZFM (hoje considerado polo industrial), frações enormes do território antes povoados por populações ribeirinhas, ou mesmo cidades interioranas tornaram-se áreas de evasão, emigração, causando desconexão com usos do território e suas horizontalidades (SANTOS, 2004) por práticas de subsistências, roçados, pesca ou povoamento indígena. Manaus, cidade difusa, fragmentada e em constante expansão do plano em formas variadas com acentuada segregação socioespacial, contrasta com cidades interioranas com dinâmicas diversas, mas ainda dependentes de repasse de recursos estatais e do funcionalismo público, que mantém a mínima circulação de renda nessas cidades.

¹¹ Por exemplo, das microrregiões: Solimões – 0,07 habitantes / km²; Purus – 0,40 habitantes / km²; Rio Negro 0,33 habitantes / km² (IBGE, 2013).

Nesse prisma, os estudos de Bitoun e Miranda (2009) visaram identificar uma tipologia das cidades brasileiras dialogando com políticas territoriais a partir do Ministério das Cidades. Esses autores evidenciaram que políticas públicas devem, de um lado, enfrentar a concentração nas metrópoles, e de outro, enfrentar o isolamento de algumas sedes municipais. Nos sistemas territoriais analisados nesse estudo, constatamos que não se trata de isolamento de área de atuação, mas de baixa capacidade de criar *links* com o exterior do sistema (com exceção do bem articulado Consórcio Sateré-Mawé – capítulo 3). Isso implicaria na maior troca de informações, com impactos como o aumento da gama de escolhas e o ganho de experiência relativa ao grau de abertura de cada sistema com o exterior. O resultado seria a melhoria nas mediações de interação entre território e a cidade. Esse grau de abertura refere-se também aos contatos frequentes com outras redes de sujeitos. Desse modo, haveria trocas de experiências, incentivo a coalização de grupos e formação de projetos, desdobrando na constituição do chamado capital social que possibilita territorialidades ativas (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005b).

Como lugar de aprendizagem, descobertas, difusão de ideias e do mercado local, a cidade passa a ser compreendida, entre tantas outras funções, como concentração geográfica de excedente social e produto de articulação entre comércio e mercado regional, todos beneficiados e propiciados pela economia de escala e aglomeração (BITOUN; MIRANDA, 2009; FERNANDES, 2009; CAMAGNI, 2005). Não seriam somente sedes de municípios, mas fornecedores de bases para a reprodução da vida social que alavancam atividades produtivas e usos variados do território. A virtualidade do urbano, como nos legou Lefebvre, requer metodologias específicas para captar suas manifestações, representações e práticas existentes. Pela extensa relação evolutiva de populações com o meio recursivo (a cidade inclusive), o ponto de cisão/retomada de tais territorialidades consta como objeto de rica análise.

Essa “escassez” de mediações nas cidades, geralmente realizadas por atravessadores locais que não constroem relações territoriais que visem melhor qualidade (manejo correto de recursos naturais e processamento), deve ser balizada pela possibilidade de se cartografar as densidades de relações dos sistemas territoriais. Um exemplo interessante e recente vem ocorrendo nas cartografias sociais¹² que demonstram usos intensos de frações do território e territorialidades de populações “tradicionais”. Indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu têm, assim, uma ferramenta que gera visibilidade às suas lutas de existências e

¹² A exemplo do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida da Universidade Federal do Amazonas.

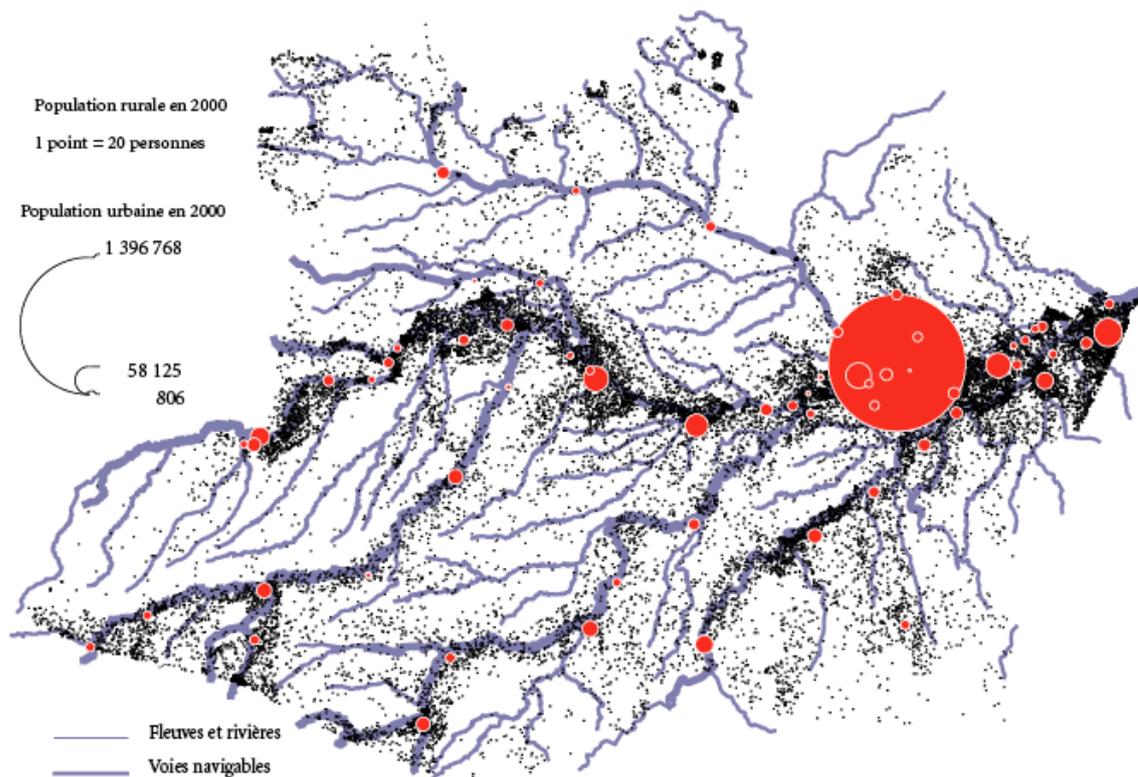
experiências (materiais, culturais, simbólicas) através de práticas de reconhecimento e construção de representações que denotem os usos do território. Ou mapeias, ou te mapeiam!¹³

Os nós vermelhos influenciando os pontos negros no mapa 1 são sugestivos. Os pontos negros correspondendo aglomerações humanas (comunidades ribeirinhas) podem ser ativados ao invés de simplesmente atingidos pela influência da cidade. São ativados quando usam a cidade como base de apoio para relações que beneficiem sua inserção no território. Cooperativas rurais com feiras de produtores na cidade, conseguindo apoio técnico institucional, qualificando moradores que estudam na cidade e assim por diante... A virtualidade da cidade tem efeito no seu entorno, mas as mediações são triviais para que ocorra esse processo. Comunidades, cooperativas, associações negociam demandas, tecem redes sociais (MARQUES et al., 2013) e formam base para ação para implementar seus projetos na cidade.

Cidades menos atingidas por investimentos dos sucessivos ciclos, pouco alteradas pelas verticalidades (SANTOS, 2004), possuem mais fragmentos do espaço com uso tipicamente ribeirinhos. Isso é presença forte na caracterização de uma paisagem cuja formação é associada a traços culturais herdados (indígena e caboclo-ribeirinho) e à materialidade contextual e recursiva na qual sempre estiveram inseridas. Sempre foram apoiadas pelos recursos agroflorestais e extrativistas fornecidos pelo entorno formado por complexos ecossistemas. Como discutimos a seguir, é necessário ultrapassar a concepção de dinâmica ribeirinha apenas pela posição e sítio, avançando sobre as relações existentes com o urbano.

Cabe a seguinte argumentação: as populações que agora se encontram nas cidades amazônicas, não formam somente extensas periferias e aglomerados de pobreza com limitadas possibilidades de ação no território. Elas carregam consigo “geografias e saberes vernaculares”, como nos aponta Paul Claval (2011; 2014). Portam habilidades indispensáveis para transformar matéria, circular pelo território e construir moradias, embarcações e utensílios do dia-a-dia, através de seleções operadas junto às técnicas disponíveis e aos instrumentos presentes.

¹³ OFFEN, Karl. O mapeas o te mapean: mapeo indígena y negro en América Latina. In: Tabula Rasa, n. 10: 163-189 (jan/jun 2009), Bogotá, Colômbia.



Mapa 1: População urbana e rural na Amazônia.
Fonte: Théry, H. (2008).

A quantidade de marceneiros disponíveis em Parintins contrasta com a escassez de mestres de obras para construção em alvenaria. Pela enorme quantidade de madeira regional, há de se esperar que entre a população existam inúmeros mestres artesãos, carpinteiros, marceneiros entre outros. Recorrer ao entorno imediato parece ainda ser estratégia de populações de cidades com áreas circundantes ainda passíveis de serem exploradas. Esse é o caso das cidades pouco afetadas por frentes de desmatamento advindas de estradas ou projetos diversos de colonização como as do Arco do desmatamento¹⁴ ou povoamento adensado (BECKER, 2004). Há relação “umbilical” com as comunidades circundantes, que sempre são acessadas para atividades de complemento de renda (roçados, pesca e extrativismo) ou subsistência alimentar.

O ponto crítico da urbanização amazônica ressalta a “cisão” da longa relação das diversas populações e suas práticas espaciais construídas ao longo da antiga ocupação do vale amazônico. Junto ao crescimento da cidade, não devemos limitar nossa reflexão na capacidade de sustentar a crescente população urbana através de serviços e atividades na

¹⁴ O termo *Arco do Desmatamento* foi usado para descrever a área que atravessa os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, sudeste do Pará e parte do Maranhão. Bertha Becker (2004) aborda sobre a falácia do “Arco de Fogo”, aponta que já ocorre a reconversão dessa ampla faixa em áreas produtivas já consolidadas, rebatizando a mesma de *Arco do povoamento adensado*.

cidade. Atividades mercantis ligadas à exploração de recursos naturais se tornam saída para criação de “riqueza”, desigualmente distribuída. Ponto nodal para absorção e processamento de recursos, indagamos sobre a capacidade dos sujeitos situados em Parintins de imprimir maior qualidade nas relações territoriais no âmbito do processamento da madeira, guaraná e do pescado. O ponto crítico urbano torna-se mais evidente pelo avanço do desmatamento e da cidade. Aos poucos, vem descartando possibilidades de “manejar” seu território de entorno com melhor qualidade de relações ambientais, sociais e culturais.

As populações diversas agora presentes nas cidades estão aparentemente desconectadas da longa trajetória de interação com o meio ambiente circundante (mas evoluindo a partir de novas configurações organizacionais, arranjos técnicos, de trabalho, entre outras esferas de relações). Nesse contexto, essas populações podem ter a cidade e a virtualidade do urbano como recursos de um possível *retorno ao território*? Surge o amplo campo para pesquisas futuras: interpretar mudanças de usos do território como possibilidade de novos atos geradores de territorializações, que possam converter o território (zonal, topológico, reticular ou imaterial) a favor das populações locais¹⁵.

De outro lado a cidade vem estruturando uma materialidade e racionalidade impostas pela modernidade quase dominante. Esse contexto é permeado por permanências, espaços de tempo lento, territorialidades resistentes, lugares de encontro e sociabilidade, coexistindo em beiras de rios e lagos aparentemente “caóticos” ou “desordenados”, com aglomerados de embarcações, rica cultura, mas também com presença da pobreza.

Em resumo, essas re-existências sinalizam que os sujeitos se “agarram” ao território como falta de opção de meios de subsistir, retornando ao “abrigo territorial”. Nessa urbanização, a escassez permite permanências de práticas rudimentares e muito antigas de relação com a natureza que mais identifica assentamentos humanos na Amazônia: o uso do rio.

Como balizamentos preliminares para construção de nossa estrutura argumentativa relativa à capacidade de Sistemas Territoriais constituírem novas formas de mediações da produção de territórios, tecemos as considerações a seguir.

Cidades como sistemas abertos e diferencialmente atingidos por eventos, políticas de planejamento ou ciclos de valorização de recursos, não estão fadadas à estagnação, tendo

¹⁵ Não só a falta de moradia, saneamento e bens sociais básicos (saúde, educação, lazer), mas a inexistência de relações formais ou informais de reprodução social para formação de vínculos espaciais (que se apropriados e ressignificados tornam-se territórios), com limitações de participação na esfera da política urbana, na integração social anulada por territorialidades passivas (GOVERNA, 2005).

evolução contínua de possibilidades de acordo com o tipo de ação de sujeitos na cidade e das possibilidades que a mesma oferece.

É preciso reconhecer as densidades do território, suas redes de sujeitos e formação de projetos, cujas ações forneçam pistas de práticas espaciais, base para repensar políticas públicas no futuro.

As atividades produtivas que compõem o STUR fazem parte de circuitos da economia urbana, conectando com presença de lógicas do capital mercantil sobre o território que se interpenetram às dinâmicas ribeirinhas, gerando impacto ambiental como veremos¹⁶.

As escalas, eventos, processos e fluxos que o meio urbano permite construir, influenciar e receber influência passam pela densidade institucional e até mesmo pela experiência de lutas sociais ou coesão social de um dado território. Com isso, tornam-se essenciais para entendermos a ocupação (predatória ou não) das vastas porções do território que estão sobre influência e comando das cidades. Estas estão tradicionalmente dominadas por elites conservadoras ligadas à permanência de estruturas de exclusão e pobreza para manutenção de posições político-econômico privilegiadas.

É urgente reconhecer atividades e manifestações laborais portadoras de cultura e técnicas específicas como caminhos possíveis de lutas pela afirmação dos direitos de usufruir, produzir e vivenciar a construção de territórios. Estes aqui entendidos em seu sentido clássico: ligado a relações e exercício de poder. Lutas por direitos territoriais têm na cidade um cenário – pela proximidade, facilidades e aglomeração – de construção de novas identidades que possuem nas territorialidades suas principais maneiras de reprodução enquanto grupos étnicos ou coletivos de interesse.

Como hipótese secundária, os sistemas territoriais em voga tenderiam a formar território (como resultado da ação e condicionante) a partir de *territorialidades complementares*: i) complementam a economia urbana ainda dependente do uso extensivo do território do entorno; ii) complementam, enquanto práticas no espaço, condições de manutenção de populações na formação da economia popular urbano-ribeirinha. iii) são complementos das atividades mercantis que exigem circulação e apropriação do trabalho do ribeirinho, como já exposto. Vejamos como dinâmicas ribeirinhas e urbanas se materializam no espaço da cidade.

¹⁶ Não é objetivo averiguar, mas a cidade coloca em risco sua capacidade de automanutenção futura, cujo metabolismo urbano e consumo de recursos ultrapassam a capacidade de auto-reprodução dos ecossistemas circundantes. Evidências são apontadas no capítulo 2.

1.2. Cidades e Dinâmicas Urbano-Ribeirinhas: sítio, situação, centralidades e temporalidades.

Existem alguns aspectos centrais na nossa discussão sobre a existência de Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos. Convivência entre temporalidades e intencionalidades distintas, maneiras de interagir com o território, interpretar recursos, processar e estabelecer laços e redes em diversas relações e uso de técnicas rudimentares pouco avançadas tecnologicamente. Mas antes, “situar” e descrever o contexto urbano é um passo importante.

As práticas espaciais ribeirinhas de populações locais possuem forte relação com os rios. Todavia, o contexto urbano impõe uma generalização da mercantilização das relações. Isso resulta numa evolução de formas-conteúdos (SANTOS, 2004), seja pelas redes produtivas tecidas ou na organização do trabalho e privatização do uso da terra. Um novo contexto se forma onde a inserção de atividades “tradicionais” na esfera de mercado em cidades altera práticas artesanais ou de subsistência. Como exemplo, há os pescadores profissionais. Pela demanda do mercado urbano, estes passam a exercer maior pressão sobre o estoque pesqueiro. Percorrem distâncias cada vez maiores a cada ano em busca de pescarias mais rentáveis, transitando da prática da pesca de subsistência artesanal (vinculada ao valor de uso) para a venda em mercados da cidade ou exportação (valor de troca). Como exemplo, recentemente tem-se noticiado a matança de milhares de botos para uso como isca na pesca da piracatinga na região do Alto Solimões, peixe de alto valor em mercados de exportação.

Dois dinâmicas escalares estão presentes nesse contexto de influência da cidade e do processo urbano ao contexto ribeirinho. Uma dessas escalas é a sub-regional, com a cidade intervindo em configurações espaciais até onde sua influência alcança (municípios vizinhos e calhas de rios distantes, no caso do sistema pesqueiro que parte de Parintins). A outra é a escala intraurbana, com dinâmicas ribeirinhas confrontando ou se adequando às formas e processos urbanos. A primeira escala acaba afetando a segunda por ser coordenada por maior volume da capital empregado, necessitando de portos privados que alteram a dinâmica intraurbana, por exemplo.

Sobre a escala sub-regional na Amazônia, a capacidade dos sujeitos em mobilizar recursos sempre foi causadora de tensões e conflitos. Os exemplos mais marcantes ocorrem nos chamados “acordos de pesca” (ALENCAR, 2000). Nestes, comunidades ribeirinhas se mobilizam contra a pesca industrial em grande escala que explora estoques em lagos na busca de peixes nobres de escama muito valorizados (pirarucu, matrinxã e tambaqui, por exemplo).

A exploração massiva prejudica a reprodução das espécies e sustento futuro das famílias locais. Há relatos obtidos de pescadores que a invasão de frotas pesqueiras vindas do Pará causando enorme pressão sobre cardumes foi frequente. Nesse caso, os pescadores partem de Santarém, conformando verdadeiro embate por recursos para abastecer as indústrias de processamento de peixes. Onde se manifestam essas populações contra esse tipo de problema? Nas cidades, recorrendo às rádios locais ou se dirigindo à Colônia de pescadores, ou pressionando o sucateado IBAMA que possui pouco poder de fiscalização hoje. No Amazonas ocorre fiscalização também pelo IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), ausente em Parintins.

Grosso modo, temos no contexto da exploração de recursos uma tríade entre técnicas, relações sociais e econômicas e territórios/territorialidades, mediada pela cidade. Com a evolução de técnicas e instrumentos de trabalho, atividades saem de estágios artesanais para manufatura e pequenas indústrias. A exemplo disso tem-se o ciclo da juta (1950 a 1980) e seu respectivo beneficiamento industrial em Parintins. A valorização e exploração cíclica de determinados produtos configura divisão social e territorial do trabalho. Dependendo do recurso natural explorado, ocorre o surgimento de cidades em frentes de desmatamento, como no caso da exploração de madeira¹⁷. Demonstramos adiante a abrangência dos territórios da pesca com barcos maiores (batelões) adentrando na calha dos rios Solimões e Madeira estimulados pela demanda e estrutura urbana ou por empresas exportadoras de Parintins.

Na escala intraurbana, a existência de espaços de vivências ribeirinhas é interpretada como prática econômica alternativa de pequena escala. Ali “se manifestam fortes relações de permanência da interação, de natureza multidimensional, entre populações citadinas com os rios, à margem dos quais as cidades se localizam” (SILVA; MALHEIRO, 2005). Nessa lógica, Santos (2004) aponta que “o espaço econômico é um conjunto de pontos e fluxos, enquanto o espaço geográfico é o espaço banal” sendo ambos indistinguíveis. Os fixos provocam fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locais, mas, também, em função dos dados políticos como aponta o autor. As massas criadas pelos fixos exigem capacidade de mobilidade no espaço. Executada exatamente pelo poder econômico, político ou social, essa mobilidade é maior ou menor segundo as comunidades, as instituições instituídas em cada grupo social e os homens em ação (Ibid., p. 84). É uma riquíssima reflexão para problematizar a existência de sistemas territoriais que possuem base em

¹⁷ O caso de Rolim Moura (RO), descrito por Browder e Godfrey (2006), ilustra bem a dinâmica de cidades que cresceram a partir da exploração de madeira. O Mogno, no caso, madeira de alto valor de mercado, que teve esgotada suas reservas, causando declínio e encolhimento dos núcleos urbanos formados.

diferentes formas de circular pelos rios, adaptar técnicas e usar recursos, ligando e interpenetrando o urbano aos diversos ambientes circunvizinhos.

Se a extração de recursos naturais ligada à demanda urbana ou mercados externos aumenta, a demanda por pessoas dispostas a navegar, praticar extrativismo ou realizar cultivos também cresce. Isso intensifica a necessidade da mediação entre território-cidade-mercado. Há exigência do uso de saberes e habilidades não codificadas e de aprendizado tácito nessa mobilização de pessoas, esforços e conhecimentos. Os ciclos passados da extração do óleo de pau rosa (seiva para perfumes), cultivo de juta e malva (fibras) ou na ininterrupta extração madeireira ou pesca são bons exemplos. Tais conhecimentos que permitem a sobrevivência dos ribeirinhos passam a ser apropriados a serviço de setores mercantis da cidade direta ou indiretamente. Essa sobreposição, complementaridade e interpenetração são basilares na noção do STUR.

Nesse sentido daremos atenção às embarcações de todos os portes, que acumulam funções conforme a cidade se transfigura. São formas-conteúdos mutantes e adaptáveis, ultrapassando a função de apenas conectar pontos através da circulação e servem também como moradia (temporária ou fixa) e instrumento de trabalho. As embarcações são elementos chave na busca de meios de vida não obtidos na cidade: complemento de renda, obtenção de alimentos (aceso aos roçados que os cidadãos possuem nos interiores), pesca, acesso a madeira e palha para construir moradias, entre outras tantas atividades. “A madeira tá cara e vou então pegar a bajarinha¹⁸ do meu vizinho e buscar madeira lá no interior. Quero acabar de construir minha casa logo”. Esse foi um dos inúmeros relatos que ouvimos em trabalhos de campo. Os barcos são elementos centrais na estruturação do STUR, possuindo funcionalidade e meios de vida.

Práticas para obtenção de recursos na mata são corriqueiras para populações interioranas. Como são transfiguradas ou mantidas na cidade é um canal investigativo interessante para entender o que é o urbano em nosso recorte analítico. Como lembra Raffestin (2009), a produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN, 2009).

Questionamos o tipo de influência que cidades com dinâmicas ribeirinhas intensas possuem junto ao entorno direto ao imprimir redes zonais (materiais) ligadas por relações

¹⁸ Barco médio com popa e proa afinados como uma canoa, com motor de centro e tolda (cobertura).

urbano-rurais (diferentes das redes regidas e constituídas a partir de cidades cujos espaços de técnicas e informação são mais avançados). As técnicas utilizadas na formação dessas “micro-redes” são rústicas. Os períodos de trabalho variam de acordo com o regime sazonal fluvial. Cabe-nos analisar como novas formas adaptativas, a partir de grupos produtivos, passam a processar matéria (recursos locais), energia (trabalho) e informação através de práticas espaciais, constituindo subsistemas no interior do sistema urbano.

Aqui cabe levantar uma das questões pertinentes às relações e capacidade de mobilidade dos grupos analisados. Numa retomada do “território como abrigo e como recurso” (GOTTMANN, 2012), eles estariam sujeitos a quais restrições e “constrangimentos” espaciais? Ou mesmo quais possibilidades de tecer outros vínculos ou reativar e construir territórios a partir da esfera de convívio urbano? Quais estratégias tecidas e novas relações de poder estariam se desenhando em territorialidades e temporalidades conflitantes? O que a urbanização (presença e papel da cidade enquanto *milieu*) propicia em possibilidades para ação? E como o espaço urbano, a esfera público/privada e as instituições e suas funções são interpretados como recursos na ativação de novas ações que se desdobram em novas territorialidades? Quais os (re)desenhos da trama territorial estão se consolidando em circuitos econômicos locais? Quais novas formas de organização, relações de trabalho e técnicas emergem na formação de “trabalho novo”¹⁹, associado ao “trabalho antigo”, e em que sentido podemos falar de tecnologia social?

Variados esforços analíticos sobre cidades ribeirinhas tem sido feitos recentemente, com destaque aos trabalhos Trindade Jr. (2010), Trindade Jr., et al. (2008), Nunes e Trindade Jr. (2012), Oliveira (2000; 2012), Oliveira e Schor (2008), entre outros. Para Trindade Jr. et al. (2008, p. 38) as cidades ribeirinhas

(...) são cidades, a rigor a) *localizadas às margens dos rios*, às vezes de grandes rios, seja considerando a sua largura, seja levando em conta o volume de água, ou ainda, o tamanho de seu curso fluvial (...); b) *pequenas*, quanto ao seu tamanho populacional, à extensão de seu formato territorial e às funções urbanas que nelas se fazem presentes; c) *locais*, dado ao alcance de suas polarizações, a sua forma de relação com os espaços do seu entorno e sua forma de inserção no conjunto regional; d) *tradicionais*, no sentido de ordenamento espacial do conjunto sub-regional em que se inserem, do padrão de ordenamento intraurbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais.

¹⁹ Usaremos os termos trabalho “novo ou velho” entre aspas, pois pretendemos dar maior atenção ao par aparentemente dicotômico, refletindo as demais dimensões existentes no trabalho urbano e as principais consequências e rebatimentos espaciais.

Para esses autores, as cidades ribeirinhas possuem forte influência socioeconômica e cultural com a escala geográfica local e regional. São enraizamentos que se traduzem em modos de vida e interações estabelecidos entre os cidadãos e os cursos fluviais. Ressaltam ainda a importância de interpretá-las para além da localização absoluta, onde essa interação assume o caráter funcional (circulação fluvial e uso para atividades domésticas), de subsistência material (fonte de recursos alimentares e econômicos), lúdico e simbólico cultural (Ibid., p. 42).

Nunes e Trindade Jr. (2012) interpretam o urbano como realidade social. Essa seria composta de relações construídas, reconstruídas e em construção. Pressupondo, portanto, uma morfologia social e também um modo de vida, os espaços de vivência ribeirinha

(...) fazem parte de uma totalidade e criam recorrentemente permeabilidades socioespaciais, não se deixando negar no movimento que define a cidade e suas intenções, mesmo que isso se faça, não raro, de forma tensa e contraditória. São, por isso, verdadeiras mediações entre ordens próximas e ordens distantes que dão sentido ao urbano e à cidade na Amazônia (NUNES e TRINDADE JR., 2012, p.227).

Esses apontamentos são úteis, não com intuito de caracterizar Parintins como cidade “ribeirinha”, mas para reconhecer os aspectos salientados quando presentes na dinâmica de seus fragmentos. Estes fazem parte de sistemas territoriais detalhados a seguir, onde espaços de dinâmica ribeirinha dialogam com a cidade enquanto mediadora material e relacional. A projeção dos sujeitos e suas redes possuem momentos de maior ou menor interação com tais espaços de vivência ribeirinha. Em nossa leitura, esses espaços são interpretados como nós para ação, possuindo centralidade quando localizados em bairros populares, feiras e pequenos portos. Tais espaços contribuem na formação das territorialidades. Condicionam a maneira com que sujeitos circulam, se apropriando e delimitando tais espaços que podem formar micro-territorialidades.

Materializados na paisagem, flutuantes, beiras de rio para atracagem, aglomerados palafíticos e rampas para acesso a beiras de rua, sinalizam tais conectores entre a cidade e os rios. A cidade como forma, criada por relações entre práticas sociais e a configuração do espaço, pode ser entendida como formadora de territórios específicos, que condicionam práticas específicas. A dinâmica ribeirinha é ampliada por ser relacional. É tanto ponto de conexão enquanto fluxo para formação de redes, quanto materialização do projeto de cada grupo embasado nas benesses que a cidade oferece.

Assim, diferentes racionalidades e temporalidades coexistem nos fragmentos urbanos. Isso acompanha intencionalidades e interesses distintos, onde ações de variados sujeitos constroem redes colaborativas (além é claro, das redes pessoais e familiares reforçadas) e estratégia-rede, dependendo de sua capacidade. Tais permanências, relações hibridizadas pela inserção ao meio urbano, estariam sujeitas à alterações, seja pela sujeição e cooptação das atividades exercidas à esfera mercantilista, seja pela inserção e usos de técnicas mais avançadas. O capital mercantil presente na cidade faria uso do STUR adensando suas atividades e fornecendo insumos para seu funcionamento: gasolina, gelo, motores, bens de consumo para revenda no interior, financiamento e absorção de produtos regionais extraídos nos interiores.

Nesse prisma analítico, o espaço urbano é visto como estruturador e condicionador das relações sociais. Mas em cidades na Amazônia, pequenas, locais e ribeirinhas ou médias, a generalização das relações contratuais ocorre simultaneamente à reprodução de vínculos tradicionais de convivência social (NUNES, 2008). Justifica-se, assim, a importância de outra escala analítica, com descrição das ações de sujeitos não-hegemônicos e compreensão das temporalidades e territorialidades.

Junto à ação instrumental e o pensamento operacional ocorre a formação da oposição a partir de práticas sociais enraizadas nos lugares. Milton Santos (1994) chamou de *homens lentos*, possibilitando pensar o espaço a partir de resistências culturais e lutas políticas que marcam o território. De forma complementar, Porto-Gonçalves (2002) afirma sobre a possibilidade de outros mapas elaborados por *geo-grafias*, cuja espaço-temporalidade do cotidiano que a natureza prática do senso comum adquire e a potência das territorialidades resistentes, onde há múltiplas formas de apropriações do território que evidenciam técnicas (adaptadas à “escassez”) e oportunidades conduzida por uma cultura ordinária, inventora de soluções, articulando materialidade e imaterialidade (RIBEIRO, 2013).

Dessa maneira, considerar o tempo da natureza também é necessário. Principalmente quando relacionado ao rio como referencial da organização espacial e sazonal (figura 2), além de matriz da temporalidade dos ritmos sociais. Essas relações horizontais no espaço, denotando territorialidades, estratégias de reprodução e acesso recursivo dos grupos, são embasadas numa organicidade maior. Territorialidades passam a compor uma trama socioterritorial, cujas trocas (redes) podem formar, caso potencializadas, sistemas de cooperação importantes, como defendemos.

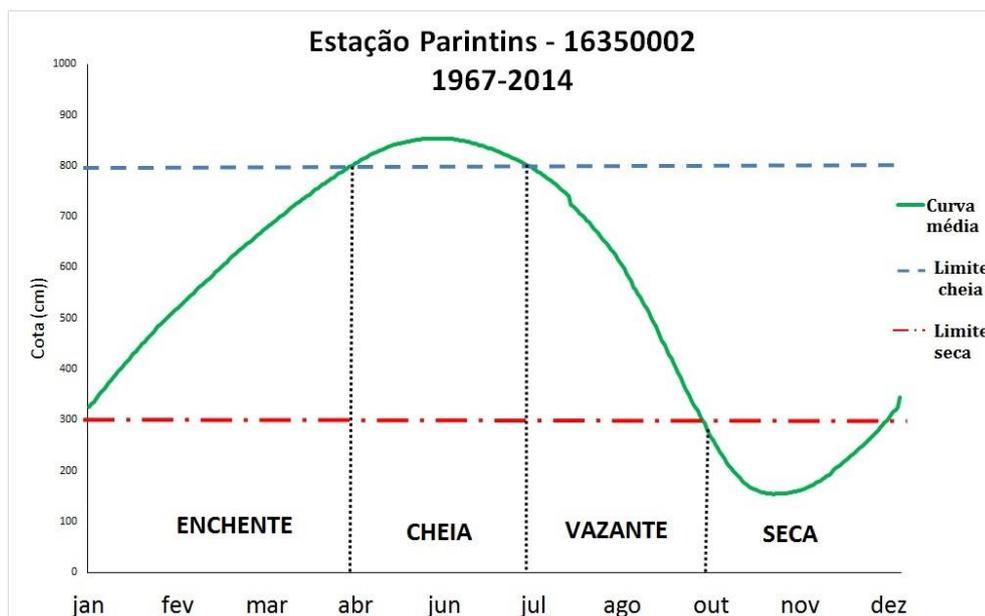


Figura 2: Gráfico da média das cotas nas oscilações fluviiais do Rio Amazonas próximo a Parintins.
 Fonte: CPRM.
 Organização: Amarilis Donald.

A observação nas beiras-de-rio pelas vivências diárias dão indicações de como serão as cheias ou vazantes. Não ouvimos nenhuma referência aos famosos *La Niña* ou *El Niño*, que interferem na formação de vazantes e cheias extremas. Mas foi perceptível nos trabalhos de campo que, a partir do senso comum e a velocidade das oscilações hídricas, nossos entrevistados planejavam ações considerando os ritmos do rio. Percebemos que os carpinteiros navais programam o transporte de um batelão²⁰ em terra para a água de acordo com o ritmo de cheia e vazante. Dependendo da situação, apressam o trabalho ou o barco não sai de lugares como a lagoa da francesa, que seca completamente, a tempo.

Pequenos canais conectores nos complexos de lagos em várzea e igapós também só são acessíveis em certos níveis hídricos e percebidos pelos pescadores com facilidade sem nenhum instrumento. Esse saber não codificado e tácito passa a ser usado para a reprodução do capital mercantil que se apodera indiretamente desse conhecimento pela submissão do pescador ao mercado local. O saber fazer embarcações de madeira é submetido a lógicas semelhantes, compondo a noção do STUR. Nos últimos anos temos acompanhado a repetição de eventos extremos atípicos nos pulsos de cheias e secas que impactaram a economia regional de formas distintas. No meio rural, a subida abrupta e acima da cota média dos rios tem surpreendido produtores de culturas sazonais de várzea ou de áreas mais altas de

²⁰ Batelão é o nome dado ao casco largo, poupa arredondada, de dimensões variadas, que é a base da embarcação. Quem define o que será construído acima do casco (a chamada “obra morta”) é o proprietário, variando desde a pesca ao transporte de gado.

produção perene. Não possibilitam o planejamento de colheitas e plantio, acarretando em perdas pela inundação imprevista e irregular. As alterações de subida e recuo dos rios impactam o crescimento de pastagens de várzea prejudicando a pecuária, dificultando manuseio de rebanhos e recomposição do pasto. Nas cidades que são inundadas²¹, populações mais carentes e com situação de vulnerabilidade quanto a aspectos de moradia (geralmente palafitas sem saneamento básico), são as mais afetadas. A pesca é mais afetada ainda. Na vazante estrema de 2015, lagos que serviam de reprodução de peixes secaram completamente ou tiveram suas águas aquecidas. O resultado foi a mortandade de milhares de toneladas de peixes²², o que diminuiu o desembarque de pescado no ano de 2016, segundo entrevistas com pescadores.

Dois dos sistemas territoriais estudados em Parintins (pesca e carpintaria naval) possuem relação intensa com o sítio urbano da cidade e suas beiras-de-rio (mapa 2). Esses ambientes são formados por um arquipélago fluvial situado em planície a 50 metros do nível do mar. Tal contexto condiciona as atividades desses dois sistemas com dinâmica fortemente influenciada pela sazonalidade fluvial. Questionar a capacidade de reação e adaptação futura às imprevisibilidades climáticas é essencial para o futuro das cidades, principalmente no tocante às populações menos favorecidas.

No capítulo terceiro, demonstraremos usos e condicionantes para pescadores e estaleiros navais em relação à morfologia urbana, fazendo proposta de caracterização tipológica de três importantes beiras de rio da cidade identificadas no mapa 2. Estas possuem grande concentração de atividades relativas ao comércio, produção, circulação regional e mobilidade intraurbana, dinamizadas pelos pulsos de cheias e vazantes. São nós para as ações de diversos agentes produtores do espaço. Desde pescadores artesanais e carpintaria naval até portos privados de grupos comerciais. No centro (1) há o mercado municipal e o centro histórico-comercial. Dois principais portos com intensa circulação durante o ano que aumenta na estiagem. Nesse período, lagos e furos²³ do entorno do arquipélago secam e todo o

²¹ Barreirinha, município vizinho a oeste de Parintins, é um exemplo de sítio urbano mais rebaixado. É inundado em cheias acima da cota, o que causa enormes prejuízos às populações locais.

²² Matéria publicada no site G1: “Seca mata 25 mil toneladas de peixes em cidade do interior do Amazonas” - <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/11/seca-mata-25-mil-toneladas-de-peixes-em-cidade-do-interior-do-amazonas.html> (acessado em 28/11/2015).

²³ Furos são canais que ligam corpos hídricos. Geralmente se formam no período das cheias, ligando lagos, rios e paranás (braços de rios). No mesmo link é possível acessar as seguintes matérias, que dão a dimensão dos efeitos das vazantes extremas e seus impactos nas populações: “Afetada pela seca, população de cidade no AM recebe água potável”; “Rio seca e peixes morrem em comunidades no interior do AM”; “Seca dos rios em Manaus revela lixo e degradação ambiental em marina”; “Seca em rios do AM aumenta viagem e cansaço de estudantes do interior.”.

movimento de embarcações se concentra no “beiradão”²⁴ do rio Amazonas, em vermelho na imagem (pontos 1, 2 e 3).

A área 2 trata-se um de nossos objetos de investigação pela presença da Colônia de pescadores Z-17, localizada na “Baixa do São José”. Essa parte da cidade é afamada por ser o berço de criação de um dos bois-bumbás do festival de Parintins, o Garantido. Bairro antigo de pescadores, possui forte centralidade no desembarque de pescados em frigorífico privado para processamento e exportação e presença de um pequeno porto fluvial. Uma pequena enseada foi escavada para salvaguardar embarcações das turbulências do rio Amazonas que causam abalroamentos e naufrágios.

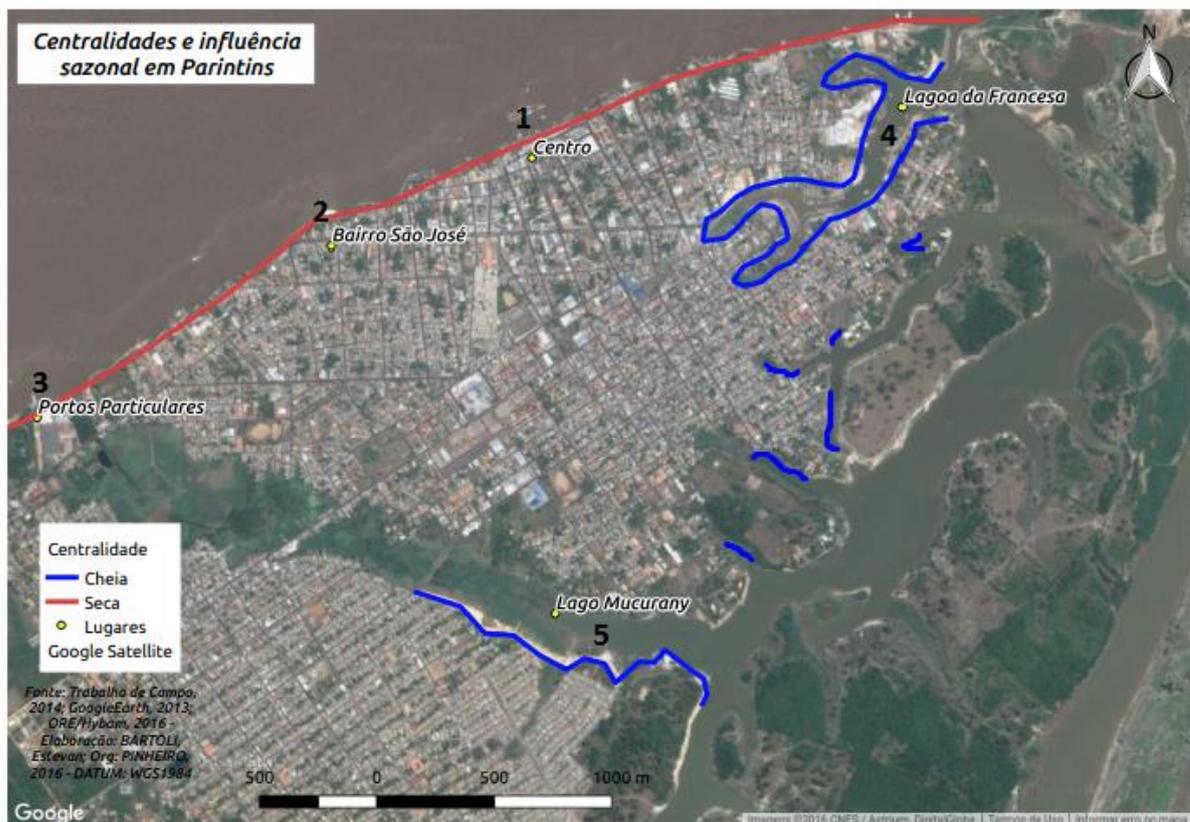
A privatização da margem do rio Amazonas é intensa entre as áreas 1 e 2 até a área 3. Ocorre concentração de portos privados e constante movimentação de balsas para transporte de areia, cimento, estivas, combustível, etc. Essa dinâmica de apropriação e produção do espaço pelo capital mercantil, com uso de embarcações maiores e servindo a outros propósitos não constituindo a economia popular como as usadas no STUR, receberá o nome de *Sistema Territorial Urbano-Fluvial* (STUF), descrito no final do capítulo.

Durante a estiagem e vazante dos rios (setembro a início de dezembro), embarcações se deslocam para essas áreas. Aumentam o movimento de barcos e pessoas pela saturação dos portos centrais, seca da lagoa da Francesa e aproveitamento dos portos privados. Uma verdadeira centralidade sazonal advinda da dinâmica fluvial.

Conhecida como lagoa da Francesa (bairro do entorno), a área 4 conta com economia bastante dinâmica e diversificada por sua localização estratégica. Ali há grande concentração de embarcações, comércios, entrepostos pesqueiros, fábricas de gelo, hotéis, estaleiros, portos, olaria, madeireiras e diversos usos do solo. É um espaço funcional como importante enseada onde embarcações adentram na época das cheias. Nesse período, as águas do rio Amazonas são muito turbulentas e perigosas para embarcações de pequeno e médio porte no período de chuvas, ou pelos banzeiros²⁵ causados por embarcações maiores como os cargueiros, grandes empurradores com balsas ou transatlânticos.

²⁴ Utilizamos o termo “beiradão” e não “orla”, por se tratar do temor usual e comum no vocabulário popular regional, além do mais, “orla” é um termo importado de realidades costeiras marítimas, mas ainda muito usado no linguajar de urbanistas.

²⁵ Banzeiro: nome regional dado às ondas dos rios, que podem ser altamente prejudiciais por afundar pequenas e médias embarcações e erodindo margens de rios causando desmoronamentos (terras caídas). Além de formadas por intempéries climáticas, os banzeiros também se formam com a passagem de grandes embarcações, cargueiros originários de Manaus, na parte frontal de Parintins junto ao rio Amazonas.



Mapa 2: Centralidades e influência sazonal em Parintins.
 Fontes: imagem: Google Maps; dados: pesquisa de campo.
 Organização: Estevan Bartoli e Heitor Pinheiro.

A figura 3 demonstra o acesso impossibilitado durante a vazante que prejudica as atividades vinculadas aos comerciantes locais e aos circuitos econômicos²⁶:

- i) urbano-ribeirinho, com desembarque de pescado, produtos florestais de extrativismo, compra de gelo para barcos pesqueiros, manutenção de embarcações pelos estaleiros navais (chamados regionalmente de “Carreiras”²⁷ ou “Tilheiros”), comércio de malhadeiras e apetrechos para pesca, ente outros;
- ii) urbano-fluvial, com portos maiores, olaria, as duas maiores madeireiras da cidade, grandes lojas de comércio, distribuidora de combustível, entre outras atividades. Na imagem à direita o oposto, quando as escadarias do aterro ficam tomadas por

²⁶ Circuitos econômicos são componentes dos sistemas territoriais, muito mais amplos, pois são destacadas em sua análise as ações dos sujeitos e a capacidade de se projetar sobre o espaço, transformando-o em território. Através da influência e capacidade que redes de sujeitos exercem sobre a ordenação de atributos do território (como exemplo as redes, malhas e nós), destaca-se na pesquisa como servindo de base para que grupos atinjam finalidades e execução de suas atividades. Portanto, durante o texto, quando nos referimos a circuito, faremos menção apenas às atividades econômicas.

²⁷ Carreiras são os trilhos usados para retirar as embarcações do rio. Tilheiros são considerados os galpões onde se desenvolve a carpintaria naval, termo similar ao estaleiro.

embarcações, e o centro comercial retoma a grande movimentação de transeuntes. A centralidade sazonal é latente.

A margem do lago Macurany (área 5) corresponde ao bairro da União. Formado por ocupação irregular em 2010, é contíguo a outros bairros também formados pelo mesmo processo desde 1990. Bairro popular, os arredores da área demarcada possuem intensa movimentação, com presença de feiras, mercados populares, ruas de comércio, etc. Análise mais detalhada ocorre no capítulo 3.

A consideração morfológica se faz necessária, pois áreas são nós específicos de ligação com a região e o entorno ribeirinho e conectores da área de abrangência que a cidade atinge em cada caso. Os aspectos de interação de uso social da morfologia (dando ênfase à beira-rio) foram realizados através de trabalhos de cartografia participativa junto aos pescadores e carpinteiros navais, detalhados no capítulo terceiro.

A partir dessas localidades, diversos grupos desenham “capilaridades” em atividades variadas, constituindo redes materiais a partir dos rios. Como esboçamos, são parte da retomada de territorialidades que reconfiguram o ordenamento territorial, tecendo continuidades e interpenetrações entre ambientes urbanos e rurais. A formação da paisagem dessas *centralidades beira-rio* conta com atividades como a venda do pirarucu ilegal²⁸ comercializado nas feiras ou pelas montanhas de areia e pilhas de madeira nos portos privados (sendo em grande parte também ilegais).

Isso nos indica, parcialmente, a maneira como o território do entorno urbano vem sendo utilizado. São altos impactos ambientais e baixa capacidade de processamento de recursos que não passam de estágio “genérico” com baixo processamento e agregação de valor. Por outro lado, também se encontram acesso e processamento de recursos basilares para a sobrevivência de populações da cidade, formando uma importante economia popular.

Como defendemos, a cidade é o lugar da transformação desses recursos em ativos específicos²⁹ a partir de sistemas evolutivos complexos que são formados por territorialidades diversas.

Nesse ínterim, houve a combinação de elementos de diversos eventos ocorridos em Parintins (ligados a ciclos econômicos) com permanências e mudanças em diversas dimensões

²⁸ Nos últimos anos o pirarucu vem sendo colocado na lista do IBAMA de espécies ameaçadas, permanecendo em defeso permanente. Isso não impede sua captura e comercialização. Pela popularidade e qualidade da carne é facilmente encontrado nas feiras e restaurantes.

²⁹ Nos subitens finais, teceremos observações sobre a capacidade de interpretar os recursos, com a finalidade de retomar práticas que beneficiem populações e não somente o capital mercantil que vem tirando proveito dessa verdadeira usurpação de recursos naturais desde a época da colonização.

em sua configuração espacial (crise de produtos e condições desfavoráveis favorecendo migração para a cidade e formação de bairros populares, por exemplo). Torna-se, assim, necessária a reflexão sobre as temporalidades que coexistem frente às mudanças causadas pelo processo de urbanização, hibridizando relações, práticas espaciais e modos de vida (ribeirinhos ou indígenas) ao urbano e sobrepondo lógicas existenciais e temporalidades coexistentes e conflitantes. Essa combinação é manifesta no modelo explicativo proposto para o STUR, que possui caráter dual complementar, pois serve ao mesmo tempo a economia popular e ao circuito mercantil.

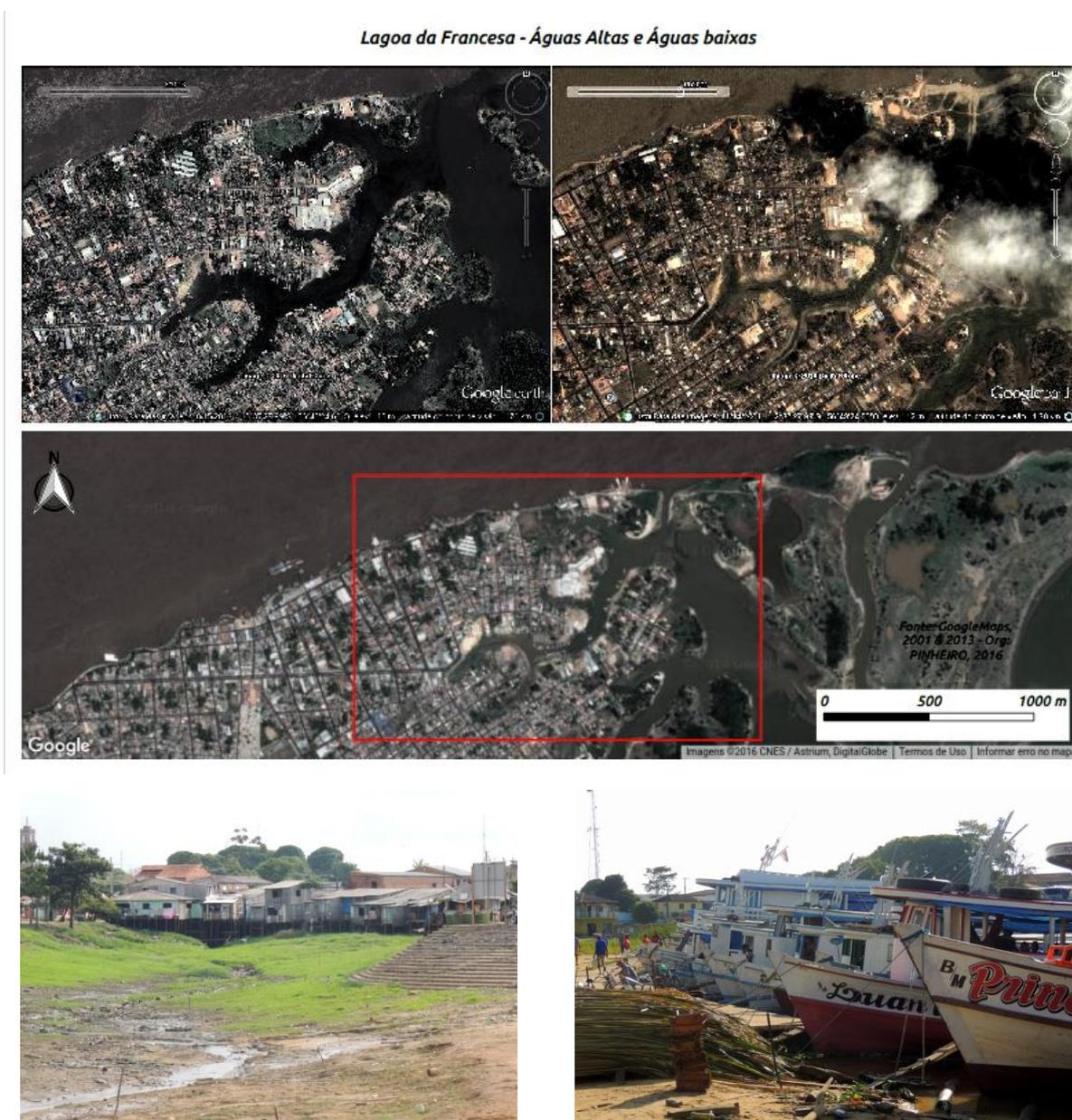


Figura 3: Influência da Sazonalidade na Lagoa da Francesa em Parintins. Escadaria da lagoa da Francesa. Vazante (2014) à esquerda e cheias (2015) à direita.

Fonte das Imagens de satélite: Google Maps.

Fotos: Estevan Bartoli.

Organizado pelo autor.

Esses fragmentos urbanos com centralidade beira-rio demonstram a importância das práticas ribeirinhas para o complemento da economia urbana. O peixe, a farinha, produtos extrativistas e utensílios artesanais embasam parte da economia popular de produtos regionais. Ao mesmo tempo, as formas da cidade, ruas, o domínio do dinheiro como mediador das relações e a rapidez das motocicletas entre pedestres e ciclistas, ratificam a imposição da racionalização do espaço. Isso acarreta em maior capacidade de circulação, eficiência de deslocamentos de caminhões, carros e motos. Essa lógica de circulação “racional” e funcional também ocorre nos rios com o uso crescente de embarcações mais ágeis, lanchas de alumínio ou balsas diversas elencadas no item 2.2. Há crescente desvalorização de uso dos rios para práticas populares. Detalharemos essa discussão na reflexão sobre morfologia com a análise dos resultados da cartografia participante realizada com pescadores e carpinteiros navais.

A centralidade sazonal possui uma temporalidade espacial³⁰. Não é nosso intuito retomar a extensa bibliografia sobre centralidades ou áreas centrais. A intenção é enfatizar a dinamicidade sazonal fluvial enquanto aspecto descritivo no tocante a critérios evolutivos aprofundados no item seguinte. Sposito (2013, p. 73) expressa sua concepção de centralidade como uma “condição e expressão central que uma área pode exercer e representar”, defendendo a dificuldade de cartografar e delimitar tais áreas. Em texto anterior, a autora aponta que a redefinição não pode ser analisada somente no plano da localização das atividades comerciais e de serviços, mas também a partir das relações entre essas localizações e os fluxos que ela gera e que a sustenta (SPOSITO, 2001). Salienta, ainda, a redefinição da centralidade também pelas escalas temporais. Os escombros e ruínas de atividades pretéritas em Parintins, portos abandonados, antigos galpões de processamento de castanha, juta e pau-rosa, indicam centralidades passadas que conectavam fluxos entre a floresta e a cidade. As centralidades atuais acompanham a economia popular urbana que cresceu com os bairros originários de ocupações irregulares nas últimas décadas.

Machado (2005a) aborda que algumas cidades na Amazônia com idades cronológicas semelhantes apresentam “envelhecimento” e outras não. A autora afirma que o

³⁰ Santos (2004), visando ultrapassar a abordagem de Braudel (1978) sobre a existência de um tempo longo e um tempo curto, propõe inserção das noções de tempo lento e rápido, através do eixo de sucessões e coexistências, com superposição de tempos históricos, que ocorrem por meio das relações e elementos de distintas idades co-presentes sincronicamente: “Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ordem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências” (SANTOS, 2004).

que as diferenças são suas histórias particulares e suas dinâmicas estruturais internas. A “paisagem urbana é uma dimensão do ‘tempo interno’ ou temporalidade de cada aglomeração”. Cada cidade processa matéria, trabalho e energia de maneira diferenciada, não sendo compreendidas isoladamente, pois fazem parte de um processo urbano amplo. A abordagem sistêmica proposta pela autora para entendimento das dinâmicas urbanas na Amazônia será abordada no próximo subitem.

Saquet (2011, p. 59) afirma que “a superposição de tempos históricos ocorre por meio das relações e elementos de distintas idades co-presentes sincronicamente”. Esse processo é útil em reflexões e constatações empíricas, pois demonstra as diversas ações de variados projetos existentes. As centralidades nas cidades amazônicas são vetores de desenvolvimento em sua multiplicidade de manifestações e dinâmicas ainda pouco estudadas. Desde os pequenos portos, bairro de pescadores ou lagos com dinâmica sazonal são pontos de partida, conectores do “próximo ao distante”. Dali embarcações partem carregando mercadorias e pessoas. Ocorre, assim, que cada rede de sujeitos constrói sua estratégia territorial, navegando e decidindo os pontos circunvizinhos a serem ativados. Possuem laços afetivos e familiares e ao mesmo tempo mercantis e funcionais (no caso do STUR).

A centralidade existente também reúne os símbolos e signos. São os signos da reunião, as coisas que permitem a reunião: a rua, asfalto, a calçada; e as estipulações da reunião, a praça, as luzes (LEFEBVRE, 2004) e, porque não, portos, feiras, palafitas e flutuantes...

Nesse sentido, a partir da obra de Pierre George (1984), Damiani (2009) ressalta a diversidade de tipos urbanos no mundo retomando a ideia de *situação*. Um espaço geográfico relativizado que se molda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relações (DAMIANI, 2006). É uma dinâmica processual que leva em conta redes e fluxos diversos a partir de um processo de centralização. Podemos conceber elementos que compõem o STUR enquanto parte de sua situação mediadora, como esboçamos. Mas o que estamos valorizando, também, é a noção de *milieu* urbano. Este enquanto meio que propicia condições para ações, formulação de projetos, trâmite entre fluxos (interiores para a cidade) e evolução de relações diversas (multidimensionais). Possuem, assim, um contexto sociocultural. Dedicamos subitem para aprofundar essa discussão adiante.

Em síntese, os ditos espaços de vivências ribeirinhas aparecem como momentos na conformação do sistema territorial proposto (STUR). Muito mais amplo, envolve movimento, fluxos, interações com circuitos dominantes e demais atributos elencados a seguir. O

constante avanço de atividades das elites embasadas no capital mercantil na cidade ocorre como os diversos conflitos que se desdobram dessa expansão (impactos ambientais, margens de rios privatizadas ou na ocupação de glebas por populares na luta por moradias). Acabam demandando quantidade de pessoas dispostas e capazes de circular pelo território, mas de maneira singular. Não apenas com caráter organizacional, operacional e funcional (lógica das empresas), mas complementando as inserções “incompletas” na cidade. Tais redes de sujeitos e práticas espaciais são permanências da longa trajetória de interação de pessoas simples dos interiores com seus ambientes. Essas teimam em manter aspectos de sua temporalidade mais lenta, mas são absorvidas paulatinamente pela esfera de circulação e acumulação urbana.

O conteúdo da cidade dinamiza e adensa existências ditas “ribeirinhas”, formando uma adaptação da economia popular aos circuitos mercantis, denotando a dualidade que a noção do STUR deseja desvendar: uma adaptação da economia popular ao ambiente urbano, realizando mediações diversas, técnicas, organizacionais, e entre os ambientes sob sua influência.

Avançando em nossa reflexão, abordaremos sistemas territoriais em diálogo e recebendo constantemente “novidades” do meio externo à cidade. Isso é visível não somente na formação da paisagem mais tecnificada, mecanizada, rápida e funcional de acordo com exigências do mercado (valor de troca). Mas tais permanências (usos do espaço) que acabamos de abordar também podem ser alteradas pela qualidade dos acessos, alterando o caráter organizacional e relacional dos grupos. Vejamos as forças e limitações que abordagens sistêmicas propiciam para a construção do modelo analítico do STUR.

1.3. Sistemas Evolutivos e Cidades: sobre o entendimento da evolução das relações territoriais

Traçaremos breves considerações sobre abordagens relativas a sistemas evolutivos aplicados à cidades. Estas têm fundamento e influência de teorias advindas da biologia que deságuam nas propostas da abordagem territorialista de autores italianos. Algumas questões sobre as limitações desse tipo de abordagem são levantadas. Deixaremos claro que, pela multidimensionalidade da abordagem territorial e pelos critérios guia para análise na proposta de Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos, nossa concepção de coevolução está atrelada aos aspectos relacionais no território (caracterizados pela análise das territorialidades). Em

especial, a evolução³¹ da trajetória dos grupos em questão e suas relações com a cidade, que será caracterizada como *milieu*.

Enfatizamos que a cidade funciona enquanto sistema aberto, sendo sujeita a trocas com o exterior como totalidade e perturbações (flutuações) e comportamentos que motivam o sistema (urbano) a se reajustar pela ordem espontânea e/ou auto-organizativa (MACHADO, 2005a). Ao mesmo tempo, estímulos externos (informação, técnicas e energia) interagem com a formação socioespacial local. Isso permite, de acordo com a capacidade de resistência, politização e autonomia dos sujeitos, uma adaptação ou não das possibilidades de interpretação dessas “novidades” como recurso.

Por conseguinte, as permanências anteriormente levantadas (espaços de vivências ribeirinhas e técnicas rudimentares em processo de transformação) ensejam a discussão sobre a invariante estrutural. Esta é a base de recursos naturais relacionada às relações sociais formadas em longa duração, práticas culturais produtivas fortemente vinculadas aos saberes locais.

O reconhecimento da permanência, invariante estrutural, caractere paisagístico que definem a identidade de um lugar não deve induzir a interpretar o lugar mesmo como uma relação única, determinística entre sociedade apossada e estrutura ambiental: cada ciclo de territorialização é um evento que trata o mesmo ambiente hereditário atualizado, reificando e estruturando no território formas peculiares e diferenciadas de ocupações no universo complexo de potencialidades e êxitos aleatórios, por configurar sempre o processo como resultado de uma simbiose entre elemento ambiental e humano (MAGNAGHI, 2010a).

O desafio é desvendar como novos ciclos de territorialização incutem ao conteúdo urbano maior importância. A quantidade de coligações possíveis para ordenamento do território seria muito maior do que num passado recente, como esboçamos em nossa hipótese.

³¹ Evitando o viés nostálgico, visões estereotipadas ou estigmatizadoras, que idealizam o chamado “caboclo amazônico”, Cruz (2008, p.53) alerta sobre olhares que podem distorcer realidades induzindo análises equivocadas. Seja pelo olhar naturalista, que tornam invisíveis tais sujeitos ribeirinhos; pelo olhar tradicionalista/romântico (“bom selvagem”); ou o olhar moderno colonial, marcado pelo preconceito da superioridade do projeto ideológico ocidental de progresso, denotando certo atraso e preconceito ao ribeirinho, vistos como resíduos primitivos. O autor propõe, para superar esses olhares reducionistas e colonialistas, considerar a natureza a partir das territorialidades, modos de vida e das identidades. A relação deve ser simbiótica, onde a simples localização não é o que determina a construção da identidade, além de interpretar as temporalidades e a tradição (maneira de lidar com o tempo e o espaço), O autor conclui que a identidade ribeirinha é uma construção histórica que não deve ser confundida com a ideia de “originalidade” ou de “autenticidade” imutável. Os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas tradições (“raízes”, heranças passadas) como por traduções (“rotas”, “opções”, projetos de futuro). Não uma identidade como essência, mas como “algo estratégico posicional” (Ibid., p. 57).

Mais instituições de ensino, assessorias a cooperativas e produtores (caso da COOTEMPA e da UNISOL em Parintins³² - capítulo 2), novos coletivos organizados, Conselhos Municipais, entre tantas outras são formas de mediação que propiciam maior “presença” da cidade. São pressupostos importantes junto à análise da evolução nas relações territoriais que esboçamos neste item.

A interação de elementos elencados na proposta de Sistema Territoriais Urbano-Ribeirinhos nos fornece um diagnóstico da territorialidade de cada grupo em estudo e sua evolução junto aos componentes da cidade. Adentramos, então, na discussão de quais abordagens sistêmicas nos auxiliam nessa empreitada.

* * *

Um dos maiores precursores da teoria dos sistemas na década de 1920 foi o biólogo e filósofo Ludwig von Bertalanffy. Procurando evidenciar a insuficiência teórica dos esquemas mecanicistas de séries causais isoláveis, advoga a concepção organística³³ em biologia, considerando organismos em relação à totalidade ou sistema. Tais organismos, se investigados em suas respectivas partes isoladas, deixariam de ser inteligíveis. Defendendo sua concepção como uma mudança paradigmática, afirma que “sistemas estão por toda parte” (BERTALANFFY, 2010). Desde a psicologia, psiquiatria, ciências sociais, teorias organizacionais e, é claro, em sistemas tecnológicos entre outros campos da ciência³⁴.

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS), em sentido estrito, “procura derivar da definição geral de “sistema” como complexo de componentes em interação, conceitos característicos das totalidades organizadas (Ibid., p. 92)”. Encampa a teoria dos sistemas abertos e evidencia a aplicação da matemática e de modelos em diversos campos do conhecimento. Considera o

³² COOTEMPA é a Cooperativa de Técnicos em Agropecuária de Parintins e UNISOL a central de economia solidária, detalhadas no capítulo 2.

³³ “É necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo” (BERTALANFFY, 2010, p.55).

³⁴ Mais detalhes da história da teoria dos sistemas, ver Bertalanffy (2010). Pretendendo desencadear o que Kuhn (2006) chamou de revolução científica, quando em cenário de competição de teorias aparecem novos esquemas ou “paradigmas” conceituais que colocam em evidência aspectos que não eram anteriormente percebidos, Bertalanffy (2010) admite o problema das limitações dos procedimentos analíticos na ciência. A integração das áreas da ciência em torno da TGS com o desenvolvimento de princípios unificadores poderia, segundo o autor, conduzir à integração necessária na educação científica.

isomorfismo de leis e sua transferência de um campo de conhecimento para outro³⁵ (como características gerais aplicáveis a problemas em diferentes ramos da ciência). O objetivo é promover sua interação teórica num amplo esforço de síntese do conhecimento científico.

Os sistemas sociais e socioculturais escapariam de funcionalismos e concepções conservadoras de acordo com a TGS. Contariam com manutenções, mudanças e conflitos no bojo de sua estruturação, defendendo que a história humana consiste em sistemas (embora mal definidos) chamados civilizações. As transformações sociais adviriam da constituição de novas combinações de elementos anteriormente existentes. Nesse contexto, novas invenções aumentam de acordo com o número de permutações e combinações de elementos disponíveis. Esse fato se refere à natureza dos sistemas abertos, proposta central do autor, sujeitos a constante mudança e evolução e transformações³⁶.

O conceito de coevolução foi originado em ciências biológicas. Designa o processo de evolução baseado na interação recíproca de duas espécies estendido, posteriormente, às interações entre sistemas evolutivos socioeconômicos e o sistema ecológico. Assim, ocorre interdependência circular, cujas atividades econômicas interferem extraindo recursos e emitindo dejetos e alteram o ambiente de maneira mais ou menos irreversível. Portanto, as interpretações dos recursos na sua dimensão técnico-espacial e temporal, são responsáveis por alterar e especificar as interações entre meio ambiente e socioeconomia, onde:

(...) o conteúdo daquilo que denominamos recursos transforma-se historicamente e depende tanto da evolução dos ambientes quanto da evolução das possibilidades técnicas, da natureza das necessidades sociais e das condições econômicas (Godard, 1997, p. 207).

Essa evolução é realçada nos avanços recentes nas áreas da ciência como a etnobotânica e a arqueologia³⁷. Pesquisas na Amazônia que seguem essas áreas revelam a

³⁵ Trata-se de um dos objetivos da Sociedade de Pesquisa Geral dos Sistemas, fundada nos Estados Unidos em 1954, entre outros, como a criação de modelos teóricos adequados, reduzindo a duplicação do esforço teórico em diferentes campos (BERTALANFFY, 2010).

³⁶ A TGS influenciou sobremaneira tentativas de superação do positivismo no desenvolvimento da ciência geográfica, mas, por ser empregadas nas ciências naturais vincularam o tratamento do ambiente com uma perspectiva muito mais naturalista do que social. Mendonça (2001) alerta sobre o perigo de se adotar a abordagem sistêmica acriticamente, presumindo que seja suficiente identificar as estruturas do sistema delineando as inúmeras variáveis envolvidas. Porém, a ideia de continuidade de transformações das influências humanas coevoluindo na construção de ambientes é cada vez mais consolidada como expomos a seguir.

³⁷ A etnodiversidade existente desde o Holoceno (11 mil anos A.P.) foi capaz de criar um acervo de plantas domesticadas (CAVALCANTE; FRIKEL, 1973) com eficiência produtiva de alimentos e medicamentos que foram determinantes na construção de sociedades complexas. Assim, cai por terra mais um mito propalado com intensidade, geralmente reproduzidos no senso comum: o de que os solos amazônicos são pobres e a região não é apta à agricultura. Todo mito carrega consigo parte da verdade (os solos realmente possuem limitações produtivas), obscurecendo a realidade e simplificando-a. A questão principal fica encoberta, e há possibilidade

dinâmica coevolutiva de sistemas ecológicos associados aos grupos autóctones. Estes demonstraram ampla influência de populações indígenas na formação, composição e alteração de ambientes antes considerados “naturais”. Tal riqueza “genético-evolutiva” evidencia áreas de maior biodiversidade como portadoras de mutações induzidas por grupos humanos³⁸.

Nesse ínterim, concomitante ao etnocídio praticado na Amazônia durante séculos e responsável por enorme perda cultural, ocorre extinção de línguas e dialetos que davam acesso ao acervo de conhecimentos e interpretações sobre o meio circundante. As relações entre homem e meio foram sendo selecionadas pelas mercadorias que interessavam no momento desde as incursões coloniais. O caboclo “mateiro” foi sempre útil para encontrar o item específico procurado (de valor monetário momentâneo), conhecedor das espécies que a mata contém. Todavia, eram sequencialmente desconsideradas as inúmeras outras formas de uso tradicional (alimentar, medicinais e ritualísticas) intensamente usadas e manejadas em longa trajetória. As informações advindas de meio externo, seletivas e não associadas ao saber fazer local, não foram úteis para manutenção das formas culturais herdadas dos indígenas. A grave consequência foi a perda de “informação” e consequentemente de recursos.

Mas e as cidades? A constituição de elites urbanas em vários contextos de cidades na Amazônia se consolidou pela seleção e exploração de determinados produtos regionais. Estes, valorizados pelas relações escalares à economia global, determinaram configurações espaciais para sua extração. Atualmente, novo ciclo de valorização de produtos advindos da floresta com valores ecológicos inseridos em seu circuito de produção tem ganhado força. O Pirarucu manejado nos arredores de Tefé através de práticas de ONGs associadas a Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é um exemplo. Diversas outras iniciativas de manejo e extração de espécies com viés de sustentabilidade ocorrem e a cidade se posiciona com nó relacional determinante para funcionamento de tais atividades.

A partir da produção e comercialização do guaraná (*waraná*) após séculos de usurpação, etnocídio e acultramento, os Sateré Mawé se deslocam para a cidade de Parintins. Passaram, assim, a usufruir de sua infraestrutura e novos contatos com redes de apoio institucional, programas de apoio governamentais, pesquisadores e formação de coletivos organizados como detalharemos no terceiro capítulo. Oportunisticamente, usam o comércio e

de cultivos adaptados a região que respeitem suas particularidades (pela variação de ecossistemas, solos e pluviosidade). A mesma poderia tornar-se soberana em relação à manutenção de sua população como foi outrora (CLEMENT; JUNQUEIRA, 1998).

³⁸ Sobre a influência humana interferindo na evolução da floresta, a antropóloga Berta Ribeiro (1990) já alertava para o redesenho da natureza pela intervenção da cultura. Salientava também o agroflorestamento e manejos variados do meio, que mais se adaptam à presença do homem do que o contrário. Como exemplo, há a introdução de espécies exógenas como o cacau nativo da América Central, amplamente disseminado na região.

a certificação de origem adquirida do guaraná para embasar sua inserção e ações no meio urbano. Os Sateré conferem referenciais simbólico-culturais tanto ao manejo milenar da planta, como na vinculação da etnia aos saberes de cultivo, adaptação e usos alimentares relacionados ao projeto agroflorestal em curso. Usam a cidade para adensar as redes não só comerciais, mas sociais e políticas. Inserem-se em universidades, intensificando relações com pesquisadores, formando professores que tendem a voltar para as dezenas de aldeias situadas entre os rios Andirá, Marau e Uaicurapá (AM).

Tentamos valorizar em nosso raciocínio que a cidade é recurso relacional e material que permite outro tipo de evolução de relações (territorialidades). Nesse processo, grupos adquirem e selecionam informações, constroem vínculos diversos e interpretam sua situação (quais fluxos, redes, técnicas e relações sociais estão inseridos) a partir de ganho de conhecimento e acesso a informações (considerados como recursos). Novos arranjos de processamento, planejamento e projetos são elaborados complexificando a evolução de suas relações territoriais.

A área de abrangência das ações é outro quesito chave. Implica conexões de novos pontos do território ou reforço dos antigos à cidade. A esse encadeamento, denominamos *retorno ao território* que ocorre entre redes de sujeitos, escalas, processos e disputas por territórios. Todos esses aspectos são incentivados e impulsionados por sua dinâmica, coevoluindo em avanços nas estratégias de reprodução do grupo junto à produção territorial a partir da base de atuação urbana.

Essa evolução evidencia a maneira como grupos vão “ocupando” espaços (no sentido de visibilidade e força política). Situam-se, enquanto rede de sujeitos, frente às possibilidades da cidade para reformular e consolidar seus programas e projetos de ação.

Nossa análise propõe apreensão de elementos constitutivos da abordagem territorial, cujas dimensões são percebidas a partir das territorialidades de grupos locais. Dessa forma, levantamos aspectos técnicos, culturais, ambientais, organizacionais e relativos às instâncias de poder. A cidade é o *locus* privilegiado para concentração de sujeitos formando redes variadas. Contém possibilidades de reformulação da interpretação recursiva do território. Nesse cenário, o STUR adensa relações com o sistema mercantil urbano, que detalharemos no item seguinte como Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF).

Nas cidades com dinâmica ribeirinha intensa como Parintins, as complexas e multifacetadas rearticulações dessas populações, passariam por novas formações de territorialidades. “Umbilicalmente” (e por questão de sobrevivência), retomam acessos a

ambientes circundantes, construindo redes de interação para complementar a renda na cidade. A novidade ocorre que a partir da esfera urbana (de múltiplas dimensões, escalas e temporalidades) surgem novas mediações para a produção e apropriação de territórios.

Retomando a ideia de sistemas, a aplicação de metáforas é constante na criação de modelos analíticos para representação e análise de cidades³⁹, seja mecânica ou biológica. Camagni (2005) aponta que as características gerais necessárias de um sistema vivente (como abertura, organização hierárquica em vários níveis, finalidade e diversidade) são facilmente extensíveis para o sistema da cidade onde

El sistema está abierto hacia su entorno, del qual obtiene la energía y la información necesarias para su autorreproducción; está internamente organizado em múltiples niveles, de manera que assegura una relativa autonomía a sus elementos; la autorreproducción constituye su finalidad, e implica um nivel mínimo de diversidad y variedad, necesarias para adaptarse a las fluctuaciones del entorno exterior (CAMAGNI, 2005, p16).

O autor ressalva que a única característica ainda não resolvida refere-se à finalidade, que estaria em sentido específico e relativo no tempo e no espaço, com a possibilidade do debate sobre as formas históricas da cidade, na busca da capacidade e auto-reprodução e de comportamento intencional, que estariam ausentes na cidade moderna. Isso é trivial para a Amazônia: manejar seu território circundante das cidades visando sua automanutenção e em proveito de suas populações.

Essa auto-reprodução é também chamada de autocriação ou autopoiese por Maturana e Varela (2001). Estes autores propõem nova perspectiva analítica mesclando antropologia, biologia, sociologia e ética. Na autopoiese, “(...) os seres vivos se caracterizam por – literalmente – produzirem de modo contínuo a si próprios (...)” (Ibid., p. 52). O conceito ressalta a organização interna de organismos que é ligada estruturalmente à fronteira do organismo que controla diretamente os fluxos de entrada e saída que passam por ele. Isso caracteriza inter-relacionamentos dinâmicos e recursivos que definem a “unidade autopoética”. Como modelo biológico, tem sido metaforicamente usado como inspiração na análise de Sistemas Locais Territoriais (SLoT) como veremos adiante na proposta do geógrafo italiano Giuseppe Dematteis e demais pesquisadores italianos do modelo SLoT.

³⁹ Exemplo de documento que possui abordagem sistêmica é o do PNUD/UNOPS (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Oficina de Serviços para Projetos das Nações Unidas), com concepções teóricas acerca da cidade embasadas na perspectiva evolucionista e adaptativa.

A aplicação da abordagem sistêmica para entender a dinâmica urbana aparece também em Griffith e Berdague (2006). Estes avançam fazendo distinção entre a organização social e a biológica, ressaltando que humanos possuem a capacidade semiológica de construir relações linguísticas próprias. Tais relações permitem a comunicação social e a possibilidade de construção de uma consciência coletiva. Para os autores, a semiosfera ocorre pela triangulação entre o objeto em si, o símbolo (estabelecido por convenção social) e o usuário. A relação desses elementos estabeleceria o significado (uso da linguagem), que fornece ao ser humano capacidade inédita de coevolução com o meio físico ou social. Isso desencadeia contínuas mudanças que os autores chamam de ontogenia.

A ontogenia de uma cidade “é desencadeada por eventos ou perturbações que fazem com que o complexo urbano funcione de maneira semelhante à autopoiese orgânica (Ibid., p. 5)”. O potencial ontogênico da cidade (explicação sobre como o sistema processa os conflitos e os distúrbios) teria, no complexo-científico presente, um meio para reunir recursos e conhecimento, visando transformar a ameaça em risco gerenciável. Os autores desenvolvem arquétipos que servem como base para interpretações mais detalhadas e avançadas. Retratam cenários comuns de comportamento problemático e sistêmico:

- 1) sistema cidade encapsulada / ambiente externo: trata o entorno de uma maneira conflituosa e exploradora, com conflitos entre cidade-campo e falta de sinergia entre ambos;
- 2) sistema cidade vulnerável / ambiente externo: atitude administrativa negligente, por falta de vontade política, falta de envolvimento, com dirigentes descompromissados;
- 3) sistema cidade oportunista / ambiente externo: estilo administrativo de acordo com conveniências do momento sem garantia de longevidade (Ibid., p. 13).

Encampam enfim, a proposta da cidade autopoietica / ambiente externo (figura 4). Esta é capaz de criar mecanismos de auto-regulação que absorvem as perturbações em busca de soluções e ciclos de reforço positivo chamados de dispositivos de revitalização urbana. Assim, a “cidade autopoietica/ambiente externo”:

(...) possui uma fronteira semi-perméavel que permite intercâmbios entre a organização interna e seu entorno. A cidade tem a capacidade de monitorar seu próprio funcionamento e fazer os ajustes necessários na fronteira para controlar a entrada e a saída dos fluxos. Por meio dessa clausura operacional, a cidade possui autonomia suficiente para se “auto-organizar”, contudo, contribuindo com retornos sinérgicos em seu exterior (GRIFFITH e BERDAGUE, 2006, p.16).

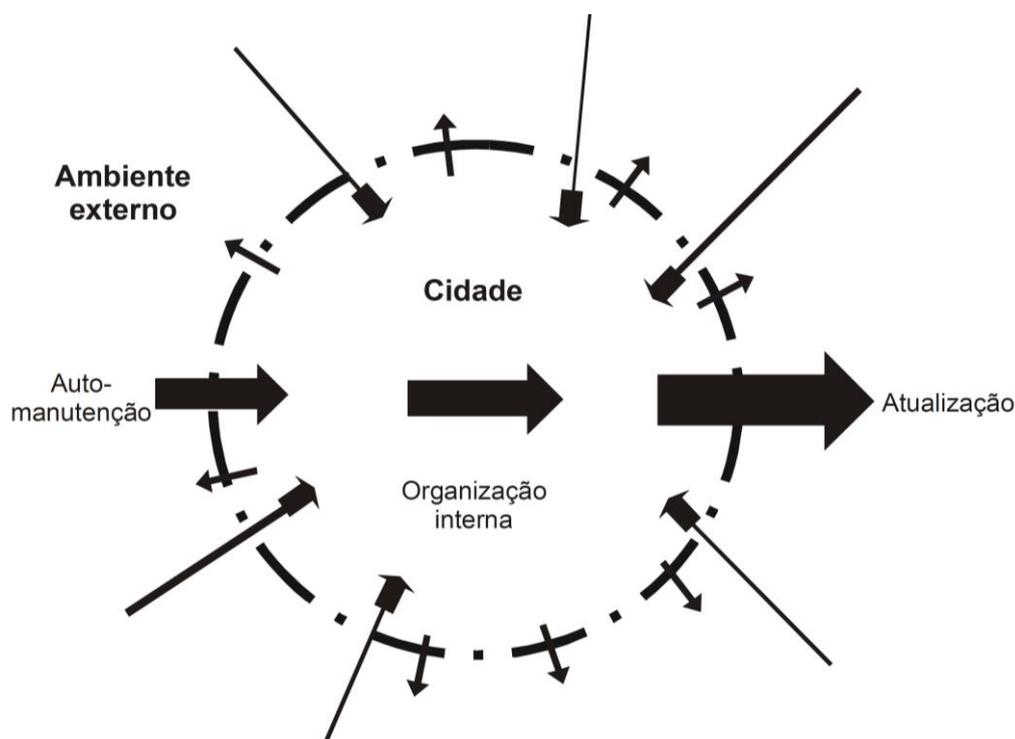


Figura 4: Sistema “cidade autopoietica”/ambiente externo.
 Fonte: Griffith e Berdague, 2006.

Trata-se de “tipos ideais” interessantíssimos e inspiradores para estudos futuros. Possivelmente, temos indícios da presença de características dos três arquétipos supracitados concomitantes em Parintins, principalmente pela forma como os governantes locais “manejam” o Festival de Parintins oportunisticamente em proveito próprio. A falta de sinergia entre cidade-campo ainda é latente. Há extração desenfreada de recursos naturais, desmatamento e exploração de trabalhadores em áreas longínquas da sede municipal.

Tecemos críticas sobre esse tipo de abordagem sistêmica. Existem relações hierárquicas inter-regionais ou submissão às redes de poder locais que limitariam a capacidade de decisão das localidades. Isso diminui a capacidade de reação ou escolhas do local frente às fortes pressões advindas do exterior. O resultado é a limitação da capacidade dos locais em construir saídas autônomas, como salienta Brandão (2007a), mas possuindo riquíssimas possibilidades para análise de sistemas territoriais.

Quais possibilidades que grupos produtivos têm para alterar essas “amarras”? Adviriam das territorialidades, ou seja, o que existe na cidade que ajuda a estratégia do grupo na formulação de seu projeto e o que “saltos escalares” poderiam adicionar de oportunidades... Melhoraria o posicionamento e a existência do grupo frente à fragilizada

economia urbana. Os sistemas que tratamos ampliam suas áreas de influência sobre o território a partir das ações urbanas, como demonstramos.

Dematteis (2005) reconhece a dificuldade operacional das ideias relativas ao sistema autopoietico. Descreve que as sociedades locais devem construir, como princípio de auto-organização, sua identidade cultural e a especificidade de suas características elaboradas em seu contexto ambiental. Admite a complexidade existente pela trajetória de hibridização com o ambiente externo. Propõe para a análise do local os conceitos de informação funcional (abstrata, universal, exógena e tendencialmente desterritorializante) e de informação regulamentar, apropriada ao lugar enquanto derivada da explicitação do conhecimento e de práticas contextuais. Nesse contexto, a reprodução da geo-diversidade cultural dependerá da capacidade dos sistemas locais em adaptar a primeira e a segunda, ou na terminologia do sistema autopoietico, de controlar a abertura funcional do sistema através do seu fechamento operativo.

Demmateis (2005), sem seguir derivação determinista e criticando analogias forçadas com a biologia, levanta possibilidades para análise de sistemas territoriais em uma ótica evolucionista. Segundo o autor, a coevolução sociedade-ambiente, em seu mecanismo reprodutivo, tem como condição de estabilidade nas relações econômicas com certo espaço geográfico (e por isso ecológico). Essa relação alimenta um processo coevolutivo que contém o principal agente formador da diversidade cultural (Ibid.). Faz levantamento de características internas na evolução de Sistemas Locais Territoriais (SLoT, detalhado a seguir) em sua complexidade. Resumidamente: são organizados por módulo que envolvem matéria, energia e informação; são sistemas cognitivos e auto-reguláveis; dependem de conexões internas e externas, onde fragmentações colocam em risco os sistemas territoriais; coligam componentes internos funcionalmente capazes de fazer a automanutenção do sistema; são vulneráveis; possuem plasticidade e um certo grau de desordem e, portanto, muito complexos.

As metáforas empreendidas pelo viés organicista insistem em considerar o grau de abertura desses sistemas. As propostas analíticas considerariam a carga “genético-evolutiva” de cada unidade, onde a história do território é continuamente entrelaçada a impulsos e estímulos externos. Estes podem ser metabolizados como “hibridização”. O estímulo externo, em certos casos, pode ser catastrófico, criando descontinuidade evolutiva (DEMATTEIS, 2007).

O modelo SLoT é útil para averiguação dos mecanismos de evolução interna de sistemas individualizados e hibridizados. Abertos a trocas com o exterior pretende, a partir da

abordagem territorial, analisar um determinado nível na hierarquia genético-cultural numa ótica evolucionista. Ou seja, “uma unidade de base na transmissão de informação necessária para conservar e replicar no tempo certo pacote de informação, equivalente cultural de um genoma de uma espécie” (DEMATTEIS, 2005, p.104). Todavia sem esquecer as coerções de relações de poder e formação de dependência advindas das diversas escalas, eventos e circuitos econômicos que o local possui ou é atingido.

Para o autor, a diversidade no interior do sistema é entendida como variabilidade potencial. Isso aumenta a gama de escolhas possíveis, sendo recurso estratégico na escala evolutiva do sistema. Também considera essa diversificação (cultural, social, institucional e produtiva), como resultado de processos coevolutivos de longa duração das sociedades locais com o território e o ambiente. Essa “riqueza coletiva que desenvolve papel de *pool genético-cultural*, cuja transmissão acresce a capacidade inovadora e a autonomia dos sistemas territoriais nas diversas escalas (DEMATTEIS, 2008, p. 43)”.

Em prisma analítico também sistêmico, Lia Osório Machado (1999) usa as noções de “sistemas de povoamento” como aspectos centrais das ordenações territoriais. A partir da obra de Pumain (1995), levanta intencionalidades das ações relacionadas aos sistemas técnicos existentes, surgindo possibilidades para ocorrer processos de comunicação e criação de elos (redes engendradas pelos sistemas técnico-territoriais). A autora interpreta cidades como sistemas complexos, abertos para trocas de energia (trabalho), matéria (bens) e informação (signos). As trocas com o ambiente externo são sujeitas à perturbações (flutuações). A capacidade de ajustamento dos agentes seria trivial no processo evolutivo, cujo processo de difícil mensuração é algo a ser explorado (MACHADO, 2005a).

A autora destaca, ainda, as ações humanas tomadas como estruturas coletivas. A dinâmica da cidade, como sistema em evolução, depende das necessidades, percepções, estratégias e desejos dos indivíduos e dos grupos. A maior variedade de estruturas e funções ampliam as redes de relações e interações, sendo os tipos de redes (mais físicas ou topológicas) objetos de estudo⁴⁰.

⁴⁰ Em estudo sobre redes ilegais de tráfico de drogas, Machado (2003) reflete sobre a interação dos espaços dos fluxos e os espaços dos lugares. Enfatiza um exemplo de fragilidade da economia amazônica durante o período gomífero, cujo relativo fechamento do sistema regional garantiu certa estabilidade, mas, ao mesmo tempo, alto grau de vulnerabilidade.

Mais do que demonstrar essa abertura⁴¹, usada operacionalmente por grupos locais, demonstraremos que territórios circunvizinhos diversos de Parintins passam a sofrer influência na maneira com que ocorrem as relações com o *milieu* urbano tratado adiante.

Aqui reside um dos pontos fulcrais para nossa interpretação sobre Parintins. No segundo item do próximo capítulo, levantamos o conteúdo econômico da cidade e a maneira como a consolidação do sistema mercantil dominante (associado a outras frações do capital enquanto circuito urbano conectado à metrópole Manaus e outras escalas), se abastece de recursos naturais e formam mercado consumidor a partir de um sistema territorial intermediário, o STUR, que intermedia as transações entre técnicas rudimentares e modernas (consumindo máquinas, motores etc. das casas comerciais locais) e entre ambientes rurais e urbanos, conectando bairros populares ao entorno.

Propostas recentes, como as de Bettencourt (2015), têm realizado um esforço para aperfeiçoar modelagens de sistemas complexos para políticas públicas. As respostas requerem melhor entendimento da natureza das cidades em suas variadas interdependências, desde a base física, sua infraestrutura e serviços e a vida socioeconômica. Para o autor, cidades são áreas urbanas funcionais, socioeconomicamente integradas em termos de mercado de trabalho, cuja área espacial e populações são circunscritas pelos deslocamentos cotidianos.

Bettencourt (2015) observa que o esforço humano é conservado conforme o tamanho da cidade e os produtos socioeconômicos das cidades são proporcionais às taxas globais de interações sociais nestes espaços. Os mecanismos de auto-organização atuam sobre uma boa base de conhecimento acerca das complexidades locais e, portanto, podem reforçar casos positivos de causalidade circular. As vantagens de aglomerações, conforme o aumento da escala, beneficiam mais pessoas pelo aumento da interação. Isso remete a pensar a estruturação do espaço e suas densidades. Aqui entra a centralidade da navegação no interior dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos. Tipologias de embarcações indicam tanto a divisão territorial do trabalho (balsas para gado, madeira, empurradores, barcos pesqueiros, detalhados posteriormente), quanto para usos sociais múltiplos de pequena escala na economia, como pesca artesanal e até mesmo moradia (permanente ou provisória). Tal aspecto demonstra atividades de outra natureza urbana mais horizontal cujos deslocamentos

⁴¹ Também encampando abordagem sistêmica, Mendonça (2004; 2009) faz uma proposta metodológica para estudo integrado da cidade a partir do modelo SSAU - Sistema Socioambiental Urbano, complexo e aberto, subdividido na interação de subsistemas. O *input* do sistema são os fluxos de matéria e energia (correspondente aos subsistemas natureza e sociedade) que, interagindo com as instâncias sociais (cultura, política, economia, educação e tecnologia), imprimem a dinâmica e o movimento do sistema ambiental na cidade. O *output* corresponde aos vários problemas resultantes dessa interação entre os subsistemas, convergindo com a necessidade de gestão e planejamento socioambiental urbano apropriado.

obedecem outra lógica: a interconexão cidade-áreas de entorno com vínculos territoriais ainda existentes, exigindo considerar que há sobreposição de dois sistemas territoriais que são o mercantil-comercial e o popular-subsistência. A densidade urbana possibilita “retornos ao território” mais intensos e a territórios diversos.

O que nossas pesquisas detectaram é que o STUR é composto por densidades de relações na cidade cada vez maiores. Barcos de madeira com motores mais potentes, guaraná indígena processado com tecnologia e exportado para a Europa, etc. A cidade se sobrepõe ao sistema ribeirinho, exercendo controle, domínio, formando territórios, ordenando fluxos, criando redes locais. Mas o sistema ribeirinho tem, para a cidade, papel dual. De um lado é fonte de recursos populares, circulação necessária para acesso a esses recursos. Por outro, é apoio ao circuito para exploração efetivado pelo capital mercantil urbano contando com madeiras, matadouro-pecuária e extração de areia e seixo para empresas comerciais e de construção civil, por exemplo.

Organização social, coesão do grupo, relações com sistemas externos à cidade, evoluções técnicas, entre outras características, são apresentadas na noção de STUR. São múltiplas dimensões que precisam ser organizadas enquanto variáveis e selecionadas para análise do objeto empírico. Cada grupo possui melhorias e retrocessos em determinadas variáveis⁴².

Esses apontamentos corroboram com a valorização que estamos dando ao ambiente interativo e relacional da cidade (*milieu*). Aqui reside o esforço de construção a partir da seleção de variáveis que estamos analisando vinculadas à chave interpretativa das territorialidades, pois cada grupo desenvolve determinadas esferas junto ao *milieu* urbano. Os quatro sistemas territoriais estudados são descritos, considerando os critérios elencados para avaliação do STUR, quanto as características que estariam estagnadas, nos dando

⁴² Em outro tipo de base conceitual, é ligada à corrente marxista, mas com reflexão ilustrativa para o raciocínio sobre o processo coevolutivo, pois leva em consideração a relação com a natureza. Trata-se da abordagem de David Harvey (2011). O autor descreve inter-relações e conflitos entre as necessidades de evolução técnica e social para acumulação do capital e as estruturas de conhecimento e normas e crenças culturais compatíveis com sua acumulação infinita. Ressalta que essas inter-relações têm desempenhado papel fundamental na evolução do capitalismo. Sobre a longa trajetória histórica do capitalismo, o autor levanta sete “esferas de atividades” para análise de trajetórias coevolutivas: 1) tecnologia e formas de organização; 2) relações sociais; 3) arranjos institucionais e administrativos; 4) processos de produção e de trabalho; 5) relações com a natureza; 6) reprodução da vida cotidiana e da espécie; e 7) “concepções mentais do mundo”. Constrói análise das constantes transmutações a partir da interação dessas esferas⁴², defendendo que o “capitalismo se manteve firme, pois envolveu-se em um movimento revolucionário perpétuo em todas as esferas para acomodar as inevitáveis tensões da acumulação do capital sem fim a uma taxa composta de crescimento” (Ibid., p. 113). Ressalta ainda que dentro de cada região, a dinâmica coevolutiva funciona de maneiras distintas.

possibilidade de comparar a trajetória evolutiva das territorialidades dos grupos⁴³. Um coletivo de sujeitos com ótima organização interna de seus componentes e grau satisfatório de coesão, mas que utiliza recursos que causam alto impacto ambiental (madeira ilegal, por exemplo). Ou grupos com fraquíssima organização e capacidade de formular seu projeto que, embora tenham ótimo uso de recurso, são submissos ao sistema de preços e relações de poder de mercados locais. São desequilíbrios que a análise de sistemas territoriais pode apontar.

Para o estudo dos sistemas territoriais, nossa concepção de evolução das relações está ligada à territorialidade que cada grupo constrói. Esta é composta pela capacidade de melhoria da organização interna para que o projeto dos grupos (produtivos, em nossa análise) obtenha avanços quanto à *qualidade das relações territoriais*, levando em consideração os itens detalhados no tópico 1.4.

A proposta de analisar a evolução nas relações e processos inerentes à formação de territórios que estamos contextualizando, exige diagnóstico inicial das relações de grupos na cidade. Estes sinalizam pistas de nexos territoriais, temporalidades, continuidades e rupturas, conexões em redes, tipos de técnicas utilizadas, etc. demandando nossa atenção quanto à construção de suas ações. Práticas espaciais (ver cap. 2) são estruturadas como possibilidades abertas pelas redes entre a cidade e territórios circunvizinhos diversos. Os grupos constroem redes, fluxos e tem a cidade como nó para ação e interpretação da “herança territorial”, que pode ser caminho experimental para novas práticas espaciais sinalizadas pelas já existentes.

No bojo do debate sobre sistemas, Bagliani e Dansero (2005) argumentam que o Sistema Local Territorial (SLoT) aparece como o primeiro escalão de um sistema dinâmico multiescalar formado de mais níveis de agregação territorial integrados. Os autores destacam que são sistemas nos quais devem modelar-se em governanças territoriais. Os atores não se reduzem à relação lugar-rede ou local-global. Essa consideração é importante, pois está ligada à concepção de território ativado pelo cotidiano num processo interativo trans-multiescalar capaz de produzir diversificações em vários níveis. Sistemas abertos complexos e evolutivos

⁴³ O equilíbrio entre essas esferas de atividades humanas é destacado por Harvey (2011) para a construção da alternativa socialista. O autor tece críticas às experiências que fracassaram onde não houveram coevolução em todas as esferas de interação humanas (vide rodapé anterior). “As configurações regionais na divisão do trabalho e dos sistemas de produção são, em resumo, feitas pela conjunção de forças econômicas e políticas e não ditadas pelas chamadas vantagens naturais. Suas criações, inevitavelmente, envolvem uma coevolução regional de formas tecnológicas e organizacionais, relações sociais, relações com a natureza, sistemas de produção, modos de vida e concepções mentais do mundo (atitudes culturais locais são frequentemente fundamentais). Os padrões específicos das relações entre as esferas de atividades podem ser criados e levar ao surgimento de arranjos institucionais e territoriais distintos” (Ibid., p. 160).

como as cidades dependem de uma gama variada de interações em múltiplas escalas. Disso dependem trocas seletivas que permitam a reprodução interna do sistema garantindo a perpetuação de suas características, como na autopoiese.

Contribuição clássica sobre sistemas territoriais, Raffestin (1993) levanta que o sistema de ações ou de comportamentos se traduz numa produção territorial que faz intervir na tessitura, nó e rede (que constituem o território). Para o autor, tessitura, nó e rede são organizados hierarquicamente e permitem assegurar o controle, integração e a coesão dos territórios. Assim, constituem uma espécie de invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessitura, nó e redes, no estudo do STUR, devem estar coligados a nós mediadores, tessituras variadas (pelos tipos de territórios que são conectados à cidade, aldeias, comunidades, etc.) e redes hídricas. Vejamos a contribuição de autores Italianos.

1.3.1. A Proposta do Modelo de Sistemas Locais Territoriais (SLoT): contribuições e limites

Como modelo científico, o SLoT (Sistemas Locais Territoriais) propõe descrever a relação entre interação social, potencialidades do território local, governança e desenvolvimento. Através da rede local de sujeitos e suas relações com a especificidade territorial (*milieu*), busca interpretar ações, onde o território se comporta em certas circunstâncias como sujeito coletivo (DEMATTEIS, 1995).

O presente subitem objetiva levantar contribuições e limitações do modelo que, apesar do contexto empírico italiano do chamado grupo de Turim⁴⁴ ser bastante diferenciado da realidade Amazônica e Latino Americana, serve de inspiração, fonte de ricas ideias e reflexões teórico-conceituais.

As propostas de desenvolvimento local, como as de Dematteis (2005; 2007; 2008) e Magnaghi (2010a), são embasadas na valorização “genético-evolutiva” do território local. Isso seria resultado da longa interação de relações sociais atreladas ao sedimento territorial. Neste, a cultura, as representações simbólicas e a relação com o *milieu* devem ser (re)valorizadas em projetos alternativos que, mesmo possuindo viés utópico, partem da reapropriação do saber contextual e comunitário na busca da *consciência do lugar*

⁴⁴ Grupo de Turim – Itália, coordenado por Giuseppe Dematteis na Universidade de Turim, envolve vários pesquisadores importantes como Sérgio Conti, Ana Segre, Francesca Governa, Egídio Dansero, Carlo Salone, oriundos do Politécnico e Universidade de Turim e outras universidades, como Vincenzo Guarrasi, Bruno Vecchio e Paola Bonora.

(MAGNAGHI, 2010b) por parte dos sujeitos e suas redes de cooperação locais. Evitar a nostalgia, “museificação” e práticas pseudo-conservativas torna-se necessário desde que se tenha a configuração do território entendida através da interpretação das relações tecidas pelos sujeitos. Dentro do contexto urbano, formam sistemas que conservam memória histórica e de práticas produtivas, entre outras.

Dematteis (2005) relata o mecanismo evolutivo onde a coletividade humana interage com seus ecossistemas locais. Dá ao lugar, em cada ambiente particular, a uma recíproca co-adaptação cuja adaptação humana é justamente de tipo cultural e produz territórios e características geograficamente diversificadas. O autor conclui que, na escala meso-regional, a variedade geográfica da cultura tradicional local depende, em larga medida, do ambiente com o qual a sociedade local tem interagido na longa duração histórica. Isso sugere que os sistemas locais devem adaptar as técnicas ao lugar, e não o lugar às técnicas⁴⁵! Como instrumento analítico e operacional para propostas de desenvolvimento territorial, o autor propõe que

No modelo SLoT, o sistema local é pensado, por analogia, com o modelo autopoietico, que é acenado como um sistema funcionalmente aberto e operativamente fechado. Aquilo que permite realizar em seu interior um equilíbrio entre conservação e inovação. Pode haver intercâmbio com o externo, enquanto ator coletivo há uma capacidade autônoma de elaborar os sinais que chegam do exterior e dar assim resposta coerente com o princípio da própria organização interna, correspondente a sua própria particularidade identitária. Como modelo, o SLoT é pensado como um pequeno mundo em cruzamento entre fluxos e informações seja horizontais ou verticais, que não o atrevessem somente, mas que permitam imaginar no seu interior informação cultural específica e de produzir inovação (DEMATTEIS, 2005-p.104).

O específico meio material e cultural do local, como carga “genético-evolutiva” das relações de longa duração, é central como recurso. Entretanto, ao analisar a possível busca de autonomia de determinados grupos, devemos evitar erros em pesquisas de não considerar suficientemente o entrecruzamento que se estabelece entre território e práticas sociais dominantes e as subalternas como consideram Sommella e Viganoti (2005). Ou então, cair em mitos e simplificações localistas, que minimizam os conflitos políticos e econômicos locais, as estruturas de dependência inter-regionais, ou desconsiderando tensões advindas da estrutura de classes sociais e do ambiente macroeconômico. Obviamente, como modelo o

⁴⁵ A expansão das fronteiras agropecuária, mineradora e hidrelétrica tem sido algumas das inúmeras práticas desastrosas de adaptação exógena frente à fragilidade do domínio amazônico.

SLoT possui debilidade em análise de territórios cujas relações de pobreza ocorrem mediante perpetuações de elites atreladas ao capital mercantil, baixos índices de alfabetização e qualidade do ensino, fraca coesão de grupos, fortes relações de dependência de políticos locais e igrejas⁴⁶ (assistencialismos diversos) e insuficiente participação popular nas discussões e ações políticas locais.

Dematteis (2008) apresenta um guia metodológico para construção do modelo SLoT com centralidade no conceito de territorialidade ativa (aprofundado no capítulo 2), valorizando as ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais objetivando construção de estratégias de inclusão. A construção do modelo partiu de pesquisas empíricas sobre políticas públicas na Itália⁴⁷. O intuito foi analítico e visou a construção de base teórica que auxilie o planejamento territorial, resumidamente composto pelos seguintes elementos (DEMATTEIS, 2008, p. 36-37):

- i) rede local de sujeitos presentes ou ativáveis, que agem de algum modo como ator coletivo;
- ii) o *milieu* local como conjunto de condições favoráveis do contexto territorial que o opera a rede de sujeitos;
- iii) a relação de interação da rede local com o *milieu* e com os ecossistemas locais;
- iv) a relação interativa da rede local com redes globais.

Esses elementos indicam a auto-organização do sistema local considerada como recurso endógeno (verdadeiro objeto de análise para cada sistema territorial) a ser conhecido pelas políticas gerais de desenvolvimento.

O autor (Ibid.) salienta que o SLoT permite delinear a geografia da projeção do agir coletivo em um território. Individualiza o estado das relações incompletas, avaliando as possibilidades de ativar relações e sugerindo arquitetura em cada caso para implementação de governança eficaz e análise da sustentabilidade territorial. Além disso, pretende oferecer sustentação cognitiva para políticas e planos articulando certas áreas, redes de atores. Um dos problemas para aplicação desse modelo, ainda segundo o autor, reside na individualização dos possíveis SLoTs. O desafio é a descrição dos recursos próprios de cada sociedade, buscando definir tendências auto-organizativas locais e o exame da “composição das redes, o papel efetivo dos sujeitos participantes, os objetivos e os resultados esperados, a estabilidade das

⁴⁶ Assistimos em Parintins uma expansão do poder das igrejas evangélicas, não somente na cidade, com presença de várias igrejas por bairro, mas também comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas que passam para a esfera de influência dessa rede de poder.

⁴⁷ PRIN: *Progetti di Rilevanti Interessi Nazionali*; MIUR: *Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca*.

agregações, os âmbitos territoriais dos projetos e das ações e a distribuição espacial do capital territorial ativado.” (Ibid., p. 39).

Um agregado de sujeitos se comportando como sistema territorial coligando a individualização e delimitação do âmbito territorial no qual agem é o que daria a delimitação do sistema local territorial. Pré-condições subjetivas e objetivas são confrontadas, devendo-se considerar também as áreas de contenção dos fluxos locais. A síntese do modelo é apresentada na figura 5.

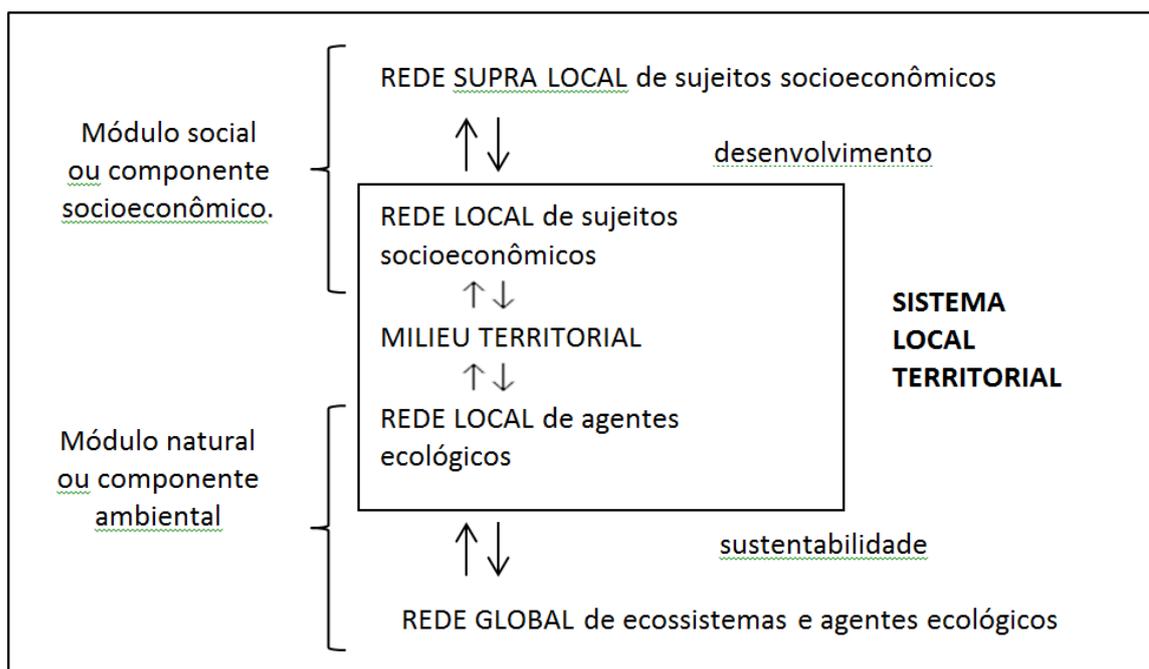


Figura 5: A rede local de agentes ecológicos e a rede global de ecossistemas no interior da descrição do SLoT. Fonte: adaptado de Bagliani e Dansero (2005).

Num esforço de síntese, Demmateis (2005, p. 111) aponta que para a análise do SLoT é necessário considerar:

(...) as pré-condições de contexto (capital social, capacidade institucional, domínio cognitivo, etc.) e, no mesmo sentido, as intervenções de capacitação necessárias; a arquitetura da governança territorial em múltiplos níveis; os recortes do território local e intermediações como formas de agregação pertinentes; a modalidade de construção de redes de atores coletivos (participação, eficácia, coesão, composição do conflito, etc.); inserção na experiência cognitiva na produção de inovação específica; o nível de autonomia de auto-organização interna do sistema territorial entendido como ator coletivo (capacidade de auto-representação e auto-projeção); sua estabilidade no tempo; a forma de territorialidade ativa presente e possivelmente em relação a capital territorial disponível; a complementaridade e sinergia da rede; a polifonia cultural interna e a

abertura do sistema ao externo; a capacidade de equilibrar exportação de valor e sua fruição interna (acumulação de riqueza versus bem viver-local); balanço ambiental (déficit/superávit ecológico) do sistema ambiental entendido ao cálculo da sustentabilidade cultural (déficit/superávit de capital territorial).

Bagliani e Dansero (2005) propõem uma releitura do SLoT através do reforço da *bimodularidade* do sistema acima representado. Nesta, o módulo social (componente socioeconômico) interage com o módulo natural (componente socioambiental) através da mediação exercida pelo *milieu*. Nesse contexto, é fundamental o reconhecimento de trocas de bens de cada importação e exportação dentro do sistema com seu exterior. Ressaltam que é importante refletir sobre os limites mais apropriados para delimitar regiões e construir balanços ambientais sustentáveis. A partir do enfoque ecossistêmico, questionam que o SLoT não coincide necessariamente com qualquer fragmentação político-administrativa ou funcional, uma vez que seu âmbito territorial tem base na agregação dos atores a suas ações territorializadas.

Muito difundida na literatura que valoriza os lugares-rede, a noção de *milieu* é basilar entre os autores propositores do modelo SLoT. Para Dematteis, o *milieu* significa um

Conjunto permanente (dotações) de características socioculturais sedimentadas em certa área geográfica através da evolução histórica de relações intersubjetivas a sua volta com as relações e modalidades de utilização dos ecossistemas naturais locais (DEMATTEIS, 1995, p.101).

Em texto posterior, Giuseppe Dematteis (2008) complementa sua concepção adicionando o contexto territorial na qual operam certa rede local de sujeitos. Salienta o conjunto de condições territoriais favoráveis ao desenvolvimento e a forma como os sujeitos percebem essas condições. Enfatiza, ainda, a interação entre recursos materiais e imateriais sedimentados localmente como processo longo de coevolução.

Para Governa (1997), o *milieu* se revela enquanto tal somente frente ao projeto de uma sociedade local que reinterpreta o patrimônio de longa duração ao próprio fim onde a transformação ativa da paisagem pode conservar a característica identitária. A autora salienta que o *milieu* deve ser percebido como recurso em que sujeitos no interior do sistema constroem seu papel interagindo com outros sujeitos na rede local. Trata-se de uma concepção relacional dos atributos que compõem as relações territoriais. No próximo subitem, retomamos a ideia de territorialidades ativa desta autora, que também é desenvolvida por Dematteis. Bagliani e Dansero (2005) também exaltam a centralidade do conceito de *milieu*

ao modelo SLoT. Este constitui o trâmite entre a rede de atores locais e o ambiente natural e revela sua natureza de mediador. Anna Segre (2005), em abordagem similar, entende o *milieu* como conjunto de condições locais sobre a qual opera uma rede local de sujeitos e faz referência ao uso de recursos potenciais próprios de um território, sejam condições físicas ou socioculturais, sedimentados em longa duração.

Já Salone (2005), também refletindo sobre o SLoT, destaca a capacidade dos sujeitos de agirem sobre os recursos do *milieu* a partir da formação de modelos de governança urbana e territorial. Isso configura uma forma específica de organização das ações coletivas que se fundam sobre a construção de coalizão entre atores públicos e privados, orientados para atingir objetivo específico definido conjuntamente. Ressalta ainda que o território pode ser, então, considerado como sujeito produtor, utilizador e multiplicador de conhecimento, através da articulação da rede de trocas informativas formadas no seu interior.

A sobreposição das dimensões naturais e físicas (zonais) às sociais e relacionais (culturais, político e econômica) que o território possui, demonstra, na leitura dos autores propositores do SLoT, uma visão renovada de território útil para análise de dinâmicas ativadas a partir do *milieu*. A escolha por estruturar o sistema a partir do *milieu* urbano leva em consideração, portanto, como o mesmo vem potencializando o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. Este, conectado pela demanda e mercados da cidade, incentiva maior circulação de embarcações, formação de coletivos organizados e formação de pontos fixos no espaço que auxiliem as práticas territoriais.

Para Raffestin (2009), civilizações distinguem-se das demais em virtude das combinações dos sistemas que as compõem com sistema orgânico e inorgânico apresentando maior estabilidade. No ambiente geral (ecológico e social), as escolhas dos atores são feitas com base nos sistemas locais que estão à disposição, sendo os vínculos morfológicos e climáticos importantes atributos. As mediações tornam-se centrais para a busca de soluções juntamente com o ambiente social. Neste, a produção de territórios ocorre pela combinação de elementos apreendidos pelos atores nos diversos sistemas que estão à sua disposição.

No próximo capítulo tratamos da cidade enquanto *milieu* destacando os acessos, proximidades e facilidades para ações que os sujeitos diversos encontram na reconstrução de suas relações e territorialidades. Há um peso muito maior do *milieu* urbano na Amazônia quando averiguamos as possibilidades de mobilização e construção de projetos a partir de comunidades ribeirinhas (muito heterogêneas e diferenciadas quanto suas relações e proximidade com a cidade) que possuem infraestrutura precária ou acesso restrito a serviços

de saúde e educação. Acessar a cidade de modo mais frequente faz parte da territorialidade dos moradores dessas comunidades.

Outro importante expoente da geografia italiana é Magnaghi (2010a). Em proposta densa sobre a possibilidade de construção de um Projeto Local (título de seu livro), o autor também tem no conceito de *milieu* uma centralidade onde não é possível isolar um modelo de ação de ocupação da sociedade e do ambiente das relações constitutivas do *milieu*. Este, segundo o autor, é definido como conjunto de ligações recíprocas entre homem e meio, que deve ser valorizado juntamente com o Patrimônio Territorial. Para Magnaghi (2010a), o *milieu* é composto pelo conhecimento ambiental atrelado a um modelo social e sociocultural (saber produtivo e artístico).

Portanto, dialogando com nosso objeto, os grupos estudados evidenciam o processo de reterritorialização: a ativação do habitante produtor como protagonista da reconstrução do valor territorial (MAGNAGHI, 2010a) e que compõe o Patrimônio Territorial entendido como

(...) valorização e transformação do processo participativo dos atores que se definem como valor constituinte para a sociedade local, então, o patrimônio territorial (que há integrado na nossa acepção à relação co-evolutiva e sinérgica entre patrimônio cultural e natural), não é o catálogo singular de objetos, monumentos, paisagem e coisas que compõem, mas o corpo de regras estrutural que tem em vida a identidade do mesmo território e nele garantindo sua reprodução (MAGNAGHI, 2010a, p. 153).

Magnaghi (2010a) mesmo não sendo expoente direto da metodologia empregada no SLoT, acaba tecendo intenso diálogo com o grupo de Turim. Para o autor, o Patrimônio Territorial é constituído de um sistema vivente de alta complexidade e, como tal, deve ser tratado enquanto recurso por produzir riqueza. Tal conceito é sintetizado, pelo autor, a partir da análise de três posicionamentos:

- 1) dissipação/destruição – liberação do vínculo territorial produzido pela urbanização;
- 2) conservação do território para geração futuras;
- 3) valorização, que significa produzir novos atos territorializantes que aumentem o valor do patrimônio territorial através da criação adicional de recursos.

Para o autor, recursos territoriais são interpretados e alocados como fontes primárias de qualidade específica, local da produção durável de riqueza. Conclui que a renovada atenção à identidade do lugar adquire um senso estratégico que se move nesse horizonte cultural. Nesse contexto, é necessário “considerar o território como um horizonte que atinge a

produção de riqueza atribuindo-lhe novos valores como recurso e continuando, através da produção de novos atos territorializantes, um aumento constante de valor.” (Ibid., p. 98). Faz ainda uma distinção conceitual entre valor e recurso, ou seja, entre patrimônio, entendido com valor de existência, e recurso, entendido como forma específica de interpretação do patrimônio por seu uso. Esses novos *atos territorializantes* dialogam com o que viemos refletindo sobre a capacidade de *retorno ao território* a partir da cidade. O caso mais significativo entre os que analisamos é o dos indígenas do Consórcio Sateré-Mawé.

Pontuamos anteriormente uma qualidade *sui generis* do STUR que é a continuidade de determinados vínculos territoriais mesmo ocorrendo o processo de urbanização. Isso confere outra conotação ao *milieu* urbano. Visamos, assim, contribuir para avanços metodológicos na mensuração e avaliação de atividades urbanas em cidades com intensa dinâmicas ribeirinhas capazes de ser potencializadas. Assumimos o desafio de mensurar, cartografar e descrever as atividades da economia popular no território buscando obter o *valor adicional territorial* (MAGNAGHI, 2010a; DEMATTEIS, 2005; 2008).

São, portanto, essas novas formas de mediação formadas por interesses distintos no contexto urbano. Combinam processos antigos e novos de territorialização e utilização de recursos. Tais processos, somente existem enquanto tal de acordo com a capacidade dos sujeitos de interpretá-los e transformá-los tecendo, a partir de sua exploração, territorialidades que reivindiquem às populações menos favorecidas o uso do território a seu favor. Outro objetivo dos autores que trabalham o SLoT, é sinalizar a existência de sistemas potenciais:

É possível assinalar a existência de pré-condições favoráveis para a formação, constituição de SLoTs potenciais, não facilmente transformáveis em sinergia territorial. Nesse caso, a presença daquilo que é um SLoT potencial, a procura pode preceder de uma série de indícios que derivam da estabilidade no tempo da característica humana e ambiental em relação entre eles, da substancial pertinência da delimitação da continuidade de algumas destinações funcionais, da característica de sujeito territoriais identificados no interior (como auto-representação e auto-projeção da rede local) e seu exterior. Em tal prospectiva fundamental, aparece o confronto entre quanto o território é já sedimentado em termos de entidade regional sobre o plano geomorfológico, histórico, funcional, e a visão mais dinâmica do projeto que individua o seu território de referimento, na convicção que tal confronto pode contribuir para a valoração da territorialidade no desenvolvimento local (SOMMELLA; VIGANOTI, 2005, p. 194).

Informações, condições de contexto e evolução da posição dos grupos foram apreendidos e facilitados pela maneira como se interpreta o território e seus recursos (também relacionais por sinal). Através do viés sistêmico, temos noção do grau de abertura à relações

externas, mas, principalmente, como a cidade torna complexa a evolução das relações territoriais. A quantidade de nexos, trocas de experiências, adaptações técnicas e projeção das ações se tornam mais densas junto ao *milieu* urbano parintinense.

Quais contribuições os autores do modelo SLoT nos trazem? Alertam e supervalorizam a análise interativa entre o meio ambiente local e a maneira com que as redes de sujeitos o interpretam enquanto recursos utilizáveis, mas, ressaltando a capacidade organizacional de tais redes. Essa interação (módulo organizacional / módulo ambiental) fustiga mensuração e caracterização do *milieu* local, que sinaliza se tal sistema territorial possui capacidade de auto-reprodução não predatória, nos inspirando averiguar práticas de sujeitos da economia popular.

Enfim, o STUR constitui-se com subsistema mediador na cidade. É composto por atividades ligadas à economia popular conectando territórios do entorno a partir de territorialidades complementares, como frisamos. As atividades econômicas que compõem o STUR (pesca e extrativismo passando pela mediação da cidade) possuem graus variados de abertura. Têm evolução e adensamento de relações de trocas e intensificação de fluxos com áreas de entorno realizando acessos diferenciados nessas áreas propiciada pela natureza do *milieu*. O território é reinterpretado a partir da esfera de intensificação de trocas mercantis. Mas também possibilidade de subsistir, nos remetendo mais uma vez ao caráter dual em sua lógica. A cidade fornece base (insumos pra navegação, por exemplo) e “apetite” para esse avanço em busca de recursos naturais (mercado receptor e processamento) formando a interconexão a outros sistemas que detalharemos agora.

1.4. Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR): esboçando uma noção

Nossa reflexão acerca da natureza do fenômeno urbano ocorre a partir de como uma cidade, com dinâmica ribeirinha intensa, é apreendida enquanto *milieu* e como, nesse contexto, forma novas ou reforça antigas conexões a partir da cidade ou abandona antigos pontos⁴⁸, a exemplo das áreas de extração de pau rosa e cultivo da juta em ciclos passados.

⁴⁸ Como exemplo, a Vila Amazônia, distrito de Parintins a leste da sede municipal, pertencente à gleba do INCRA de mesmo nome. Lá, encontram-se ruínas de fábricas de papel e celulose, casarões e estruturas do cultivo de juta nos anos de 1980. Localidade estagnada, não teve mais nenhum momento de reativação, apenas agricultores. Na década de 1930 a Vila fora localidade de experimentos agrícolas como colônia de migrantes japoneses, expulsos da gleba posteriormente devido à 2ª Guerra mundial. Segundo a associação dos moradores da gleba da Vila Amazônia, metade dos 2100 lotes está em desuso hoje. Outros pontos abandonados há mais de 80 anos e que tinham dinamismo econômico, situam-se ao sul do núcleo urbano na calha do rio Uaicurapá, com relatos de produção de cana-de-açúcar, cachaça, rapadura e guaraná em diversas localidades.

Em parte, vínculos territoriais são desfeitos pelo êxodo e recompostos a partir das ocupações irregulares na cidade desde a década de 1990, em Parintins.

Como artifício metodológico, usamos a análise das territorialidades de grupos para “mapear” e identificar tais atividades que, enquanto subsistemas, dinamizam o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Propomos tal noção para entendimento da formação de redes de sujeitos que criam, através das práticas espaciais, fluxos que acionam pontos em áreas diversas (rurais, unidades de conservação, terras indígenas e comunidades ribeirinhas) a partir da cidade. Partimos de coletivos organizados que constituem mediações multidimensionais com a esfera urbana com transformação de formas culturais adaptativas, evoluídas por longo processo de interação entre sociedades locais e o ambiente de interação direta. Os coletivos passam a ter, nas últimas décadas, suas estratégias de operação e ações a partir da cidade, nós que possibilitam e condicionam tais territorialidades.

Resumidamente, o **papel mediador** que o STUR abrange aparece em quatro vertentes:

- i – organizacional e institucional: onde outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância, mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território;
- ii – zonal e topológico: produzindo e configurando fragmentos do espaço intraurbano, ligando-o a pontos diversos circunvizinhos através da navegação;
- iii – econômico dual: como já explanado, sendo dinamizado principalmente pela economia popular em interação constante com as esferas de valorização do capital mercantil dominantes na cidade, mas tendo a extração de recursos naturais como manutenção de vínculo territorial. Em alguns casos, saltos escalares ocorrem com relações diversas que ultrapassam a sub-região como veremos;
- iv – simbólico-cultural: onde traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e resignificados pela inserção no processo urbano local.

A análise empírica indicará se os sistemas tendem a construir territorialidades articulando tais escalas de relações, formando redes de produção e comercialização (de caráter mais zonal ou topológico) e ativando ou atingindo pontos específicos do entorno. Uma série de questões, assim como a delimitação das variáveis selecionadas, orienta a busca de dados para o entendimento da dimensão e natureza desses sistemas. Qual a influência do uso do território sub-regional (levando em conta não só municípios do baixo Amazonas) na formação de uma malha, acessíveis por meio fluvial (redes) como comunidades ribeirinhas, Unidade de

Conservação e aldeias ou Terras Indígenas? Os grupos são ligados por interesses e capacidade diferencial de ações, variando na auto-afirmação simbólica, cultural ou identitária. A etnia, no caso dos indígenas do Consórcio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM), é um exemplo.

Por meio da proximidade e presença de instituições, tais grupos constroem na cidade coesão e estratégias de resistência no que tange à formação de alternativas de sobrevivência? A busca pelo rompimento de “constrangimentos” espaciais (principalmente pelas distâncias para alcançar novos mercados entre outras dificuldades em que tais sistemas estão imbricados⁴⁹) faz dos associativismos/cooperativismos novas formas de mediações entre as políticas públicas e o ordenamento territorial somente pelas forças de mercado? Em que termos? Ocorre a obtenção de “trunfos” relacionados à extração e transformação de recursos regionais que, ao “atravessar” a cidade, constituem territorialidades?

E, por fim, uma das características mais interessantes no estudo do STUR é a identificação das permanências, evoluções e hibridizações de usos de recursos naturais por técnicas e práticas tradicionais. Estas estão associadas a elementos e ambientes de interação na cidade (técnicas modernas, espaço urbano e temporalidades), que se adaptam, conflitam e se articulam aos sistemas rudimentares. Um exemplo é o maquinário caseiro em movelarias ou motores potentes em embarcações de madeira. São conhecimentos não codificados oriundos de ambientes variados (indígena, ribeirinho ou mesmo da cidade) utilizados pela esfera de influência urbana para a reprodução do capital na cidade.

As cidades, concentrações materiais portadoras de densidades relacionais e simbólicas, possuem, além de produtos da modernização em fases sucessivas, registros anteriores de projetos políticos e sobrevivências culturais. Leva à pesquisa urbana, em seus procedimentos, a insolúvel tensão entre determinantes econômicos e culturais da ação social (RIBEIRO, 2013). Contendo longa trajetória relacionada à adaptação do homem amazônico junto ao complexo meio natural, os sistemas que procuramos delimitar possuem na cidade um meio articulador, pois

dentro de cada cidade, o mercado e o território constroem o princípio de unidade, responsáveis pela unificação dos diversos segmentos característicos da vida urbana (...). Mercado urbano e território urbano são noções inseparáveis e realidades interdependentes, havendo, porém submercados e

⁴⁹ Adiante tecemos breve reflexão sobre os limites do desenvolvimento local devido uma série de relações de dependência, concorrência inter-regional e incapacidade de acumulação e inovação para concorrer com produtos de outras localidades. De certa forma, apesar de não ser objetivo desta tese, o alerta sobre a sobrevalorização das potencialidades locais serve como crítica a vários autores que apostam no desenvolvimento da capacidade competitiva de cada local.

subcircuitos espaciais da produção específicos, cada qual com sua racionalidade (SANTOS, 2004, p.309).

O mercado urbano veio transmutando, hibridizando e submetendo formas antigas laborais e produtivas (pesca, extrativismo e processamento de madeira). A forma como isso aconteceu, requer o entendimento da noção de *milieu* urbano como um sistema amplo de interações.

Os coletivos de interesse, como grupos institucionalizados, formalizam junto às esferas de poder suas demandas. Passam a reativar territórios de maneira diferencial (uns mais funcionais, outros mais politizados e conscientes com projetos melhor definidos...). Isso de acordo com a capacidade recursiva, cognitiva e de ação política em criar redes de interação, transitando entre esferas de atuação institucionais do Estado e até mesmo “saltando escalas”⁵⁰, como no caso do CPSM. Como instituições formalizadas, algumas acabam abarcando tensões, como casos de cooperativas que possuem exploração ou precarização do trabalho. Isso constitui, dialeticamente, fermento de inovações / construção de territorialidades e, ao mesmo tempo, parte de estratégia de controle e manipulação do Estado ou frações dominantes de elites locais.

Para análise dos STURs, trataremos do universo de relações instituídas em meio geográfico específico. O ponto de partida será: o processo urbano que influencia seu entorno (aumento da área de influência da cidade); o espaço urbano que abarca práticas do universo ribeirinho em si (incluindo tensões que esse processo acarreta); o uso de atributos recursivos constituintes do sedimento territorial local formado em longa duração de relações, portadores de elementos culturais arraigados, porém dinâmicos e abertos à evolução nas relações territoriais a partir de trocas com sistemas externos. As práticas espaciais desses sujeitos nos indicariam parte das territorialidades construídas.

As relações estabelecidas por esses sistemas produtivos possuem forte conotação local, no que tange à relação com o *milieu*, com necessidade da análise multidimensional (EPCN – economia, política, cultura e natureza – de acordo com Saquet, 2011). No mesmo ambiente em que ocorrem relações dominantes do capital mercantil⁵¹ tradicional, aparecem

⁵⁰ No capítulo terceiro descrevemos a escala de evolução das territorialidades do grupo atingindo mercados externos e relações com redes de comércio justo da Itália e França.

⁵¹ Para Cano (2010, p.7), “O Capital Mercantil, que pode compreender as formas Comercial e Usurária, tem suas origens anteriores à etapa da Acumulação Primitiva, desde que se iniciam as trocas mercantis de bens e serviços. Antecede, portanto a etapa do capitalismo originário, quando surgiria a forma Produtiva, ou a do Capital Industrial e restringe-se à órbita da circulação. Contudo, com o capitalismo aquela forma inicial não desaparece: algumas frações metamorfoseiam-se em Capital Produtivo, ao penetrarem na órbita da produção, uma segunda

“fissuras”, que são formas criativas de organizar o espaço da cidade, adaptar técnicas, circular pelos rios e complementar renda. Tais fissuras propiciam descrever as territorialidades de sujeitos e suas redes tecidas com uso de recursos locais.

Nossa investigação dialoga com propostas de desenvolvimento regional como aquelas feitas por Becker (2009) e Costa (2009). Tais autores apontam ser necessário pensar o equilíbrio entre recursos locais e o ordenamento territorial, no qual o sedimento regional histórico possui enorme relevância. Assim, os critérios de escolha dos grupos estão relacionados com os seguintes atributos:

- i) Influência no uso do território de entorno direto da cidade, imprimindo redes zonais (materiais, contínuas ou descontínuas) ligadas pelas relações e ações que partem da cidade. Como o ambiente do entorno da cidade é predominantemente ligado por “capilaridades” hídricas, chamaremos de *urbano-ribeirinhos*, pois o termo também abrange as permanências culturais e temporalidades dos modos de vida ribeirinhos hibridizados com a esfera urbana.
- ii) Grupos produtivos que possuem principal base de atuação, organização e construção de relações territoriais na cidade, sempre considerando pontos do território que são acessados ou ativados.
- iii) Processamento de matéria prima regional através do meio urbano (*milieu*) com elaboração de práticas espaciais diversas, interpretando o ambiente disponível para construir meios de influenciar a construção de territórios.

Além das intencionalidades dessas redes socioterritoriais⁵² denotarem caráter visivelmente econômico e político, os referenciais culturais e simbólicos devem também ser averiguados. Também demandam atenção as relações de longa duração e transformação no meio ambiente que sofre tais influências (pressão sobre espécies, extrativismo e desmatamento impactantes, etc.).

Portanto, esses sistemas produtivos formam circuitos que tecem relação dialética entre a cidade e seu entorno. São compostos por forças centrífugas (busca de recursos

parte permanecerá enquanto tal, subordinadas agora pelo novo, o Capital Industrial, e outras assumirão outras funções especializadas como, por exemplo, a do capital imobiliário.”.

⁵² Coelho Neto (2014) propõe pensar a democratização do ordenamento territorial a partir da análise dos coletivos organizados (organizações sociais de trabalhadores rurais), dando ênfase à descentralização e participação social, ativação/qualificação das redes socioterritoriais e o fortalecimento da territorialidade (entendida como conteúdo espacial da ação social). O autor conceitua os coletivos como *redes socioterritoriais*: (...) determinadas modalidades de ações coletivas, cujos processos de formação e funcionamento se ancoram na territorialidade que, por sua vez, ocupa uma posição estratégica fundamental nas práticas sociais que elas empreendem (...) mobilizando a territorialidade como estratégia socioespacial de organização, operação e afirmação (COELHO NETO, 2013).

regionais) e forças centrípetas (necessidade de acesso à cidade por populações interioranas). Possuem sucintamente as seguintes características a serem esmiuçadas através dos referenciais teóricos e análise empírica:

- i) São sistemas abertos vinculados a aspectos coevolutivos (adensamento de relações que compõem suas territorialidades) junto ao amplo sistema urbano em análise (*milieu* urbano), passíveis de trocas de energia, informação e matéria. São sistemas arraigados na sociedade local através do importante papel na manutenção de atividades produtivas, bases de sobrevivência da população local (navegar, pescar e processar madeira). Propiciam, em parte, a continuidade da permanência da cidade enquanto regulador de trocas e processamento em permanente adaptação com “inovações” (acesso a máquinas e técnicas) e contínuo ordenamento de territórios;
- ii) Conjunto de práticas espaciais com diversas modalidades de estratégias que cada grupo passa a construir (variando na intensidade de relações com o espaço intraurbano ou rural) até as relações multiescalares;
- iii) Processam recursos regionais que, ao “atravessarem” a cidade (no caso da madeira e do guaraná), constitui meio para sobrevivência e reprodução de grupos locais, importantes para manutenção da vida das populações locais;
- iv) Os grupos produtores constroem circuitos relacionais entre os espaços rurais e urbanos, formando continuidades passíveis de serem cartografadas. A ideia do STUR permite que sejam apreendidas relações entre outros dois sistemas elencados a seguir.
- v) Formam redes de natureza distintas que, pela forma com que o grupo alicerça sua forma de agir sobre o território (relações sociais, ativação de recursos, formação e interações políticas, institucionais, etc.), constroem como parte da estratégia, redes solidárias/cooperativas ou apenas funcionais. São conexões em redes (zonais ou topológicas) com a área de influência direta.

Os espaços que são abrangidos pelas atividades desses sistemas tornam-se territórios a partir do momento que as diversas manifestações de poder se estabelecem em outras conjunturas. Os acordos de pesca instituídos pela Colônia Z-17 (e sua constante disputa pelo controle político) são exemplos. Orquestrados através da organização social na cidade, delimitam acessos a lagos, proibindo que embarcações de médio porte pressionem estoques de pesca (capítulo 3.1).

Visamos estabelecer mensuração dos atributos territoriais e organizacionais dos tipos de sistemas constituídos. Partimos do tipo de organização social e refletimos sobre a capacidade de articulação do sistema quanto ao estágio de maturidade, elencando critérios de valoração.

1.4.1. Critérios de Análise para Delimitação dos Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR)

A revisão teórica de parte de autores que trabalham a chamada abordagem territorial em geografia (detalhada no capítulo 2.3) dispõe ampla margem para o entendimento de sistemas territoriais. A seleção de critérios para análise do aspecto empírico veio sendo refinada nos contatos, trabalhos de campo, entrevistas e trajetória histórica dos grupos. Elencamos abaixo critérios e características (como possibilidades investigativas) que os grupos possuem em intensidades diferentes. Cada qual dialogando e interpretando a cidade e o território à sua maneira formando o *milieu* territorial, aprofundado no capítulo seguinte.

a) Relação Histórico-Cultural e Relações com o Sítio e Situação da Cidade

Analisar a formação do grupo frente aos processos históricos recentes. Período esse quando ciclos econômicos e crises serviram como “perturbações” frente à reprodução dos grupos. Inferiam em processos adaptativos e estratégias diversas de reterritorialização na cidade. Ocorrem variações quanto à movimentação (fluxos urbano-rural), natureza do grupo (étnico, pequenas empresas ou atividade tradicional), finalidade, entre outras características particulares. Entender como ocorrem continuidades, adaptações e rupturas que alteram práticas antigas de manejo e processamento de recursos. Analisar as apropriações do espaço urbano, a relação do grupo frente à recente expansão urbana e alteração de antigas áreas de uso como condições para práticas espaciais.

b) Relação com os Recursos Locais, Capacidade de Processamento e Relações com o *Milieu*:

A análise de tais sistemas pode diagnosticar pressão exercida sobre estoque de recursos (no caso da madeira e pescado) dando indícios quanto à sua sustentabilidade⁵³; é importante descrever tipos de técnicas empregadas enquanto tecnologia social, trabalho novo ou tipo de mercadoria socialmente relevante para a sociedade local; ressaltar aspectos culturais que se mantêm através do uso de recursos locais, que se manifestam em formas artesanais de valorização do patrimônio territorial e do *milieu*; valorizar o auto-emprego em relação aos recursos locais; descrever as relações existentes no território, como bens relacionais que conservem qualificação identitária, produtiva, cultural e social; averiguar se existe cooperação ou reciprocidade entre frações do território; descrever a revalorização comunicativa, formativa e técnica de antigos mestres artesãos. Ressaltar a figura do habitante produtor protagonista na construção de territórios (MAGNAGHI, 2010a). Averiguar a retomada da capacidade do habitante de modelar seu próprio ambiente de vida e de relações (Ibid.); Interpretar a produção e circulação socialmente úteis.

c) Abrangência da Área de Atuação e Influência Econômica; Capacidade de Ativação de Pontos no Território.

Averiguar e descrever as práticas espaciais; tecer análise da distribuição espacial do capital territorial ativado ou atingido; averiguar a capacidade de reconstruir ligações em redes; delimitar área e circunscrição do circuito espacial de produção; identificar o grau de ativação do recurso potencial específico de um território local que constrói relações entre o rural e o urbano.

Esboçamos a diferença entre pontos *ativados* do território, que respondem e tornam mais densas as relações com a cidade, ou *atingidos*, com relação passiva e sem ações de resposta com trocas de informação e maior interação com o urbano. A qualidade das relações que os sistemas territoriais constroem com o *milieu* urbano nos interessa, tendo conceito de *territorialidade ativa* como possibilidade analítica, desenvolvida no próximo capítulo. Qual a utilidade e importância das articulações (zonais ou topológicas) para repensar o território?

⁵³ Usaremos o termo *sustentabilidade* mesmo com todas as limitações e críticas atinentes. Entendemos que o sistema maior de relações de reprodução do capital não permite ou proporciona que ocorra sustentabilidade, pois exige expansão de acumulação contínua em constante ambiente concorrencial. A “sustentabilidade” no presente texto seria relativa apenas à maneira com que a cidade usa os recursos do seu entorno. Pode, a mesma, manejar sem colocar em risco o conteúdo dos sistemas que dependem de recursos naturais. Entendemos que cidades “importam” impactos ambientais de outras localidades quando consomem mercadorias que possuem em seu circuito produtivo diversas práticas nada sustentáveis. Alier (2014) chamou isso de “mochila ecológica”. Essa interação transescalar das cidades não nos permite usar o termo sustentabilidade a esmo, pela complexidade de relações existentes.

d) Autonomia Relativa Frente às Redes Locais de Poder; Capacidade de Criar Relações em Escalas Variadas:

Analisar se o grupo possui autonomia relativa frente às redes locais de poder descrevendo aspectos da coesão e recorrência/intensidade das ações e grau de institucionalização que combinam diferentes formas de organização. Identificar se ocorrem acúmulos políticos permitidos pelo território praticado (RIBEIRO, 2013) ou se há grau de autonomia como atividades criativas vistas como componentes do projeto local a ser construído; averiguar objetivos do grupo no âmbito territorial do projeto e da ação: determinar grau de atividade e efetividade das ações quanto à *territorialidade ativa* (GOVERNA, 2005), interpretá-los como sujeitos sintagmáticos na formação de circuitos econômicos com ativação funcional da rede; entender as mudanças na organização territorial e a mudança do lugar e da ação política - *reescalig* (BRENNER, 2013); a rearticulação, reorganização e redefinição da escala territorial das ações; quais “trunfos” de poder as territorialidades construídas fornecem na capacidade de valorar recurso e ator? Cabe averiguar o grau de abertura do sistema frente à potencialidade de coevolução (continuidade ou formas de organização, trabalho, trocas de informação); explorar e descrever a capacidade organizativa local enquanto interface necessária para ativar, em certa medida ainda produzir, recursos específicos; averiguar a recorrência e coesão dos grupos frente à capacidade de reação a diversos problemas onde a comunicação entre as pessoas tende a ser mais importante na capacidade de reação às adversidades; averiguar se são relações estáveis, contínuas⁵⁴.

e) Papel da Cidade no Processo de Desenvolvimento para Proposição de Circuitos Potenciais.

Interpretar o papel das redes formadas a partir da cidade e demonstrar que há, a partir de três recursos naturais locais (madeira, guaraná e pescado), interação entre circuitos urbano-rural a partir de sistemas e territorialidades adensados na esfera urbana. Mas, as territorialidades urbano-ribeirinhas (como usos resistentes e permanências) não se encerram na cidade. Muito menos na urbanidade (estilo de vida e psicofera) de seus habitantes. Antes,

⁵⁴ É possível fazer análise da agregação territorial: cada uma das agregações voluntárias de sujeitos pode ser cartografada; demonstrar se o adensamento de projeção e ação coletivas são passíveis de serem induzidos como Sistemas Locais Territoriais (DEMATTEIS, 2005).

se desdobram em territorialidades, fluidas, contínuas e descontínuas, reticulares, multiescalares, associadas a territorialidades mais zonais e areais (considerando o sintrar das embarcações entre lagos, furos, paranás, igarapés, várzeas e igapós). A capilaridade das redes tecidas entre o rural e o urbano reconectam fontes recursivas e saberes, novas práticas urbanas a padrões de uso antigos do modo de vida ribeirinho. Assim, o indivíduo e a multiterritorialidade que abarca suas relações adquire importância. Seus símbolos e valores reconfiguram o espaço, um novo espaço, onde a cultura ganha dimensão antes sufocada para o universo econômico-político tradicional (HEIDRICH, 2010).

* * *

Algumas ressalvas devem ser feitas pela necessidade de uma crítica sobre como as atividades que compõem o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. Enquanto subsistema do processo urbano como totalidade, como se conecta dialeticamente a circuitos econômicos dominantes? Ao tratarmos de uma formação espacial associada à formação econômico-social, é sempre importante refletir sobre a maneira com que relações dominantes exercem influência sobre as subordinadas. Moreira (2008) afirma que, para o entendimento da totalidade social, devemos sempre levar em conta a função da produção e a expropriação de excedentes, mediadas por arranjos espaciais. No nosso caso, apresentamos a estrutura do sistema mediado pela cidade que sempre cumpriu na Amazônia funções de extrair excedentes.

O processo urbano ligado a fases da mundialização, movimento amplo de realização de mais-valia (CARLOS, 2009), sempre encontrou em cidades da Amazônia nós para ação e organização de territórios. Como exemplo, temos o aviamento⁵⁵. Realizava extração de produtos ligados às redes de financiamento e exportação, com escalas de relações em cada ciclo de valorização de produtos. Desde a borracha até a atual extração de alumínio pelas corporações transnacionais⁵⁶, tinham como bases as cidades.

⁵⁵ Nas palavras de Santos (1980, p. 122): no topo, ficavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, que funcionavam como financiadoras, abastecedoras e intermediárias, fornecendo os bens de consumo e instrumentos de trabalho necessários à exploração dos seringais e cauchais a um aviador menor, que podia ser o dono de um estabelecimento comercial em povoados próximos dos seringais. Este, cobrando juros, aviava o seringalista, que, por sua vez, através do regime de barracão (local onde os produtos eram armazenados e onde era marcada a dívida do extrator que ali, compulsoriamente, se abastecia), aviava o coletor e, depois disso, a cadeia se invertia, começando o processo de entrega da borracha, até chegar ao mercado internacional: o extrator entregava o produto coletado ao seringalista, que o entregava ao comerciante e este a cada exportadora em Belém e Manaus. A partir daí a goma elástica chegava ao seu destino na Inglaterra, Estados Unidos e outros países.

⁵⁶ Aspectos interessantes são formados em outros sistemas territoriais em cidade à leste de Parintins, no estado do Pará. Juruti (limítrofe a Parintins) e Oriximiná possuem projetos de mineração com estruturação urbana

As atividades econômicas que compõem o STUR (pesca, extrativismo / processamento e carpintaria naval⁵⁷) possuem interação e condicionamentos vinculados à reprodução do capital mercantil. Este vem transmutando as formas da cidade em benefício próprio (descrito nas tipologias de beira-rio no item 3.1). Reduz cada vez mais os espaços de vivências ribeirinhas com a privatização das margens de rios que são submetidas ao domínio da troca. Neste, a lógica da propriedade se sobrepõe aos usos livres que populações diversas sempre tiveram com os rios, mas sem anulá-las. Esses aspectos ficam claros durante a análise empírica e pelos exercícios de cartografia participativa realizados com dois grupos que possuem uso intenso das beiras de rio: pescadores e carpinteiros navais.

Longos trechos nas beiras de rio em Parintins acabam se submetendo quase totalmente a essa lógica de apropriação do espaço. Segregam e proíbem atracagem de pequenos barcos, impondo racionalidade externa (formas geométricas ao uso das margens como descrevemos na evolução do plano urbano). Isso afeta outras formas de apropriação. Em detrimento das pequenas e médias embarcações, surgem grandes balsas e barcos de ferro, barcos postos de combustível e lanchas “à jato”⁵⁸.

É possível afirmar, portanto, que a formação do Sistema Territorial Urbano-Fluvial cada vez mais se sobrepõe e absorve dinâmicas ribeirinhas. Isso é perceptível pela apreensão da paisagem e mapeamento de usos do solo urbano beira-rio associado aos relatos dos pescadores (capítulo 3.1). Usamos o termo *fluvial* considerando que, para os sujeitos que animam esse sistema, os rios são usados primordialmente para *circulação* de mercadorias. Não há intenção de manter práticas diárias de populações que tem no rio um aspecto simbólico, cultural/identitário (ribeirinho), lúdico ou para subsistência. É um sistema vinculado a atividades presentes na cidade ligadas ao capital mercantil com vínculos e relações escalares diversas, principalmente com a metrópole Manaus.

Grupos de empresários locais produzem a configuração espacial tendo a cidade com nó para extração de recursos naturais e base de ações onde:

particular. Setores específicos foram segregados para moradia de trabalhadores das mineradoras e sistemas de engenharia “alienígenas-alienantes” (como propalaram Santos e Silveira, 2003) de ferrovias que servem especificamente ao transporte mineral, não trazendo benefícios às populações locais.

⁵⁷ Em Parintins, uma das atividades que complementaria nossa análise é a criação de gado. Apesar de não ser recurso regional, é elemento culturalmente arraigado pela antiga tradição na sub-região. Muitos pequenos produtores do interior complementam suas rendas com a criação de poucas unidades de gado. Os transportam em embarcações médias (geralmente batelões) e abastecem pequenos açougues populares e o matadouro. Compõem assim parte importante do STUR.

⁵⁸ Nome popular dado às lanchas de alumínio que fazem trajetos em até um quarto do tempo gasto pelas embarcações de madeira mais lentas.

- i) Há rebatimento espacial, pois possuem maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas que confere renda de monopólio⁵⁹ materializados principalmente nos portos;
- ii) Verifica-se menor vínculo com a cultura local e desconsideração com a manutenção de valores de uso social⁶⁰, gerando conflitos, pois não há permissão para embarcações menores atracar em portos particulares;
- iii) Ocorre maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo e criação de gado, búfalos, etc.;
- iv) São sistemas funcionais que não possuem temporalidades e usos de espaços vinculados à reprodução das populações nas beiras de rio (pesca, ludicidade, moradia);
- v – uso de embarcações: grandes balsas de carga, balsas de combustíveis, empurradores, barcos tanque de gasolina, barcos grandes de ferro, lanchas e iates de veraneio⁶¹.

Apesar de também afetados pelos ciclos da natureza (sazonalidade fluvial, principalmente), o STUF possui maior margem recursiva para minimizar efeitos. Destaca-se a posse dos terrenos frontais da cidade navegáveis o ano todo e pela natureza das embarcações e lugares acessados. Não necessitam transitar por furos, paranás menores ou lagos para busca de recursos. Exemplo marcante ocorre na comparação entre as marinas usadas para lazer que se localizam nos terrenos frontais da cidade que não secam, e os flutuantes-marina de bairros populares, sujeitos às secas que alteram a navegação.

Em determinadas ocasiões, ocorrem várias sobreposições e interconexões entre o STUR e o STUF. Embarcações menores (canoa-rabeta ou bajaranhas) são ágeis, acessam canais estreitos e rasos e acabam por extrair recursos que abastecem o sistema mercantil dominante como peixe, madeira e até ouro nos garimpos clandestinos ou mesmo a maconha

⁵⁹ Caracteriza-se como renda de monopólio a situação na qual há um bem não reprodutível e o seu preço nasce por alguém ter produzido um valor de uso especial, como demonstra Marx. A propriedade privada da terra supõe que certas pessoas tenham o monopólio sobre porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade. A pesquisa da renda deve-se levar em consideração a explicação da valorização desse monopólio na base da produção capitalista de mercadorias, pois não se trata de uma raridade apenas física, mas produzida pelas condições que regulam o uso do solo.

⁶⁰ Um fato marcante chamou atenção em 2011. Um cargueiro em direção a Manaus ultrapassou a velocidade permitida de navegação frontal a cidades, causando ondas (chamadas popularmente de banzeiros) que se propagaram e atingiram barcos pequenos e médios ancorados em Parintins. Um exemplo claro de conflito de espaços de uso e fluxos com destinos e sujeitos diferentes.

⁶¹ Deixaremos de lado os cargueiros utilizados para transporte de produtos produzidos pelo Polo industrial de Manaus e os transatlânticos de turistas que ancoram em Parintins, pois exigiriam ampliação dos sistemas atrelados a outras frações do capital, mas sendo tema de estudos frutíferos em pesquisas futuras.

cultivada no município de Maués (AM)⁶². Embarcações menores são usadas para burlar territórios de acordo de pesca ou áreas ilegais, singrando por canais estreitos e rasos, dificilmente pegos pela escassa fiscalização ou pelos comunitários locais. São circuitos de circulação extremamente complexos atingindo áreas longínquas, internalizando tensões e conflitos raramente noticiados nas cidades e abastecendo, ainda, as elites mercantis urbanas de várias formas.

Já as atividades pertencentes ao STUR estão embasadas na economia popular de pequena escala. Nesta, a “escassez” das possibilidades da cidade é complementada por práticas no espaço e interação com recursos disponíveis se manifestando: i) em adaptações técnicas de máquinas e motores; e ii) formas de circular pelo espaço urbano-ribeirinho entre diversos ambientes conectando o urbano ao rural. São ao mesmo tempo sistemas complementares e componentes da economia urbana. Complementares, pois sujeitos acessam rios e interiores para obtenção de renda “complementar” à da cidade. Também vão para subsistência com a manutenção de roçados e pesca no entorno da cidade e nos interiores (o que os confere enorme vantagem em tempos de “crise”). Complementam, ainda, o sistema mercantil fornecendo recursos e consumindo das empresas locais. São componentes uma vez que se materializam na paisagem (feiras, bairros populares, embarcações, flutuantes, pequenos portos) e têm recursos processados na cidade, movimentando grande parte da economia urbana. Formam redes intensas mantendo laços entre os membros da cidade e entornos. Geralmente famílias que possuem parentes nos dois ambientes, conservando laços, refazendo fluxos, coligando tais localidades que são ativadas pelas possibilidades que a cidade oferece.

São sistemas muito mais afetados pelos ciclos da natureza. Possuem maior trânsito entre os caminhos de rios, igapós, furos e paranás que alteram rotas pela sazonalidade. Por possuírem menor possibilidade de produção do espaço (poder aquisitivo, posse de terras, propriedade imobiliária ou fundiária), procuram tecer vínculos, estratégias e práticas espaciais diversas na cidade, detalhados nos estudos de caso.

Cada vez mais os sistemas supracitados se mesclam, se complementam, interpenetram. Isso ocorre com a aceleração dos processos de urbanização, enquanto se

⁶² Podemos citar exemplo de como um Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho abastece circuitos dominantes na cidade de Maués, famosa não somente pelo guaraná, mas por possuir cultura de uso e cultivo de maconha, regionalmente conhecida como “dirijo”, muito usado pelas populações tradicionais. Hoje, plantações enormes em calhas de rios pouco acessadas criam redes de tráfico e enriquecimento de elites urbanas. Recentemente uma operação da Polícia Federal prendeu quadrilha localizada na cidade, mas as plantações são difíceis de localizar. O cultivo continua. Documentário sobre o uso da cannabis por populações tradicionais está disponível *online*, no documentário Dirijo: https://www.youtube.com/watch?v=QgMibL_NZXI.

intensifica exploração de recursos florestais pela cidade ou pela propagação do modo de vida urbano e inserção de técnicas mais avançadas. Juntos formam não somente circuitos da economia urbana, outrora analisados por Milton Santos (2004) em contexto metropolitano. Daí a escolha por entender tais circuitos como *sistemas territoriais* devido à multidimensionalidade inserida em suas dinâmicas, assim como as ações, projetos e delimitações espaciais, melhor detalhados ao longo do texto.

Assim, há confluência em graus variados dos sistemas que são compostos também por circuitos econômicos. A circulação pelo território é feita pelo uso de embarcações, conectando espaços circunvizinhos. Em certo sentido, tais embarcações carregam formas portadoras de conteúdo, contradições que essa sobreposição e complementação abarcam.

Segundo a Capitania dos Portos de Parintins⁶³, o fluxo de entrada de grandes embarcações registradas anualmente é de aproximadamente 4.000 por ano⁶⁴. A quantidade de embarcações legalizadas na Agência Fluvial de Parintins é de 4.099. A maioria das embarcações que trafegam na jurisdição é regularizada em outras Capitânicas, Delegacias ou agências da Capitania. O quadro 1 demonstra o quantitativo por tipo de embarcação que circulam em Parintins.

Tipo de Embarcação	Quantidade
Passageiros	1.530
Carga	1.550
Rebocador / Empurrador	59
Esporte e Recreio (lazer)	531
Pesca	368
Serviço Público	19
Balsa	33

Quadro 1: Quantidade de embarcações que circulam em Parintins por tipo.
Fonte: Agência Fluvial de Parintins (dados de 2016).

Canoas, pequenas ou grandes, não são registradas em Capitânicas. Incontáveis nas beiras de rio da cidade, são muito úteis à configuração do STUR. Percorrem pequenas distâncias atravessando canais hídricos rasos, acessando territórios e recursos não acessíveis por outras embarcações.

⁶³ Dados fornecidos em 14/04/2016.

⁶⁴ Registro obrigatório para controle de tráfego intermunicipal, mas que não abrange a real circulação muito mais intensa com embarcações menores que não necessitam de registros.

De maneira resumida, apresentamos no quadro 2 (e figura 6, mais adiante), a interação e composição dos sistemas. Salientamos que são modelos ilustrativos passíveis de aperfeiçoamento.

O batelão, casco de embarcação média que recebe vários tipos de funções, aparece como uma das materializações mais claras entre o STUF e o STUR. Podem ser comandados por antigos e experientes comandantes, conhecedores de intrincados e complexos caminhos oscilantes pela sazonalidade hídrica. Todavia, servindo também para o abastecimento de setores mercantis de empresas de pesca, extração de madeira ou transporte de poucas cabeças de gado para o matadouro privatizado. Diversas outras sobreposições (figura 6) são demonstradas a partir das análises empíricas. Na figura 6, a seta relativa ao Sistema Territorial Ribeirinho não se encontra sobre o círculo negro que representa a cidade, mas a circunferência pontilhada (permeabilidade), que representa a abrangência dos sistemas, está em interação com o STUR e o STUF.

Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF)

- **natureza:** grupos ligados ao capital mercantil, agropecuário, comercial e extrativista (madeira, pescado, argila para olaria, areia, seixo etc.);
- **embarcações:** balsas de ferro para carga ou combustível, empurradores, barcos grandes de ferro, lanchas de alumínio, lanchas e iates para veraneio;
- **nós:** primordialmente ocorre comando de ações dos empresários na cidade; portos privados com alto impacto na configuração do espaço intraurbano devido à renda de monopólio; nós secundários na metrópole Manaus (elites se deslocam com frequência para a capital ou lá residem); moradias: mansões e casarões em beiras de rios e lagos na cidade; relação funcional com pontos no interior, não possuindo laços familiares ou afetivos;
- **malha e rede:** grande área de abrangência das atividades realizadas (circuitos amplos com vínculos com a metrópole Manaus); caráter mercantil, circulação funcional com longas e médias distâncias; tempo rápido (lanchas), propriedade de grandes extensões de terra, conexão pela rede urbana regional e metrópoles;
- **extração de recursos:** em alta quantidade com caráter mercantil, exportando em parte alguns produtos; exploração de trabalhadores mal remunerados no interior;
- **organização e ações:** ligadas a grandes grupos mercantis da cidade com relações políticas externas pela importância de Parintins no estado (pressão de grupos dominantes de Manaus sobre a política local); coalizões de interesse de classe (partidos políticos, maçonaria, associações comerciais, etc.);
- **processamento:** baixo investimento tecnológico no processamento de recursos; variação de acordo com o tipo de atividade, sendo os principais subsistemas em Parintins: gado, setor madeireiro, oleiro e entrepostos pesqueiros.

Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR)

- **natureza:** atividades ligadas aos setores populares de pequena escala, pequenas e médias empresas e comércios locais formais e informais;
- **embarcações:** canoas-rabetas, bajaranas, batelões;
- **nós:** centralidades diversas no centro e bairros populares, palafitas urbanas, portos pequenos, flutuantes e rampas na cidade; nós secundários em comunidades e aldeias possuindo ligação “umbilical” (origem da família). Estão ligados a bairros populares: a) antigos com atividades tradicionais intensas (pescadores, carpinteiros navais, etc.); b) oriundos de ocupações recentes;
- **malha e rede:** abrangência de área de influência variável, com caráter mercantil e complemento de renda, circulação funcional e necessária/complementar (relação urbano-rural);
- **extração de recursos:** intensa, com fim mercantil ou subsistência (caráter dual); variável de acordo com

a atividade e impacto; fornecendo a atravessadores, comerciantes grandes ou pequenos.

- **organização e ações:** sujeitos não hegemônicos com baixa capacidade de organização em coletivos de interesse. Quando organizados formam cooperativas, associações, sindicatos ou participam de partidos. A presença da Igreja Católica como mediadora é antiga, sofrendo concorrência atualmente com movimentos neopentecostais evangélicos, muito fortes no Amazonas;
- processamento artesanal ou em pequenas oficinas com maquinário simples e adaptado;
- ocorrem variações de acordo com o tipo de atividade de cada subsistema;
- vínculos territoriais: maior vínculo afetivo com localidades interioranas; redes sociais de parentesco, amizade; temporalidade mais lenta.

Sistema Territorial Ribeirinho (STR)

- **natureza:** moradores de comunidades ribeirinhas e populações tradicionais.
- **embarcações:** canoas, canoas-rabetas, bajaranas, batelões;
- **nó:** comunidades e aldeias, reprodução de relações comunitárias, circulação de pequenas médias/distâncias;
- **malha e rede:** variam de acordo com a influência da polarização que a cidade exerce, assim como da distância da mesma. Na maioria dos casos, as redes são locais formando malha de influência zonal para subsistência;
- **extração de recursos:** pequena escala (subsistência); relação rural-urbana esporádica ou intensa, dependendo da distância;
- **organização e ações:** comunitárias com mediação forte de igrejas; associações, ONGs e cooperativas;
- enorme variação situacional pela abrangência de áreas e diversidade socioespacial.

Quadro 2: Caracterização de sistemas territoriais.
Organizado pelo Autor.

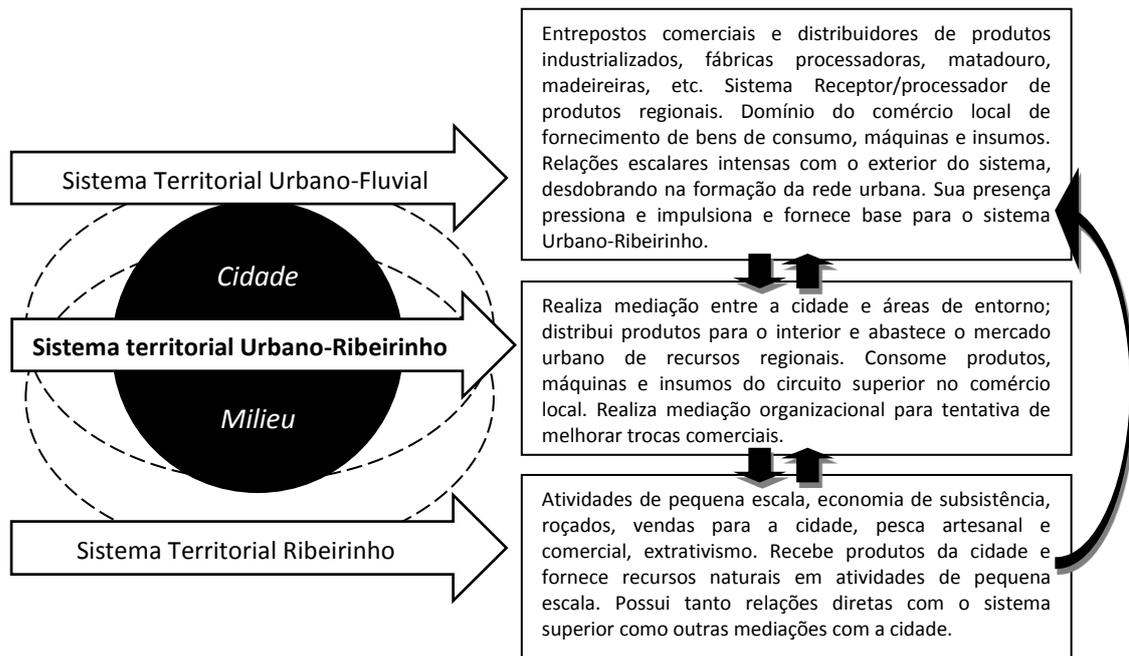


Figura 6: Conexões entre os sistemas territoriais mediados pela cidade
Organizado pelo autor.

As embarcações usadas no STUR são conectoras flexíveis da intermediação entre dois “mundos” na Amazônia que, a nosso ver, se interpenetram e se sobrepõem em determinadas instâncias. Antecipando uma de nossas reflexões, o batelão aparece como materialização dessa lógica. Trata-se de “casco” médio de madeira que varia entre 12 e 20

metros. O modelo mais difundido encontrado regionalmente é adaptado a diversas atividades como transporte de gado, pescado, madeira e até posto de gasolina e serve também como moradia. Internaliza-se, em seu uso, contradições referentes à maneira como as dinâmicas do capital mercantil vão submetendo às demais formas de produção e circulação no território, outras lógicas de reprodução e manutenção da vida e não só como meios de transporte.

Antigos barcos, bajaranas, balieiros e canoas vão ganhando adaptações e se adequando cada vez mais às características do urbano enquanto portador de modos de produção e reprodução do capital. Sem perder o sentido para o qual foram construídas, servem os habitantes da Amazônia na oscilação sazonal das águas e cada vez mais entre o “vai e vem” cidade-rios-interiores.

Após análise empírica, ordenamos sinteticamente as interpenetrações, sobreposições e circuitos existentes entre os sistemas acima ordenados. Como ilustração argumentativa inicial, a figura 7 apresenta uma bajara rumo à cidade carregada de madeira (sem certificação ou vinculada a Planos de Manejo) a ser comercializada nos diversos entrepostos de bairros populares. Entretanto, esta trafega em caudais mais estritos e pouco profundos, facilitando a retirada e embarque da madeira. Abastece lojas de materiais de construção ou os muitos fundos de quintais conhecidos pela população para tais vendas consideradas ilegais. São barcos sempre apinhados de pessoas, familiares e comunitários, que têm na cidade parte constitutiva de suas territorialidades.



Figura 7: Bajara com madeira e pessoas rumo à cidade.
Foto: Estevan Bartoli (07/2016).

Se o espaço geográfico é composto por sistemas de ações e objetos (SANTOS, 2004) a partir das práticas espaciais são construídas territorialidades e territórios onde podem ser delimitados acessos restritos e direitos desiguais de produção e ordenamento do território, se confere a definição clássica atrelada ao poder. O Sistema Territorial Urbano-Fluvial passa a ordenar a divisão territorial do trabalho a seu favor. Afeta os demais sistemas impondo uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e mercadorias advindos de florestas e rios. Por outro lado, não anula práticas espaciais e territorialidades dos demais sistemas.

Coletivos organizados podem minimizar os efeitos dessa rede de exploração. A partir do reconhecimento e fortalecimento da identidade de certa atividade, estes podem ganhar escopo e adensamentos de ações pela coesão do grupo. Podem também construir estratégias de venda menos submissas na tentativa de anular atravessadores através de feiras de produtores ou exportação para outros mercados. No entanto, raramente consegue se livrar totalmente da submissão de preços e controle do espaço urbano como mediações na cidade. Seguimos averiguando como a cidade media tais relações e propicia construção de novas possibilidades.

CAPÍTULO 2 – MEDIAÇÕES URBANAS E TERRITORIALIDADES

2.1. A Cidade Mediadora, a Presença de Artífices de Territórios e Avanços para a Construção da Noção de *Milieu* Urbano-Ribeirinho

O STUR é um sistema mediador situado entre lógicas organizacionais mercantis (comércio e processamento) que drenam recursos naturais do sistema ribeirinho como acabamos de apresentar. Assim sendo, o STUR possui em sua dinâmica dimensões que realizam a adaptação, conexão e penetração de ambos os sistemas ao meio urbano. Objetivamos, nesta etapa, avançar para a construção de uma noção própria de *milieu* que nos ajude a descrever como as atividades produtivas “usam” a cidade. Isso adensaria relações com a mesma e seus ambientes de relações, em parte moldando o espaço urbano para seus objetivos e finalidades, e criando condições para ação que se desdobram em territorialidades.

A cidade é eminentemente ligada ao processo urbano, obra e arquitetura, formas portadoras de conteúdos. É uma mediação entre as mediações contendo a ordem próxima e a mantendo. Isso por que sustenta relações de produção e de produtividade, “contida na ordem distante, ela se sustenta; [...] texto num contexto mais amplo” (LEFEBVRE, 1991).

As dinâmicas ribeirinhas, enquanto conjunto de permanências conjugadas a mudanças apreendidas pela análise das formas e conteúdos, possuem no espaço urbano possibilidade de “preencher” fissuras, formar pontos aptos a serem usados como apoio. São nós de articulação que permitem aos pobres subsistirem, como espaço banal, compreendido por Milton Santos (2004) como o mais significativo dos lugares. As técnicas são apropriadas pelos pobres determinando as ações, onde a experiência da escassez coloca a co-presença do homem lento como deserdado ou anônimo de uma interação permitida pelas práticas dominantes de classificação social (RIBEIRO, 2013). Assim, territórios e territorialidades presentes no STUR são articuladores do geral e do singular. São proximidades na cidade coligando distâncias como pontos longínquos em altos cursos de rios, por exemplo, ou combinando técnicas dominantes às vernaculares (“saber/fazer” tradicional regional), que se hibridizam.

As interpretações acadêmicas sobre cidades na Amazônia encampam amplos aspectos sobre a maneira como interferem na produção do espaço regional. Os papéis de mediação, polarização, centralidade, influência política e cultural ou em sua responsabilidade

territorial⁶⁵, entre outros, são aspectos representativos das cidades (em sentido geral). Seja num papel logístico, conectando modais diversos de transporte, ou funcionando como centros de fornecimento e distribuição de serviços e mercadorias para áreas de entorno (incluindo Terras Indígenas e Unidades de Conservação). Possuem milhões de consumidores, abrigam sedes de instituições públicas e privadas, facilitando acesso a serviços de saúde, ensino, entre outros. A oferta de alternativas de emprego e renda, barrando a migração para a floresta, ou servindo como potenciais centros dos assentamentos da reforma agrária, são outros aspectos ressaltados por Becker (2004). Segundo a autora, a cidade cumpriria, também, papel importante de processamento de matéria-prima regional.

Diante desse amplo espectro, as funções de mediação não se limitam à sua forma, pois além de ser o lugar do acontecer solidário pela realização compulsória de tarefas comuns, abrange um sistema técnico dominante a partir da unicidade, e pode ser, ao mesmo tempo, lugar de novas maneiras de uso dessas técnicas, apesar de não constituir reação autônoma como defende Silveira (2013).

Milton Santos (2004) apresenta o conceito de *rugosidades* como formas ou arranjos que ficaram do passado ou “o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (p. 14)”. Estas, que trazem resquícios de divisões do trabalho passadas, aparecem em cidades como Parintins em sistemas da economia popular ainda rudimentar e vínculos com o entorno florestal. Todavia, são fortemente sedimentados e absorvidos pela dinâmica urbana e visíveis na paisagem.

As pequenas e médias cidades amazônicas apresentam contradições e conteúdos com características de inércia, de relações pretéritas e, ao mesmo tempo, articuladas às dinâmicas contemporâneas que as ligam ao mundo, especialmente a partir da biodiversidade e da sociodiversidade (OLIVEIRA, 2004). Em *Cidades na Selva*⁶⁶, Oliveira (2000, p. 20), coloca que a virtualidade das cidades na Amazônia “não se encontra no espaço que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz”. Esses artesãos são os produtores de embarcações artesanais, pescadores urbanos, indígenas, artistas diversos, entre tantos outros. Aos seus modos, continuam interagindo com ritmos da natureza e recursos disponíveis, materiais ou relacionais. Nesse contexto, a busca de Sennett (2012) para o entendimento do *homo faber* aponta que a

⁶⁵ Schor e Oliveira (2016) enfatizam a presença de serviços de saúde em Parintins, o que aumenta sua responsabilidade territorial, pois a cidade passa a atender municípios circunvizinhos.

⁶⁶ *Cidades na Selva*, livro originado da tese de doutorado do prof. José Aldemir de Oliveira (2000), trata da produção do lugar na recente expansão da fronteira, com base analítica através do cotidiano relatado, procurando o entendimento das práticas socioespaciais.

sociedade moderna está desabilitando as pessoas na condução da vida cotidiana. O autor ressalta a maneira como as pessoas modelam o empenho pessoal, as relações sociais e o ambiente físico. Isso nos instiga a averiguar o papel das territorialidades no STUR, como “conjunto de relações que os homens possuem com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia possível” (RAFFESTIN, 2010, p. 14).

Essas permanências, ou atividades produtivas, são cada vez mais envolvidas por novos contextos técnicos ou organizacionais. Em Parintins, o comércio de máquinas e instrumentos de trabalho é responsável por apresentar “novidades”. O curso técnico em tecnologia de pesca no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) também cumpre esse papel. São exemplos de *links* para acesso dos cidadãos a tais técnicas. Recentemente presenciamos um vendedor de motores apresentando um novo tipo de máquina para canoa-rabeta. De quatro tempos, foi desenvolvido por uma empresa transnacional. O ribeirinho atento observava as vantagens de consumo e o custo-benefício de sua aquisição. Questionava a disponibilidade de peças para possíveis reparos e manutenção, pois seus trajetos para a cidade eram frequentes.

São nessas lojas do entorno da lagoa da Francesa que tais novidades são apresentadas aos consumidores e passam a ter outros usos e adaptações locais. Mais à frente descrevemos como a configuração do espaço nessa lagoa apresenta interconexão espacial entre STUF e STUR.

Pela primeira vez, um conjunto de técnicas envolve o globo (relativo) formando um princípio de seletividade que se dá como princípio de hierarquia, onde técnicas não hegemônicas são hegemônicas pela invasão do sistema técnico dominante (SANTOS, 2003). O ideário da técnica e do mercado é santificado pela ciência. As técnicas hegemônicas, filhas da ciência, fontes do poder e do pensamento único (Ibid.), são introduzidos modificando padrões de uso do espaço que alteram práticas sociais. “O consumo, a habitação, o lazer, entre outras práticas cotidianas, consolidam-se como maneiras completamente segmentadas de sua realização, não apenas localmente segregadas, mas como uma diacronia local-global.” (HEIDRICH, 2004).

Mas o que a análise empírica nos revela é que, em determinados casos cujas técnicas mediam a produção de territórios em atividades produtivas que compõem o STUR, ocorre margem para adaptações e apropriações para outros fins. Isso acontece com permanência de práticas espaciais. As técnicas vão sendo absorvidas parcialmente quando usadas por sujeitos com saberes não codificados (onde e como navegar ou pescar) e que possuem outras formas

de “usar” o território. Talvez seja essa uma das características mais importantes no STUR: o ideário das técnicas, intenções, tipo de uso e pressão de mercado urbano não alteram completamente o modo como sujeitos constroem suas estratégias de vida e modos de interagir com os territórios circundantes à cidade.

No decorrer do trajeto analítico, as abordagens e concepções de território e territorialidade nos auxiliam a delimitar, interpretar, descrever, representar e analisar os componentes do *Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho*. Isso ultrapassa a concepção material e impõe a perspectiva relacional entre territórios a partir da mediação do *milieu* urbano constituído. As possibilidades e a constante mutação dos sistemas abertos, sejam novas formas de tecnologia ou capacidade de interpretação e ação dos sujeitos, variam em cada período:

A cada período vivemos um tempo concreto, porque feito de possibilidades concretas à disposição dos atores. Escolhidas tais possibilidades tornam-se existências, às quais podemos chamar território usado, mas os atores tem força diferente, que advém entre outras coisas das suas interpretações sobre as possibilidades do período. As temporalidades são, portanto, visões do tempo, visões do período, que se fazem com recursos e constrangimentos, com a informação, a educação, o acesso às coisas e às ideias ou sua falta, as limitações de classe, entre outros. É uma interpretação do período e a produção de uma territorialidade. Por isso, o imigrante leva consigo uma territorialidade, mas, no lugar novo, passa a ver outro mundo, outro período, outras possibilidades (SILVEIRA, 2013, p. 44).

Assim, diversos artífices de territórios como produtores artesanais, pescadores tradicionais, artistas locais⁶⁷, entre outros, estariam imbricados às relações do território como “abrigo”. Mais concretos e de caráter zonal, tais territórios são conectados a redes físicas e de escassas conexões escalares devido aos poucos recursos de infraestrutura e de comunicação. Isso faz com que ainda dependam diretamente de alguns aportes físicos do meio circundante, mas que “não deixam de ter possibilidades de acessar ou conectar diversos territórios, o que se pode dar tanto através de uma mobilidade concreta (...) quanto virtual” (HAESBAERT, 2012). Esse é o caso do Consórcio de produtores Sateré-Mawé, como veremos.

As mediações urbanas são condicionantes de tais territorialidades. As ações produzidas possuem rebatimentos territoriais de extensão variável de acordo com o tipo de base que a cidade pode fornecer. São exemplos: melhoria na capacidade de navegação,

⁶⁷ A rica e numerosa presença de artistas em Parintins não está ligada somente à produção das festividades ligadas ao Boi-bumbá. Existe a formação de escolas influenciadas por mestres advindos da igreja católica italiana, como o irmão Miguel de Pascale (meados do século XX), que deixou legado de aprendizado a grande quantidade de jovens.

mercados atrativos para busca de recursos regionais ou até mesmo financiamento para agricultura e compra de maquinários diversos. De maneira negativa, tais mediações também incitam ordenamento predatório do espaço. Há falta de fiscalização ambiental⁶⁸ e crescente incentivo de extração de recursos de maneira predatória por empresas locais (madeireiras, principalmente).

* * *

As cidades podem criar oportunidades diversas para populações empobrecidas no sentido destas usufruírem das diversas benesses que a aglomeração oferece, como acesso a serviços variados. A partir da cidade, a capacidade de influenciar territórios mais amplos aumenta⁶⁹.

Surge aqui um desafio na proposta analítica do STUR: demonstrar o que talvez seja um caráter ambíguo na manifestação de sua territorialidade. De um lado baixo grau de escolaridade dos sujeitos e fragilidade nas relações de poder. Estas são culturalmente arraigadas com forte crença da população de que mudanças ocorrem principalmente advindas de esferas superiores ligadas ao Estado, igrejas ou na figura quase mítica do prefeito. Este, na maior parte do tempo, se esforça para manter a estrutura de dependência da população. Essa falta de mediações mais densas faz com que ocorra sujeição a esferas locais, como o mercado. Por outro lado, vínculos com o território do entorno ainda aparecem como trunfo, recurso estratégico acionado pelas práticas de homens simples, mas dotados do saber tácito desenvolvido em longa interação.

Quais são as relações sociais recompostas na cidade? Ligações comunitárias, de sentido comum de reprodução da vida (que poderiam reforçar formação de projeto coletivo emancipatório), são enfraquecidas por atividades comandadas por lógicas exógenas e alienantes. Alteram-se relações sociais em prol de potencialização de relações de mercado.

⁶⁸ No estado do Amazonas, as atribuições de fiscalização ambientais foram delegadas ao IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas) que não está presente em Parintins. O sucateado escritório local do IBAMA fica, assim, de mãos atadas. A responsabilidade de fiscalizar dentro da cidade passa a ser da prefeitura que, na maioria das vezes, é dominada por elites que se beneficiam de usos predatórios de recursos naturais.

⁶⁹ Monte-Mór (2009) aborda a situação de “fragilidade” das redes urbanas amazônicas devido à: 1) existência de uma série de *impedimentos*, como as grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades; 2) a carência de infraestrutura (transporte e comunicação); e 3) a grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais decisivos para sua participação ativa nos diversos tipos de fluxos. Para o autor, os fluxos não podem se realizar se não há uma rede de comunicações adequada às suas características. Isso seria um impedimento para uma propagação mais rápida de inovações exógenas. Balizamos essas considerações quando consideramos que, mesmo com limitações nítidas, há uma evolução de relações territoriais em curso que pode beneficiar populações mais pobres.

Mas o caráter incompleto da modernização que cidades com forte dinâmicas ribeirinha suscita denota duplo sentido ao urbano, como pretendemos detalhar.

Pelo arcabouço teórico relativo aos sistemas territoriais, interpretamos a cidade como *milieu* territorial. Essa noção está relacionada tanto à materialidade que os sistemas territoriais configuram (relação com sítio e estrutura da cidade e sua dinâmica intraurbana) quanto aos aspectos relacionais e organizacionais diversos. Trata-se de um meio de interação socioeconômico base para ações. Construção de estratégias e acesso a serviços, instituições e mercados, a partir dos quais os grupos constroem suas territorialidades e práticas espaciais.

As estratégias de reprodução de grupos que possuem fortes vínculos territoriais e recursivos com o entorno imediato são marcados por novas territorialidades (ou até micro-territorialidades). Nesse sentido, as mediações do trabalho e da informação (RAFFESTIN, 2009) são elementos-chave na interpretação dos territórios. O tipo de trabalho executado em três dos grupos analisados (pesca, marcenaria e carpintaria naval) não possui transmissão técnica formal, escrita, ou qualquer tipo de aprendizado oferecido em instituições de ensino. Os sujeitos contaram com a transmissão oral, que exige contato demorado e constante de proximidade entre mestres e aprendizes, com a prática frequente reforçando o aprendizado.

O *milieu* urbano, mediador principal por conter condições para a ação que, pela renovação teórica da análise territorial [trans-multiescalar, multidimensional, trans-multitemporal e relacional (SAQUET, 2007; 2011)], ganha densidade sendo a chave analítica para o auxílio na busca da ontologia do espaço proposta por Milton Santos: um sistema de objetos e sistema de ações. O papel central da capacidade de evolução na formação de territorialidades construídas a partir das cidades ganha complexidade. A mesma reúne cada vez mais possibilidades de novos arranjos em diversas esferas da vida social: organizacional, técnica, institucional, produtiva, relação com a natureza e capacidade de interpretação recursiva por redes de sujeitos diversos.

A partir dessas características, coletivos organizados constroem novas formas de cultura e organização que ultrapassam formas tradicionais como sindicatos e partidos. Surgem em diferentes instituições locais (tipos de associativismos, cooperativas, redes de mobilização e comércio solidário) que combinam diferentes formas de territorialidades, seja na organização, institucionalização ou escalas de atuação/relação.

Essas outras formas de mediação ganharam destaque em políticas de descentralização e proporcionam o surgimento de contextos para formação de novas práticas espaciais. Seja pelas limitações do Estado, em dialogar com tais esferas, ou pelo papel

coercitivo do capital, no processo de acumular e destruir formas produtivas pretéritas incapazes de competir. Pertencente à ciência econômica, o viés institucionalista insiste na capacidade [dialética nas palavras de Muls (2008)] de equilibrar forças heterônomas às variadas reações autônomas⁷⁰. Em nossos estudos de caso, foi interessante averiguar a natureza dessas redes⁷¹. Para Muls (Ibid.), há valorização de formas intermediárias de coordenação como as instituições e os organismos locais para o desenvolvimento territorial. A partir da obra de Boyer (2001), o autor valoriza a compreensão de sistemas que combinam instituições econômicas, sociais, culturais e políticas cujas interações mudam durante o tempo. Além do Estado e do mercado, existiriam outras quatro formas intermediárias de coordenação:

- i) a comunidade, com sentimento de pertencimento enquanto *locus* da confiança, coesão social, com traços de solidariedade, mas com papel limitado para promover inovações;
- ii) as redes de diversas modalidades (sociais, econômicas e políticas), que são mais inovadoras e úteis desde que estáveis, destacando que a constituição de redes é a essência do desenvolvimento;
- iii) associações de interesse econômico e político, contendo caráter ambíguo, pois fornecem serviços e bens, mas cooptam renda; e
- iv) as firmas de interesse individual, produtivas e ordenadoras da divisão do trabalho.

As quatro atividades econômicas que compõem o STUR apresentam, em determinados momentos, combinação entre essas formas de mediação, como veremos.

Mesmo que os sujeitos ainda não estejam conscientes na busca de construção de projetos de empoderamento⁷² ou de maior autonomia, práticas espaciais e estratégias existentes estabelecem relações com o território local onde o ambiente da cidade é meio que permite ativações também intangíveis, formando do capital social, bens relacionais

⁷⁰ A percepção da reação autônoma é feita quando deslocamos o foco da análise das funções macroeconômicas em direção às estratégias individuais e coletivas dos atores. Essas estratégias só passam a ter sentido como reação autônoma quando podemos identificar sua convergência e sua coerência em torno de uma dinâmica de reação. Há, portanto, um jogo dialético permanente entre as restrições impostas pela heteronomia e as reações autônomas, cujo espaço de ação é o território (MULS, 2008).

⁷¹ Compostas por redes sociais (RANDOLPH, 1994), as redes de solidariedade são interpretadas como conceito propositivo utilizado por movimentos sociais, referentes a uma ação coletiva e forma de organização da ação. Traz, em seu bojo, uma nova visão do processo de mudança social cuja participação cidadã é considerada fundamental, assim como suas formas de organização (SCHERER; WARREN, 1999).

⁷² O conceito de empoderamento (português) foi introduzido na literatura internacional na obra de Friedman (1996): *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, traduzida para o português pela Editora Celta, de Portugal. O conceito é considerado: “processo que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades. Sustenta-se no princípio de que o grupo protagoniza seu próprio empoderamento, sendo a antítese do clientelismo, a essência da autogestão.”.

(STORPER, 1999) e densidade de relações institucionais, partindo para novas conjecturas associadas a intencionalidades e projetos.

Em Parintins, há formas intermediárias ainda muito insipientes e pouco densas quanto aos projetos, visibilidade dos sujeitos e poder de influência na esfera local. Poucos grupos dominam o cenário político local. A igreja católica ainda realiza grande parte das mediações com a comunidade gerenciando um dos hospitais da cidade e dominando o sistema de comunicação local com rádios, TV e jornal impresso. Recentemente ocorreu intensa competição com os neopentecostais que possuem mais de 160 igrejas na cidade.

Mesmo assim, a cidade se consolida como polo sub-regional. Conta com a presença de instituições importantes, polarização na prestação de serviços (educação, saúde ou mesmo produtiva) e com centralidade cultural pela presença do Festival Folclórico. Prestação de consultoria e serviços de apoio a produtores vem sendo desenvolvido por duas organizações: a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e a COOTEMPA (Cooperativa de técnicos em Agropecuária de Parintins). Ambas trabalham com grupos objetos de nossa análise: a Colônia de Pescadores Z17 de Parintins (CPZ-17) e o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM). Ambos já são consolidados e com boa projeção de ações, nível organizacional, alcançando resultados satisfatórios como descreveremos no capítulo terceiro.

A UNISOL vem construindo um diálogo para incentivar a reorganização da estagnada Associação dos Trabalhadores da Indústria Naval de Parintins para criação da Cooperativa dos Produtores Navais de Parintins⁷³. Apóia também a transição da Associação de Moveleiros de Parintins (AMOPIN) para uma futura cooperativa.

A UNISOL objetiva criar junto aos coletivos organizados um ambiente favorável ao desenvolvimento de atividades produtivas e serviços. Pretende também estimular e proporcionar a criação de redes e arranjos produtivos solidários, estratégias de fortalecimento comercial, troca de tecnologias e formação e capacitação de trabalhadores. As iniciativas coletivas, cuja estrutura jurídica se dá prioritariamente por meio de cooperativas ou associações, almeja atender aos princípios da autogestão. Objetiva reunir entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores e outras modalidades que atendam às finalidades de seu estatuto. O apoio será na organização, representação e articulação de cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e promovendo intercooperação. Também presta suporte técnico nas áreas jurídicas, contábil,

⁷³ Realizamos em dezembro de 2015 na Universidade do Estado do Amazonas o Primeiro Encontro de Carpintaria Naval de Parintins, descrito no capítulo 3.

comercial, relações internacionais e acompanhamento aos empreendimentos, gestão, formação e capacitação profissional. Visa apoiar a comercialização dos produtos e serviços e participação dos empreendimentos em feiras nacionais e internacionais, ampliando contatos profissionais e de negócios.

O quadro 3 demonstra a variedade das redes de sujeitos que iniciam sua organização como coletivos, ensejando projeto mínimo frente às redes de poder locais. As várias entrevistas realizadas⁷⁴ deixaram claro que os sujeitos que compõem tais coletivos percebem que a mobilização, mesmo que frágil e insipiente ou desprovida de instrumentos de governança ou representatividade e políticas mais sólidas, é passo inicial para formação do projeto e fortalecimento dos grupos. As associações e cooperativas existentes refletem a divisão territorial do trabalho e a complexa articulação do meio urbano na construção de territórios diversificados, com influência e processamento de recursos ou mobilização para reconhecimento de demandas sociais.

Os coletivos produtivos organizados podem ser interpretados como respostas às modificações da economia local frente às dificuldades econômicas. As Associações e Cooperativas, segundo Barquero (2003), evidenciam a formação de capital social (tratado a seguir) contribuindo, assim, para a formação de empreendimentos econômicos.

Os coletivos organizados que estamos tratando se apoiam em atividades que tem base em recursos naturais interpretadas por técnicas culturais locais. Assim, aparecem como mediadores importantes que canalizam tais produtos para a esfera urbana (com graus variáveis de valorização e transformação de recursos genéricos em específicos). Pela capacidade variável das ações de cada grupo, formam redes passíveis de serem adensadas em projetos de desenvolvimento que tenham a base urbana como gestora do território. Valoriza-se recursos locais, as territorialidades ativas e as relações de longa duração que as populações possuem com o meio circundante.

A densidade institucional ainda é recente. A presença da EMBRAPA, universidades e associações e cooperativas pouco expressivas, requer mais tempo de “maturação” para que essas formas de organização coletivas se insiram na cultura local. A rápida derrocada do ciclo da juta não permitiu que houvesse maior ganho de experiência a partir da Cooperativa dos Juticultores de Parintins (COOPJUTA). Isso não possibilitou um aprendizado organizacional maior que servisse de base para outras formas associativas de produtores.

⁷⁴ Em parceria com a UNISOL realizamos o primeiro encontro de Carpintaria Naval de Parintins e passamos a conhecer representantes de outros coletivos organizados que vem adensando seus projetos a partir da cidade.

ITEM	RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA
1	Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores na Construção Civil de Parintins	COOPTRU
2	Associação Desenvolvimento Integrado São Tomé do Mocambo do Arari	ADCI São Tomé
3	Colônia de Pescadores Z17 de Parintins	CPZ 17
4	Associação dos Talhadores de Carne do Município de Parintins	ASSOGUE
5	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora da Saúde do Paraná do Arco	ASPROARCO
6	Associação Cultural Artística de Radiodifusão Comunitária e Televisão Novo Tempo	Novo Tempo
7	Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé.	CPSM
8	Cooperativa Mista dos Juticultores de Parintins LTDA.	COOPJUTA
9	Cooperativa dos Produtores em Agropecuária e Extrativismo do Município de Parintins	COOPAPIN
10	Cooperativa dos Trabalhadores de Carne Profissionais e Congresso de Parintins	COOTAPIN
11	Cooperativa Mista de Serviço Pesqueiro do Médio Amazonas LTDA.	COOPESCA
12	Associação dos Agricultores Familiares de São Francisco de Assis do Palhal	AAFP
13	Associação dos Produtores Agropecuaristas de Samaria	APROSA
14	Associação dos Trabalhadores da Indústria Naval de Parintins	ATERPIN
15	Cooperativa dos Taxistas Profissionais de Parintins	COTPIN
16	Associação de Desenvolvimento Comunitária Santo Antônio Murituba	ASDECOSAM
17	Colônia de Pescadores Z48 de Nhamundá	ASPENHA
18	Associação dos Vendedores Ambulantes do Cais do Porto de Parintins	CAIS
19	Associação de Policia Interativa Comunitária do Bairro Itaúna	PIC
20	Associação dos Produtores Agrícolas de Santa Vitoria do Rio Andirá	APASVIRA
21	Cooperativa de Extrativismo Florestal e Agricultura Familiar da Comunidade do Monte Sinai do Paraná do Arari	COOPFLORESTA
22	Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Djard Vieira	AMABDV
23	Cooperativa Parintinense de Arte, Turismo, Esporte e Lazer	COOPINARTES
24	Associação dos Produtores da Região do Zé Açú	ASPROAÇÚ
25	Associação de Pastores e Líderes Evangélicos de Parintins	APALEPIN
26	Instituto Solidário Colônia de Pescadores de Parintins	ISCOLPESCA
27	Associação de Moradores do Bairro Itaúna II	AMBI II
28	Associação dos moradores do bairro Governador Eduardo Braga – Comunidade da União	AMBGEBRACDAU
29	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora de Fátima do Açaí	APRA- AÇAÍ
30	Associação dos Catadores de Lixo de Parintins	ASCALPIN
31	Sociedade Colônia Agrícola Toledo Pizza	TOLEDO PIZZA
32	Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Parintins	AGLTPIN

Quadro 3: Coletivos organizados em Parintins.

Fonte: UNISOL – Parintins (2015).

A forma direta de relação entre o capital mercantil e os sistemas produtivos no interior acaba prejudicando o papel da cidade enquanto mediadora. Ocorre o processamento de recursos naturais com baixa qualidade de relações, tanto sociais quanto ambientais. Ilustra-se tal argumento com o exemplo da atividade madeireira. É realizada, na maioria das vezes, por trabalho informal e precário em longínquos pontos na mata. A retirada das toras ocorre com exploração de trabalho humano e o processamento nas cidades é feito com grande

porcentagem de metros cúbicos ilegais e parte da mão-de-obra informal. A atividade é geradora de concentração de renda e impactos irreversíveis ao ecossistema como a escassez no estoque natural de madeiras nobres que exige décadas para reposição. Nesse caso, o Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF) estaria diretamente ligado ao Sistema Territorial Ribeirinho. Essa relação causa maior impacto ambiental e exploração humana pela falta de mediação urbana (e também fiscalização). Baixa, também, a agregação de valor na cidade, seja mercantil ou para uso da economia popular. A presença de balsas carregadas de madeira seguindo direto para madeireiras e exportadas sem beneficiamento, ou mesmo seguindo para outros municípios, tem sido cena frequente nos rios que entrecortam Parintins (figura 8).



Figura 8: Balsa carregada de toras no rio Uaicurapá, Parintins.
Foto: Estevan Bartoli (03/2015).

Quando exportada, a madeira deixa de alicerçar práticas para a reprodução da vida local, geradora de benefícios sociais locais ou de integração de relações sociais na construção de um mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2013). Torna-se recurso genérico de baixo “valor” não simplesmente crematístico, mas pela qualidade das relações territoriais que a madeira “atravessa”, como pretendemos questionar adiante. É um caso típico que configura Sistema Territorial com baixa presença de territorialidade ativa. Quando moradores de comunidades interioranas iniciam mobilização para formar uma cooperativa, por exemplo, a comunidade passa a realizar trocas de informação e produtos com a cidade, sendo ponto ativado, e podem até formar feiras e pontos de apoio no núcleo urbano.

Porém, grande parte da madeira é absorvida pelo mercado local. Transforma-se em elemento marcante na paisagem urbano-ribeirinha. Está presente nas formas de moradia palafíticas, nas embarcações e nos utensílios diários necessários para manutenção da vida das populações. O sistema territorial moveleiro de Parintins, também expressa territorialidades de pequenos produtores explanados adiante.

Portanto, cidades são, por excelência, portadoras de características que estabelecem controle e organização territorial. Camagni (2005) elenca, a partir do viés econômico, cinco princípios gerais da cidade:

- i) da aglomeração ou sinergia;
- ii) da acessibilidade ou competência espacial (formas em que ocorrem as atividades);
- iii) da interação espacial ou da demanda e mobilidade de contatos (relações que se estabelecem entre as partes distintas da cidade);
- iv) da hierarquia ou ordem das cidades (busca da lógica que preside a dimensão e localização relativa dos distintos centros);
- v) da competitividade, que demonstra a modalidade de desenvolvimento das cidades.

A partir das atividades exercidas pelos grupos estudados, os princípios acima são de suma importância. Como levantado em nossa hipótese, tais grupos constroem territorialidades, mais funcionais ou simbólicas, que influem na maneira como vem se desenhando o ordenamento territorial das áreas de entorno de Parintins.

O papel de intermediação da cidade é também político. Não se restringe à técnica, pois inúmeras negociações, conflitos, pactos e diálogos são basilares para a concepção de territorialidade ativa detalhada adiante. Um exemplo interessante é que, a partir da colônia de pescadores de Parintins (Z-17), vários acordos de pesca foram negociados e instituídos junto ao IBAMA. Isso culminou na restrição de barcos industriais realizarem captura de pescado em determinados lagos da região. Além do mais, o espaço urbano é por excelência o “locus” de negociação. Nele estão congregados interesses territoriais distintos (STEINBERGER; TAIGUARA, 2004) e articulações políticas variadas⁷⁵. Novas redes se formam em topologias

⁷⁵ Novas territorialidades são produzidas em diferentes escalas. Estão relacionadas tanto a padrões de uso do solo tradicionais, quanto na expansão da agricultura capitalizada e dos vetores tecno-ecológicos associados aos usos alternativos dos territórios (BECKER, 2013). Nesse contexto, emergem mediações importantes como a pioneira Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (AC), que atua em uma RESEX (Reserva Extrativista), entre tantas outras. Uma forma organizacional influenciando determinada base territorial. Em Parintins, a cidade passa a abrigar uma série de novas mediações que estão reordenando territórios como demonstraremos a partir dos estudos de caso.

e topografias variáveis que determinam a posição de seus nós e suas condições de acesso às variadas conexões, usando o território⁷⁶.

Becker, em texto para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2009), preocupa-se em criar critérios para seleção das cidades que serviriam de lugares centrais para a re-dinamização das áreas de influência e formação da rede e enfoca: a) presença da experiência local – aglomerações produtivas; b) presença de parcerias com entidades governamentais e/ou empresas representativas das dimensões científico-tecnológica e institucional; c) acessibilidade mínima; d) localização estratégica para conter o desmatamento. O quadro 4 atualiza os dados fornecidos no texto do CGEE (2009) e associa a presença de instituições locais (também desatualizada) no município de Parintins.

Caso priorize-se uma abordagem mais organicista, o ambiente interativo propiciado pela cidade funciona como estabilizador / desestabilizador de intercâmbios variados (pela normatização, instituições ou redes de sujeitos). Regula fluxos de matéria, energia e informação, formando a base relacional entre sociedade e natureza. As especializações que surgem pela concentração populacional, podem indicar maior ou menor grau de evolução das relações da cidade com o território (quantidade de *links* e estratégias diversas para evitar as relações de dependência e submissão a esferas locais de poder). Isso depende da qualidade dessas relações no processamento dos recursos em benefício próprio, que também advém da produção do conhecimento gerado nas universidades locais e na valorização das pequenas produções socialmente importantes localmente⁷⁷. Eis um dos desafios da abordagem territorial até então empreendida: descrever as relações funcionais entre sujeitos que animam o território local valorizando suas condições materiais, mas sempre dando atenção à constante mudança na correlação de forças que tais sujeitos buscam alterar: influenciar e não mais ser influenciados para que construam territórios que lhes sejam úteis na reprodução de suas atividades econômicas e para manutenção da vida.

⁷⁶ Milton Santos (1999, p. 20), ao refletir sobre o território usado, explicita que “cada ramo do mercado, para não usar outra palavra, tem um comportamento diferente, produz uma topologia própria. Isto é, uma distribuição no território, mas também o uso do território e demandas relacionadas a esse uso. Devem ser considerados os conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades, dentro do território”.

⁷⁷ Propondo tipologias para os assentamentos na Amazônia colombiana, na definição de tipos de ocupação e papéis desempenhados por esses sistemas de assentamentos, Salazar (2005) coloca que “a evolução do assentamento dependerá do ajuste que a população obtenha frente aos condicionantes físicos do meio, com base nos avanços tecnológicos, na direção da inversão de capital social para determinadas áreas geográficas, setores ou atividades e a distribuição do produto gerado entre os diferentes componentes da população” (SALAZAR, 2005, p. 218). A classificação realizada pelo *Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas* visa diferenciar os processos de povoamento da região da Amazônia colombiana.

CATEGORIA	INSTITUIÇÕES E DETALHAMENTO
C&T(1)	<p>Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA). Cursos: Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Direito, Educação Física, Física, Geografia, História, Letras - Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia, Pedagogia (Licenciatura Intercultural Indígena), Química, Tecnologia em Gestão de Turismo, Turismo e Desenvolvimento Local (especialização);</p> <p>Universidade Federal do Amazonas - UFAM, com um corpo docente composto por 69 professores, abriga 1.279 alunos distribuídos nos cursos Administração, Artes Plásticas, Comunicação Social/Jornalismo, Educação Física, Pedagogia, Serviço Social e Zootecnia;</p> <p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM: Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Recursos Pesqueiros; tem 03 turmas de ensino a distância, sendo 01 turma de Agentes de Saúde, 01 turmas de Eventos e 01 turma de Rede de Computadores;</p> <p>EMBRAPA – Assessoria e pesquisas junto a produtores locais;</p> <p>SENAI - Cursos profissionalizantes.</p>
Aspectos logísticos (2)	<p>Fluvial: Posição estratégica na calha principal do rio Amazonas, contando com porto flutuante, mas que não possui capacidade para receber navios de grande calado;</p> <p>Aérea: voos diários a partir de duas empresas aéreas (Azul e MAP);</p> <p>Terrestre: estradas de terra ligando a Vila Amazônia (distrito de Parintins na divisa com Pará), a Juruti (PA) e Itaituba (PA). O trecho para Itaituba com sérias restrições de tráfego no período chuvoso.</p>
Presença de arranjos produtivos (3)	<p>Pecuária de corte e presença de matadouro;</p> <p>Guaraná: 2 consórcios de produtores e processamento de produção local;</p> <p>Madeira: 4 madeiras e 82 produtores de móveis (pequenas e médias empresas);</p> <p>Pesca: Colônia de Pescadores (Z-17), sindicato de pescadores e empresa de processamento e exportação;</p> <p>Indústria cultural (4): 4 estúdios de gravação de áudio, 3 empresas de produção audiovisual; associações de artistas; presença do festival folclórico e agremiações dos bumbás.</p>

Quadro 4: Instituições de ensino, pesquisa e arranjos produtivos de Parintins.

Fontes: (1) sítios das Instituições; (2) sítios das empresas; (3) PPA – Plano Plurianual de Parintins (2014-2017); (4) trabalho de campo.

Organizado pelo autor.

Antecipando uma de nossas reflexões empíricas (detalhadas nos estudos de caso), a substituição de matéria-prima de embarcações de madeira por uso do ferro, aço ou alumínio, implica em utilização de materiais que, em longo prazo, aceleram a transformação entrópica, de alto impacto ambiental com os rejeitos da mineração. As redes de interação com recursos de alto potencial de renovação e uso social já incorporado na cultura local presente nas áreas de entorno são desvalorizadas. No seu lugar, há o consumo de insumos de origem altamente impactantes ligados à esfera de grandes empresas multinacionais, como a ALCOA. Ao mesmo tempo, algumas espécies de madeira já começam a escassear ou tem preço elevado pela rapidez com que vem sendo exploradas. Algumas delas já não são mais encontradas

como indicaram as entrevistas com produtores de móveis e carpinteiros navais em Parintins. Tais sujeitos relataram conhecer áreas de desmatamento relacionadas, em sua maior parte, à madeira ilegal consumida no município (mapa 3)⁷⁸. As cidades transbordam suas atividades para seu entorno. Ali a sustentabilidade urbana só pode ser concebível dentro de um assentamento entrelaçado na trama ecológica de sua capacidade de suporte ambiental. Isso ligado à produtividade primária de seus ecossistemas e não somente nos processos entrópicos internos da cidade (LEFF, 2008).

A pressão antrópica sobre as margens dos rios do município é antiga devido ao acesso pelo rio Amazonas. Desde a colonização de base extrativa, facilitou-se o escoamento da produção e, posteriormente, os ciclos da Juta e atualmente pecuária e extração madeireira. Diversos trabalhadores do ramo madeireiro indicam percorrer hoje distâncias cada vez maiores das margens para obtenção de madeira. Passam a necessitar da construção de estradas de terra improvisadas para arraste das toras. Ao sul da imagem, afluente do rio Uaicurapá, temos as cabeceiras do rio Mamurú que vem sofrendo intenso processo de desmatamento. A insuficiente fiscalização e o sucateamento da base local do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) confirmam impactos severos nas outras cabeceiras de rio, apesar das sucessivas apreensões⁷⁹ e incursões dos agentes locais.

A coordenação de elites regionais é baseada na esfera de reprodução do capital mercantil, com forte tendência de apropriação de recursos naturais. A partir disso, a cidade se torna ordenadora de territórios. Causa consumo de enormes frações do mesmo para abastecimento de suas demandas, implicando em alta pegada ecológica (REES, 1992), e remete-nos a questão maior sobre o Metabolismo das cidades⁸⁰.

Pesquisas sobre cidades na Amazônia devem levar em conta a pressão entrópica⁸¹ dos sistemas que processam recursos madeireiros ou sucessivas formações de pastagens, embora

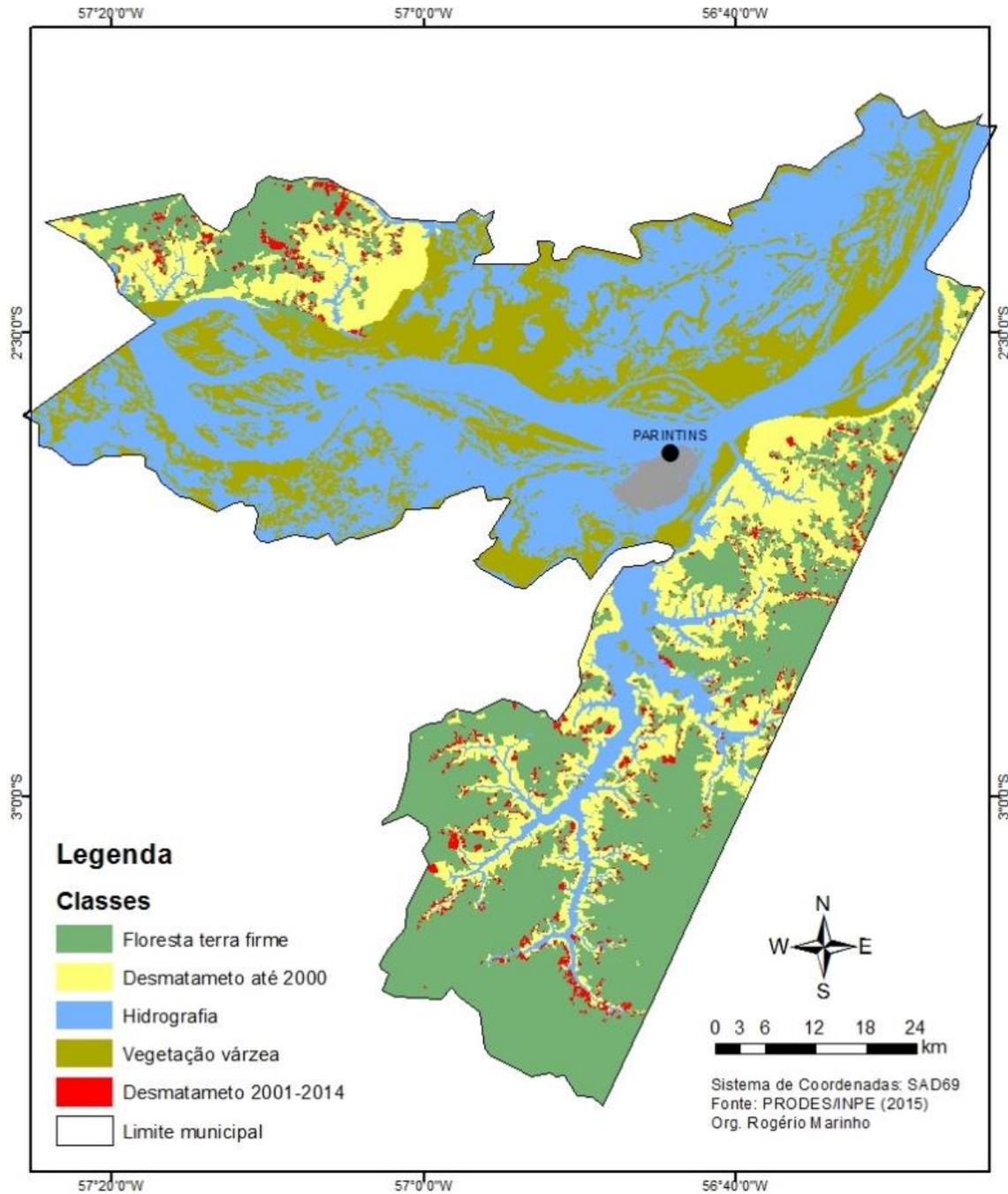
⁷⁸ Por questões de segurança não divulgaremos as áreas.

⁷⁹ Em março de 2016 o IBAMA realizou mais uma operação em Parintins. Apreendeu centenas de toras de madeira de lei extraídas ilegalmente <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/ibama-embarga-115-hectares-e-aplica-r-1-milhao-em-multas-por-extracao-ilegal-no-am>>.

⁸⁰ Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Oficina de Serviços para Projetos das Nações Unidas de 1997, metabolismo das cidades é “el intercambio de matéria, energia e información que se establece entre ele asentamiento urbano e su contexto geográfico (1997, p. 61)”.

⁸¹ O conceito de entropia é derivado da termodinâmica e entra em cena nas ciências humanas para explicações sobre evolução das relações sociais e econômicas a partir da obra de Georgescu-Roegen (2012). Este foi, incontestavelmente, pioneiro entre os economistas evolucionistas, considerado discípulo de Schumpeter. O autor faz analogia com história das técnicas e a importância do papel da matéria processada pelo metabolismo da atividade bioeconômica, onde o dogma industrial depende de reservas acessíveis de combustíveis fósseis e de estruturas materiais minerais não renováveis. A entropia é considerada irreversível e ligada à evolução do mundo vivo, explicando a tendência geral dos acontecimentos na natureza física, no sentido dos estados de máxima desordem e do nivelamento das diferenças quando toda energia tiver sido degradada.

não componha o objetivo desta tese. O futuro dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos depende não só do controle das atividades em curso, mas da qualidade das relações territoriais, comandadas pela cidade.



Mapa 3: Desmatamento no município de Parintins e pontos recentes de pressão antrópica. Fonte: PRODES/INPE (2015).

O ponto crítico que esboçamos inicialmente sobre a cidade atravessa papéis e funções que a mesma desempenha. Processa enorme quantidade de matéria e energia e cumpre papel de influenciar amplas porções do território. Outras lógicas submetem os usos

dos espaços em detrimento de sistemas “tradicionais” (caboclo-ribeirinho, por exemplo) de baixo impacto e produção de entropia⁸².

Nas entrevistas com pescadores ou moveleiros e carpinteiros navais, foi possível notar que a madeira ou o peixe que era retirado “logo ali” nas áreas mais próximas da cidade, se torna cada vez mais distante com o passar dos anos. Relatos de distâncias cada vez maiores e quantidades menores, seja do pescado ou da madeira, evidenciam que a velocidade de processamento urbano e destinação foram alterados. Não serve mais para o simples sustento e manutenção dos modos de vida de populações interioranas. Antes fazem parte da demanda urbana em diversas frentes: madeira exportada ou contrabandeada e pescado processado para venda em outras regiões.

Aqui tratamos de sistemas que interligam áreas de entorno à cidade. Assim, as atividades produtivas comandadas pelos nós urbanos, além de processarem matéria, passam a *distribuir*⁸³ impactos, rejeitos, conflitos, etc. Trata-se de enorme desperdício bioecológico em se tratando de cidades que possuem contexto de interação privilegiado. Estão situadas em região equatorial com interação de três sistemas atmosféricos, sujeita à intensa pluviosidade como aponta Molion (1987) e associados à intensa insolação. Isso possibilita rápida produção de biomassa contínua e renovável, abrindo possibilidades de formação de usos sustentáveis de recursos madeireiros.

Na medida em que se pretende pensar relações e práticas urbano-ribeirinhas que ultrapassem a posição e sítio, ou no sistema de trocas interação urbano-rural, admitindo que há paulatina inserção dessas atividades na lógica urbana e mercantil, (fatores de submissão ao mercado), é importante frisar a potencialidade dos sistemas territoriais, pois usos do território são “animados” por redes de sujeitos que embasam suas práticas espaciais em atividade com

⁸² O alerta feito por Georgescu-Roegen sobre a degradação entrópica e o destino da tecnologia humana aparece na proposição do que chamou de quarta lei da termodinâmica: a exemplo da lei tradicional da entropia, ela está ligada à distinção entre matéria utilizável (isto é, num estado em que podemos fazer uso dela nas manipulações físico-químicas) e matéria não utilizável (representada pelas partículas de matéria que se encontram dissipadas, sem possibilidade de reunirem-se em material utilizável). Quanto a essas partículas, podemos repetir o que Lord Kelvin dizia da energia dissipada em forma de calor: essas partículas estão irreversivelmente perdidas para nós, portanto desperdiçadas, embora não sejam aniquiladas (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). A partir da tese do decrescimento, Georgescu-Roegen chama atenção para a minimização dos aspectos dissipativos (entrópicos) dos fluxos energéticos e materiais que atravessam o “metabolismo industrial”, dando condições para florescimento de posteriores escolas e correntes interpretativas na ciência, como a ecologia industrial, a ecologia política, economia ecológica, entre outras.

⁸³ Alier (2011) desenvolve o termo *distribuição* para descrever a maneira que o recurso será usado (tipo de uso social ou geográfico) e sua distribuição ecológica: como os recursos serão apropriados ou como serão destinados seus resíduos. Atividades que poluem o ambiente e diminuem a fertilidade de solos, como a produção de papel e celulose, não internalizam em seus preços finais os impactos que são intrínsecos à atividade, seja no caso do rio contaminado ou em humanos que absorvem agrotóxico nas aplicações.

forte carga cultural, atividades necessárias à continuidade da reprodução da vida do homem na Amazônia: pescar, manejar madeira, coletar ou plantar.

Essas tensões no território, movimento constante de sujeitos e interesses distintos, são incentivadas pela maneira com que as redes criadas para manejo, extração e processamento de produtos regionais, atravessam a cidade. A madeira ilegal busca mecanismo de se tornar “legal” (falsificação de documentos de origem, etc.) financiando redes de poder locais pelo alto valor das mercadorias, exportadas com processamento mínimo ou usadas na produção de móveis no polo moveleiro de Parintins. O guaraná Sateré-Mawé ganha apoio de pesquisadores e ONGs internacionais com distribuição em redes de comércio alternativos da Itália (*Altromercato*) e França (*Guayapi*). Tornou-se o *waraná*, possuindo marca própria, adquirindo *status* de produto ecológico oriundo de uma etnia indígena da Amazônia. O presidente da Coca-Cola, quando indagado do alto valor do patrocínio dado pela empresa ao Festival Folclórico de Parintins, explanou: “Amazônia é uma marca que vende”.

Parintins, nesse sentido, torna-se mediadora simbólica na transformação de uma expressão cultural tradicional (boi-bumbá) em espetáculo a ser comercializado e vendido. Uma verdadeira “indústria do boi”. O *milieu* urbano imaterial é essencial para essa metamorfose da cultura em mercadoria (mesmo admitindo que a cultura do boi ainda é viva e extremamente rica). Há um plantel de artistas parintinenses de ponta possuindo *know-how* para a produção de alegorias, fantasias e toadas.

O pescado é distribuído para populações carentes através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vinculado ao Governo Federal. Este passa a ser apropriado simbolicamente pelo prefeito populista com uso da rádio local, vinculando esta ação à sua gestão. São alguns exemplos de processamento de recursos (adquirindo atributos simbólicos inclusive) que ocorre no interior do sistema urbano. O recurso necessário ao mercado é apropriado e resignificado a partir da esfera urbana.

É necessário contextualizar essas reflexões a uma cidade média em uma sub-região amazônica de economia de baixa diversificação em especializações produtivas, mas de interação crescente pelo recente polo universitário instalado em Parintins que polariza as demais cidades do baixo Amazonas (meso-região do estado do Amazonas). Somente essa forma junto às etapas argumentativas até aqui encampadas, nos trazem bases para questionar a maneira como cidades como Parintins concentram, em seu *milieu* urbano, novas formas de mediação no ordenamento territorial.

Os benefícios e acúmulo de riquezas por fração das elites locais (gerando degradação ambiental e empobrecimento humano e ambiental) reforçam a necessidade de encarar a cidade como problema complexo. Isso demanda a organização de critérios para análise.

Portanto, as redes de sujeitos são afetadas através de trocas e interações com os ambientes externo e o interno do sistema urbano (perturbações ou incentivos). As cidades são locais da interação, adaptação, conflito e negociação. A rápida transfiguração morfológica e aumento populacional urbano de Parintins requerem outras variáveis para seu entendimento. Estas devem ser atinentes às múltiplas dimensões que a cidade e o fenômeno urbano estão relacionados.

As definições de autores do SLoT sobre a noção de *milieu* o apresentam como condições favoráveis para ações, contexto territorial usado como recurso ou o trâmite entre sujeitos e o ambiente. Ao retornarmos a essas definições, nos deparamos com a materialidade abarcada pelas atividades que compõem o STUR. O ***milieu urbano-ribeirinho*** possui elementos materiais e imateriais, aspectos relacionais, pontos e nós conectados. Tem ampla abrangência espacial, pois é dinamizado por fluxos de navegação, permitindo acessos de populações que exploram recursos naturais, cumprindo papel de:

- a) **mediações materiais intraurbanas:** como considerado no item 1.2, diversas centralidades cumprem funções de conectoras, evidenciando o peso da configuração do espaço intraurbano (detalhado no capítulo 3.1) para o entendimento dos fluxos entre a cidade e áreas de entorno. A materialidade dessas localidades condiciona e facilita a penetração de produtos regionais em bairros populares, que possuem pequenos portos, rampas, flutuantes, entre outros elencados posteriormente.
- b) **mediações técnicas e culturais:** ambientes interativos para organização produtiva interna dos grupos, onde ocorre transmissão de conhecimentos (principalmente entre membros da mesma família ou aprendizes, como na pesca e carpintaria naval). Ocorre também a constante adaptação técnica proporcionada pela presença de itens mais modernos disponíveis na cidade (ferramentas, motores e tecnologias). *Locus* de atividades culturalmente arraigadas e de presença marcante na paisagem ribeirinha (tipos de pesca artesanal, carpintaria naval, artesanato, marcenaria, etc.) se adaptam às formas e processos da cidade. Conservam-se aspectos simbólico-identitários, mas se alteram parcialmente seus conteúdos. A análise das formas-conteúdos são muito úteis nesse sentido, pois palafitas, embarcações e beiras de rio passam a internalizar dinâmicas mais amplas.

c) **mediações sazonais, fluviais e recursivas:** as cidades influenciadas pela dinâmica da sazonalidade regional têm sua dinâmica afetada por tal processo. Seja na disposição de terras para a agricultura inundadas ou na ocorrência da safra pesqueira, os trajetos e percursos também são alterados. Exigem conhecimento das populações locais para ajustamentos de atividades a serem realizadas: navegar, plantar, colher, manejar o gado, etc. São condicionamentos físicos que influem nas migrações sazonais das populações, busca de outros afazeres (nas cheias, por exemplo, quando as várzeas estão inundadas), quantidade de dinheiro circulando na cidade, entre vários outros aspectos.

Assim, o *milieu* urbano-ribeirinho extrapola a circunscrição espacial material da cidade. Atinge amplas áreas de influência de cada grupo e tem a cidade como base para articulações escalares que os grupos constroem. Isso visando maior abrangência de suas atividades e ganho de conhecimento e experiências. Há de se considerar que meios de acesso à infraestrutura, rede de ensino e instituições diversas, aumentam a capacidade de organização interna dos grupos.

O papel social das embarcações será considerado refletindo usos do território relacionados ao tipo de mediação urbana e à divisão territorial do trabalho.

Como reflexão geral, a preservação de certos aspectos da maneira como as populações interioranas situadas hoje nas cidades circulam e sobrevivem no território, faz com que a vida nas cidades não seja relegada à sua materialidade, que não se encerra sobre as mesmas. O *milieu* urbano-ribeirinho é uma alavanca para “retornos ao território”. Conta, agora, com novidades técnicas e organizacionais no interior do sistema, proporcionando a consolidação das mediações levantadas.

2.2. Parintins: ciclos econômicos e mediações urbanas

O objetivo desse item é apresentar uma breve contextualização econômica de Parintins. A reflexão se dá desde a maneira com que ciclos econômicos e seus rompimentos influenciaram a forma urbana a partir do êxodo rural, até as “novidades” de peso inseridas no sistema urbano (universidades), ou desenvolvidas no interior dele (festival folclórico de Parintins). Mesmo não sendo objetos diretos de análise para a construção da noção do STUR, tecemos breve descrição da economia municipal que acaba compondo os subsistemas propostos até então. Outro objetivo é considerar as diversas mediações existentes e importantes na constituição do *milieu* em Parintins.

Poucos estudos dão atenção à formação de elites urbanas tradicionais de cidades interioranas na Amazônia. Faltam análises sobre suas permanências e sua transmutação com dinâmicas mais modernas, em novas formas de uso de territórios associado a antigas práticas. Como explanamos no item 1.3., alguns tipos ideais de cidade enquanto sistema são frutíferos para entender quais setores da cidade são mais abertos a relações externas. Também permitem visualizar quais são mais fechados e conservadores, mais arcaicos e que se beneficiam do atraso e baixo grau de organização/mobilização das populações urbanas.

* * *

Em Parintins, o período da borracha (1850 a 1920) tende a impactar a rede urbana⁸⁴ pelos investimentos propiciados pela economia gomífera. Timidamente, estruturou a configuração inicial do plano urbano em poucas ruas. Apresentou relativo crescimento populacional e definiu o que futuramente ocorreria com a expansão e estruturação a consolidação do centro comercial e administrativo. Nesse período, a Vila Bela da Imperatriz é elevada à categoria de cidade (1880) recebendo o nome de *Parintins* em homenagem aos precedentes habitantes indígenas, os *Parintintins*, que foram dizimados ou fugiram durante os séculos (SAUNIER, 2003).

A estagnação da produção da borracha pelo contrabando de sementes para regiões tropicais da Ásia e conseqüente concorrência e superação da produção amazônica, causou declínio da dinâmica da rede urbana. Afetou as pequenas cidades⁸⁵ com alterações migratórias e até refluxo migratório das cidades pequenas mais influenciadas por tal ciclo.

A partir de 1933, no trecho do rio Amazonas entre Manaus e Santarém, ocorre o início da implantação do cultivo da juta. Parintins foi polo propulsor das experimentações no plantio da fibra vegetal destinada a produção de sacarias para a exportação café. O Governo Federal, em 1930, concede permissão para órgãos japoneses fundarem na cidade o Instituto de Estudos Agrícolas para imigração japonesa, na Vila Amazônia, próxima ao núcleo central (ROSAL, 2000).

⁸⁴ As sucessivas fases, a partir da implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e as políticas do Marquês de Pombal (até 1780), aprofundaram o desenvolvimento da rede. Diversas políticas alteraram os rumos da região, impondo restrições ao poder eclesiástico, doando sesmarias a colonos e soldados, expandindo cultivos e extrativismo, implantando numerosos Fortes, e principalmente, elevando 46 aldeias missionárias à categoria de vilas, entre elas a Vila Bela da Imperatriz futura Parintins (BITTENCOURT, 1957).

⁸⁵ Vale lembrar que o aparecimento da forma-cidade não incluía a maioria da população em seus benefícios.

Na composição da paisagem em cidades ribeirinhas, é perceptível o estabelecimento do capital mercantil nas diversas fases de integração regional. Ao longo das últimas décadas, a paisagem veio se metamorfoseando e se cristalizando no espaço intraurbano, *locus* privilegiado de suas atividades. As elites foram formadas em diferentes contextos que compreendem o período áureo da borracha (de incidência econômica quase nula em Parintins) até os ciclos extrativos subsequentes à produção da juta. Nesse contexto, o capital mercantil, enquanto fração ainda predominante na cidade, vem impactando em sua configuração intraurbana. Porém é incapaz de gerar dinamismo econômico capaz de incentivar economia formal, num contexto típico de *urbanização incompleta*, termo usado por Milton Santos (1993) para descrever a urbanização em países periféricos. Essa incompletude nos leva a analisar permanências, coexistências de práticas e atividades vinculadas ao universo caboclo-ribeirinho. A pesca e a produção de barcos de madeira são exemplos.

A economia gomífera não teve em Parintins um centro de exploração e comercialização. Todavia, sua crise induz auto-organização e adaptação local estimulando a exploração de outros recursos naturais do entorno como o pau-rosa (uso em extratos para perfumes) e o cacau. Isso explica a relativa estabilidade do núcleo.

Portanto, a periodização espacial reconstrói o tempo espacial, ou seja, coloca em evidência momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial (CORRÊA, 2006). Demonstramos de maneira sucinta (quadro 5) os principais eventos na periodização da rede urbana e a inserção de Parintins nas diversas fases de desenvolvimento regional. Daremos foco nas alterações da forma e expansão urbana e destaque na instalação de centros de ensino superior como diferencial da cidade na rede sub-regional enquanto polo de ensino e fornecedor de outros serviços (SCHOR; MARINHO, 2013).

Período / Ciclo Econômico	Espaço Intraurbano e Impactos na Morfologia Urbana:	Eventos, Mudanças Estruturais e Impactos
1880 a 1950	- Plano urbano composto por 10 ruas, uma avenida e cinco praças.	- Rede urbana embrionária; posição privilegiada entre os principais núcleos urbanos: Manaus (AM) e Belém (PA); centralidade ligada ao rio Amazonas; entreposto comercial.
- Extrativismo: 1895: Cacau 1930: Pau – Rosa - Agricultura: 1933: Início da juta		
1950 a 1970	- Início da ocupação do entorno do núcleo central; primeiras estradas com comunidades próximas (Parananema, Aninga e Vila Cristina); crescimento urbano nos arredores do centro; presença de seis praças.	- Intensificação das migrações, instalação de empresas processadoras da fibra de juta.
Década de 1970	- Ocupações irregulares; aterros	- Implantação de fábricas de fibra de

- Auge da produção da juta e extração do pau-rosa; crescimento da pecuária; pesca.	ligando ilhas; loteamentos feitos pela prefeitura; expansão e desvalorização do sítio urbano; plano urbano passa a ter 38 ruas.	Juta; primeira Universidade (UERJ / Projeto Rondon); êxodo rural por influência das cheias de 1975 (a segunda maior no estado).
Década de 1980	- Loteamentos feitos pela prefeitura; loteamentos por proprietários particulares (receio de novas ocupações irregulares).	- Continuidade do êxodo: inversão populacional; população urbana supera a população rural.
- Declínio da juta; continuidade da pecuária; cresce o Festival Folclórico.		
Década de 1990	- Novo ciclo de ocupações irregulares; ocupação da segunda ilha principal; construção de pontes e aterros; Proprietários fundiários criam novos loteamentos periféricos; expansão do plano urbano.	- Continuidade das migrações;- Festival Folclórico de Parintins ganha visibilidade e passa receber investimentos do estado e empresas, impactando na dinâmica da cidade.
- Cresce a importância do setor de serviços; consolidação do Festival Folclórico.		
2000 a 2010	- Novo ciclo de ocupações irregulares; migração de investimentos do gado para setor imobiliário; investimentos imobiliários influenciados pelos Programas Federais, como formação de conjuntos residenciais e dispersão urbana.	- Criação da Universidade do estado do Amazonas – UEA (2001); Consolidação da UFAM (2007); importância das Universidades na atração migratória; cidade como prestadora de serviços qualificados, tendo responsabilidade territorial.
- estagnação da pecuária; pujança do Festival Folclórico.		

Quadro 5: Periodização, ciclos econômicos e espaço intraurbano de Parintins.

FONTE: Bartoli (2013b); Schor e Marinho (2013); Souza (2013); Saunier (2003); Rosal (2000).

Organizado pelo autor.

Portanto, essas constantes transformações e adaptações da cidade após interrupções de ciclos econômicos tiveram rebatimentos espaciais enormes. Um deles foi o surgimento dos bairros mais populosos que se formaram a partir de ocupações irregulares. Hoje tais bairros possuem mais da metade da população da cidade. São pontos de saída e entrada na dinâmica da economia popular complementar que compõe o STUR.

As elites urbanas foram se adaptando às crises e buscando novos nichos de mercado e atividades. Todavia, mantinham na base das ações as atividades tradicionais como a pecuária, extração de madeira e entreposto comercial abastecendo interiores da sub-região.

2.2.1. Parintins: breve caracterização socioeconômica e mediações urbanas para a produção territorial

Tecendo a relação entre espaço e dominação, Milton Santos (2007) coloca a urbanização como nervo essencial de intermediação. Neste, os produtos mais caros recebem primazia no transporte quando há choque com outras safras, gerando desvalorização de certas atividades em favor de outras. A especialização geográfica da produção passa a ser responsável por uma massificação do capital. Gera alienação regional e alienação do homem-

produtor. Ressalta ainda que a especialização regional é simultânea a uma especialização urbana, na qual a massificação do capital causa colapso em cidades locais.

Não pensamos que haja um cenário de colapso em Parintins. Ali, os Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos funcionam como conectores e mediadores e alternativas da não continuidade de ciclos territorializantes anteriores: a cultura e processamento da juta e extração do óleo do pau-rosa. Como frisamos, atividades que compõem o STUR são tanto complementares à economia popular, quanto fornecedoras de recursos regionais aos circuitos dominantes. Em graus variados, tais atividades se complementam compondo circuitos da economia.

As sucessivas crises produtivas ligadas tanto às conexões externas e ou pelas investidas de elites locais e regionais, formaram um quadro de migração de populações que se deslocaram de áreas rurais, mas, em grande parte, sem perder o seu acesso por migração sazonal (com grande influência do regime hídrico⁸⁶), usado como complementaridade para a vida na cidade. Assim, é provável que o problema do emprego só possa ser seriamente abordado quando a produção social no seu conjunto for levada em conta, principalmente os setores terciários, agrícolas e artesanais (MACHADO, 2005b), com necessidade de formação de agenda específica de C&T.

Somamos a esse posicionamento a abordagem crítica de Ana Clara Torres Ribeiro (2013) em sua proposta sobre a necessidade de pensar mercados socialmente necessários. Em nossa análise, estes são interpretados em determinadas características do STUR. A manutenção da vida urbana em Parintins está intimamente ligada aos fluxos de embarcações para pontos diversos em comunidades interioranas formando redes de *circulação socialmente necessárias*⁸⁷. As vias que os rios formam servem como acesso à cidade para saúde ou educação e ao interior para complemento de renda e alimentos. Acabam conferindo maior atenção às territorialidades produzidas por esses fluxos.

Como viemos desenvolvendo, as atividades do STUR, por estarem mais vinculadas à economia popular, possuem maior quantidade de mediações na cidade. São de ordem técnica, cultural, organizacional, economia popular, entre outras permeabilidades perceptíveis na paisagem de bairros populares, em feiras, comércios e beiras de rio. Já o Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF), com domínio do capital mercantil, realiza outras mediações

⁸⁶ As áreas de entorno de Parintins localizadas no rio Amazonas são, na maior parte, constituída de várzeas. Em períodos de cheias, a população acessam mais a cidade em busca de alternativa de renda.

⁸⁷ O termo *circulação socialmente necessária* é encontrado em Santos e Silveira (2003), que discorrem análise crítica sobre sistemas de transportes que acentuam a alienação regional no Brasil, não adicionando benesses às populações locais, sendo ordens “alienígenas-alienantes”.

qualitativas mais ligadas à funcionalidade requerida para seu funcionamento (serviços técnicos, portos, insumos, etc.). Pelo seu caráter eminentemente ligado à reprodução dessa fração do capital (sempre associado a outras formas com a financeira ou a industrial), cumpre função de abastecimento das cidades repassando produtos aos interiores através da navegação do STUR.

Para Cano (2011), quanto mais atrasado e subdesenvolvido for o local, mais nefasta será a presença do capital mercantil. Este se esforça para manter o atraso e se reforça pelo contingente demográfico excedente que é ainda mais evidente na recente onda de migrações no atual contexto amazônico. As taxas de incremento populacional urbano, oriundas de êxodo, foram superiores à média nacional nos últimos anos. Para o autor, a intervenção do capital mercantil nesse contexto urbano tende a se transformar (mas raramente se beneficia de uma plena metamorfose). Cabe às pesquisas averiguar sua composição e cunho rentista e quais configurações espaciais acabam incitando. Para o autor, há uma metamorfose do capital mercantil antigo na cidade para novas roupagens. São novas redes atacadistas, hotéis e supermercados, geralmente ocupados pelos descendentes de famílias tradicionais da região. São formas de capital que, muitas vezes, se transformam em capital industrial e bancários ou de financiamento. Mas sempre garantem sua participação no poder local de forma reacionária.

Sua presença no meio rural é conhecida pelas grandes fazendas. Mesmo assim, possuem sede privilegiada no meio urbano para organizar outras atividades, como especulação fundiária e imobiliária, sempre investindo em novas frentes de acumulação⁸⁸. No contexto de Parintins, tal setor se beneficia de exploração de recursos regionais e conta com o trabalho disponível tanto nos interiores, quanto na cidade.

Uma das especializações produtivas de Parintins ocorre no setor agropecuário (quadro 6). Este veio passando por estagnação com queda do município de primeiro para terceiro maior produtor do estado nos últimos anos. Área tradicional de pecuária de várzea e terra-firme, a localização privilegiada na calha do rio Amazonas entre as duas metrópoles Belém (PA) e Manaus (AM) constitui vantagem. Mas trata-se de uma atividade geradora de impactos ambientais intensos com baixa capacidade de geração de empregos na cidade.

⁸⁸ Em Parintins, os maiores produtores de gado são hoje os que mais investem no setor imobiliário local. O primeiro edifício residencial da cidade tem como proprietário um dos grandes fazendeiros. Casas em diversos bairros da cidade são construídas e vendidas com financiamento. Um dos pecuaristas e dono de loja de materiais de construção afirmou que o lucro do gado é cada vez menor, e que hoje prefere investir no setor imobiliário.

A manutenção de poucas cabeças de gado tem sido custosa para pequenos agricultores o que causou o abandono da atividade de muitos pequenos produtores⁸⁹.

PARTICIPAÇÃO DO PIB NO MUNICÍPIO (1)								
Setores	Anos							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	22,58	16,27	14,98	14,91	13,88	9,94	14,46	14,14
Indústria	8,6	9,07	12	8,66	8,92	10,42	10,17	9,85
Serviços	64,82	70,76	69,69	72,8	72,88	75,39	71,95	72,48
Impostos	4	3,9	3,32	3,63	4,32	4,25	3,42	3,53
Total	100%							

Quadro 6: Participação do PIB no município de Parintins por setor.

Fonte: IBGE, 2014.

Sobre essa via “interior-cidade”, relatos obtidos em reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (março e abril de 2015) demonstram a relação de extrema exploração a que são submetidos os chamados *vaqueiros*. Estes residem em fazendas e ganham em torno de meio salário mínimo para sustento de suas famílias. Isso sem contar que esposa e filhos acabam realizando inúmeras tarefas não remuneradas nas longínquas fazendas de gado existentes no município. Relatos parecidos têm os trabalhadores das frentes de retirada de madeira no alto curso dos rios, vistos no item anterior.

É mais um apontamento importante no entendimento da qualidade das relações diretas entre o setor comercial e interiores. As relações como as acima citadas são caracterizadas pela ausência de direitos mínimos aos trabalhadores, alto impacto ambiental e baixo processamento de recursos. Acabam, assim, incidindo numa fragilidade das relações mediadoras, favorecendo a exploração mercantil.

Para Fraxe (2004), o que acentua a especificação da situação de dependência econômica dos caboclos ribeirinhos se expressa na esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestal. Nesse contexto, corre uma apropriação dos excedentes produzidos por um conjunto de agentes de comercialização na circulação dos bens materiais.

O marreteiro, marreteiro-feirante, regatão e patrão. É nas relações mantidas entre os caboclos e os agentes de comercialização que está representado um dos momentos mais importantes, senão o mais relevante, de subordinação do caboclo à vontade do capital comercial. Esta afirmação deve-se ao fato de que a organização econômica e social não é resultado de uma evolução

⁸⁹ Cheias e secas extremas tem afetado demais a atividade. A primeira reduz áreas de pastagem, obrigando pecuaristas que não possuem terrenos em terra firme a vender o gado antes do tempo e a preços baixos. Já a seca, altera a recomposição do pasto na várzea e terra firme.

autônoma da sociedade que se transforma segundo sua lógica interna, mas de uma mudança exógena e acelerada. Por conseguinte, a parcela de livre decisão e de arbítrio deixada a critério dos agentes econômicos parece reduzir-se a nada; e poder-se-ia acreditar que, por oposição aos seus homólogos dos primórdios do capitalismo, os caboclos não têm aqui outra escolha senão adaptar-se a esse sistema (FRAXE, 2004, p. 276).

Quando o escoamento para feiras municipais é difícil, surgem “facilitadores” – atravessadores conhecidos como marreteiros – proprietários de embarcações -, marreteiros-da-feira ou regatões – percorrendo com barcos por rotas de comunidades, negociando por troca ou venda e definindo preços no fim da realização do circuito urbano-ribeirinho. A entrevista presente no anexo II (vídeo *Morando em embarcações*), demonstra que a obtenção de uma bajara através de financiamento livra o agricultor e pescador da dependência de atravessadores. O entrevistado é morador da Comunidade do Máximo (Parintins), próxima ao núcleo urbano, deixando claro que outra possibilidade se abre: a embarcação se transforma em moradia, como aprofundamos no capítulo 3.

A dependência histórica em relação aos agentes de comercialização reforça a necessidade de criação de outras escalas de relações, tanto entre cidade-interiores, quanto “saltos” escalares comerciais em redes alternativas como já vem fazendo os produtores do Consórcio Indígena Sateré-Mawé⁹⁰.

Assim, a relação da cidade com a produção de gado também reflete mediações urbanas que recebem pequenos ou grandes produtores. O mesmo ocorre no sistema pesqueiro. O transporte realizado por tipo de embarcações de gado também vem sendo alterada. Carpinteiros antigos chamavam tais embarcações de “boieiros”: pequenas balsas de madeira quase em desuso atualmente. Grandes balsas de gado com empurradores passam a servir fazendeiros compondo o Sistema Territorial Urbano-Fluvial. Nele, a mediação da cidade ocorre com a presença da fiscalização do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) para controle de vacinação, veterinários, várias lojas fornecedoras de insumos para o gado (ração, sal, remédios, vacinas, etc.). Parintins possui um matadouro municipal privatizado em 2009 que não processa carne e couro exportados. No espaço intraurbano, os pontos nodais desse sistema são portos privados melhor detalhados no capítulo 3.1.

O arquipélago urbano de Parintins é abastecido por circulação fluvial principalmente com ligações com Manaus (AM), Santarém (PA) e Belém (PA). Para atingir menor preço e

⁹⁰ Descrevemos a trajetória de relações territoriais da etnia e a evolução do Consórcio de Produtores Sateré-Mawé no capítulo 3.

adquirir vantagem concorrencial, nos últimos cinco anos a quantidade de balsas aumentou muito nos trajetos supracitados. Os maiores empresários da cidade construíram grandes balsas grandes de ferro. Isso permite compras maiores com frete reduzido. “Na ilha quem tem balsa é rei” propalou um dos gerentes de venda de um dos maiores grupos comerciais da cidade que possui 12 balsas. Gás, cimento, areia, cerâmica e água mineral, são mercadorias pesadas e com margem de lucro estreitas na revenda. Necessita-se, portanto, de grandes quantidades para obter um lucro satisfatório.

O número de balsas de ferro registradas na Capitania local passou de 8 em 2009 para 33 em 2016, com estimativas de que há um número muito maior na cidade com registro em outros municípios. São produzidas em estaleiros de Manaus e servem às empresas comerciais da cidade, principalmente. As embarcações possuem várias adaptações de acordo com o uso relativo à atual divisão territorial do trabalho, abastecimento urbano e conexões com a rede urbana.

Algumas balsas de ferro usadas para gado servem tanto grandes produtores como compram gado de pequenos criadores. Seguem as tipologias das balsas no quadro 7.

Cada vez mais as balsas destacam-se na paisagem local. Servem ao crescimento urbano no transporte de combustível tanto pela crescente frota de automóveis e motocicletas da cidade, como no aumento da demanda urbana de energia elétrica.

Muitos pequenos produtores de gado continuam transportando em barcos regionais com pequenas adaptações. Levam poucas cabeças por viagem. Geralmente também são agricultores e pescadores e recorrem muitas vezes a abates clandestinos e abastecimento de pequenos açougues de bairros. Tecem, assim, maior relação com a cidade em sua economia popular. É muito comum encontrar ossadas nos espaços que circundam a cidade e ocorrem muitos abates no interior considerados ilegais. Não é objeto desta tese, mas pequenos produtores de gado, também fazem parte do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. Transitam entre a cidade e ambientes diversos (várzea e terra-firme). Alguns deles, donos de pequenos açougues e mercadinhos, realizam a complementação necessária para manutenção da vida com uso de embarcações menores e com vínculos territoriais mais intensos com os interiores. Tendo outra temporalidade, são mais ligados aos ritmos da natureza. A frase “tenho uns gadinhos no interior”, corriqueira entre os parintinenses, confirma a tradição desse tipo de complemento rural-urbano arraigado na cultura local.



Barco regional de madeira adaptado para balsa: batelão regional com proa alongada para transporte de gado. Possui melhor visibilidade para navegação e atinge cursos fluviais mais estreitos. Fabricado e adaptado localmente.



Balsa média de ferro sem empurrador: comando da embarcação adaptado em cima da balsa com visibilidade para navegação menor. Produzido em estaleiros de Manaus.



Balsa grande de ferro com empurrador-barco regional adaptado: grande capacidade de carga, produzido nos estaleiros de Parintins através de adaptações.



Balsa multimodal da empresa Fogás: realizando trecho Manaus-Parintins denota conexão e influência da metrópole nas redes de distribuição de mercadorias locais. Destaque ao empurrador que é um batelão adaptado feito nos estaleiros locais.

Quadro 7: Tipologia de balsas utilizadas no STUF.

Fonte: Trabalho de campo.

Fotos: Estevan Bartoli.

Organizado pelo autor.

Portanto, ilustramos brevemente dois tipos de relações territoriais com mediações diferentes. A carpintaria naval, analisada no próximo capítulo, estaria servindo aos dois sistemas, STUR e STUF.

A maneira como veio ocorrendo relação das cidades no Amazonas com suas comunidades ribeirinhas esteve sempre relacionada à insuficiente atenção dada ao setor primário no estado. Depois de 40 anos de projeção da Zona Franca de Manaus (hoje apenas Polo Industrial), a produção e arrecadação se concentraram exponencialmente na capital (MEIRELLES, 2008).

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população de Parintins possui 102.033 habitantes, Destes, 23.655 estão em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 23,2% da população municipal. Do total de extremamente pobres, 16.310 (69%) viviam no meio rural e 7.345 (31,0%) no meio urbano. Assim, além de reconhecer a complexidade existente entre territórios rurais e urbanos, é importante analisar a natureza das relações que reforçam desigualdades entre os circuitos existentes. A pesca artesanal e a retirada ilegal de madeira para abastecimento do mercado urbano são exemplos.

Não é tarefa desta tese a reflexão sobre esse índice de pobreza. Entretanto, fica como reflexão maior e campo para estudos futuros mais detalhados analisar deslocamentos das populações para suprir suas necessidades. Parece haver distinção do “imobilismo” espacial que populações pobres possuem em grandes metrópoles⁹¹. A dificuldade e custo de deslocamento (acentuado pelas distâncias de periferias e subúrbios) influem na qualidade de vida e obtenção de oportunidades. As periferias de Parintins estão repletas de pescadores, extrativistas e agricultores que acessam o interior pelos rios.

Com a intensificação do processo de urbanização, as relações de dependência são reconfiguradas pela esfera de circulação urbana. Outros tipos de relação de subordinação à reprodução do capital são encontrados, nem todos necessariamente relacionados à esfera produtiva direta, mas na ocorrência de diversos serviços informais de baixa qualificação, como pequenas oficinas de manutenção, serviços e consertos (muito vistos em bairros populares), construção civil, configurando o que Santos (2004) denominou de *Circuito inferior*, com grande emprego de mão-de-obra, baixa rentabilidade, dificuldade de atualizar frequentemente as técnicas e tecnologias, mas grande capacidade de produzir originalidade e saberes pelas estratégias cotidianas.

⁹¹ Interessante estudo é feito por Eduardo Marques (2013) sobre redes pessoais e pobreza em São Paulo. Neste o autor ressalta como a geografia é elemento chave na sociabilidade, através da análise de redes e segregação social. Analisa e cria tipologias de redes, umas mais isoladas e precárias, outras com média integração, variando de gênero e relações familiares. Conclui que ocorre significativa diversidade em termos de forma de estruturação das redes sociais e padrões de sociabilidade – diversidade. Sugere elevada heterogeneidade de situações na metrópole.

Em Parintins, assim como na maioria das cidades locais e de pequeno e médio porte, há incapacidade de absorção de tais populações através da geração de empregos formais pela economia urbana. A cidade ainda funciona basicamente como entreposto comercial e na coordenação e extração de excedentes das áreas rurais pelas elites locais. O repasse de recursos públicos governamentais e os empregos no funcionalismo público ainda são parte majoritária dos empregos formais nos pequenos núcleos urbanos da Amazônia⁹².

A incapacidade de concorrência com outras regiões e o baixo acúmulo de capitais pretéritos durante os ciclos (insuficientes para ultrapassar sucessivas crises e necessários para criar outros desdobramentos técnicos e produtivos) afetaram a dinâmica da rápida urbanização da Amazônia. Esta difere em pontos importantes do processo ocorrido no sudeste do Brasil. Com exceção de alguns enclaves, a indústria é quase inexistente, onde “a urbanização está inextricavelmente interconectada com a exploração dos recursos naturais e com as migrações para os assentamentos de fronteira” (BROWDER; GODFREY, 2006).

Os rompimentos causados pelos sucessivos ciclos econômicos mostram que é latente a incapacidade de absorção do mercado de trabalho de populações urbanas demonstrada nos quadros 8 e 9 pela alta taxa de informalidade. Entretanto, dialeticamente tal “crise” é descrita por Oliveira e Schor (2008) como mito. Ciclos, apesar do reordenamento desterritorializante que implicam, têm em seu cerne ações de resistência, de sobrevivência. A cidade não é somente o resultado das determinações do Estado e do Capital. Contêm, na paisagem, ações de seus moradores que, contraditoriamente, se situam frente à esfera hegemônica e criam possibilidades “flexíveis” na luta diária pela sobrevivência. A impressão de que o tempo “parou” e que permanecem as mesmas as condições de reprodução de tais populações é enganosa.

As saídas encontradas pelas populações para subsistir não aparecem nas quantificações sobre a dinâmica econômica. Os laços com comunidades circunvizinhas com pesca, roçados, extrativismo e pequenas criações minimizam a escassez da cidade. “Pego minha rabeta⁹³ e vou-me embora” é uma frase comum ouvida entre a população de Parintins. Barcos são recursos polivalentes. Conectores principais, meio para fluxos diversos, moradia e utensílio de trabalho. Damos, assim, margem para repensar tipos de modelo para pesquisa em cidade. Muitas vezes vinculadas às variáveis tradicionais da análise econômica, não atentam

⁹² Em Parintins, a distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação de trabalho mostra que 14,8% tinham carteira assinada, 31,6% não tinham carteira assinada, 33,8% atuam por conta própria e 1,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 4,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 14,4% dos ocupados.

⁹³ Canoa equipada com motor dois tempos de baixo consumo e fácil manutenção.

para fluxos e complementaridades advindas da economia popular e suas construções que mediam práticas espaciais e territorialidades. É essa lacuna que a proposta da noção do STUR pode preencher. A economia é urbana e complementada pela ribeirinha, dependendo de embarcações que ultrapassam a função de meios de transporte.

Indicador	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	59,07	62,93
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	14,31	8,39
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	20,23	24,82
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	31,22	58,53
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	18,44	40,29
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	72,48	48,56
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	91,10	84,56

Quadro 8: Ocupação da população de 18 anos ou mais - Parintins – AM.

Fonte: Pnud, Ipea e FJP - http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/parintins_am..

ANO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		TOTAL
	Absoluto	%	Absoluto	%	
1970	16.747	43,97	21.334	56,03	38.801
1980	29.504	57,42	21.877	42,58	51.381
1991	41.591	70,75	17.192	29,25	58.783
2000	58.125	64,47	33.993	35,53	92.118
2010	69.890	68,48	32.143	31,52	102.033

Quadro 9: Evolução da população urbana de Parintins.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico dos anos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Sobre o setor secundário (processamento enquanto mediação territorial que envolve energia e informação), Parintins detém 43,3% do total de empreendimentos industriais cadastrados no Baixo-Amazonas. São 713 empresas. Entre elas: construção civil, esquadrias metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, sacos/fios/tela de juta, beneficiamento de arroz, moinho de café, beneficiamento de pau-rosa, estaleiros, serrarias, olarias e marcenarias. Urucará possui 176 empreendimentos cadastrados dentre os quais se destacam olarias, fabricantes de móveis de madeira, fábricas de gelo, padarias, vestuários, artigos de viagens e tecidos (PTDRS, 2010; IBGE, 2010). Parintins conta com cerca de 1.000 estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas dos mais diversificados produtos que vão de gêneros alimentícios a materiais de construção.

O quadro 10 indica o processamento de matéria-prima regional, corroborando com o que temos frisado até o momento, sobre o papel da cidade de influenciar e ordenar a produção

de seus territórios de influência, embasando grande parte de sua dinâmica a partir de sistemas territoriais mediadores multidimensionais.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
*Madeira	Beneficiamento de madeiras para a construção de móveis e esquadrias.
*Alimentícia	Fabricação de doces/compostas regionais, sorvetes, defumados e charques.
*Oleira	Fabricação de tijolos, telhas e artefatos cerâmicos.
*Química	Produção de óleos de essências vegetais (pau-rosa, cumaru, copaíba).
Vestuário	Confecções de roupas em geral.
Gráfica	Produção de impressos em papel.
*Naval	Construção de embarcações diversas e reparos em máquinas marítimas diversas.
Metalúrgica	Fabricação de artefatos em ferro, cobre e alumínio.

Quadro 10: Principais Atividades Industriais desenvolvidas em Parintins

Fonte: IDAM (2014).

*Atividades com uso de matéria-prima regional.

A prestação de serviços no município de Parintins é responsável por 75,4% do PIB municipal. Destacam-se os ofícios de cabeleireiros, protéticos, borracharias, oficinas de automóveis e equipamentos eletrônicos. Há também médicos, dentista, contabilistas, hotéis, bares, restaurantes, etc. Parintins possui agências bancárias dos bancos Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA/SA), Bradesco e Caixa Econômica Federal (CEF). Conta também com outros serviços bancários e a recente proliferação das financeiras nos municípios do interior do Estado. A presença desses serviços confere centralidade ao município no atendimento de demandas de populações de municípios vizinhos.

Resumidamente, existe um sistema intermediário entre a dominação do capital mercantil e as localidades interioranas. Este realiza parte da conexão e articulação entre tais espaços e participam das práticas de ambos os sistemas: mercantil e ribeirinho. Estes são cada vez mais modificados pela inserção de várias mediações urbanas: técnica e produtiva, organizacional, institucional e comercial.

Há, assim, ligação clara entre poder e saber. A energia é transformada em informação e esta última pode liberar mais energia e força que, de acordo com Raffestin (1993), são dominados pelas organizações. Segundo o autor, as organizações “ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizam a primeira fissura social (...) e então, a energia liberada pode ser combinada com outra informação onde os homens perdem assim, a capacidade original de transformação, tornando-se alienados” (Ibid., p. 53).

Tratamos como objeto de estudo os sistemas locais que, ao se tornar mecanismos de reordenar territórios, sinalizam para a junção de tecnologias sociais. Estas atendem mercados

socialmente relevantes para as populações locais (e partindo de nova organização) e são voltadas ao atendimento das demandas populares e dos sujeitos não hegemônicos. Em relação às adaptações técnicas originadas na experiência desses atores, “são os que experimentam a escassez que precisam desvendar as múltiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário” (RIBEIRO, 2013).

Portanto, a escolha política do modelo de desenvolvimento que tenha o território como complexo vivo, portador de qualidade nas relações ambientais e agregador de redes de sujeitos não hegemônicos, reside na emergência de um novo bloco sócio-territorial (DALLABRIDA, 2006) embasado na consciência da retomada de vínculos territoriais. Pensamos as cidades na floresta como pontos privilegiados de gestão e ordenamento territorial com base na possibilidade de usos não predatórios. Objetiva-se a auto-sustentabilidade de suas populações, cuja inserção de mediadores populares é de extrema importância pela construção das ações coletivas.

2.3. Territorialidade Ativa e o Capital Social

O sistema de análise multidimensional presente na abordagem territorial (RAFFESTIN, 1993; DEMATTEIS, 2005; 2008; SAQUET, 2007; 2011), abrange a economia, a política, a cultura e a natureza (EPCN). Nesse sentido, se evidenciam lutas por sistemas de apropriação, valoração e representação, carregadas de intencionalidade dos sujeitos que disputam trunfos para o ordenamento do território.

Há uma tensão latente nos nexos e relações territoriais, dentro das trocas realizadas entre o STUR e o STUF, entre o uso de materiais regionais tradicionais e seu valor de troca devido o baixo preço das mercadorias extraídas ou artesanalmente confeccionadas. Ao não conseguir competir com outras atividades mais rentáveis, os “artesãos de territórios” (interpretados por outras mensurações de relações ambientais, identidade cultural e histórica), são contrapostos à economia de mercado. Seletiva, competitiva e cruel com os menos tecnologicamente adaptados à imposição da unicidade das técnicas (SANTOS, 2004). É importante, através da abordagem territorial, mensurar o valor territorial não monetário, mas multidimensional e multicriterial⁹⁴ dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos.

⁹⁴ Concordamos com Magnaghi (2010a). Este autor propõe análise de requisitos multissetoriais e integrados de sustentabilidade sendo, por definição, antieconomicista (do momento que retém como catastrófica uma sustentabilidade atual subordinada às leis atuais de crescimento econômico) e antinaturalista, sendo a favor de uma abordagem antro-po-biocentrismo, fundamental para debate sobre o desenvolvimento local que valoriza o

Há possibilidade da construção de uma nova racionalidade pela crise ambiental vigente. Questionando a ideia de dominação da natureza subjacente ao pensamento colonial moderno, como levanta Leff (2008), traz em seu bojo a necessidade de ressignificar a natureza a partir de novos atores. Protagonistas de experiências em socioambientes variados, entre eles os presentes na cidade, estes devem contribuir para dar sentido à produtividade ecológica, lugar de territorializações em espaços bioculturais. Nestes, as populações diversas resistem e reexistem⁹⁵, ressignificando suas existências enquanto coletivos de identidade reivindicando territórios de vida e fazendo frente à razão instrumental utilitarista.

Assim, a “sustentabilidade” territorial passa pela capacidade de reinventar modelos de ocupação e desenhar tramas territoriais não-hierárquicas. Isso favorece regras (re)produtivas que envolvam identidade, a história da diversidade social e regional e seus nexos coevolutivos (no nosso caso analisando, a evolução das territorialidades). O local recebe, através da construção de um sistema democrático *bottom up* ou uma globalização de baixo, possibilidades de atingir o auto-governo e autonomia de suas populações.

Existe uma diferencial capacidade de alteração, apropriação e transformação de amplas áreas do entorno de cidades por grupos (rurais ou urbanos). Nesse contexto, frações diversas do capital ordenam seletivamente e intensivamente. Um exemplo é o caso da mineração de bauxita no município limítrofe a Parintins, Juruti (PA). Outro trata-se da biodiversidade no caso da indústria de biocosméticos e fármacos. Isso nos remete pensar que essas diferenças de acesso a recursos territoriais incutem em acessos desiguais aos recursos naturais⁹⁶.

No transcurso desse texto, temos feito menção às virtualidades que o espaço urbano propicia para a ação social. O poder de estabelecer o projeto de desenvolvimento dominante e conservador implica em normatizar ideologicamente o domínio das técnicas, temporalidades, funcionalidades e eficiência/eficácia. O objetivo é a realização produtiva que se materializa no espaço. Constituem-se territórios por abranger relações de poder, causando “aceleração social que pode anular velhas territorialidades com o desfazimento dos limites políticos,

Patrimônio Territorial. Critérios de valoração e avaliação foram expostos no subitem relativo aos Sistemas Locais Urbano-Ribeirinhos.

⁹⁵ Leff (2008) usa o termo *r-existem* para unir os dois termos.

⁹⁶ Para Lima (2015), a justiça territorial é concebida como a territorialização dos princípios de justiça social, que se impõe através do ordenamento democrático do território, propondo a governança como sistema de ordenação do território. Um modo de pensar e realizar contra-ordens e criar um rearranjo socioespacial. Amplas faixas destinadas à produção de gado em Parintins ou a recente introdução de bubalinos que, pelo pisoteio de várzeas e erosão em pastos, causam assoreamento de lagos e rios e vem afetando a pesca artesanal de subsistência de comunidades diversas, queixa frequente de moradores.

econômicos, sociais e culturais às quais a identidade estava associada” (SILVEIRA, 2013, p. 42).

Em síntese, essa “ponte” entre a esfera urbana e sua constante influência ao entorno (florestal, hídrico e subsolo) é passível de ser entendida pelos sistemas territoriais até então desenhados. Parte-se, assim, de projetos de coletivos de sujeitos, que estabelecem, no nó urbano, conexões pela navegação a diversos outros pontos do território. A abrangência dessas ações é evidenciada no próximo capítulo através da análise empírica.

Trataremos, nesse subitem, das considerações acerca da evolução da abordagem territorial relacionada à capacidade de produzir territórios de diferentes sujeitos. As práticas espaciais destes (considerando que territórios são estabelecidos a partir do espaço geográfico) serão objeto de atenção importante para etapa comparativa entre casos empíricos averiguados. Práticas dominantes desvalorizam temporalidades e territorialidades não hegemônicas. Aquelas dos homens lentos, colocada por Milton Santos, que evidenciam a importância de permanências, continuidades dialeticamente reconstruídas pelas desterritorializações e retomadas de laços e vínculos com os territórios.

É preciso construir mecanismos para valorar as relações territoriais resistindo à obsessão pela competitividade e monetarização da vida, dos seres e das culturas. Meios que deixem claras as diversidades e densidades relacionais no território que agreguem outro “valor territorial”. A construção do modelo analítico de nossa proposta para alicerçar a noção de Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos, possui como chave analítica o conceito de territorialidade.

Como apontam Dematteis e Governa (2005a), os sistemas locais territoriais identificados como atributos de um processo coevolulivo entre as relações sociais e o sedimento territorial, não devem ser interpretados de maneira estática ou museificados. Os atributos culturais e simbólicos estão também na interpretação desses sistemas. Tal conjunto de relações apresentaria fechamentos ou aberturas às constantes formas de conexões com as relações globais vigentes.

O *milieu* urbano, meio, mediação e conector, pela sua enorme gama de conteúdos, só é possível de ser apreendido através da descrição das territorialidades.

* * *

A partir dos anos 1970, a abordagem territorial ganha centralidade com autores franceses e italianos. Estes aprofundaram discussões embasadas nos conceitos de território e territorialidade, incorporando o caráter político elaborado com apoio da sociologia e economia. Entre estudos clássicos basilares que impulsionaram a temática, temos a obra de Robert Sack (2013). Para esse autor, a compreensão de territorialidade aparece como controle de área, definida como “tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Essa área será chamada de território” (Ibid., p. 76). Há críticas que o autor recebe por considerar território e territorialidade numa concepção eminentemente areal (material). Embora isso, ressaltamos os aspectos de sua concepção que envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros. Isso é extremamente fértil quando tratamos de cidades fortemente influenciadas por retrógradas e coercitivas estruturas de dominação (política, econômica e ideológica) por elites locais que se nutrem da manutenção do atraso social e da pobreza.

O ponto de partida conta com apoio da definição de território de Raffestin (1993, p. 112) que seria “resultado de uma ação conduzida de um ator sintagmático (atores que realizam um programa) em qualquer nível, apropriando-o concretamente ou abstratamente”. Ao estabelecer vínculos através de criações humanas e práticas sociais, grupos e sujeitos produzem territórios ou, ao menos, condições para a construção destes, a territorialidade. Para o autor, a territorialidade adquire um valor bem particular. Reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral, onde “todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Territórios construídos através da tentativa de “homens lentos” para sobrevivência na cidade moderna necessitam abordagem renovada. Ribeiro (2013) propõe, resumidamente: pela multiplicidade de formas de apropriação do território; confrontos entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais; e entendimento da densidade de vida social. Esta última é apreendida através de lutas de apropriação que conduz à reflexão de território pautada na compreensão de mediação como linguagem e, portanto, como cultura. Nesse sentido, a cidade permite contraditoriamente concentrar, formar, rearticular redes de sujeitos sintagmáticos para construção de novos *atos territorializantes*, expressão usada por Magnaghi (2010a).

Como viemos frisando ao longo do texto, práticas e conhecimentos vernaculares são reconfigurados na cidade e, em parte, servem o sistema mercantil. Para pescar ou processar recursos, sujeitos agora são envolvidos por novas possibilidades que tornam mais complexas as territorialidades junto ao *milieu* urbano.

Da concepção unidimensional de poder, pautada na visão ratzeliana clássica de território como expressão concreta da unidade política no espaço, definindo a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado (BECKER, 1983), ocorre a transição para a abordagem multidimensional do poder, com emergência de outras formas de poder, que surgem concomitantes à reformulação das funções do Estado pós-1970. Para Becker (1983) a territorialidade ganha importância com o crescimento dos movimentos sociais com base territorial. Outro fator são as propostas de desenvolvimento de “baixo para cima”, resposta ao descompasso entre os interesses sociais e ecológicos com os interesses econômicos dominantes. Movimentos territoriais organizados territorialmente surgem como “(...) múltiplas formas de organização da sociedade civil que preenchem o vácuo deixado pelo Estado articuladas em redes de solidariedade globais, se expressam em novas territorialidades dentro do território nacional” (Ibid., p. 102).

A seguir, abordamos como essas formas de organização são vistas através da capacidade de interpretar, aproveitar criativamente e usufruir dos meios arraigados em proveito próprio. Para nós interessa descrever bases atuais em que vem se formando relações sociais em diversas territorialidades, pois:

(...) todo grupo social se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem marcos que orientam suas práticas sociais (...) [a territorialidade] vincula os homens ao meio, a terra, ao espaço (HAESBAERT, 2002, p. 117) [*grifo nosso*].

Milton Santos (2003) considera como territorialidade genuína a dos povos indígenas, pois a economia e a cultura dependiam do território. A linguagem era uma emanção do uso do território pela economia e pela cultura, e a política também estava como ele intimamente relacionada. Nesse sentido, na ordem local, à diferença da ordem global, a solidariedade não é produto da organização, mas a organização que é produto da solidariedade (SANTOS, 1996, *apud* SILVEIRA, 2013).

Portanto, é importante reconhecer o princípio da territorialidade como uma possibilidade aberta e pertinente à relação das sociedades com o espaço. Ocorre tentativa e

necessidade da apropriação, de conquistar certa exclusividade do uso territorial ou exercer, por meio da demarcação, o domínio sobre os demais (HEIDRICH, 2004). Torna-se atributo central entre autores da abordagem territorial, através das territorialidades, o exercício do poder para constituição do território. A territorialidade é a maneira pela qual “as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). O território é produzido através de um diálogo, “uma relação entre entidade vivente, o homem mesmo, e a natureza, no tempo longo da história” (MAGNAGHI, 2010a, p. 18).

Portanto, emerge entre os principais autores a concepção de território não mais zonal, estático, área e delimitação, um plano imóvel que carregamos de ações e materialidades. Mas, como propõe Souza (2009, p. 65)⁹⁷, “territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos”. Todavia dependem, de várias maneiras, da dimensão material do espaço. A partir do poder (uma relação social) faz surgir o território que é sua expressão espacial (Ibid.).

Dessa forma, Raffestin (1993, p. 59-60) salienta que “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”. Considerando a baixa visibilidade de algumas redes de sujeitos que compõe os Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos analisados, como a carpintaria naval e os pescadores (informalidade, fraca organização e projeção política, dificuldades na formulação de projetos, etc.), e a importância junto ao *milieu* em sua diversidade interna, quais seriam os aspectos dos grupos estudados, que no processo coevolutivo desenvolvem territorialidades que denotam práticas espaciais propícias à construção de cenários de desenvolvimento a serem identificados, potencializados e representados? A territorialidade aparece, portanto, como chave de leitura a partir da definição clássica de Raffestin (1993):

(...) um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

⁹⁷ O autor critica as definições de território de Raffestin como sendo demasiadamente materiais, coisificando o território.

Tratamos de meio geográfico específico levando em conta características naturais na configuração das territorialidades construídas pelos grupos (sítio urbano, sazonalidade fluvial, entornos florestais, etc.). Com isso, as tentativas de alterar posições de dependência junto a relações históricas existentes em territórios urbanos (controle de mercado extrativo, de terras, aviamento, etc.), devem ser consideradas. Portanto, os indícios de territorialidades ativas embasadas na ação coletiva de sujeitos são mediadoras fundamentais na relação entre os atores e o território (DEMATTEIS, 2001). Isto é, a ação coletiva que realiza a passagem da autonomia do sujeito individual para a autonomia coletiva, que faz assim a relação entre atores e entre atores e território, construindo a identidade coletiva dos sujeitos, permitindo a mobilização dos mesmos e a valorização dos recursos específicos do sistema local territorial (GOVERNA, 2005).

A partir da obra de Raffestin, Governa (2005) define o poder como relação, territorialidade, capacidade de valorar recurso e ator, através de estratégia inclusiva, com finalidade de alcançar autonomia do local. Trata-se de uma concepção ativa da territorialidade, “êxito de um processo de ação e de comportamento que definem a prática do homem em relação a uma realidade material (ibid., p. 57)”. O território é visto como sistema ativo, onde a territorialidade cumpre papel de mediadora simbólica, cognitiva, prática, entre a materialidade do lugar e o agir social no processo de transformação e do desenvolvimento local (DEMATTEIS, 2001).

Dematteis (2005) faz menção do território como tutor, componente essencial de relações intersubjetivas cujas regras são modeladas pela territorialidade. O autor adverte que território e territorialidade possuem uma discrepância material, onde o território não é jamais completamente contemporâneo da territorialidade. Esta última, para Turco (1988 apud DEMATTEIS, 2005), é sempre mutável no processo de territorialização que organiza e reorganiza continuamente um dado território (evidência, sobretudo, relacional) e o processo da qual tal comportamento deriva e dá origem. Nessa concepção, a territorialidade deriva de um sistema de relações que uma coletividade entretém com o externo (o território) e com a alteridade (os outros sujeitos), expressão material de um projeto e da intenção e da vontade que atuam, da relação de poder da qual derivam (Ibid.).

Nesse interim tais territorialidades são subdivididas e assim apresentadas por Dematteis (2008):

É possível, assim, distinguir-se uma *territorialidade passiva* e “*negativa*” que, com estratégias de controle e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos, e uma *territorialidade ativa* e “*positiva*”, que deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão (p. 35).

Faremos menção e caracterização da territorialidade de cada grupo no próximo capítulo de acordo com a proposta do STUR. Os grupos interagem com o ambiente urbano. Uns dependem mais da materialidade e até da morfologia urbana no caso dos pescadores e carpinteiros navais. Outros dependendo de estruturas de comunicação e energia ou mesmo de relações com instituições como os indígenas do Consórcio atrelado ao guaraná. As comparações serão enriquecedoras. Indicam fortalezas (ganhos de autonomia relativa) e debilidades. As territorialidades compõem, portanto, todas as etapas, circuitos, técnicas, projetos, fluxos de navegação, pontos ativados presentes no STUR.

Para Saquet⁹⁸ (2007), territorialidade corresponde “ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, *do* e *no* espaço geográfico com suas edificações e relações” (p. 90).

Essa “territorialização” do espaço ocorre pelos processos de “apropriação”, seja ela concreta ou simbólica (HAESBAERT, 2002). Para tanto, é necessário considerar as territorialidades existentes, visto que as mesmas se formam a partir do espaço. Assim surgem apropriações que, por sua vez, estão ligadas diretamente as formas de gestão territorial e levam em conta a diversidade de atores e de interesses.

* * *

Um ponto chave na análise de movimentos sociais como redes organizadas por interesses específicos é saber o nível de consciência (política, ambiental e territorial), com que os sujeitos planejam as ações na busca de relativa autonomia. Ou se os mesmos, enquanto agregados que formam capital social, são mais propensos a ganhos de aprendizado político na evolução das discussões, formação de agenda, atos e ações promovidos.

Vem ocorrendo nos últimos anos, lutas e manifestações que se opõem ao território como um “dado”, nulo, estático e racional-abstrato, surgindo disputas por sentidos e significados da experiência social (RIBEIRO, 2002). Por isso, é importante averiguar as

⁹⁸ Marcos Aurélio Saquet foi pioneiro em divulgar autores italianos no Brasil, como Giuseppe Dematteis entre outros, estabelecendo frutífero diálogo com os pesquisadores do SLoT na atualidade.

formas de apropriação e a interpretação que os grupos fazem com os recursos disponíveis e a maneira com que se referenciam (com quem podem se coligar) e autoprojetam (para onde querem ir) na formação de seus territórios. Ressalta-se a preocupação em retomar o objeto essencialmente geográfico em nossa abordagem. Seja no diálogo com o chamado capital social (BAGNASCO et al., 2001; FIELD, 2008) ou na busca de sua configuração e peso em cidade com predomínio da atividade informal, em territorialidades urbano-ribeirinhas.

Individualizar os possíveis sistemas de produção, como resultados da ação de seus membros que ativam o capital territorial, é averiguar as relações que aparecem como dimensão intangível na composição do território (DALLABRIDA, 2006). As relações sociais são geradoras de estruturas de relação que podem se tornar recurso, ou seja, capital social que facilita a ação (PISELLI, 2001). A partir desse entendimento, conclui-se que, durante as fases e ciclos produtivos registrados na sub-região do baixo Amazonas, diversas formas organizacionais (desde cooperativas de juta, associações ou sindicatos) tiveram diferentes formas de interação com os recursos territoriais.

O capital social, portanto, que pode ser ativado e desativado, sendo intangível e não apropriável (BAGNASCO, 2001). Possui diversas formas de territorialidades e temporalidades em cada contexto. Essas formas de territorialidades são construídas socialmente, desfeitas e refeitas. A duração das interações e a ativação das relações sociais no território pode nos indicar o grau de resistência de cada grupo. Estes, enquanto sistemas territoriais, também são entendidos como portadores de capital social específico, interagindo com os recursos materiais locais (capital territorial).

Trigilia (2005) argumenta sobre contextos mais ou menos ricos em capital social a partir das redes relacionais difundidas nas quais sujeitos individuais ou coletivos estejam envolvidos. Ressalta que, mais do que ocorrer genericamente cooperação e confiança na concepção de capital social, as relações territoriais necessitam de articulações orgânicas. O autor lembra que o capital social pode também atuar de maneira negativa em locais com forças oligárquicas conservadoras e mantenedoras do atraso que se apropriam de coletividades para reprodução da exploração. Crítica semelhante ao que ocorre em algumas situações de cooperativismos quando há submissão às relações capitalistas que limitam o grau de autonomia dos sujeitos.

É o que vem ocorrendo no controle de elites locais de Parintins sobre as agremiações folclóricas dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso. Manejam cifras milionárias⁹⁹ para a realização do festival. A presidência dos bois-bumbás nos últimos anos tem sido motivo de disputas acirradas entre os maiores empresários da cidade. Posteriormente, passam a ter maior visibilidade política, pleiteando cargos políticos municipais¹⁰⁰.

A rede local de artistas possui numerosas e talentosas equipes para confecção de fantasias e alegorias (figura 9). Entretanto, ano após ano sofrem com falta de pagamentos¹⁰¹ e exploração de mão-de-obra que se mantém informal e precária. Ocorre a migração para São Paulo e Rio de Janeiro no intuito de trabalhar durante o carnaval nos meses após o Festival de Parintins que ocorre em junho. Há enorme coerção de poder dos grupos que se instalam na diretoria, exercendo pressão sobre os trabalhadores que, ao se organizarem para reivindicações, são coagidos e ameaçados de ficar de fora das equipes que recebem os trabalhos e são contratadas nos anos seguintes.



Figura 9: Artistas e alegorias do boi-bumbá Garantido em 2015.
Foto do autor.

⁹⁹ Cerca de 20 milhões de reais por ano são injetados nas agremiações para a realização do festival. Patrocínio de transnacionais como a Coca-Cola, Ambev e Petrobrás usam uma verdadeira máquina de mão-de-obra barata para vender seu capital simbólico atrelado à retórica de preservação da Amazônia e defesa das etnias indígenas. Empresas de som, segurança, fornecedores de matéria-prima e tantos outros elementos são manejados pelos organizadores (Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas) e presidentes dos bumbás. Em eleições, estes fazem mais barulho e propaganda do que a campanha para prefeito municipal. Dizem sempre na ilha que a presidência dos bumbás é mais cobiçada do que o cargo de prefeito.

¹⁰⁰ O quadro político local sempre foi entremeado de figuras que participam da organização dos bumbás. Itens artísticos frequentemente se tornam candidatos. Alguns deles eleitos. Exemplos são apresentadores de arena, sinhazinha do boi e compositores que já ocuparam tais cargos. Em 2016 a ex-presidente do Caprichoso e esposa de um dos maiores empresários da cidade saiu candidata à prefeitura.

¹⁰¹ Em 2016 um juiz do Tribunal do Trabalho ameaçou a realização do Festival devido a dívidas trabalhistas gigantescas das agremiações com os artistas, bloqueando qualquer recebimento futuro de verbas.

Nesse movimento, uma metodologia de mensuração dos atributos territoriais relacionais e situacionais (capital social interagindo com o capital territorial), pode auxiliar a detectar características de grupos produtivos sobre a sua tendência evolutiva em cada territorialidade (evolução na quantidade de links, nexos e aumento da complexidade das relações territoriais). A base são os critérios elencados na proposta de análise do STUR, sempre considerando que territórios são influenciados por processos de diferenciação material da sociedade, com reflexos em especializações produtivas.

A formação de capital social se apresenta como recurso que deriva de estruturas sociais específicas que os atores envolvidos utilizam para atingir seus interesses (BAKER, 1999 *apud* PORTES, 2000). Neste caso, envolve disponibilidade, acesso e mobilização de recursos por meio de relações sociais. Portanto, quanto maior a capacidade de um grupo de se organizar e trabalhar conjuntamente, unindo esforços em torno de um bem ou recurso, maiores são as possibilidades de sucesso dos processos de governança e maior é o seu capital social. Como propõe Storper (1999, p. 57) “estos campos se pueden reconstruir como series de proyectos humanos colectivos intencionados”. São áreas concretas de pesquisa nos campos de desenvolvimento econômico territorial, com investigação e explicação em geografia econômica e economia regional.

Os atores que interagem e estabelecem coordenação de ações para resolver determinados conflitos obtêm outras benesses: negociação das várias compensações e interesses e partilha de informações na construção de conhecimento comum (BODIN; CRONA, 2009). A efetividade do capital social, portanto, implica em processos de governança que dependem da colaboração de múltiplos atores sociais em diferentes níveis e escalas de organização (ARMITAGE, 2008).

Consolidar relações sociais entre os sujeitos criando maior interação e densificando a rede e o número de conexões territoriais deságua em maior potencial para a ação coletiva. Isso facilita a comunicação, confiança e reciprocidade. Aumenta as possibilidades de ação conjunta, melhorando o desenvolvimento do conhecimento através da exposição a novas ideias devido à maior quantidade de circulação das informações (BODIN; CRONA, 2009).

Putnam (1996) argumenta que regiões de elevado capital social tendem a ser mais desenvolvidas. Possuem melhores mecanismos para superar a pobreza, mas teoricamente avançam pouco na questão de como criar esse capital. Dão a impressão de certo fatalismo sobre a situação de pobreza, como critica Abramovay (2007). Este autor chama a atenção para alcançar cooperação entre atores a partir da construção da habilidade social (*social skill*),

invertendo a lógica argumentativa sobre o capital social. Abramovay adverte, ainda, que a cooperação social deixa de ser produto virtuoso produzido por certas circunstâncias históricas (crítica dirigida a Putnam). Esta passa a ser a capacidade de persuasão que grupos usam para impor suas regras, interferindo na formação de significados em torno dos quais se organiza a ação social. É o que vem ocorrendo entre os Sateré-Mawé, com rachas entre grupos para coordenar os rumos da etnia com base em três cidades: Parintins, Barreirinha e Maués. Cada qual possui frações e interesses distintos, elevando a noção da cidade como palco de disputas e negociação.

Abramovay ressalta que essa habilidade social (termo central de seu argumento) está relacionada à dominação onde a cooperação induzida envolve disposição desigual de recursos. Todavia, o autor defende que atores podem alterar a correlação de forças. “Os movimentos sociais podem ser pensados como forma de organização, capazes de alterar a distribuição dos recursos e a própria legitimidade dos procedimentos que envolvem a interação social em determinada região” (Ibid., p. 27). Trata-se de útil alerta para não sobrevalorizarmos acriticamente a ideia de capital social. O que perpetramos é que a cidade pode facilitar esse tipo de relação social pela disponibilidade de recursos, pelo adensamento das relações e proximidade. Através da capacidade organizativa ensejada, a cidade absorve os “méritos” da organização social cooperativa para continuidade da reprodução do capital, no caso de Parintins, mercantil.

A partir dos referenciais teóricos supracitados sobre capital social, elencamos os atributos centrais da formação do conceito: as relações de confiança; trocas e reciprocidade; formação de regras comuns, normas e sanções; quantidade de conexões, redes e grupos. Considerando a difícil mensuração pelos diversos contextos, Pretty e Wards (2001) estudaram iniciativas de formação de capital social em diversas localidades no mundo. Os autores averiguam quais as vantagens para uso racional de recursos naturais em comunidades com formação de capital social. Para avaliar as ações, conexões e relações estabelecidas pelos grupos, propõem nova tipologia descritiva de seus estágios de maturidade e evolução, tendo cinco critérios: 1) visão de mundo e senso prático; 2) normas internas e confiança; 3) ligações externas e redes; 4) tecnologia e melhoramentos; e 5) expectativa de vida. Em nosso quadro descritivo, daremos atenção ao terceiro e quarto critérios. A partir da avaliação de correlações, propõe chegar à tipologia de três estágios de maturidade: dependência; relativa independência e consciência-interdependência.

Identificamos os grupos produtivos de Parintins que tenham formação através de práticas territoriais arraigadas à historicidade e cultura locais. Colônias de pescadores, cooperativas, associações ou produtores artesanais articulados em redes, etc., são interpretados como redes colaborativas e, posteriormente, analisando o grau de adesão e articulação às territorialidades produzidas. Com isso, enfatizamos o tempo de existência e objetivos, intencionalidade e projeto/projeção do grupo frente ao cenário local, historicidade das relações, temporalidades e relações reticulares e transescalares, visando demonstrar adensamento de projetos e de ação coletiva.

Introduzimos, aqui, questionamentos sobre as territorialidades produzidas: estratégias de reprodução do grupo (mediação da produção territorial pelo trabalho e escalas de atuação); projeto da ação; recursos territoriais utilizados (grau de sustentabilidade); natureza da existência e saber contextual frente ao território; coesão social; e, principalmente, referências às ações que se embasam em práticas culturais advindas de processos coevolutivos e identitários junto ao território local. Neste último, “a modalidade de integração e a qualidade de relação recíproca entre este componente de longa duração exprimem o *valor relacional do território*” (grifo nosso, MAGNAGHI, 2010a, p. 100).

A aplicação de questionários a membros dos grupos (Anexo I) visa estabelecer caracterização mínima em relação à densidade e intensidade de relações formadoras de territorialidades. O objetivo foi identificar, como propõe Saquet (2011, p.72) as apropriações materiais, econômicas, políticas e culturais que podem ser resumidas em dois níveis: 1) como dominação, controle, propriedade, posse, parcelamento e delimitação; e 2) como uso, manejo, interferência, relações intra e extra-grupo em relação ao espaço construído. É sempre importante saber se o grupo conseguiu criar outras escalas de relação. Isso significa possuir maior grau de abertura do sistema frente a novidades e influências externas. Para entender a produção e apropriação do território a partir do espaço, serão diagnosticadas as interações com o espaço urbano através da investigação das ações (RIBEIRO, 2009) dos grupos como comportamento, resistência, estratégias e projetos.

É importante salientar que, quando usamos o termo “grau de abertura do sistema”, estamos nos referindo também às escalas de relações que o mesmo constrói com o exterior em suas diversas articulações. Becker (2010), visando relacionar escala geográfica à territorialidade enquanto princípio de organização e integrador para gestão do território, manifesta diferentes ordens de grandeza:

Considerando, contudo, que é necessária uma base teórica para definir e articular as escalas, e segundo a discussão anteriormente efetuada, proponho que as ordens de grandeza sejam definidas por níveis significativos de territorialidade e/ou gestão do território, arenas políticas, expressões de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses, ainda que conflitante e momentânea, e cuja articulação com os demais níveis se faz por meio de conflitos e de sua superação, isto é, das relações de poder (Ibid., p. 20).

O fluxograma da figura 10 esboça uma síntese de como estamos pensando o patrimônio territorial que permeia a noção de sistema urbano-ribeirinho:

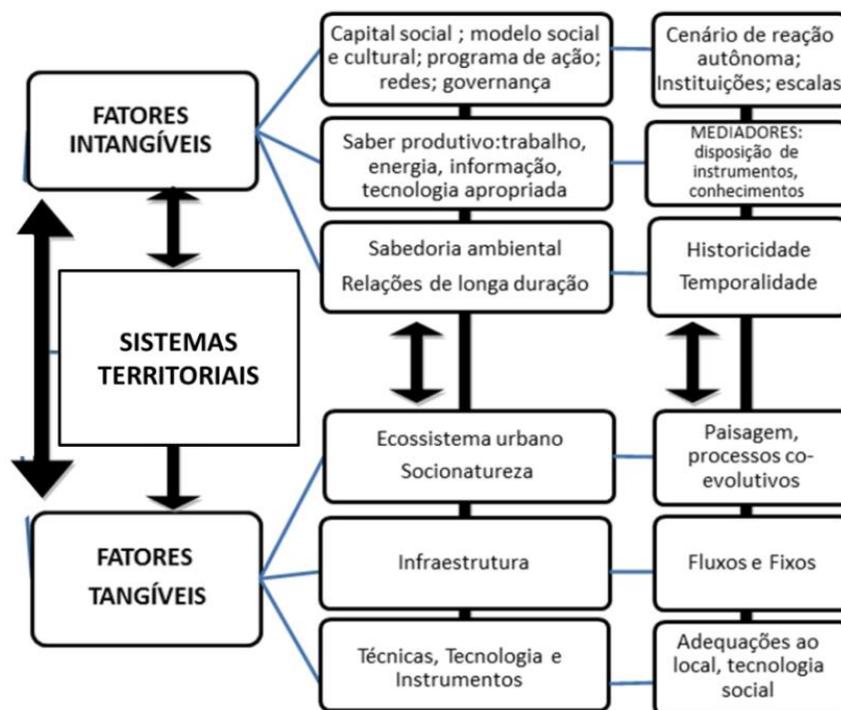


Figura 10: Fatores tangíveis e intangíveis compoendo Sistema Territorial.
 Fontes: Dallabrida (2006); Dematteis (2001; 2005); Governa (2005); Magnaghi (2010a); Raffestin (1993, 2009, 2010); Swingedow (2001).
 Organizado pelo autor.

O ambiente interativo da cidade fornece bases para que sujeitos com interesses distintos construam territorialidades para, possivelmente, delimitar territórios de influência. Atua, enquanto ambiente de possibilidade para a ação, num duplo sentido. Confinar no mesmo espaço redes de sujeitos com poderes díspares para moldar esse espaço às suas finalidades e interesses, transformando-o em território. Os fatores intangíveis, como o capital social, podem trazer expectativas organizacionais aos grupos. Mas como ressaltado, o conjunto de conhecimentos, práticas e saberes vernaculares com base na cultura local tradicional, passa a ser parcialmente apropriado e usado em benefício de frações dominantes na cidade.

O território ganha movimento. É “animado” por ações e lutas constantes para escapar ou minimizar os danos dessa dependência que populações mais pobres possuem com as mediações dominantes, o mercado local ou os atravessadores. Usar a cidade como “trampolim” (criando conexões externas que diminuam tal dependência das redes locais de poder), ou seja, meio que facilite uma inserção menos danosa dessa criativa economia popular, é uma questão ampla e aberta para pensar políticas públicas no futuro.

O caráter dual do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho serve à manutenção da vida das populações por sua natureza complementar. Ao mesmo tempo, é base para a apropriação de valores por frações dominantes no mercado urbano. Isso requer breve discussão das práticas no espaço.

2.3.1. Práticas Espaciais e Territorialidades

Henri Lefebvre (1981) consolida a convicção de que o espaço é um produto e um condicionador das relações sociais e não um determinante. Com essa inspiração, a análise das práticas espaciais se torna, assim, imprescindível perante os perigos do determinismo. Nos leva a valorizar os sujeitos, consistindo projeções sobre o terreno de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social (Ibid.).

Como frisamos anteriormente, a concepção de Milton Santos (2004) compreende um espaço híbrido, cuja produção advém da intencionalidade – uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. Essa condição realça a inseparabilidade entre ação e objeto tomados em conjunto. Para o autor, a descrição de um sistema de objetos depende da descrição de um sistema de práticas e da mesma forma as intencionalidades das ações e intencionalidades dos objetos (ciência e técnica no território), não sendo suficiente definir os objetos em sistema, e sim, definir qual o sistema de práticas que sobre ele se exerce, numa interferência contínua entre os dois (Ibid.).

Para Souza (2013), as práticas espaciais, mesmo formadas a partir de condicionamentos sócio-espaciais, se mesclam a diversos outros fatores. Com base na teoria weberiana, salienta que todas as práticas sociais são articuladas à ação social¹⁰².

É notório que o conceito de prática espacial deriva do nível da práxis, possibilidade de autoconstrução positiva, com mais amplas possibilidades de inserir-se e relacionar-se

¹⁰² As relações sociais, trama formada pelas ações, possuem condutas de agentes orientadas por um sentido compartilhado. Chega a estruturar comportamentos dotados de regularidade (costume, hábito) se cristalizando sob a forma da convenção e do direito (WEBER, 1995 apud SOUZA, 2013).

conscientemente com a natureza que lhe é exterior e com a sua própria natureza que lhe é interior, orgânica (SEABRA, 2001). As práticas no espaço realizadas por habilidades ancestrais de indígenas do médio Amazonas são representadas através de práticas sociais em estreita relação com o meio. O plano vivido se relaciona com as necessidades do grupo e com os atributos materiais do lugar e de seus territórios. “Se elabora no pensamento, na consciência e se realiza imediatamente como atividade prática; assim, a vida está próxima dos sentidos dados pelo mundo natural (Ibid., p. 62)”.

A autora salienta que as práticas espaciais são alteradas pelas práticas sociais da modernidade. A divisão social do trabalho reduz a experiência de espaço ao âmbito do privado. Seus sujeitos vivem num espaço e tempo divididos e parcelados conforme as necessidades da vida social, mas não se reconhecem, vivendo o mundo como abstração. Aqui temos um diferencial em relação aos indígenas e pescadores urbanos. Destes, há aqueles que ainda tecem em grau e intensidade variados os vínculos a espaços de uso comuns (rios, várzeas e terras indígenas) com forte carga de identidade. Entretanto, passam a ser vinculados a esferas de circulação e circuitos de valorização urbana, como detalharemos nos estudos de caso.

Os trajetos de embarcações pelos rios articulam “nós” conectados à cidade (comunidades ribeirinhas e aldeias). Pela necessidade de sobrevivência, ocorre territorialização de caráter zonal (física). No entanto, pelas condições existentes na aglomeração urbana (proximidade, instituições, redes políticas, etc.), nasce possibilidades de concepção e articulação de novos espaços. Estes se transformam em recurso de acordo com a valoração, projeto, projeção das ações e interpretação atribuída pelo grupo. Essa regularidade, em longo prazo, criam vínculos territoriais, que segundo Heidrich (2004):

(...) são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e reterritorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas (HEIDRICH, 2004).

Práticas espaciais são elementos que compõem a territorialidade. São o conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORRÊA, 1992). Confere significados distintos à natureza e à organização espacial pelas mediações culturais e

técnicas, constituindo meios para gestão e controle do território em sua existência e reprodução (Ibid.).

Para Souza (2013), as ações são também centrais condicionando ou originando a constituição das práticas espaciais. O caso da identidade de um grupo sugerindo, simplificada, que as práticas espaciais fossem qualificadas de práticas sociais densas de espacialidade (Ibid.). As possibilidades de identificação das práticas espaciais devem equivaler ao olhar específico sobre o assunto, com agentes particulares não só capitalistas, mas também práticas insurgentes.

De modo geral e resumindo, as atividades que compõem o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho possuem ações ligadas às seguintes características já explanadas: uso de técnicas locais simples artesanais associadas a poucas inovações tecnológicas; uso intenso de conhecimentos tradicionais na capacidade de locomoção e usos do território adquiridos pela prática cotidiana; condicionamento das ações ligadas à sazonalidade fluvial regional; práticas para complemento de renda que permite que os sujeitos sejam mais “flexíveis” quanto ao planejamento de atividades, não dependendo exclusivamente de apenas uma delas.

Essas características partem de novas possibilidades de mediação presentes no *milieu*. A variedade de contextos, lógicas, intenções e ações dos sujeitos que o compõe fazem com que estes recomponham saberes sociais. Não se moldam unicamente à regulação direta dos atores econômicos, institucionais e sociais hegemônicos¹⁰³. Essa “flexibilidade”, propiciada pelo saber transitar, navegar e subsistir do território, talvez seja seu maior trunfo.

Dentro do debate das práticas espaciais, o nível de organização e coesão do grupo pode alterar a capacidade de agir do mesmo. Coelho Neto (2014) propõe pensar a democratização do ordenamento territorial a partir da análise dos coletivos organizados (organizações sociais de trabalhadores rurais). Daria-se ênfase à descentralização e participação social, ativação/qualificação das redes socioterritoriais e o fortalecimento da territorialidade (entendida como conteúdo espacial da ação social). O autor conceitua os coletivos como *redes socioterritoriais*:

¹⁰³ Surge a figura do *homo situs* defendida por Hassan Zaoual (2010). Nesta perspectiva, o indivíduo torna-se uma pessoa irredutível a uma simples esponja do coletivo. A iluminação das práticas dos atores exprime certa unidade na diversidade e suas interações reconfiguram o local, pois “o *homo situs* deve ser compreendido como uma entidade interativa de todas as dimensões do contexto e das escalas coletivas e individuais” (Ibid., p. 26). Uma característica interessante do *homo situs* de Zaoual é sua capacidade de interpretação imediata em sua dinâmica de situação. Exerce comunicação constante com seu meio de vida. É relacional antes de racional no sentido da teoria econômica. A ele, o autor atribui certa margem de liberdade e capacidade criativa das práticas cotidianas.

(...) determinadas modalidades de ações coletivas, cujos processos de formação e funcionamento se ancoram na territorialidade que, por sua vez, ocupa uma posição estratégica fundamental nas práticas sociais que elas empreendem (...) mobilizando a territorialidade como estratégia socioespacial de organização, operação e afirmação (COELHO NETO, 2013, p. 387).

Após análise empírica, elencamos diferentes práticas espaciais encontradas nos tipos de atividades que compõem o STUR. Muitas delas são condicionadas pelo Sistema Territorial Urbano-Fluvial e/ou pelos conjuntos de técnicas e relações econômicas que incidem sobre o STUR.

O aprofundamento na qualidade dos dados nos permite propor tipologias de práticas espaciais que compõem as territorialidades, assim divididos:

I) Práticas espaciais relacionadas ao STUR:

- Práticas complementares urbano-ribeirinhas: atividade econômica para complemento de renda usando circulação fluvial pendular, ou incentivada pela variação fluvial sazonal. Sujeitos mantêm vínculos intensos com localidades interioranas e dependem também de pontos no espaço interurbano com lugares de interação. A circulação pela navegação é mais intensa variando a tipologia das embarcações com predomínio de pequenas e médias (bajaras, canoas-rabetas e batelões).

- Práticas intraurbano-ribeirinhas: produção e circulação predominantemente na cidade, com grande interação com a morfologia urbana como no caso da carpintaria naval e pescadores urbanos de pequena escala. As beiras de rio em bairros populares são essenciais para manutenção dessas práticas. Apesar de usar recursos advindos do interior, as ações dos sujeitos têm menor poder de articular o sistema territorial em prol de suas atividades.

II) Práticas espaciais relacionadas ao STUF:

- Prática mercantil urbano-fluvial: grandes grupos econômicos na cidade articulam trabalhadores de espaços rurais para extração legal ou ilegal de recursos regionais ou para criação de gado canalizados para a cidade. São atividades de maior impacto.

- Prática nodal urbano-fluvial: a cidade serve como ponto de apoio, comercialização, distribuição, processamento, consumo e tantas outras funções para produtos vindos de áreas rurais a partir dos rios.

As ações a partir de coletivos de sujeitos podem ser construtoras de relações externas ao sistema que estão inseridas. Deságuam em escalas variadas de interação e articulação formando redes de natureza diversas (zonais ou topológicas). Escalas são características inerentes à construção de territórios. Têm caráter dual, com fatores de imposição de limites a

ações de sujeitos ou possibilidades para novos *links* para abertura de políticas de escala enquanto interação de níveis escalares que fortaleçam o projeto do grupo (SANTANGELO, 2005). É o que discutiremos a seguir, relacionando tais aberturas do sistema territorial a breves considerações sobre desenvolvimento territorial.

2.4. Breves Considerações Críticas Sobre Possibilidades de Desenvolvimento Territorial e as Escalas de Ação Social

O principal objetivo do arcabouço teórico desenvolvido pelos autores do SLOT é a temática do desenvolvimento territorial. Recorrente em vários ramos da ciência, a temática do desenvolvimento em suas diversas derivações (tecnológico, social, territorial, regional, local, global...) abrange ampla conceituação. Requer, portanto, reconhecimento de disputas paradigmáticas entre projetos de agentes muitas vezes conflitantes, ambíguos e controversos.

Faremos breve reflexão sobre a capacidade local de traçar estratégias, frente a posicionamentos encontrados em parte da literatura e suas abordagens¹⁰⁴. É necessário reconhecer que existem paradigmas que alicerçam tais concepções, interpretações e proposituras sobre o desenvolvimento territorial e urbano.

Não é nosso intuito a revisão da evolução das concepções sobre o sentido de desenvolvimento relacionado às abordagens sobre território. Entretanto, é válido apontar indícios de que há posicionamentos, quanto às propostas e diagnósticos, com intencionalidades delimitadas e enquanto métodos empregados por pesquisadores no processo do pensar/indagar acadêmico. A própria natureza da concepção de território entra em jogo quando delimitamos as matrizes analíticas.

As cidades, meio condicionante de experimentações e lugares de desejos pulsantes e utopias, podem encabeçar e propiciar espaços para luta de tomada de posições em disputas territoriais. Ativismos e movimentos sociais diversos tem travado essa luta, em ativações de escalas de relações. As cidades são lugares de concentração de densidades institucionais, culturais, entre outras. Isso requer pensar no termo cooperação territorial.

Articular escalas, portanto, parece ser estratégia evidente às redes de sujeitos não hegemônicos. Estes são cooptados pela esfera mercantil e sofrem restrições recursivas e espaciais (como no caso de pequenos produtores em pequena escala com dificuldade de

¹⁰⁴ As abordagens existentes podem ser subdivididas em: i) as dominantes, ligadas à concepção de cidade com negócio e/ou máquina de crescimento econômico; ii) as alternativas, com experimentações e iniciativas de comércio, produção e organização e políticas *bottom-up*; e iii) as insurgentes, com lutas por direitos territoriais de reconhecimento e acesso à moradia, saúde, transporte, etc.

escoamento, apoio técnico, compra de insumos e constrangidos por preços de mercado concorrenciais). Podem construir outras redes colaborativas e políticas que tenham o mesmo interesse em fazer frente às dinâmicas de poder (também em escalas entrelaçadas e sobrepostas).

Diversas experiências obtiveram relevância nas últimas décadas como iniciativas alternativas ao projeto neoliberal hegemônico. Destacam-se as redes de comércio justo ou solidário, a própria emergência da economia solidária, via campesina e movimentos sociais diversos articulados, entre outras proposições. Estas visam fomentar práticas insurgentes, colaborativas e articuladoras de territórios.

Para a temática do desenvolvimento regional e urbano as cidades (na Amazônia em particular) influenciam, ordenam territorialmente e processam espaços sub-regionais (variável de acordo com o “apetite” das elites locais e das frações de capital associadas). Assim, surge a possibilidade de questionar quais tramas territoriais sejam tecidas para usos ambientais não predatórios e relações diversas que beneficiem as populações locais¹⁰⁵. Esses são fatores importantes em projetos de desenvolvimento que visem pensar a capacidade de ordenar o território na garantia de uma relação equilibrada de suporte fornecido pelo meio circundante com a cidade.

Porém, um alerta necessário aparece na abordagem de Brandão (2007a). O autor critica as recentes correntes que cultuam a maximização e potencialização do território local como estratégia de desenvolvimento. Essas correntes “localistas” acabam negligenciando questões estruturais. Tudo isso em prol da ênfase em capitais sociais, empreendedorismos urbanos¹⁰⁶, parcerias público-privadas, entre outras propostas de desenvolvimento que exageram na capacidade endógena de determinado território. Desconsideram as forças coercitivas exógenas e macroeconômicas como concorrências/rivalidades entre agentes capitalistas e forças oligopólicas, por exemplo. Esse tipo de análise incorre no erro de negligenciar as hierarquias inter-regionais. O comando maior desses processos está fora dos espaços de análise “tornando-se impositivo estudar a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza” (BRANDÃO, 2007a, p. 48).

Possivelmente, o Sistema Territorial Urbano-Fluvial possui nexos inter-regionais passíveis de averiguação futura, o que denotaria maior complexidade ao encadeamento com o

¹⁰⁵ É evidente a pressão que as duas cidades médias, Parintins (AM) e Santarém (PA) vêm exercendo em disputas por territórios de pesca, considerados no capítulo terceiro.

¹⁰⁶ Compans (2005) ressalta essas críticas à agenda estratégica de inserção competitiva do local ao cenário global.

STUR. A influência econômica advinda da metrópole Manaus não pode ser negligenciada, causando maior pressão sobre os demais sistemas territoriais encadeados ao STUF.

Em sentido geral, o desenvolvimento territorial adviria do desenvolvimento em rede, com uso apropriado da natureza, valorização de pequenas e médias empresas e produtores artesanais, da cooperação, identidades locais, entre outras características de uma concepção renovada de território (SAQUET; SPOSITO, 2008). Essa concepção de rede, em nossos casos de análise, possui um caráter muito mais zonal. Porém exige identificação das interdependências e influências trans-escalares. Requer consideração da existência de conflitos políticos sociais nos territórios para implementação de políticas. Isso ajuda a evitar os equívocos apontados por Ortega¹⁰⁷ (2008) de:

- a) desconsiderar o ambiente macroeconômico;
- b) minimizar considerações sobre as estruturas de classe;
- c) minimização dos papéis do espaço e das políticas nacionais;
- d) desconsiderar a história e a inserção na ordem capitalista.

Partindo da evolução das ideias de desenvolvimento, o autor conclui que hoje o desafio é combinar as duas formas de planejamento. “De cima” ocorreriam políticas estruturantes para a realidade local. “De baixo”, projetos viáveis elaborados de maneira participativa com base em pactos territoriais.

Arranjos sociais locais na forma de conselhos consultivos ou deliberativos vêm valorizando o que Dagnino (2002) chamou de espaços de concertação sociais. Importantes inovações institucionais das políticas públicas, também implicam a construção de uma nova cidadania com transferência de poder decisório a atores sociais locais.

Essa espécie de motivação social tem sido muito propagada como solução parcial. Reivindica densidades de instituições “afinadas” com as populações locais e suas demandas para construção de pactos territoriais. Mesmo com a crise do planejamento centralizado pela esfera federal parecendo ser incontestável (*top-down*), ocorrem numerosas iniciativas de descentralização político administrativa¹⁰⁸. Estas ocorrem em estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento, vindas de baixo para cima (*botton-up*).

¹⁰⁷ Inserimos Ortega (2008) entre os autores que defendem que projetos para desenvolvimento territorial devem buscar “explorar vantagens comparativas e competitivas (Ibid., p. 42)”, pois adiante situaremos tais posicionamentos no conjunto de paradigmas competitivos/concorrenciais, pois o conjunto de pressupostos dos autores que se enquadram nos argumentos desse paradigma, deixam de salientar a natureza concentradora da acumulação constante e necessária para o desenvolvimento capitalista, pautada em acirrada competição.

¹⁰⁸ A temática da descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais é amplamente debatida em Dallabrida (2011).

Os territórios são resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação materiais da sociedade. É necessário robustecer a endogenia regional e local, construir permanentemente integração e coesão produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial. Promover mudanças em relações de propriedade, buscando habilitar os atores mais destituídos e marginalizados de determinado território. Perseguindo recorrentemente a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão [...] Analisar a ação dos sujeitos sociopolíticos, porém, não apenas enquanto suporte de dada estrutura. As estruturas e os sujeitos são processos histórica e geograficamente determinados (BRANDÃO, 2007b, p. 59).

As relações concorrenciais entre regiões não podem ser negligenciadas. O proprietário da única granja avícola de Parintins nos relatou a impossibilidade de concorrência com o frango congelado vindo do sul do país. Isso levou ao encerramento do abate de aves da empresa. O empresário limita-se agora à produção de ovos que novamente é atingida pela concorrência inter-regional de Goiás e Mato Grosso.

O mesmo ocorre com a agricultura familiar de Parintins que sofre concorrência dos produtos escoados para Santarém (PA), através da BR-163, com origem no Mato Grosso. As atividades pouco dinâmicas, artesanais e agrícolas, vieram sendo solapadas pela integração dos mercados. Deu-se, assim, margem cada vez maior para o aumento do consumo de produtos industrializados na dieta de ribeirinhos, como frisamos anteriormente.

Nas discussões de Boiser (2000), aparece a defesa da construção do poder político local-regional como condição necessária para maior participação democrática no destino de seu entorno espacial (bairro, cidade, conselhos locais). O autor afirma a necessidade do uso do poder político para acarretar mudanças que devem vir da descentralização (transferência de poder) e da concertação (criação de poder). Faz ponderações ao afirmar que tais mudanças não são suficientes para uma revolução, mas apenas para modificações nos parâmetros de estilo desenvolvimento.

Diversas crises cíclicas atreladas à produção e/ou extração de recursos primários na sub-região do baixo Amazonas impactaram e recriaram formas de organização espacial e social (como levantamos em hipótese). Nesse contexto, grupos urbanos rearticulam territórios de maneira funcional e simbólica. Essa diversidade interna de cada sistema local, ligada ao longo processo de territorialização de populações, é condição essencial para um processo de desenvolvimento que diminua as relações de dependência com o capital mercantil local.

Populações empobrecidas possuem condição territorial para “acionar” recursos do território pela apropriação, organização das relações coletivas e delimitação de acessos

(HEIDRICH, 2004). Isso faz entender que o desenvolvimento ocorre localizado no território, município ou região. Parte da dinâmica existente dos sujeitos portadores de longa relação e adaptação aos ecossistemas, mas que não se restringe ao mesmo. Possui ativações de escalas, troca de informações e formação de redes de natureza diversas, justificando a substituição do termo local pelo territorial. Ocorrem alterações no intrincado jogo de relações de poder quando há obtenção de trunfos, como apontou Raffestin (1993). Mobilização de grupos, confronto, cooperação e busca de relações externas para aumentar grau de escolhas para ações dos sujeitos estão presentes dentro da dinâmica de sistemas abertos.

Entre sujeitos, estruturas de relações e constituição de territórios (perceptíveis para análise, pois estão estruturados em sistemas territoriais), diversos recursos emergem na possibilidade de construção de novas conexões de resistência frente à elevada seletividade das ações do capital. Entre as estratégias trans-escalares a serem construídas, Vainer (2001) ressalta o fracasso das políticas destinadas ao desenvolvimento local que abrangem somente a escala local. O autor aponta que a análise das escalas não pode substituir as escalas dos processos. Nestas, qualquer projeto de estratégia territorial de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas que hoje configuram os processos sociais, econômicos, políticos e estratégicos. Assim, um conjunto de sujeitos empreende uma dinâmica a partir de instituições locais¹⁰⁹ e organizações sociais identificadas historicamente e territorialmente. Isso depende do tipo de ação passiva ou ativa na defesa dos interesses frente ao processo de globalização (DALLABRIDA, 2006).

Isso é extremamente importante na construção de análise do STUR. Redes locais de sujeitos possuem organização dos grupos tendo a cidade enquanto nó desenvolvendo articulações entre as dimensões elencadas. Entretanto podem ocorrer “impedimentos” da evolução de relações territoriais pela não adequação de instituições aos sistemas territoriais existentes. O caso do setor moveleiro de Parintins é emblemático. Não conta com nenhum apoio institucional direto na cidade. No setor pesqueiro, houve pequena evolução da Colônia, mas ainda insuficiente pela maneira com que os pescadores têm suas atividades mediadas pelo capital mercantil da cidade. Veremos também como o Consórcio de Produtores Sateré-Mawé

109 Instituições locais “são todos os organismos, associações, representações de classe, sindicatos e órgãos públicos que existem em um território e cujas ações são voltadas para a defesa e a promoção dos interesses de um determinado grupo social ou de uma parcela de sua população. Por exemplo, uma associação comercial e industrial irá defender os interesses do empresariado local, enquanto uma associação de moradores tem como objetivo representar a população de um determinado bairro ou distrito junto aos órgãos de representação e mesmo a câmara municipal.” (MULS, 2008, p. 17).

que conseguiram romper, parcialmente, dificuldades locais e dependência histórica de alguns setores através da criação de relações em escalas com o exterior do sistema urbano.

Nesse sentido, Smith (2000) aponta a questão da escala para superar as representações tradicionais e valorizar a articulação dos níveis escalares como processos de construções sociais. Neste contexto, a escala é mediadora na compreensão dos fenômenos e processos socioespaciais específicos. A produção social da escala é entendida como potencialidade da ação do sujeito. Atrelada à intencionalidade de seu projeto, se desdobra, em muitos momentos, em reivindicação territorial, caracterização identitária ou estratégia econômica funcional.

Portanto, é importante evidenciar mudanças na organização territorial e do lugar da ação política, ou *reescalonamento* como nomeia Brenner (2013). Contexto esse onde ocorre a rearticulação, reorganização e redefinição da escala territorial, através de estratégias sociopolíticas como meios de afastar ou resolver tendências de crise. A questão urbana tem sido redefinida na forma de uma questão de escala pelos processos variados que incidem sobre a mesma. Para avançar no conceito de escala, o autor encampa caráter relacional e processual em sua análise. Evidencia a multiplicidade de economias políticas escalonadas, produtoras de padrões diversos e entrelaçados de diferenciação e rediferenciação escalar. Propõe explorar as dinâmicas sociais diversas no curso do desenvolvimento geo-histórico capitalista. Rastreia, assim, as maneiras pelas quais essas ordens político-econômicas estruturam, constroem ou possibilitam relações sociais de poder, dominação, exploração e luta.

Segundo Santos (2004), mudar a territorialização que a cidade exerce em relação ao entorno de influência e sua situação requer que as lutas e disputas por projetos territoriais alterem a combinação de fins e de meios, de objetivos finais e objetivos intermediários. As características técnicas induzem determinadas formas organizacionais, e vice-versa. Entender o conteúdo das áreas tem a ver com a natureza dos eventos que nelas se estendem, pois, “vista desse modo, a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local” (SANTOS, 2004, p. 151).

Para o autor, seriam os eventos¹¹⁰ enquanto veículos de possibilidades, que caracterizam a natureza dos lugares pela combinação quantitativa e qualitativa de vetores que

¹¹⁰ (...) os eventos são atuais, absolutos, individualizados, finitos, sucessivos. Mas na medida em que se estendem uns pelos outros, participando uns dos outros, eles estão criando a continuidade do mundo vivente e

lá incidem. Esses eventos são produzidos pela força de quem emite tais vetores (escala de origem) que podem se combinar a outros vetores e criar um novo evento. Conclui que a noção de escala do acontecer pode assim ser fundida com a noção de escala geográfica. A contribuição do evento é de que “através dele que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço” (Ibid., p. 155).

No âmbito das cidades, encontramos diversos sujeitos, projetos e estratégias interagindo em escalas diversas que redefiniriam a especificidade do local. Para Santangelo (2005), há dupla natureza do território local entendido como sistema. Ao mesmo tempo é âmbito da ação coletiva, onde a produção da escala pode ser tanto considerada como meio de exclusão (definição de confinamentos), quanto estratégia consciente de interação entre diversos níveis territoriais, abrindo possibilidade de redefinir políticas de escala (saltos escalares), que podem ser transformadas numa arma de inclusão e expansão de articulações diversas. A reconstrução do projeto da etnia Sateré-Mawé conta hoje com Parintins como base principal de atuação, reivindicação e organização. Na cidade, relações com ONGs, pesquisadores de diversas localidades e redes de comércio alternativo, estão sendo essenciais para a expansão das estratégias do grupo que está frente ao consórcio de produtores.

Propondo o uso das escalas como artifício, construção metodológica complexa pela polimorfia do espaço, Lima (2005) acrescenta que a escala também pode ser interpretada em termos de uma estrutura de oportunidade política disponível para agentes políticos e grupos sociais, revestindo-se de indiscutível dimensão estratégica, advogando, assim, o conceito de Política de Escala como estratégia que permite articular espaço e poder de forma favorável àquele(s) que dirige(m) tal articulação, onde

(...) redes territoriais se enquadram, explicitamente, no contexto interpretativo das políticas de escala, pois a lógica reticular associada à lógica territorial conforma situações que favorecem o exercício do poder territorial, vale dizer, o exercício da gestão do território, por intermédio de um complexo jogo de escalas (Ibid., p. 57).

A partir das escalas e redes políticas territoriais, o autor pretende cartografar circuitos espaciais de poder para entender a Amazônia. Esses circuitos são pontos de comandos e decisões que tecem estratégias de domínio de dinâmica político-geográfica. É nesse sentido

em movimento, ou em outras palavras, a continuidade temporal e a coerência espacial. É assim que as situações geográficas se criam e se recriam” (SANTOS, 2004, p.156).

que colocamos os circuitos econômicos e de decisões políticas na composição dos sistemas territoriais. São muito mais amplos pela multidimensionalidade, temporalidades e práticas levadas em consideração.

Assim, sobrepomos aos aspectos ambientais, zonais, que valorizam recursos materiais (condições em que sujeitos estabelecem relação de longa duração), a dimensão política da cidade. Não olvidemos que a cidade deve ser entendida também como foco de aglutinação de poder que se expressa por conflitos e decisões (socioeconômicas e político-culturais). A rede urbana é o espelho dos interesses de agentes/atores que fazem parte de uma rede de poder, porque as relações entre agentes/atores acabam por se manifestar, de uma forma mais ou menos explícita, no espaço dos núcleos urbanos (STEINBERGER, 2000).

Haesbaert (1999) aponta que, mais do que a distinção entre o local e o global, devemos considerar os circuitos existentes. Estes precisam ser analisados por seus fluxos e conexões inter e transescalares, com necessária análise de fenômenos que ocorrem em escalas intermediárias (regiões) ou meso-escalas (mesorregiões), incluindo a nacional.

A coerção competitiva necessária na atividade de acumulação do capital (HARVEY, 2005) é impiedosa com os menos capacitados e impossibilitados de atingir escalas de relações mais complexas. Passa, assim, a ser rechaçada por correntes e iniciativas (paradigmáticas por sinal) de valorização da produção de pequena escala, práticas artesanais e valorização do lugar. São redes colaborativas passíveis de tecer outras lógicas alternativas ao imperativo acumulador e competitivo do capital.

A perspectiva geográfica, aceitando as variações das relações escalares entre sujeitos, aborda o “confinamento” espacial de certas redes de interação. Em alguns casos estritamente locais, como as Colônias de Pescadores e cooperativas diversas, podem conduzir a uma **política da proximidade**. Apesar de construtoras de sinergias, contatos e possibilidade de ação social, não são suficientes para que vantagens se manifestem, salvo ocorrendo combinação de proximidade organizativa e de proximidade institucional, como levanta Salone (2005). Esse autor pertencente ao grupo de Turim que desenvolve o SLoT. Defende tal desenvolvimento da rede de sujeitos e recursos localizados como vantagens e o paradigma competitivo para atingir desenvolvimento.

A ideia de que a presença de vasto capital humano encontrado em grandes cidades causa aumento nos níveis de produtividades, pelo aumento de contatos, interdependências e especializações, formando novos conhecimentos e crescimento econômico (BETTENCOURT, 2015), ou da análise qualitativa advinda da sociologia econômica relativa

a *clusters* e outras formas de ambientes empresariais de inovação e criatividade com casos de pujança e sucesso, estão também intrinsecamente ligados ao paradigma competitivo, mas extremamente úteis quando pensamos e analisamos práticas espaciais colaborativas no interior de sistemas urbanos que exercem influência sobre dado território.

Assim, a maior parte da literatura referente ao desenvolvimento territorial se ocupa em analisar casos de pujança e “sucesso” econômico relacionados ao crescimento e vinculados aos paradigmas da competitividade capitalista. Portanto, surge a necessidade de repensar cidades com dinâmicas urbano-ribeirinhas em seus contextos relacionais (natureza das redes estabelecidas, intensidade das trocas, tipo de processamento e interpretação dos recursos). Esses contextos, entendidos como sistemas abertos, enlaçam estratégias evolutivas (densidade das territorialidades) que selecionem e estabeleçam o ambiente de interação para produção de bem-estares sociais territoriais: bem-estar social e qualidade de vida, meio ambiente em equilíbrio com usos e práticas econômicas e construção de governança territorial democrática para busca da autonomia.

Há incisiva crítica de Milton Santos (2003) à competitividade como forma de ação. Esta se desdobra na “guerra” como norma (em fusões aquisições de empresas), justifica o individualismo (político, econômico, social). Implantando o consumo como forma de inação, leva à confusão dos espíritos que impede o entendimento do mundo. Torres Ribeiro (2013) também se posiciona criticamente sobre a atual fase do capitalismo. Este privilegia conteúdos técnicos potencializando ações que favorecem a versão hegemônica do mercado, chamada de presentificação (Ibid.). Manifesta também a fragmentação do espaço herdado e vínculos sociais. O “novo economicismo” é portador da ideologia da eficácia e eficiência e projetado por instituições sociais (principalmente as de qualificação profissional, fomentadores de competição e individualismo). Dessa forma, não alcança os alicerces da questão urbana, salienta a autora, que defende a necessidade da construção de um mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2013). O predomínio da concepção hegemônica apoia-se em aplicações estratégicas de capital, com formação de redes técnicas lucrativas, associadas a frações financeiras, que acabam controlando o sistema de ações (Ibid.).

Em outro prisma, temos a contribuição de autores de base marxista. Harvey (2000) oferece aportes teóricos na obra *Espaços de Esperança (Spaces of Hope)* enfatizando os contínuos processos de desterritorialização e reterritorialização promovidos pela globalização capitalista. Tais processos permitem, ao mesmo tempo, “reinventar” o território que, para o autor, deve se remeter a exercícios imaginativos que rompem com as amarras dos universos

institucionais. Estes os aprisionam num “utopismo dialético” que tem a virtude de ultrapassar as concepções simplistas das relações entre formas e processos. As formas espaciais pretendidas por planejadores ou governantes acabam sendo subvertidas e até controladas pelos processos sociais a que pretendiam controlar.

É necessário, portanto, concatenar tais reflexões a todas as propostas de políticas públicas para cidades em conexão com espaços rurais na Amazônia. Diversidades locais e formações socioespaciais (com sistemas locais territoriais) raramente são levadas em consideração nesses espaços. A produção e a defesa das diferenças geográficas é suporte para definição de campos possíveis de ações políticas futuras, além de essenciais para a compreensão das contradições capitalistas onde

é, pois, vital, compreender que libertar a humanidade em favor de seu próprio desenvolvimento é abrir a produção de escalas e de diferenças, e mesmo abrir um terreno de contestação no próprio âmbito de cada escala e de cada diferença, bem como entre escalas e diferenças em vez de suprimi-las (HARVEY, 2000, p. 117).

Deparamos-nos com sistemas urbanos. Sistemas territoriais complexos e em evolução (pesca, produção de barcos de madeira, carpintaria e marcenaria) que são permanências que resistiram à modernização seletiva. Nesse contexto, pretendemos salientar a complementaridade entre circuitos econômicos de suma importância para o abastecimento alimentar ou como base de sustentação laboral de Parintins.

Houve perdas de algumas condições de reprodução social em virtude da mudança nos arranjos espaciais o que implicou descolamentos (desterritorializações) das pessoas de suas condições de vínculo com o espaço (HEIDRICH, 2004). Apesar disso, as cidades aparecem como possibilidades de retomadas de nexos territoriais (físicos, políticos ou simbólicos), tanto a partir de coletivos e formação de capital social, quanto pela densidade institucional.

É no lugar que se observa a fragmentação da solidariedade territorial, pois pelo seu eixo o indivíduo ou a comunidade apresentam os vínculos com todas as escalas. Ao mesmo tempo participam de uma complexidade que múltiplas territorialidades, que ora fortalecem, ora enfraquecem seus vínculos com os vários âmbitos da integração (Ibid., p. 24).

Essa breve reflexão nos auxilia no sentido de dar importância ao grau de abertura que sistemas territoriais devem desenvolver. A capacidade de criar links externos contribui para

superar “amarras” e condições de mercados locais monopolizados pelos setores dominantes locais. Os estudos de caso demonstram que a mediação urbana tem sido desfavorável ao sistema pesqueiro, por exemplo (apesar da evolução de relações territoriais). Ela é incapaz de formar processamento a partir da Colônia estando submissa a empresas beneficiadoras que usam a cidade como entreposto de exportação para o centro-sul. Fora o uso na economia popular, a exportação de madeira também tem sido destaque negativo pela ainda baixa capacidade de mediação urbana.

2.5. Cidades na Amazônia: do “trabalho novo” à reconstrução de sistemas territoriais complexos evolutivos

Ao longo deste segundo capítulo, ressaltamos que a cidade é facilitadora de relações mediadoras para a produção territorial, podendo ser meio indutor na formação de capital social para a organização de coletivos. Possibilidades se abrem com a presença de instituições diversas como a rede recente de pesquisadores em Universidades ou a maior interação de grupos formando projetos de desenvolvimento. Estas implicam em trocas qualitativas para evolução de circuitos produtivos. Pelas relações de escalas construídas, a introdução de inovações acarretaria em nova divisão do trabalho.

Embasada na necessidade de criação de *trabalho novo*, Becker (2013) aponta que o mesmo possibilitaria o rompimento de vias hierárquicas. Criaria, assim, relações mútuas entre as cidades, sendo a substituição de importação uma forma de autonomia econômica.

Nota-se a ausência da substituição de importações nos surtos dos núcleos amazônicos. Historicamente a economia dos núcleos foi dominada pelo monopólio econômico e pelo poder político das grandes cidades da economia-mundo. Tal dominação constitui um obstáculo à geração de trabalho novo em outros lugares influenciando então no número e na natureza dos surtos baseados essencialmente no comércio. É uma relação centro periferia, fortemente dependente da demanda externa e de suas oscilações. Até meado do século XX, essa demanda e os grandes agentes do trabalho novo foram todos externos. (...) Essa falha, presente até hoje na ausência de agregação de valor aos produtos exportados, é uma das principais razões da insuficiência de dinamismo urbano. As pequenas manufaturas geradas logo sucumbiram com o declínio do surto (BECKER, 2013, p. 39).

Portanto, os trabalhos que mais salientam a importância do papel das cidades para a nova inserção da Amazônia na economia pós-fordista são os de Becker (1998; 2004; 2009; 2013) cuja cidade é interpretada como lócus estratégico privilegiado. Possui centralidade para

a ação e, historicamente, sempre foi relacionada a significados políticos, seja no sentido da Polis (relação cidade-cidadania), seja como objeto de desejo utópico. O processo de desenvolvimento regional não estaria, na visão da autora, associado somente às dinâmicas econômicas, industrialização ou agricultura moderna. Entretanto, “se a base econômica municipal e urbana é fraca, seu papel político é essencial nas tomadas de decisões para controle do território e para a gestão ambiental, constituindo parceria política não mais negligenciável” (BECKER, 2013, p. 42).

Assim, a centralidade e polarização de Parintins se tornam essenciais, pois oferecem bases materiais e imateriais para desencadear atividades produtivas para a reprodução da sociedade local. É possível, assim, pensar o urbano na sua dimensão regional, reconhecendo as distinções a partir das regiões que as geram como proposto em Bitoun (2009). Para esse autor, as tipologias de cidades associadas a outras estratégias de desenvolvimento sub-regional fornecem auxílio nas especificações de propostas em políticas públicas.

Existem formas de trabalho – mediadoras na produção de territorialidades – que só se realizam (ou podem ser potencializadas) através da presença da cidade. Sem esta, frações consideráveis do território permaneceriam em desuso. Como já afirmamos, o problema ocorre quando a cidade serve de base para usos predatórios de recursos do território (inclusive exploração humana, como no caso do trabalho escravo). Isso beneficia as elites locais e frações pouco dinâmicas vinculadas ao capital mercantil.

Bitoun e Miranda (2009) apontam como desafios ao Ministério das Cidades o enfrentamento ao isolamento de algumas sedes municipais. Parintins não teria tal demanda, pois se trata de cidade média com localização privilegiada – calha do rio Amazonas entre as duas metrópoles regionais Manaus e Belém. No entanto, argumentamos sobre o entendimento das relações com sua área de influência, uma vez que o consumo do espaço municipal estaria mais ligado à posição ocupada na divisão territorial do trabalho. Argumentamos a favor da descrição das territorialidades de grupos distintos. Através das tramas tecidas, estes formam densidades de relações no território a partir da mediação principal (a cidade e o *milieu* urbano). Cumpre-se, assim, papel complementar à combalida estrutura econômica municipal, ainda dependente de repasses governamentais e funcionalismo público.

A noção de cidade induz a essa ideia de crescimento qualitativo da produtividade. Nesse contexto, o progresso técnico ocorreria primeiramente nas cidades e depois no campo, como demonstrou Jacobs (1969), fundamental na produção de excedentes e crescimento do mercado. A concentração urbana favoreceria o desenvolvimento de novos conhecimentos e

produtos estimulando a troca e consolidando a formação do mercado. Assim, seriam promovidas as especializações e a divisão do trabalho.

Essa proximidade tem inspirado diversos autores no debate sobre o trabalho novo, no entendimento deste enquanto criação de soluções onde divisões de trabalho existentes estimulariam novas divisões de trabalho por meio de atividades adicionais. Fernandes (2009) aponta como a adição de trabalho novo aos já existentes nas cidades pode ser compreendida como economias inovadoras. Este estaria contido em novos tipos de bens e serviços expandindo a atividade econômica, tornando mais complexa a divisão do trabalho e desaguando no progresso tecnológico. Isso tem sido objeto de preocupação de diversos estudiosos e agências de fomento. A crítica reside na falta de preocupação com os efeitos sobre a alienação do trabalho que tal progresso possa implicar.

Becker (2009; 2013) desenvolve um paradigma analítico para o desenvolvimento da Amazônia com base em cidades. O comércio existente baseado apenas em recursos locais não seria hoje capaz de estimular rede necessária para a dinamização dos fluxos. A autora frisa que as cidades devem superar os imperativos dos lugares centrais ao se inserir na rede de cidades com base no trabalho novo associado aos serviços de alto valor agregado. Isso ocorre quando novas tecnologias permitem a comunicação em quase todas as cidades e as relações são mais horizontais, tornando o espaço de fluxos determinante na produção socioespacial contemporânea (Ibid., p. 22).

A proposta de desenvolvimento urbano de Becker (2009; 2013) para um novo modelo regional na Amazônia inclui estratégias produtivas (num sentido voltado à competição global) e não apenas a conservação florestal. Seria necessária a recuperação de cidades como nós logísticos das redes tangíveis e intangíveis para a criação de cadeias produtivas completas com base em produtos regionais, com embasamento em Ciência, Tecnologia e Informação. Além disso, outras possibilidades são levantadas como o desenvolvimento de serviços específicos em cultura e formação de indústria criativa.

Becker (2008; 2009; 2010) destaca que ocorreu nas últimas décadas do século XX uma transposição de paradigma para busca de desenvolvimento. A centralidade atual reside na emergência do chamado vetor tecno-ecológico na busca de desenvolvimento sustentável. Esse seria o novo modo de produzir valorizando a natureza como capital de realização atual e/ou futura. Destaca ainda a emergência de projetos de múltiplos atores, cuja viabilidade repousa, em grande parte, na tecnologia das redes de comunicação. A sociedade civil em organização

passou a construir experiências alternativas comunitárias embasadas na sócio-biodiversidade, resultando em novos recortes territoriais.

Em documento elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2009), Bertha Becker esclarece que a articulação do complexo urbano ao complexo verde na Amazônia deve ocorrer a partir da iniciação de um novo modelo pós-fordista. Este deve utilizar o capital natural com base em C&T, com cidades conectadas em rede que comporão uma frente de inovação. Não bastaria, em uma cidade, ocorrer o crescimento da produção de *commodities*, novas ou existentes, com a permanência da divisão do trabalho e reprodução e reciclagem da economia passada, “trabalho velho” no dizer da autora (Ibid.). O texto do CGEE defende a produção de “trabalho novo” que, capaz de alterar tal divisão do trabalho, leva ao território à inovação e maior dinâmica econômica (BECKER, 2009).

A autora faz sugestões que não contam com averiguação empírica. Tem a proposta de criar polo industrial naval em Itacoatiara (AM), com utilização de Porto Velho e Rio Branco como suporte. Desconsidera, entretanto, São Sebastião do Uatumã (AM)¹¹¹, hoje polo de produção naval de destaque do Amazonas (MARTINS, 2007) e Parintins (detalhado no capítulo seguinte) com expressiva tradição e experiência de produção de embarcações regionais não só em madeira, mas também em ferro e alumínio, de grande e médio calado.

As propostas do texto do CGEE dão ênfase à urgência de articular as cidades em rede. Além disso, fortalecem as cidades como lugares centrais, organizando cadeias produtivas e complementares. Pouca atenção é dada à “constelação” de comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas que circundam os centros urbanos. Não aparecem, também, áreas de povoamento antigo com padrões específicos de uso da terra e territorialidades ligadas ao uso de rios, matas, várzeas, lagos e diversos outros socioambientais. É necessário entender como as atividades existentes na cidade ativam funcionalmente (e simbolicamente) territórios circunvizinhos com forte influência de atividades hoje mais valorizadas. Destacamos a madeireira e a produção do guaraná, ou tradicionais como a pesca artesanal (e o recente processamento de pescado para exportação) e a produção naval pela carpintaria. Julgamos insuficiente o binômio analítico referente ao trabalho velho/ trabalho novo. Ao interpretarmos circuitos produtivos compondo sistemas, entendemos que há evolução contínua nas relações internas junto ao *milieu* urbano. Tal evolução é referente a técnicas, escalas de relações, formas de organização, assim como a associação entre saberes e técnicas tradicionais que agora contam com as cidades como base.

¹¹¹ Ver matéria no site do SEBRAE: “Indústria Naval de Uatumã expande atividades”. Disponível em <http://www.noticias.sebrae.com.br/asn/2007/05/14/6089953>. Acesso em 21/05/2014.

O que determina maior ou menor evolução do sistema territorial local é a capacidade de abertura. Incorpora-se, seletivamente, inovações e informações onde “o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território” (RAFFESTIN, 2010, p. 21). A existência da dinâmica economia popular que o STUR abrange possui vínculos territoriais em redes colaborativas. Tem possibilidades de formar associações escalares estratégicas, levando em consideração as características sociais e ambientais locais e a rede de sujeitos situados historicamente. Entender esse contexto torna-se condição necessária para qualquer proposta de desenvolvimento, que necessita:

- compreender o conteúdo e a dinâmica dos sistemas territoriais que compõem o local. Ao receberem impactos de vetores diversos causando desterritorialização (perturbações com as conexões globais ou crise por competição inter-regional, por exemplo), levam à formação de economias populares complementares. Estas são impulsionadas pela escassez, necessárias à reprodução de populações locais que, no nosso caso, voltam a ativar territórios recursivos. Estes funcionam como reservas estratégicas para superar crises regionais e, por isso, devem ser valorizados enquanto recursos (matas e rios do entorno urbano);

- averiguar o potencial técnico local quanto a: a) sua eficiência relativa ao uso racional dos recursos locais e escala produtiva; e b) capacidade de evolução dos subsistemas produtivos com balizamento relativo ao uso das tecnologias sociais, indagando a adaptação e melhorias para produção de mercadorias socialmente necessárias, visando abastecimento da cidade com produtos locais combinado à manutenção de atividades artesanais e de pequena escala;

- respeitar os limites ecológicos, no qual adequar práticas ancestrais indígenas (florestas para extrativismo) deve consorciar outras atividades valorizadas a partir das cidades. Deve se levar em conta que é a partir das mesmas que ocorrem processos de consumo dos espaços florestais circunvizinhos¹¹².

- criar, a partir das redes existentes de sujeitos ligados à economia popular, adensamentos colaborativos, incentivos e assessoria para formação de coletivos organizados. Isso estimulando posições nos espaços de lutas políticas internas da cidade visando manutenção das condições de sobrevivência de populações urbanas.

¹¹² Algumas características ainda muito frágeis da economia local devem ser incentivadas quanto a: a) incentivar consumo consciente e constituição de feiras de produtos orgânicos, com apoio de consumo local; b) políticas de soberania alimentar e retomada da qualidade dos alimentos (muito frágeis na Amazônia); c) pesquisa científico-tecnológica para uso sustentável dos ecossistemas.

O que permeia o debate é a busca de soluções que devem partir da interpretação da dinâmica territorial e dos problemas que atingem a sociedade local. É o desafio de mensurar, cartografar e descrever as atividades da economia popular no território, ensejando obter o *valor adicional territorial* (MAGNAGHI, 2010a; DEMATTEIS, 2005; 2008).

Contextualizar o posicionamento sobre a ideia de geração de “trabalho novo” é proveitoso. Isso desde que não limitemos a discussão da necessidade de inovar tecnologicamente, deixando de lado as considerações necessárias sobre as relações de poder locais. A alienação do trabalho ou a coerção competitiva induz a acumulação de capital, ou até mesmo a partir do termo *alienação territorial*, presente na reflexão de Santos e Silveira (2003), questionando a maneira como o território é usado.

É necessário esmiuçar os contextos das relações nas cidades para entender as possibilidades de ocorrência de saltos qualitativos na utilização dos recursos existentes. Representante da chamada economia da proximidade, Pecqueur (2005) valoriza o desenvolvimento territorial apoiado num sistema local de atores inscrito na história longa. Este leva à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território. Propõe a distinção entre ativos (fatores em atividade) e recursos (fatores a explorar, uma reserva, potencial latente). Os recursos podem se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitir. Tanto os ativos quanto recursos são diferenciados em genéricos e específicos:

- **recursos e ativos genéricos:** fatores tradicionais de definição espacial; localização das atividades econômicas com uso de mão-de-obra não qualificada e/ou não utilizada; baixa aplicação de capital e matérias-primas pouco exploradas; informações disponíveis padronizadas e pouco utilizadas;

- **recursos e ativos específicos:** fatores mais complexos de definição espacial; uso de mão-de-obra qualificada; aplicação de capital específico e uso de matérias-primas ligadas ao usufruto futuro; produção de informações elaboradas para uso particular. Relaciona essas qualificações a outras categorias “que resultam de uma longa história, de um acúmulo de memória, de uma aprendizagem cognitiva e coletiva (Ibid., p. 15)”. A proximidade geográfica e institucional são também destacadas a partir de trocas não mercantis baseadas em reciprocidade, muitas vezes baseadas em relações informais.

A maneira como esses ativos e recursos aparecem no interior do STUR será elencada após a análise empírica de cada subsistema, visando aperfeiçoar a noção.

Posicionamos as ideias supracitadas de Pecqueur e Becker dentro do paradigma concorrencial pelas projeções feitas a partir da necessidade de adaptação ao ambiente externo e competitividade global. Ambos reconhecem que os lugares poderão construir vantagens comparativas caso ocorra formação de ambiente inovador, de cooperação e produção que não possa ser “negociável” ou transferido. A ressalva é válida quando lembramos os ciclos precedentes na Amazônia. O ciclo da borracha foi solapado pela transferência de sementes para a Ásia (biopirataria). No âmbito nacional, cacau, seringueira, cupuaçu, açaí e guaraná possuem hoje concorrentes nacionais como o estado da Bahia, São Paulo, Paraná e Espírito Santo. A “vantagem comparativa amazônica” embasada em recursos naturais através do extrativismo já fora criticada outrora por Homma (2008).

Acima da produtividade requerida pela dinâmica de mercado, defendemos que a articulação entre cidade, extrativismo e agricultura local é essencial se pretendemos repensar territórios que sirvam de base de produção social de bens básicos para a vida dos amazônidas. Deve haver maior integração entre as ações tecidas na cidade e os “capilares” que as ligam às numerosas comunidades ribeirinhas. Isso passa a ser primordial para um ordenamento territorial que incentive a permanência das populações nos ambientes rurais, sem que haja desestímulo das práticas produtivas.

Portanto, repensar a gestão do território significa identificar, mapear as redes já existentes, entender a movimentação, fluxos e territorialidades produzidas pelas diversidades urbano-ribeirinhas, visando entender quais tipos de mediações devem ser incentivadas para cada tipo de atividade, pretendendo costurar lugares e fluxos numa necessária rearticulação das áreas de influência da cidade buscando pacto cidade-áreas entornos através dos rios.

O hibridismo entre formas e conteúdos no caso de uma cidade média com permanências socioculturais vinculadas a práticas específicas, colocam em xeque o limite entre cidade e o campo, onde “começa o rio e acaba a cidade”. Não pensamos que esse limite seja preciso. Não o é. Pretendemos demonstrar relações de complementaridade entre cidade e entornos. Interpenetração, essa, dialética passível de ser entendidas caso encaradas como parte do território processual e relacional sempre em movimento.

Pensar estratégias de desenvolvimento requer identificação, mapeamento e rearticulação de territórios socialmente relevantes através de trabalho necessário. Um exemplo é a circulação necessária (SANTOS; SILVEIRA, 2003). As propostas precisam associar espaços de fluxos com os espaços de lugares. Essa diversidade produz relações em múltiplas escalas possuindo dimensões política, econômica, cultural interpretando e modificando a

natureza. Territórios e territorialidades como manifestações das estratégias para manter o funcionamento do sistema territorial.

CAPÍTULO 3 – ARTÍFICES DE TERRITÓRIOS

3.1. Sistema Territorial Pesqueiro: territorialidades urbano-ribeirinhas a partir da Colônia Z-17 e seus pescadores

O sistema territorial formado a partir da atividade da pesca comercial é um dos mais significativos de Parintins, obviamente, por constituir parte da dieta básica da população local e ser um recurso ainda abundante. Todavia, a presença do pescado vem declinando na cesta básica regional pela pressão ao estoque natural¹¹³ e altos preços ao consumidor final. Além disso, os componentes que estruturam o circuito da atividade vêm sendo, há tempos, alterados pela sua inserção urbana. Ganham novos elementos organizacionais, laborais e técnicos e conflitos por territórios de pesca. Mesmo assim, se manteve parte das características quanto à rusticidade da atividade e a condição de pobreza dos pescadores.

O circuito de comercialização e atividade da pesca coliga pontos da cidade a amplas faixas de territórios circunvizinhos e cidades da rede urbana regional. Isso movimentava frações expressivas da economia urbana. Perceptíveis na paisagem do comércio e configuração das beiras de rio, encontram-se diversas casas de malhadeiras, lojas de apetrechos de pesca, feiras, fábricas de gelo, portos, flutuantes e estaleiros navais. Este último como atividade aprofundada no item 3.2.

A amplitude da temática se verifica pela quantidade de pessoas que abrange, riqueza de técnicas e culturalidade, adaptações e impactos de condicionantes naturais¹¹⁴ e tantas outras características do circuito pesqueiro (que se torna sistema territorial a partir dos fatores já elencados em nossa abordagem). Tal abrangência exige que as variáveis selecionadas para a propositura da noção de Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos sejam entendidas e averiguadas a partir da cidade, das ações constituídas na cidade, suas condicionantes, interações e consequências existentes no espaço urbano conformando territórios, dialeticamente influenciando áreas de entorno.

Esse ponto de vista “da cidade” não nos fornece detalhes de caracterizações com generalizações das atividades dos sujeitos nas outras “pontas” do sistema (comunidades e

¹¹³ Estudo aprofundado acerca de *sobre-exploração* dos recursos pesqueiros é encontrado em Barreto (2010) e Ruffino (2005).

¹¹⁴ Nos últimos seis anos, veio ocorrendo sequências de cheias e secas abruptas, anormais, interpretadas como eventos extremos que, segundo os pescadores, tem alterado a prática da pesca. Em 2015 o chamado verão amazônico (estiagem e rios baixos), foi muito severo. Secaram completamente lagos que serviam como reprodução de peixes, matando milhares de toneladas de peixes.

aldeias indígenas, com variedade de populações interioranas e suas relações múltiplas com a atividade pesqueira). Mesmo assim, propicia aprofundamentos relacionais que têm como nós principais a Colônia de Pescadores Z-17 e o *milieu* urbano de Parintins.

A atividade pesqueira possui extensão territorial enorme, uma vez que depende das condições dos rios. Varia pelo tipo de pesca e embarcações usadas. Alcança longas distâncias, mas têm pontos de partida e chegada em fragmentos no espaço intraurbano ou espaço intraurbano-ribeirinho de Parintins. Portos, beiradões¹¹⁵, balsas, escadarias, flutuantes e feiras. Pela variedade morfológica do sítio urbano de Parintins, esses elementos espaciais merecem também caracterizações mínimas. Isso por que há uso intenso desses espaços por pescadores e outras atividades em sítio formado em arquipélago flúvio-lacustre.

As territorialidades são entendidas como manifestações das relações sociais que compõem e mantêm o funcionamento dos sistemas territoriais em análise. Estas possuem características que só são explicitadas quando demonstramos o encadeamento de cada um dos seus elementos. O pescador que recebe dinheiro adiantado do feirante ou da fábrica de gelo, já sai endividado. Está ciente que deve circular, comprar gelo e combustível, se alimentar e retornar com uma margem estreita que permita sua sobrevivência. Morando em bairros com tradição de famílias de pescadores, estes necessitam de acessos aos rios, paranás e lagos que entrecortam a cidade cujas margens, na maioria das vezes, já foram privatizadas. A cidade condiciona a circulação nesse sistema da pesca ganhando caráter organizacional novo na constante luta por reconhecimento dessa categoria tão marginalizada.

Na década de 1950, a atividade da pesca artesanal constituía uma das bases da economia de Parintins. Influenciou a formação de bairros antigos como Francesa, Santa Clara, São José e São Benedito todos, ainda hoje, com grande número de pescadores. A enchente de 1953 foi acima da média e considerada um marco na vida das famílias que tiravam sustento da atividade. Desde então, a pesca artesanal passou por sérios desequilíbrios. Os pescadores mais antigos afirmam que a grande cheia causou dificuldades na captura do pescado. Por outro lado, permitiu maior tempo para alimentação dos peixes que cresceram e se reproduziram em ecossistemas inundados. Isso proporcionou aumento na safra e aumento da renda dos pescadores nos períodos posteriores.

Na época, a atividade da pesca era financiada pelos grandes comerciantes. Por isso, a realização da atividade implicava em constante endividamento dos pescadores. O comportamento instável das águas dos rios dos anos subsequentes continuou afetando os

¹¹⁵ O termo *beiradão* é usado popularmente no Amazonas para margens de rio de topografia mais elevadas, não sujeitas a inundações.

pescadores com cheias oscilantes entre vazante longa, enchentes normais, vazantes mais rápidas e enchentes extremas, a exemplo de anos mais recentes como na grande enchente de 2009.

Tal instabilidade alterou a produção da pesca e esta, por sua vez, a renda das famílias. Como um dos efeitos, o endividamento aumentou assim como a dificuldade de se manter na atividade. Os dez anos após a cheia de 1953 foram de crise da atividade. Grande parte da produção era entregue aos comerciantes financiadores para pagar dívidas dos pescadores que se avolumavam com os juros.

Essa crise iniciou o debate entre pescadores que procuravam meios para solucionar o problema de endividamentos. Com a influência de experiências de pescadores vindos do Estado do Pará, surge ideia da formação de uma Colônia. Esta seria meio de organização para fortalecimento da categoria¹¹⁶, alternativa de financiamento bancário, entre outras formas de comercialização da produção. Era uma forma de reduzir a exploração pelos atravessadores e financiadores.

Assim, a partir da cidade, a Colônia passou por alteração parcial de sua natureza, funções e relações com pescadores e territórios de abrangência. A influência histórica por grupos políticos diminuiu, mas ainda persiste. Ocorre redesenho da Z-17 a partir de Leis Federais, permitindo que a instituição obtenha maior autonomia relativa (sendo, mesmo assim, ainda muito frágil), reconstruindo projetos e práticas, interpretadas como territorialidades.

3.1.1. Histórico da Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins

No final da década de 1960, lideranças locais dos pescadores fundam a Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins¹¹⁷ em 14 de novembro de 1969. Assim, as Colônias possuíam uma organização pela Marinha do Brasil. Pescadores em suas localidades se reúnem em Capatazias que eram formas nucleadas de organização dos pescadores. As Capatazias se

¹¹⁶ Em Oliveira e Bartoli (2015), realizamos levantamento sobre aspectos da institucionalização da atividade da pesca e da evolução da Colônia Z-17 de Parintins. Descrevemos fases desde as estratégias do Estado brasileiro de controlar o território através de condições estruturais e burocráticas da materialização do Estado ao atual estágio de autonomia relativa.

¹¹⁷ Nessa época, a pesca no Brasil passava por alteração de fase de institucionalização. Considerada segunda fase, segundo Giuliatti e Assumpção (1995, p.3), esta “(...) se inicia quando o governo criou a SUDEPE através da Lei Delegada nº1 10, de 11/10/1962, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, com ampla competência e atribuições, dentre elas destacando-se: elaboração e execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro; aplicação do Código de Pesca e da legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros; e assistência aos pescadores na solução de seus problemas econômico sociais.”

reuniam na formação das Colônias de Pescadores de acordo com o mapeamento dos rios pelas Capitânicas dos Portos. Ou seja, os rios dentro das Comarcas formam Zonas. Daí a definição de “Colônia de Pescadores Z-17 (Zona 17) – Comarca de Parintins”. As Colônias¹¹⁸, por sua vez, se organizam nos Estados formando a Federação Estadual da Pesca e as Federações se organizam na Confederação Nacional da Pesca.

Com a queda do Regime Militar e o avanço da democracia no país, a luta dos pescadores se fez presente na Constituinte e na Constituição Federal de 1988. O artigo 8º assegurou a formação de Colônias. Com as garantias na Carta Magna, lutas por direitos previdenciários e trabalhistas seguiram até a conquista dos pescadores artesanais à qualidade de segurado especial. Com isso, passaram a adquirir benefícios previdenciários e trabalhistas. Entre os benefícios conquistados, está incluída a política pública do seguro desemprego, conhecido como “Seguro Defeso - Pescador Artesanal¹¹⁹”.

O benefício do Seguro Defeso - Pescador Artesanal possui efeito político enorme. Lideranças estaduais da pesca deixaram de lado o interesse pelos avanços das conquistas de direitos sociais e se aproveitaram da cultura da dominação e subordinação dos presidentes das Colônias. Aproveitam o baixo nível de escolaridade do pescador artesanal passando a utilizar o benefício para obtenção de vantagens políticas. Usam o nome da categoria como ferramenta para arrematar votos.

A partir dos anos 2000, esse contexto alterou o foco da luta por direitos dos pescadores. Em 2006, o presidente da Federação de Pesca do Estado do Amazonas foi eleito deputado estadual com votos dos pescadores artesanais e demais profissionais autônomos ou desempregados que foram cadastrados como pescadores artesanais para receber o benefício e votar na eleição. Até 2008, o benefício era concedido ao pescador artesanal que apresentava atestado de exercício de atividade fornecido pelas Colônias de Pescadores. Logo, o poder de concessão ficava nas mãos dos presidentes das Colônias que eram subordinados aos presidentes das Federações Estaduais da Pesca. A partir do segundo mandato do Presidente Lula, em 2008, ocorre mudança nas regras para a concessão dos benefícios a partir do

¹¹⁸ Em 1974, o Ministério do Estado da Agricultura, que na época fazia a gestão da Pesca no Brasil, publicou a Portaria nº. 471/1973 que estabelecia o Estatuto das Colônias de Pescadores. Em razão do regime militar, Colônias não possuíam autonomia e estavam subordinadas as Federações. A Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins de 1973 a 2008 teve sua gestão sob o efeito da Portaria Ministerial, subordinada a Federação Estadual da Pesca, onde os pescadores contribuíam com 10% (dez) por cento de suas mensalidades para a Federação e Confederação que, em tese, defenderiam interesses e direitos da categoria.

¹¹⁹ Seguro Defeso - Pescador Artesanal é uma política pública que tem a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego, que habilita e faz a concessão do benefício ao pescador artesanal nos termos da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, conforme resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É extinta a declaração da Colônia e o pescador artesanal passou a fazer o requerimento diretamente nas delegacias do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esse intrincado contexto gerou desavenças entre grupos políticos no interior dos órgãos. As lideranças lutavam para vincular “representantes” dos pescadores a candidaturas para deputados estaduais e federais aproveitando-se da estrutura para fins eleitorais. Em consequência, membros do MTE passaram a fazer retaliações contra os presidentes das Colônias. Estes apresentavam denúncias na Polícia Federal de fraudes no seguro defeso. Muitos presidentes de Colônias no Amazonas foram presos, entre eles o da Colônia Z-17 de Parintins da gestão anterior à atual. Não bastasse a prisão dos presidentes de Colônias¹²⁰, foi fundado por antigos membros do MTE no município o Sindicato de Pescadores Artesanais – SINDPESCA. A ideia era aliciar os pescadores com a retórica de que as Colônias deixaram de existir e que os pescadores receberiam Seguro Defeso somente se fossem para o Sindicato¹²¹.

A partir desse desmonte, ocorre mudança no caráter organizacional que a Colônia atravessou a partir da Lei Nº 11.699, de 13 de Junho de 2008. Nesta, o artigo 1º estabelece que as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe de trabalhadores do setor artesanal da pesca com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. Para os efeitos desta lei, considera-se a atividade pesqueira com pleno direito de organização, vinculando a realização de ações aos interesses dos pescadores. Vale ressaltar que, no Art. 2º, cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição.

O Art. 3º dessa lei propõe que, para as Colônias de Pescadores regularmente constituídas, será assegurado plena autonomia e soberania de suas Assembleias Gerais. Destaca-se, nesse artigo, a autonomia adquirida pelas colônias. A partir da criação da Lei Nº 11.699, as colônias de pescadores passam a ter pleno poder de suas decisões. Isso foi significativo uma vez que durante um longo período as colônias de pescadores foram controladas por agências do governo federal.

¹²⁰ Com a prisão do antecessor presidente da Colônia Z-17, foi fundado o SINDPESCA em 2008. Houve a migração em massa dos pescadores artesanais, esvaziando a Colônia Z-17 que virou caso de Justiça quando identificada fraude em sua eleição da Diretoria Executiva. Neste cenário, os pescadores artesanais remanescentes da Colônia convidaram o atual presidente para uma consultoria e restabelecer a regularidade da Colônia Z-17.

¹²¹ Entrevista concedida em maio de 2015.

Com isso, a Colônia passa a exercer maior influência sobre o território da pesca. Passou a ter maior poder no controle e na organização das ações da instituição e dos pescadores. Hoje conta com 1.279 associados distribuídos entre homens e mulheres, que apresentam na atividade da pesca centralidade na produção de suas territorialidades.

3.1.2. Adensando Relações a Partir da Cidade

A Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins agiu como mediadora dos interesses dos pescadores em diversas áreas e órgãos. No Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, atuou no que diz respeito à aposentadoria e contribuições dos pescadores. No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) articulou o seguro defeso do pescador¹²². Junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), se habilitou para expedir e atualizar as Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Com o recente Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), auxiliou na internalização das inscrições e autorizações da pesca, além de intermediar a emissão das carteiras de pescador aos pescadores artesanais. Por fim, junto ao Banco da Amazônia viabilizou assistência técnica a diversos projetos de financiamento, dinamizando a economia local, principalmente os estaleiros navais.

Muitas possibilidades se abriram a partir das mudanças das leis supracitadas. Vem ocorrendo mudança institucional e maior densidade das ações do grupo junto à sociedade local e construção de laços institucionais diversos. Segundo os coordenadores da Colônia, rumou-se para a caracterização desta como Arranjo Produtivo Local (APL). A pretensão é receber e processar o pescado nos próximos anos.

Duas entidades foram criadas a partir da Colônia, servindo de base para suas ações. O Instituto Solidário Colônia de Pescadores de Parintins (ISCOLPESCA), fundado em 22 de abril de 2010, se formou a partir de incentivos e políticas públicas federais vinculadas aos Governos do PT. Foram embasadas em princípios experimentais da economia solidária. A segunda, fundada em dezembro de 2011, é conhecida como Associação Solidária de Pescadores(as), Aquicultores(as) e Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar de Parintins e Região (ASSOLPESCA).

¹²² O seguro defeso foi criado em 1991. Trata-se de pagamento de salário mínimo ao pescador artesanal no período em que a pesca de determinada espécie é proibida, no período de reprodução. A partir de 2003, se torna política de maior envergadura com crescimento no número de beneficiados passando de 92 mil em 2002 para 855 mil em 2012, com execução orçamentária de quase 2 bilhões (AZEVEDO, 2013).

Ambas realizam ações que favorecem não só pescadores. Sobretudo, abarcam pessoas carentes do próprio município além de comunidades da área rural. Isso é feito via convênios com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)¹²³ para atendimento a comunidades rurais e associações de bairros carentes através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, o pescador tem a possibilidade de negociar o pescado direto com a CONAB. Sem intermediários, localmente conhecidos como atravessadores, inicia-se a construção de uma alternativa para um dos históricos problemas para a comercialização pesqueira. Esses convênios tem melhorado o preço de venda para os pescadores, impulsionado a economia do município e atuado na segurança alimentar com a entrega do pescado para as famílias carentes.

Uma das parcerias da Colônia ocorre com o Banco do Brasil via Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Este tem por objetivo a construção de 800 casas, em sua maioria, nas comunidades rurais do município. Com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), desenvolvem o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME). O princípio é a regionalização da merenda escolar com a inclusão de produtos típicos da região. Isso estimula e valoriza os recursos locais e tem impactos econômicos significativos.

Outra frente ocorre em convênio com o Instituto Federal de Educação do Paraná (IFPR) e Ministério da Pesca. Esse convênio oferece a aplicação e coordenação de curso técnico em pesca que beneficia cerca de 50 filhos de pescadores. Ainda no âmbito do ensino, é realizado com o Instituto Federal de Educação do Amazonas (IFAM) o curso técnico de pesca na comunidade rural Mocambo, via sistema de Ensino a Distância.

Essa ampliação de ações possui impactos significativos na cidade. Todavia, geram disputas políticas em torno das ações. Prefeito e vereadores participam da distribuição de peixes para populações carentes. Assim, um importante mecanismo de política pública passa a ser apropriado, de forma oportunista, por políticos locais.

É nítida ainda a presença e influência do Estado através de vários ministérios. Suas ações apresentam horizontes de longo prazo baseadas em contratos/programas/convênios que reforçam a presença da Colônia após conturbado período de reformulação. Assim, a partir de suas ações, a Colônia retoma presença importante na sociedade local não se limitando às antigas concessões do Seguro Defeso.

¹²³ Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está presente em todas as regiões brasileiras. As operações realizadas pela Conab são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

Com aprofundamento da crise político-econômica em 2015, o Governo Federal passa a exercer profundo ajuste fiscal que impactou seriamente os pescadores. A primeira redução de direitos dos pescadores vem com a lei 13.134, de junho de 2015. Esta exige exclusividade e não interrupção da atividade pesqueira para os que desejam benefícios, cortando benefícios para outras atividades de apoio aos pescadores. Para Azevedo (2013), há grande retrocesso na lei que atinge principalmente as mulheres, uma vez que elas se dedicam às atividades entendidas como de apoio. Outros aspectos da lei foram complicados como o não reconhecimento do caráter de economia familiar e comunitária na atividade.

Outro golpe na categoria em 2015 foi a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura com submissão da pasta para o novo Ministério da Agricultura. A ação imediata dessa medida foi suspender o seguro defeso¹²⁴ como estratégia para evitar o pagamento no sentido da diretriz geral de corte de despesas feita pelo governo. Recadastramentos, revisão de períodos defesos e uma postura setorial da pesca, vistos pelo viés produtivista, afetam a realidade socioeconômica das comunidades envolvidas. Estas sempre construíram atividades complementares para sobrevivência.

A análise reforça a importância do caráter mediador da cidade e das redes de sujeitos locais na produção de territórios e no controle e processamento de recursos atrelados à necessidade de construção de projetos coletivos. O papel da cidade é ampliado junto com o aumento do número de pescadores em Parintins. Cresce com migrações recentes e formação de novos bairros populares como explanamos a seguir.

Não há, por parte da Colônia, qualquer beneficiamento do pescado. Tampouco existem melhorias de infraestrutura para recepção e venda, como um terminal pesqueiro ou feira que diminua o preço final para o consumidor. Em 2016 a prefeitura municipal, em parceria com a Colônia, assume o entreposto pesqueiro que estava abandonado. A promessa era seu funcionamento para o ano seguinte com doação de gelo e subsídios diversos. Enquanto isso não acontece, os pescadores ainda são submetidos a abastecer o comércio urbano de forma precária.

Há três empresas receptoras de pescado que exportam para todo o país. As entrevistas com pescadores indicaram ceticismo quanto à reativação do entreposto (figura 11) que tem capacidade para 270 toneladas. Construído na década de 1980, ficou ao comando da Cooperativa de Pescadores, extinta em 2009. Nesse período, a Federação de Pesca do Estado ganhou na justiça o direito de uso do entreposto com posterior paralisação por disputas

¹²⁴ Portaria Interministerial MAPA/MMA n.192, de 5 de outubro de 2015, atingidas as bacias hidrográficas Amazônica, do Parnaíba, Maranhão, entre outras.

judiciais. Enquanto isso a erosão fluvial do rio Amazonas vem destruindo a margem, prejudicando ancoragem de embarcações e comprometendo a estrutura do prédio.



Figura 11: Entrepósito pesqueiro da Colônia Z-17 paralisado e erosão fluvial (esquerda); empresa Só Peixe (direita).

Fotos: Estevan Bartoli (01/07/2016).

Uma das empresas que recebe parte do pescado é a *Só Peixe* (quadro 11). Aproveitando a desorganização do setor, esta recebe espécies variadas e têm enorme lucro nos chamados peixes de pele lisa. Com a rejeição desses peixes pelo mercado local, formam-se preços baixos para venda local e acabam sendo distribuídos para vários estados brasileiros.

Espécie	Quilos	Espécie	Quilos
DOURADA	46.400	BABÃO	7.403
SURUBIM	144.540	PIRAPITINGA	352
PIRARARA	56.424	CURIMATÃ	3.207
FILHOTE	13.781	PACÚ	19.223
MAPARÁ	100.118	ARUANÃ	45.248
FURINHA	43.815	TUCUNARÉ	4.600
JAÚ	8.291	BOCUDO/ MANDUBE	22.313
PIABA	58.759	ACARA-AÇU	5.014
PESCADA	20.608	BACÚ	1.096
BARBADO	1.946	SARDINHA	301
MATRINXÃ	1.282	TRAÍRA	1.913
JARAQUI	4.180	ORANA	2.319
ARACÚ	29.888	APAPÁ	98
ARRAIA	322	CARA DE GATO	162
PIRANAMBU	10.087		

Quadro 11: Entrada de pescados de abril a dezembro de 2015 na empresa *Só Peixe*.

Fonte: Empresa *Só Peixe*.

Essa cadeia incompleta do pescado em Parintins deve ser sanada com urgência para propiciar melhor processamento. Existe uma demanda do mercado urbano local cujo não atendimento vem alterando cada vez mais itens da dieta regional. É marcante a presença crescente de conserva, frango congelado, embutidos e outros produtos industrializados, como aponta Moraes (2008; 2014).

3.1.3. Cidade Arquipélago, Cidade de Pescadores.

Nesse item, faremos considerações sobre a maneira com que a cidade, conforme seu crescimento, veio se moldando à nuances do relevo do sítio urbano de Parintins. Isso altera práticas espaciais de pescadores e carpinteiros navais que possuem forte interação com a morfologia urbana que também atua no sentido de condicionantes de atividades. Esses grupos dependem de espaços beira-rio da cidade: portos, flutuantes, margens, enseadas e tantos outros considerados vitais para suas atividades. Como demonstramos em Bartoli (2013b; 2014), a importância dos ciclos de ocupações urbanas das décadas de 1980, 1990 e 2000 em Parintins ocorre pelo fato de consistirem resistência ao recente processo de deslocamento pela migração rural-urbana, com grande parte dos ocupantes sendo originários de comunidades ribeirinhas e municípios vizinhos.

A análise empreendida pela morfologia urbana supõe sempre atenção aos elementos básicos que configuram o tecido urbano e aos mecanismos de transformação das estruturas. Exige sempre uma aproximação estrutural que leve em conta os diversos elementos componentes e suas inter-relações e diacrônica, quer dizer, histórica, que dê conta das transformações (CAPEL, 2002).

A partir da década de 1970, o fator sítio veio sendo primordial no entendimento da dinâmica do crescimento urbano com a primeira grande expansão nessa década. Assentada num arquipélago fluvial na margem direita do rio Amazonas, a cidade é sujeita a forte influência do pulso de cheia dos rios, lagos e paranás¹²⁵ que a circundam. Contribuem nesse processo a intensa atividade fluvial erosiva que destruiu dezenas de metros das margens da cidade nas últimas décadas.

Em 1975, uma das maiores enchentes registradas no estado impactou a estruturação da cidade. Houve grande êxodo rural de ribeirinhos e foi considerada a primeira explosão demográfica municipal. Este fenômeno determinou a ação de políticos da época para criação

¹²⁵ Paranás são braços de rios. No caso de Parintins, o município é cortado pelo Paraná do Paranema, importante meio de conexão com municípios polarizados por Parintins, como Barreirinha.

dos bairros da Francesa e Santa Clara. Formaram-se, também, os bairros de Palmares, Santa Rita de Cássia, Nazaré e São Vicente de Paula (SOUZA, 2013; CARVALHO, 2013). Esses bairros possuem, ainda hoje, grande quantidade de pescadores. Isso implica na análise do peso da configuração do espaço urbano para determinadas atividades econômicas (figura 12).



Legenda:

- A) Avenida Amazonas e Catedral ao centro
- B) Aeroporto
- C) Bairro Palmares
- D) Futuro bairro Santa Rita
- E) Bairro da Francesa

Figura 12: Plano urbano de Parintins em 1976.

Fonte: Fotografia aérea do Projeto RADAM (1976), adaptada pelo autor.
Organizado pelo autor.

Com a implantação da malha ortogonal dos novos bairros, fica clara a falta de criatividade e critérios da solução urbanística na disposição das ruas e total negação às nuances do relevo e hidrografia para usos populares. Houve desvalorização do sítio e desconsideração às prementes necessidades de acesso de populações às beiras de rios e lagos. Hoje o uso público desses espaços é possível apenas em pontas de rua, limitando o potencial

de tal uso. Essa perda de acesso às margens veio se acentuando quando conjuntos de palafitas foram sendo substituídas por moradias de alto padrão¹²⁶.

Os espaços beira-rio, beiradões e margens de lagos, furos ou igarapés vão deixando de servir aos tradicionais usos locais, principalmente aos pescadores. Demonstramos em pesquisas recentes como capital mercantil vem se apropriando e se cristalizando no espaço intraurbano de Parintins como na lagoa da Francesa. A apropriação das margens se deu por empresas comerciais e pequenas indústrias e, conseqüentemente, há impactos socioambientais gerados por tais atividades portuárias, hoteleiras, madeireiras, olarias, etc. (NETO, 2011; BARTOLI, 2011; CARVALHO, 2013).

Portanto, morfologia é a trama física (continente) e a substância social (conteúdo). É através dela que se manifesta o conteúdo, pois reflete os estilos de vida, modelo e organização socioeconômica que se cria através do tempo (MARTÍN, 1991). Não compete na discussão do presente texto analisar detalhadamente a morfologia urbana, mas almejamos demonstrar que alguns de seus elementos compõem a noção de *milieu* urbano. Além do caráter relacional (propiciam conexões com entorno), tem peso significativo para atividades dos grupos. Descrevemos e valorizamos um dos aspectos determinantes que compõem a morfologia de cidades na Amazônia: as margens de rios ou beira-rio como optamos nomear.

Assim, há possibilidade de diferentes configurações do objeto arquitetônico e seu conjunto socioespacial terem impactos na acessibilidade (escassez de espaços de uso/lazer induzidos pela privatização das margens dos rios) e conectividade. Isso está ligado à mobilidade reduzida, pois a atracação de embarcações fica restrita. Há, ainda, a perda de referenciais de identidade da população. Esse urbano intencional, privatizante e conflituoso, acaba afetando práticas de populações que ainda possuem a beira rio da cidade como pontos de contato e interação do ir e vir entre os ambientes ribeirinhos e bairros populares.

A figura 13 demonstra a paulatina mudança dos padrões de moradia que vem ocorrendo na zona leste e sudeste de Parintins, especificamente em três bairros: Castanheira, Santa Rita e Palmares. Essa mudança acaba limitando o uso público das margens.

Nas últimas duas décadas, ocorreram alterações profundas na configuração socioespacial da cidade. Isso deveu-se à formação do chamado ciclo das ocupações

¹²⁶ Podemos inferir que os processos socioespaciais que alteram os padrões de configuração urbana em cidades de grande porte aparecem com menor intensidade em Parintins, sendo indicador de movimentação intraurbana (de consumo do espaço) de grupos sociais com certas características semelhantes. Entre estas, o movimento das elites em novos eixos e áreas de valorização em direção a áreas periféricas em beiras de rios e lagos. Estes almejam adicionar elementos ambientais que atribuam *status* por seu acesso diferencial e apropriação desigual (BARTOLI, 2013b; 2014), como os lates vistos frequentemente.

irregulares dos anos 1990 (mapa 4) e a última grande ocupação em 2010, que originou o hoje bairro da União¹²⁷. Trata-se da formação dos quatro bairros mais populosos do município: Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e União. Juntos, estes abarcam 41.163 habitantes (Parintins - Comissão Municipal Censitário – 2007; Secretaria de Assistência Social e Trabalho, 2009).



Figura 13: Margens do lago Macurany – Parintins/AM.

Legenda: 1 – Centro; 2 – Conjunto de moradias em Palafitas; 3 - Uso elitizado: moradias, atracadouros particulares e margens privatizadas.

Fonte: Videopack, 2009, adaptado pelo autor.

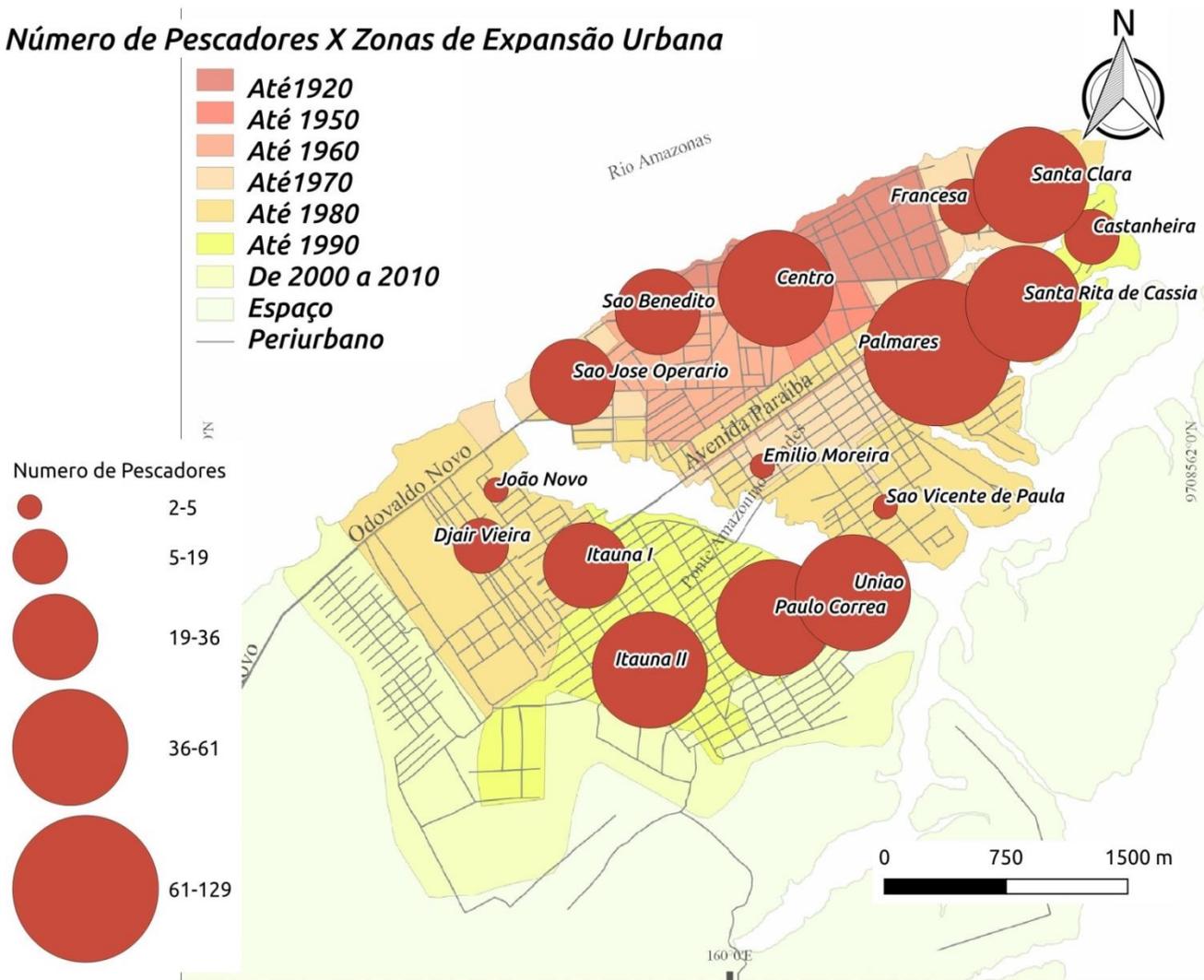
Esse ciclo causou o início da ocupação da segunda ilha principal (terras firmes na maioria não inundáveis, apesar de várias áreas alagáveis durante as cheias). A gleba pertencia, até então, ao empresário paraense Paulo Corrêa, indenizado posteriormente pela prefeitura.

Os impactos das ocupações irregulares e sua transformação e cristalização em bairros foram enormes na morfologia da cidade. Estiveram atrelados à superação dos limites físicos impostos pelo sítio. Foram necessários vários aterros sobre o lago Macurany e a construção de duas pontes¹²⁸. Esse contexto evidencia o peso das populações de baixa renda na produção e organização do espaço urbano enquanto agentes produtores do espaço.

¹²⁷ Em 2016 ocorreram mais duas ocupações em Parintins. Uma contínua ao bairro da União, pressionando um conjunto de castanheiras. Outra no bairro Pascoal Alágio, criado como loteamento regular, mas com amplos espaços sem uso. Os lotes estão vendidos, mas esperando valorização.

¹²⁸ No contexto de limite do sítio e formação de ocupações irregulares, o poder público foi pressionado a construção de duas pontes. Esta estrutura possibilitou a formação de novos eixos e futuro avanço da malha do tecido urbano em expansão rumo à periferia. Posteriormente, áreas rurais e antigas fazendas passam a se transformar em loteamentos pressionados pelas ocupações populares.

Número de Pescadores X Zonas de Expansão Urbana



Mapa 4: Distribuição espacial dos pescadores artesanais nos bairros da cidade de Parintins/AM.
 Fonte: Colônia Z-17.
 Organizado pelo autor.

A forte demanda popular e a formação da cidade ilegal se associam a disputas de poder e tentativas de regularização dos lotes na formação de bairros como clientelas eleitorais. Trata-se de uma velha prática em novas geografias¹²⁹.

Com a mudança de gestão da Colônia Z-17, não foi possível averiguar o aumento do número de pescadores através das décadas (593 na área urbana hoje). Entretanto, a espacialização demonstra os antigos bairros ainda numerosos quanto à presença de pescadores como Palmares, Santa Rita, Santa Clara, Francesa, Centro, São Benedito e São José. Estes dois últimos são os mais influenciados pela presença da Colônia.

Portanto, ao partir das formas ressaltadas pela formação da paisagem, estamos preocupados em averiguar a dialética com os conteúdos, já que tratamos da cidade quanto às territorialidades e práticas espaciais traçadas pelos sujeitos. Podemos inferir em nossa reflexão que as formas urbanas condicionam práticas espaciais. Demonstramos isso em texto sobre análise da configuração do plano urbano em detrimento de usos tradicionais das margens de rios privatizadas¹³⁰ (BARTOLI, 2013a).

A rapidez do crescimento de Parintins remete-nos à reflexão sobre sua configuração de paisagem e também a averiguações e questionamentos sobre a relação da morfologia com os usos do espaço. O primeiro ressalta a necessidade de retomada do projeto de cidade (SECCHI, 2007). Devido à sua rápida expansão/dispersão, a cidade passa por transformações na natureza de seus espaços públicos. Nesse sentido, as descrições das dimensões do cotidiano são úteis. Nelas é possível reconhecer, nos interstícios das normas vigentes de uma pretensa “ordem urbana”, práticas e temporalidades diferentes. É aqui que a presença dos carpinteiros navais e pescadores denotam a permanência de atividades tradicionais no espaço urbano de Parintins.

Para apreender tais aspectos, realizamos exercícios de cartografia participativa com pescadores e carpinteiros navais sob imagem de satélite¹³¹ visando aferir a interação dos

¹²⁹ O ciclo de sucessivas ocupações causou impacto aos proprietários fundiários das áreas circunvizinhas. Donos de antigas fazendas desativadas, amedrontados com a rápida expansão, decidiram lotear suas glebas, conforme aponta Nascimento (2011). Este autor entrevistou proprietários fundiários que revelaram a motivação supracitada. Outro dado interessante presente nos relatos desses proprietários foi sobre o processo de planejamento urbanístico dos loteamentos. Os fazendeiros foram os responsáveis pelo traçado da malha (largura das ruas, sentido, forma e tamanho dos quarteirões) que estruturam os loteamentos Pascoal Alágio e Jacareacanga. Destes, posteriormente, se originaram os dois novos bairros caracterizados como loteamentos regulares aprovados pela prefeitura.

¹³⁰ A novidade no presente texto foi a participação dos pescadores na identificação de áreas com conflitos para uso público.

¹³¹ Tivemos certo tempo inicial para ambientação do olhar dos pescadores à imagem de satélite, pois os mesmos não estão acostumados a se referenciar espacialmente nesse tipo de imagem. Obtivemos inicialmente os relatos orais dos trajetos, usos de beira-rio e só depois passamos à imagem em si, para não limitar narrativas devido o estranhamento do uso da imagem de satélite.

grupos com o espaço urbano. Com a presença de antigos mestres, a descrição histórica através da oralidade foi riquíssima. Noções populares e não formais sobre o ecossistema local e a influência negativa da cidade e da agropecuária foram presentes em vários relatos, descrevendo que locais próximos dos arredores da cidade eram muito piscosos, com fartura e pesca realizada em pequenos deslocamentos; houve destruição da vegetação circunvizinha ao sítio urbano não propiciando mais locais de reprodução dos peixes; várzeas e igapós tem hoje ocupação intensa de gado e bubalinos impedindo alimentação e reprodução dos alevinos durante as cheias, reduzindo a presença dos cardumes. A redução drástica do pescado esteve presente na fala entre todos os membros participantes.

O primeiro momento do exercício de cartografia¹³² foi delimitado no espaço intraurbanos. O diagnóstico é apresentado no mapa 5. O roteiro de questionamentos evidenciou que ocorrem atualmente vários conflitos devido à privatização de margens. Os proprietários sinalizam por placas ou fechamento do acesso ao lote que liga o rio à rua. Foi registrado até mesmo conflitos com seguranças particulares em áreas de mansões e sítios.

As áreas frontais da cidade que não secam, são mais disputadas e conflituosas. Trechos de portos privados, terras caídas e fortes banheiros permitem poucos locais adequados para resguardo de canoas ou pequenas bajaranas, que se deslocam para um canal lateral sinalizado no mapa 5. Perigoso trecho de rebojo¹³³ (redemoinho fluvial) foi sinalizado como empecilho natural para uso das margens próximas.

Outra questão relevante foi a proibição de uso das margens em longos trechos. Muitos pescadores passaram a residir longe das áreas de atracagem e ficaram sujeitos a roubos de motor e casco. Isso incorreu em gastos adicionais pela necessidade de recorrer ao pagamento de vigias ou flutuantes. De modo oportunista, forma-se um mercado de flutuantes com serviço de marina como demonstramos.

O uso dos espaços públicos em cidades interioranas do Amazonas é um de seus elementos mais marcantes. A baixa renda da população e os poucos espaços de consumo planejados, fazem da espontaneidade das apropriações lúdicas e não programadas aspecto de destaque. As praças nos fins de tarde repletas de transeuntes. As ruas com predomínio de bicicletas, pedestres e o crescente número de motos. São elementos sempre fotografados pelos turistas que rapidamente circulam durante o ano nas rápidas paradas de Transatlânticos em Parintins.

¹³² Detalhes de narrativas aparecem em nosso documentário anexo à Tese.

¹³³ Denominação popular.



Mapa 5: Conflitos em beiras de rio no espaço intraurbano de Parintins.
Fonte: Dados coletados a partir de oficinas de cartografia participativa.

Nesse contexto, Carlos (2001, p.46) coloca que

(...) a morfologia urbana não revela a gênese do espaço, mas aparece como caminho para a análise do modo como passado e o presente se fundem em determinado momento, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. A forma da cidade que se infere como morfologia permite apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos; coloca-nos diante da duração, daquilo que persiste e daquilo que se rompe, expondo dessa forma a dialética da continuidade/descontinuidade.

Carlos (2009) salienta o papel que o espaço realiza como condição para a reprodução do ciclo do capital. Cria lugares, é consumível e recebe imposições técnicas pautadas numa racionalidade que reproduz o espaço enquanto condição, meio e produto. Nesse sentido, ressalta ainda a redução do conteúdo da prática socioespacial em consequência da propriedade. Esta funda a produção do espaço no capitalismo e submete modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria, pautando sua reflexão em espaços metropolitanos (Ibid.). As condições das dinâmicas urbano-ribeirinhas que estamos averiguando, nos impelem a checar a maneira com que a cidade “absorve” e cada vez mais submete populações diversas à sua lógica pautada na troca, sem anular as práticas dos sujeitos de tempo lento.

Daí a importância da análise das áreas de acesso a rios e lagos (cada vez mais raros¹³⁴), pontos de atracagem de embarcações diversas e locais de ligação com comunidades próximas e de permeabilidade dessas práticas no espaço intraurbano. Dessa breve análise morfológica¹³⁵, podemos questionar a maneira com que vem se “desenhando” a cidade em seus espaços de expansão. Esta tarefa é imprescindível para retomada futura de um novo projeto de cidade, mais aberto, democrático e criativo.

Como descrito no capítulo primeiro, centralidades são pontos conectores às áreas de influência. Umás mais atreladas às maiores empresas comerciais da cidade, com portos particulares mais próximos ao centro e Lagoa da Francesa (no caso, pertencentes ao Sistema Territorial Urbano-fluvial - STUF). Outras ligadas aos bairros populares e seus circuitos

¹³⁴ Em 2011, após trabalho de campo da semana de geografia, o jornal Gazeta de Parintins nos pediu um texto abordando a importância do evento e do curso para a cidade. Provocativamente, a matéria para o jornal levou o título de “A Ilha sem rio”. Em tom de denúncia, o texto relata a crise dos espaços públicos beira-rio na cidade.

¹³⁵ “A morfologia urbana, o espaço construído, reflete a organização econômica, a organização social, as estruturas políticas, os objetivos dos grupos sociais dominantes. Só há que saber ler. Porque, efetivamente, a paisagem pode ler-se como um texto. É um texto, tanto no sentido atual como no originário (...). Se o espaço e a paisagem são um produto social, será possível partir das formas espaciais que produzem a sociedade para chegar a elas e aos grupos sociais que as construiu (CAPEL, 2002, p. 20).

econômicos com feiras, pequenas madeireiras clandestinas de fundo de quintal, pequenas movelarias, mercadinhos, etc., compondo o STUR).

O mapa 6 apresenta a distribuição beira-rio do bairro da União, oriundo de ocupação irregular em 2010. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho (2010), foram identificados que 71% das famílias cadastradas são do Município de Parintins compreendendo zona urbana e rural. Do total, 5% são provenientes do Município de Barreirinha, 5% de Juruti (PA), outros 5% do Município de Nhamundá, 4% de Manaus e 10% oriundos de outros Municípios do Estado do Amazonas ou de outros Estados. Essa atração populacional reflete a polarização que Parintins exerce. Como bairro consolidado, o número de pescadores moradores cresceu. Estima-se que o número de pescadores filiados seja ainda muito maior no SINDIPESCA, cuja sede está localizada no bairro.

As figuras que constam no mapa 6 demonstram a importância da beira do Lago Macurany para acesso de embarcações e dinâmica interna do bairro. Ali surgiu um interessante conjunto elencado nas fotos laterais à imagem de satélite. As fotos 1, 4, 5, 6 e 9 são flutuantes que prestam serviços de resguardo de embarcações (marinas), oficinas mecânicas, pequenos reparos e restaurantes. A foto 2 é calafetagem e carpintaria naval fora dos estaleiros – proprietários de embarcações usam a beira para manutenção.

Na foto 3 percebe-se espaço de pedestres, moto-taxistas, fretes diversos e tricicleiros que conectam a beira ao restante da cidade que não possui transporte público. A foto 7 é uma ponta de rua com aglomerado de embarcações, demonstrando intensa disputa por esses espaços e a foto 8 é um posto flutuante. Configuram, enfim, uma verdadeira “cidade flutuante”, próteses criadas para atender as relações com os fluxos oriundos dos rios.

Os relatos de roubos de canoas, barcos e motores acoplados às canoas “rabetas” são frequentes entre os usuários dos serviços dos flutuantes. Isso evidencia a importância de repensar os rios e os espaços beira-rio em cidades na Amazônia como componentes do espaço intraurbano. As despesas¹³⁶ geradas com o serviço de “guarda-canoa” representam altos custos financeiros aos trabalhadores que dependem desse tipo de transporte fluvial (figura 14). Outros problemas causam tensões nessas beiras. As embarcações maiores “empurram” as menores causando danos e quebra dos cascos nas margens pela disputa por espaço.

¹³⁶ Relatos no vídeo anexo à tese.



Mapa 6: Centralidade no bairro União oriundo de ocupação popular no ano de 2010.
 Fotos: Estevan Bartoli (21/05/2012).
 Elaborado pelo autor.



Figura 14: Serviço de guarda motores tipo “rabeta” à direita; motor de popa à esquerda; e barcos ao fundo nos flutuantes.

Foto: Estevan Bartoli (06/2015).

A beira do lago Macurany, no bairro União, é usada durante o período da cheia. Há 147 pescadores cadastrados na Colônia Z-17 residentes nos bairros vizinhos, Paulo Corrêa, Itaúna I e II. Durante a estiagem, há recuo das águas do Macurany que chega a secar em anos consecutivos de vazante extrema. Os flutuantes se deslocam para a área lateral de castanheiras¹³⁷ e parte dos pescadores tende a ancorar e amarrar suas embarcações no rio Amazonas, face norte do sítio urbano de Parintins. Isso implica em cuidados redobrados. As águas do grande rio são turbulentas causando muitos prejuízos, batidas, danos nos cascos e até naufrágios. Vendavais, fortes chuvas, trombas d’água e banzeiros provocados por barcos maiores e cargueiros são um verdadeiro transtorno para os pescadores. Um antigo pescador entrevistado nos relatou: “quando o barco tá no rio Amazonas e periga temporal eu nem durmo direito. Deu temporal corro pra beira pra vigiar, porque se afunda, ave Maria!”.

Adentrando os quatro bairros supracitados, é possível perceber uma verdadeira economia popular pautada em recursos regionais. Feira de peixes, pequenas movelarias, “box” (banca) de venda de farinha, tucupi, remos, óleos, extratos de ervas e tantos outros elementos da cultura regional. Nesse sentido é que o entendimento do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho funciona como conector para complementaridade da economia urbana. Compõe circuitos que ligam diversos pontos do território de entorno de Parintins ao interior dos bairros, com fornecimento de recursos para comercialização e uso na cidade.

¹³⁷ Em 2016, houve ocupação na área das castanheiras demonstrada na imagem de satélite. Isso gerou debate intenso na cidade por ser uma das últimas áreas verdes da cidade e, principalmente, pelas castanheiras serem protegidas por lei federal.

Durante a terceira Conferência das Cidades¹³⁸ (01/07/2016), a presidente da associação de moradores do bairro União e uma das líderes da ocupação em 2010 disse que houve denúncias para a Capitania e prefeitura exigindo a retirada de parte dos flutuantes na beira frontal do bairro. As reclamações foram sobre a poluição causada por esgoto, óleo de motores, vazamento de gasolina e a perda de espaço para lazer e ancoragem livre. Relatou que, durante a formação do bairro, foi combinado na organização do movimento de ocupação, que as margens não seriam ocupadas, mas destinadas ao uso público. Era uma das áreas de resguardo de embarcações mais abertas e livres ao uso na cidade. Nesse sentido, a ocupação “irregular” é menos impactante do que os sítios e mansões das elites de Parintins. É um ótimo exemplo para desmistificar a organização e produção do espaço por movimentos populares enquanto “desordenado e caótico”.

A beira-rio materializa zona de contato entre o rural e o urbano na Amazônia. Entretanto, essa relação não é entendida pela dicotomia rural-urbano, mas por sua interpenetração e complementaridade dialética. Os homens e mulheres simples do interior passam a residir na cidade. Como ela ainda não fornece condições plenas para a sobrevivência desses cidadãos, estes frequentemente retornam ao “território-abrigo” do entorno de rios, várzeas, comunidades e aldeias.

Lideranças Sateré-Mawé estimam que, nos últimos anos, a presença de indígenas nesses bairros populares cresceu¹³⁹. Essa pendularidade constitui territorialidades fluidas, navegantes que são condicionadas pelo ritmo sazonal das águas e pela necessidade de extrair das matas e rios o sustento para a vida na cidade. Talvez seja essa circulação complementar que impede que a economia local entre em colapso. O Sistema Territorial é estratégia, prática e território de muitos “urbano-ribeirinhos”, pois é delimitado pelos que sabem circular¹⁴⁰ e os que sabem onde e como pescar. Portanto, o processo urbano não se encerra nas formas da cidade, apesar de ser indissociável a elas. A beira rio condensa, evidencia e possibilita essa processualidade, ponto de contato que permite permeabilidades.

Santos (1993) defende que cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente, onde:

¹³⁸ Ocorreu na Universidade do Estado do Amazonas. Participamos como palestrante explanando sobre o tema “A cidade que temos”. Abordamos o exercício de cartografia que fora realizado na mesma semana, os impactos das beiras de rio privatizadas, as consequências da expansão do plano urbano para a periferia com loteamentos aprovados ilegalmente pela câmara de vereadores em pleno processo de especulação imobiliária.

¹³⁹ Retomamos a seguir o censo populacional feito por pesquisadores sobre a etnia que necessita de atualização.

¹⁴⁰ Em 2011, retirei minha licença de Arraes Amador na capitania local e frequentemente navego pelo entorno conseguindo apreender como é complexa a variação sazonal com caminhos alternativos que se formam em furos, lagos e paranás.

(...) As mudanças estruturais não podem criar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado. (...) Por isso, um certo grau de adaptação à paisagem preexistente deve prevalecer em cada período. Em outras palavras, constituindo-se a paisagem e suas formas num legado aos tempos futuros, (...) as transformações da sociedade são, em certa medida, limitadas e dirigidas pelas formas preexistentes (SANTOS, 1993, p. 54).

Mesmo com a rápida transfiguração das margens da cidade, as beiras de rio e embarcações que preservam antigas formas de construção são elo e conectores do sistema territorial. Carregam a lógica de sujeitos que executam práticas espaciais, incluindo suas temporalidades.

Atracar uma embarcação na cidade, hoje, requer uma série de cuidados e se torna mais trabalhoso e oneroso para os pescadores. Uma das estratégias para acesso facilitado à embarcação pelos pescadores tem sido continuar morando em palafitas nas áreas de beira-rio dos bairros (figura 15). Vigilância, manutenção, limpeza, carga e descarga se tornam mais fáceis, evitando despesas com vigias. Nesse sentido, lançamos outro olhar aos aglomerados de moradias (no caso as palafitas) considerados assentamentos “sub-normais” para o IBGE. Falta saneamento e as condições arquitetônicas são péssimas com muita proximidade entre as moradias, pouca ventilação, ambiente insalubre pelo esgoto lançado diretamente no curso d’água, entre outros. Apesar disso, as palafitas urbanas cumprem importante função na manutenção de atividades como a pesca, pois fornecem o contato direto com o rio e preparação da embarcação para trabalho.



Figura 15: Moradias palafíticas como pontos de apoio facilitadores para manutenção de pescadores residentes na cidade.

Fotos: Estevan Bartoli (14/06/2015).

Outro aspecto importante observado foi várias famílias de pescadores e trabalhadores diversos que não possuem residência fixa na cidade, cujas embarcações tornam-se moradia.

Cozinhar no barco, auxiliar a tarefa escolar das crianças (que possuem o rio como espaço lúdico) e tantas outras atividades do dia-a-dia merecem atenção e ressaltam ainda mais a importância dos espaços públicos beira-rio. Estes servem de apoio a essas famílias, principalmente no período mais quente em Parintins que vai de julho a novembro. O barco torna-se nó de micro-territorialidades. Ouvimos relatos de derrubadas de árvores por proprietários de terrenos beira-rio para evitar uso da sombra por embarcações que ali ancoram. Pequenos detalhes que não aparecem aos olhares de quem não vive na beira do rio.

O contraste de usos do espaço nas chamadas “pontas de rua” (figura 16) é constante ao navegarmos o entorno do arquipélago em que o sítio urbano se assenta. Quem vive no barco dorme cedo. O pequeno gerador de energia, quando há, tem de ser desligado para poupar combustível, raras vezes sendo ligado pela noite quando há jogos de futebol na TV. Acordar cedo é obrigatório antes que a exposição ao sol torne o barco desconfortável. Uma temporalidade diferente ao meio urbano, dos que aqui passam a viver.



Figura 16: À esquerda, bajara atracada em ponta de rua no lago Macurany, que circunda a cidade; à direita, o interior de batelão moradia de 5 pessoas.
Fotos: Estevan Bartoli (14/06/2015).

Retomando a análise e caracterização em morfologia urbana, seus elementos fundamentais foram sistematizados por Whitacker e Miyazaki (2012)¹⁴¹. Tais aspectos, associados às pesquisas realizadas em Parintins, nos levam às seguintes pautas para aprofundamentos futuros:

¹⁴¹ Aspecto interessante ressaltado pelos autores é a densidade da ocupação e a identificação de áreas morfologicamente homogêneas e heterogêneas: aspectos sítio/plano/paisagem aparecem como determinantes em cidades ribeirinhas. Os limites de ocupação são cada vez mais salientados pela dispersão urbana que vem ocorrendo, em grandes áreas de ocupação irregulares com sérios problemas socioambientais.

i – análise do plano urbano e a evolução do plano: tema de estudos de Souza (2013), Carvalho (2013) e Bartoli (2011), estes constatam peso dos diversos agentes produtores do espaço e há levantamentos sobre a qualidade do espaço público em Parintins;

ii - relações do plano com o sítio urbano e os pulsos de cheias e vazantes: a sazonalidade do regime hídrico amazônico causa impactos severos em zonas rurais e urbanas. As cidades estão assentadas em sítios constituídos por arquipélagos fluviais, várzeas baixas, restingas entre outras configurações geomorfológicas tipicamente amazônicas. Isso suscita a demanda por investigação da importância do sítio, como demonstrado no mapeamento das áreas urbanas alagadas nas últimas grandes cheias de 2009 e 2012. No presente estudo de caso, aspecto importante a salientar é a maneira com que as populações tradicionais oriundas de comunidades ribeirinhas (pescadores e extrativistas) passam a usar os espaços modificados nas cidades, mantendo em certos aspectos, traços culturais de modos de vida a serem reconstruídos no meio urbano;

iii - fisionomia urbana: Whitacker e Miyazaki (2012) defendem que fisionomia se trata de uma noção e que poderia ser substituída pelo conceito de paisagem¹⁴² em seu sentido geográfico;

iv - relação entre o que é edificado e o que não é edificado: elemento fundamental quando relacionado aos demais aspectos, ressalta a crise dos espaços públicos principalmente na desconsideração ao sítio e a relação cultural das populações com o mesmo, o que impacta diretamente a qualidade de vida e usos mais abertos e democráticos.

Assim, a paisagem da cidade nos indica estruturas que compõem sua morfologia, arranjos organizados de volumes e sub-parcelamentos que expressam formas de acesso e propriedade, situados em um determinado porte físico (LANDIM, 2004). Não olvidemos que esses indícios também são determinados por condições culturais e ambientais. No caso de Parintins, as evidências ocorrem em contínuos conjuntos de habitações vernaculares (palafitas), típicos de populações ribeirinhas.

Essa breve reflexão sobre a morfologia, enquanto rugosidade condicionadora de acessos e mobilidade, necessita partir para questão relacionada às permanências de sujeitos que ainda tem o rio como referência de articulação de territorialidades. São pontos. Nós que

¹⁴² Interpretada como o domínio do visível e analisada em diferentes escalas, a paisagem é o que chega aos nossos sentidos, porém passível de deformações cognitivas e seletivas a cada ser humano. Composta de elementos naturais e artificiais, a paisagem é um conjunto de objetos com idades diferentes, sobrepostos em momentos, explicitando heranças de fases pretéritas (SANTOS, 2004). Arquitetônicos, referenciais, contínuos ou fragmentados, representativos do poder estatal ou privado, simbólicos ou banais, modernidades formais ou importação de formas exógenas, os elementos que compõem a paisagem e dão sentido à forma são de suma importância para evidenciarmos a fragmentação urbana e do tipo ideal de cidade.

ligam centralidades urbanas a áreas diversas do entorno. São parcelas do espaço de usos múltiplos, tanto no apoio para busca da subsistência e abastecimento da economia urbana, como fragmentos de referência simbólico-cultural.

A condição urbano-ribeirinha está nos sujeitos com desejos inerentes de continuidade e manutenção das práticas de navegação e das possibilidades que ela traz, mesmo com esforços de manutenção de embarcações como vemos frequentemente (figura 17). O barco do pai ou avô é sempre relatado com carinho pelos moradores que convivemos residindo em Parintins. Manter essas práticas espaciais parece dar sentido à vida a muitos dos que vivem aqui.



Figura 17: Rampa para içar canoas, à esquerda; e transporte de canoa com triciclo, à direita. Fotos: Estevan Bartoli (12/04/2015).

Nesse sentido, o clássico texto de Lefebvre (2004), desenvolve o conceito de heterotopia. O autor delinea espaços sociais limítrofes de possibilidades, fundamentais para alternativas de rumos em suas múltiplas dimensões (política, econômica, cultural e ambiental). Isto não decorre, necessariamente, de um projeto consciente, mas também das construções de sentidos e significados presentes no dia-a-dia das pessoas. Para o autor, estratégias de variados grupos passam tanto pela busca da emancipação e tomada de decisões quanto pelo direito da produção socioespacial. Assim, as propriedades das relações espaciais se articulam com as propriedades exteriorizadas do modo de produção em inúmeros níveis. A questão do controle sobre as relações e o *design* espacial, portanto, tem para a sociedade a mesma importância revolucionária que a luta pelo controle dos outros meios de produção. Ao

reportar sobre a possibilidade da revolução urbana, salienta que a própria **forma urbana** potencializa a geração de um objeto virtual, o urbano. A disposição espacial (morfológica e sociológica) contém o essencial do fenômeno urbano na sua centralidade, cujo movimento dialético constitui e destrói, cria e estiliza.

São aportes valiosos para proposições que converjam para busca de uma “justiça territorial” que concatene configuração territorial apropriada e moldada para produção de bem-estares sociais (possibilidade do lúdico, mobilidade, acessibilidade) e resolução das fragmentações e secções que espaços sofrem com a urbanização.

Alguns atores convivem com frações urbanas menos equipadas. Enquanto outros, dominantes e “racionalis”, se distinguem pelo acesso privilegiado às densidades técnicas e informacionais. “A ação humana é desse modo compartimentada segundo níveis de racionalidade da matéria” (SANTOS, 2004, p. 116). Assim, as formas, conteúdos e processos passam por metamorfoses e as embarcações se tornam moradia (dialogando com a malha urbana quando convém), transporte e instrumento de trabalho. A cidade, através dos grupos de maior poder de produção do espaço, rapidamente vem substituindo os espaços de dinâmica ribeirinha em suas margens (prevalecendo o uso espontâneo – valor de uso) por espaços beira-rio (hibridizando múltiplos usos e funções). Todos possuem aumento de centralidade ligada à variação fluvial sazonal, tipificados em Parintins da seguinte maneira:

1 – Beira-rio do bairro União – bairro popular: beiras sem construções com poucos impeditivos para atracagem. Cumpram papel social de uso das margens apesar de longos trechos ocupados por flutuantes. Serve a moradores como importante conector para a formação da economia popular, acessibilidade e mobilidade urbana aos bairros mais populosos da cidade. Há intenso trânsito de embarcações pequenas e médias; ponto de apoio das atividades que compõem o STUR.

2 - Beira-rio frontal (mapa 7): predomínio de balsas e empurradores ligados a grandes portos privados (foto 5 no mapa 7). Poucos trechos de acesso para pequenas embarcações, alguns locais com canoas (foto 8 no mapa 7), mas intensa turbulência do rio. A privatização das margens e os vários pontos de desmoronamento (fotos 1, 3, 4 e 6 no mapa 7 - terras caídas/erosão fluvial) propiciam vantagem aos proprietários de portos que lucram com o privilégio usufruir de parcela do espaço.



Mapa 7: Beira-rio frontal.
 Fotos: Estevan Bartoli (20/07/2016).
 Organizado pelo autor.

Sua centralidade sazonal foi descrita no capítulo 1, servindo primordialmente ao STUF com poucos trechos abertos às atividades do STUR. Por possuir o porto flutuante no centro da cidade, é importante conector com outras cidades da rede urbana regional.

3 – Lagoa da Francesa – enseada de uso múltiplo: beiras de uso múltiplo com centralidade sazonal, a lagoa materializa a sobreposição e complementação entre STUF e STUR. Apresenta contradições, tensões e convivência entre diferentes formas de uso, apropriação do espaço urbano, considerando a circulação fluvial. As figuras do mapa 8 apresentam:

Foto 1: temos entreposto pesqueiro flutuante de pequeno porte. Durante o ano percebemos apenas embarcações de pequeno porte desembarcando, como canoas com coberturas e bajaranas. Segundo os pescadores, há cobertura em canoas quando as mesmas necessitam permanecer mais tempo paradas, seja na beira de rio urbana, ou durante pescarias, cumprindo função de moradia;

Foto 2: maior hotel da cidade, *Amazon River*, é o único apto a receber eventos e hospedagem de maior qualidade atrelada a pacotes internacionais;

Foto 3: entreposto pesqueiro e fábrica de gelo Água do Mar. É um dos maiores receptores de pescado da cidade, possuindo 12 batelões que atingem calhas dos rios Solimões e Madeira;

Foto 4: frigorífico Avômar. Também um dos maiores entrepostos pesqueiros e fábrica de gelo. Segundo pescadores, tem alterado sua estratégia, diminuindo frota de barcos particular e terceirizando/contratando batelões. Outras atividades como os estaleiros navais, olaria, madeireiras e aglomerados de palafitas, também compõem as margens da lagoa da Francesa.

3.1.4. A Abrangência Espacial da Atividade Pesqueira a Partir da Cidade

A segunda etapa da cartografia junto aos pescadores objetivou entender a área de abrangência da atividade, os trajetos, distâncias, conflitos socioambientais e, principalmente, como a cidade “impulsiona” os pescadores para áreas cada vez mais longínquas.

Dividimos os questionamentos a partir de dois tipos de embarcações: as grandes (batelões e bajaranas acima de 12 metros) e as pequenas (canoas-rabetas¹⁴³ e “bajarinhas” abaixo de 10 metros).

¹⁴³ Rabeta é o nome do motor pequeno acoplado à canoa.



Mapa 8: Lagoa da Francesa.
 Fotos: Estevan Bartoli (12/07/2016).
 Organizado pelo autor.

Para a atividade de cartografia participativa, levamos impresso num banner uma imagem de satélite tendo Parintins ao centro e abrangendo 200 km para as direções leste e oeste. Fomos surpreendidos quando os relatos revelaram distâncias muito maiores da atividade tendo a cidade como ponto propulsor. O setor pesqueiro veio ganhando densidade nos últimos anos. Isso propiciou condições para que a atividade atingisse distâncias cada vez maiores a oeste da sede devido os conflitos e tensões a leste limítrofe ao estado do Pará como veremos.

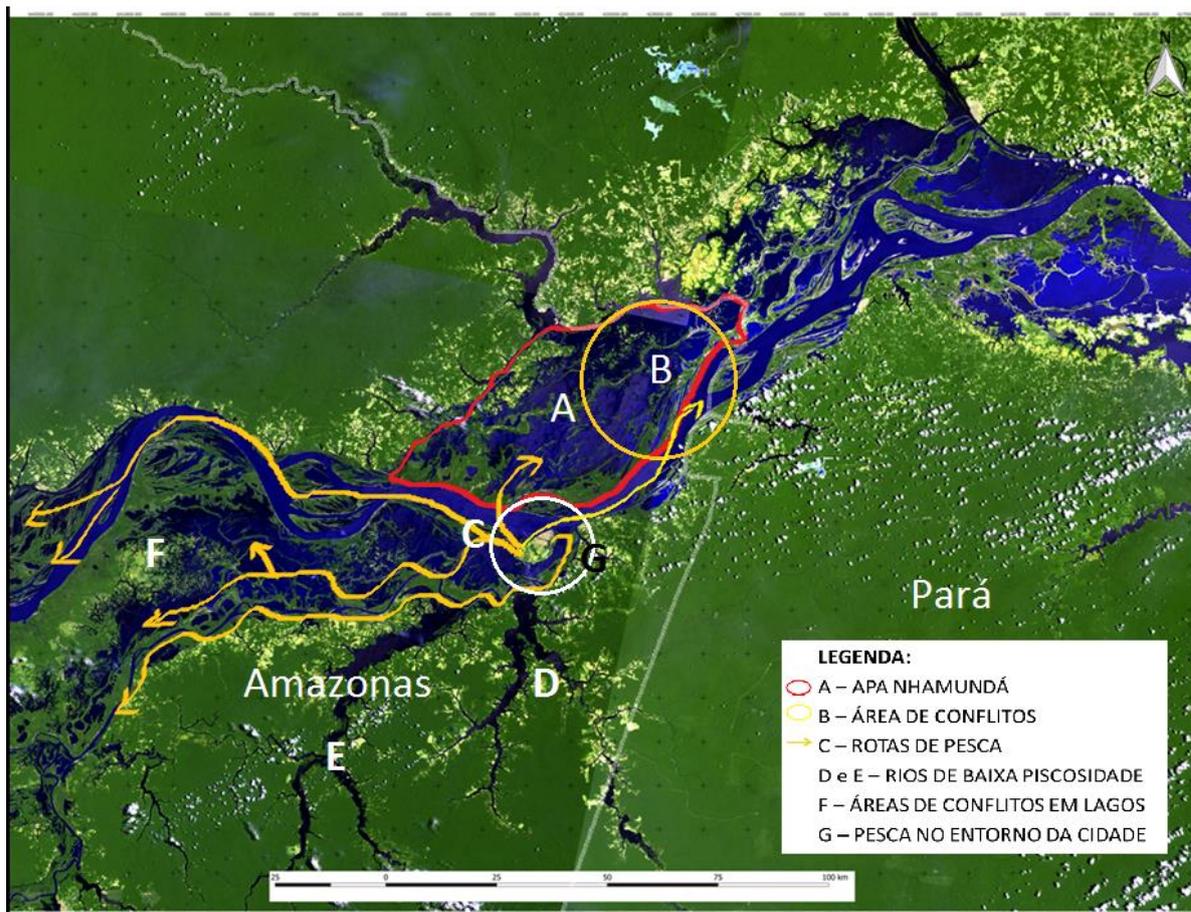
As embarcações maiores realizam pesca, na maioria das vezes, a oeste da sede municipal. Circulam entre as centenas de lagos no interior da ilha Tupinambarana¹⁴⁴ e na APA¹⁴⁵ Nhamundá (mais conhecida pelos pescadores como lago Macuricanã), demonstrados nas setas amarelas no mapa 9.

Proprietários de embarcações e trabalhadores foram entrevistados sobre o tema. Segundo eles, de acordo com a época da pesca (fartura de cardumes e período), disponibilidade de financiamento e mercado favorável (preços), a pesca alcança áreas do rio Solimões cerca de 850 km de distância de Parintins. Chegam até o município de Tefé em busca de peixes de escama muito mais valorizados e já escassos na região de Parintins, como o pirarucu, tambaqui e o jaraqui. Ocorreram relatos de compra de Pirarucu de cativeiros em Manacapuru, município limítrofe a leste de Manaus. Outros relataram atingir a calha do rio Madeira, cortando caminho pelos intrincados canais e cursos da ilha Tupinambarana, chegando até o município de Manicoré. Ambos os rios, Solimões e Madeira, possuem afluentes com cabeceiras em áreas mais preservadas e de características hídricas que propiciam maior quantidade de peixes, as chamadas águas brancas ou barrentas.

Não é nosso objetivo descrever os inúmeros itinerários e rotas de pesca. São várias as configurações que exigem coletas de dados minuciosos envolvendo: variação sazonal, quantidade de pesca no ano relacionada ao nível do rio do ano anterior (escassez ou fartura impulsionam pescas mais longínquas), financiamento e preço pago no mercado urbano, como citado.

¹⁴⁴ A Ilha Tupinambarana se estende de Parintins até o rio Madeira, na verdade é um complexo de ilhas delimitado pelo rio Amazonas e paranás, atravessando vários municípios.

¹⁴⁵ A área de Várzea predomina na APA Nhamundá e sua paisagem tem como destaque duas formas representativas: uma representada pelas restingas, e a outra formada pela presença de áreas inundadas, mesmo no período da estiagem, chamadas de lagos e baixios, ricos em espécies aquáticas formando o conhecido complexo Macuricanã (SEMA, 2015).



Mapa 9: Rotas de pesca e conflitos socioambientais.

Fonte: Cartografia participativa realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2016 na Colônia Z-17.

Organizado pelo autor.

Portanto, é a mediação da cidade que propicia a estruturação da atividade. O nó articulador de Parintins influencia ações que se estendem pelo território (malha) através da rede fluvial. A cidade fornece estrutura para essa expansão dispondo de: construção de embarcações em indústria naval tradicional, cinco fábricas de gelo, três empresas médias processadoras e receptoras do pescado, absorção pelo mercado urbano e presença de instituições de fomento (bancos para financiamento da atividade), assim como a Colônia e o SINDIPESCA como novas formas mediadoras da produção territorial. O curso em tecnologia de pesca oferecido pelo IFAM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus de Parintins) também vem somando a essa densidade urbana. No mais, são os milhares de homens e mulheres que possuem tradição familiar e relação cultural associadas a costumeira e laboriosa atividade da pesca. São vistos sempre consertando suas redes e malhadeiras pelas ruas e embarcações da cidade.

Entrevistamos cerca de 40 pescadores (Anexo I) além dos nove que participaram dos exercícios de cartografia. Todos frisaram que distâncias cada vez maiores estão sendo

percorridas para obtenção do pescado. Uma característica importante foi notada: através de financiamento pelo BASA S/A (Banco da Amazônia S/A), vinculado ao PRONAF, pescadores estão substituindo motores de antigas embarcações por máquinas mais modernas. Assim, distâncias maiores são percorridas em menor tempo, ou maiores quantidades de pescado são carregadas no retorno. Isso demanda maior torque do motor e menor gasto de diesel.

No item seguinte, refletimos sobre como as embarcações e seus construtores materializam características importantes do STUR. Descrevemos a atividade do assentador de máquinas, cujas entrevistas demonstraram aspectos da substituição de motores alterando a relação espaço/tempo nos rios da Amazônia também em barcos de madeira¹⁴⁶. Batelões de 18 a 22 metros chegam a levar de 14 a 16 toneladas de gelo¹⁴⁷ e retornam com quantidade variada de pescado dependendo da época. Na safra, distâncias menores são percorridas com menos gelo e menor tempo de permanência. Na cheia o oposto. Isso demonstra características da extensão e natureza da rede urbana na Amazônia pela atividade da pesca, variando sazonalmente.

Os pescadores chamados de *armadores* usam com maior frequência grandes redes conhecidas como “arrastão” e muito menos a “tarrafa”, esta última mais usada para locais específicos e pesca em lagos. A evolução das técnicas da atividade é constante. O objetivo é diminuir os esforços da produção pesqueira e aumentar o máximo possível a captura de pescado, aumentando a produtividade média.

Ocorrem estratégias interessantes quanto ao uso de embarcações. Na cheia, a quantidade de pescado é menor. Os peixes se espalham por enormes áreas inundadas, se escondendo em matas de igapó, várzea, furos, lagos, etc. Donos de batelões acabam chamando pescadores urbanos de canoas-rabetas que estão inativos, levando de 6 a 12 canoas para pescaria. Num ponto preciso, as canoas se espalham. Estendem redes em áreas mais rasas retornando ao batelão posteriormente. Cada pescador de canoa tem sua pesca pesada no momento e recebe de acordo com sua produtividade. A seca é considerada a safra da pesca. Período de recuo das águas, os peixes retornam das áreas inundadas e se concentram nos rios. Muitos pescadores de canoas passam a pescar por si próprios. Pelo menor volume do leito dos rios, atingem pontos que embarcações maiores não chegam. Resumindo, as estratégias e tipos de barcos também variam de acordo com o período de secas e cheias.

¹⁴⁶ Nos últimos anos tem ocorrido aceleração da substituição de embarcações, entre elas as de alumínio, que fazem percurso de passageiros um terço mais rápido que os barcos “recreio” (antigamente de madeira e hoje de ferro).

¹⁴⁷ Trechos no documentário em anexo mostram o carregamento de gelo em um Batelão pesqueiro.

A leste da cidade, foram relatados inúmeros conflitos pelas incursões de barcos paraenses (APA de Nhamundá e adjacências – B, no mapa 9). Estes partem de Santarém em frotas numerosas frequentemente gerando protestos por parte de comunidades atingidas e pescadores urbanos. A pressão sobre o estoque pesqueiro é gritante nessa invasão e temos visto frequentemente nos beiradões e flutuantes de Parintins, outro tipo de embarcação: a pesqueira marítima. A capacidade de carga desta é de 30 toneladas, indicando que embarcações de Belém estão adentrando ao território do Amazonas para pesca¹⁴⁸. Geralmente, as frotas e barcos do Pará adentram ao Amazonas pelo setor norte da APA de Nhamundá. São cientes de que há fiscalização na calha central de Parintins e na principal entrada de acesso frontal a Parintins, onde há comunitários alertas. Esses conflitos se desdobram no terreno da cidade, base de reações.

O interessante é que os pescadores de Parintins são proibidos de entrar no território de pesca do Pará devido os conflitos entre pescadores defendendo seus territórios a partir de acordos de pesca¹⁴⁹. Isso evidencia a sobreposição das áreas de influência de duas cidades médias através de relatos de conflitos entre pescadores: Parintins (AM) e Santarém (PA)¹⁵⁰. Afinal, são as estruturas fornecidas por essas cidades, atreladas a setores do capital mercantil (empresas locais no caso de Parintins) e financeiro (bancos e casas de crédito), que estimulam o aumento da pressão sobre as áreas de pesca, gerando conflitos¹⁵¹.

A quantidade de conflitos também é frequente entre fazendeiros e pescadores (F, no mapa 9) e entre pescadores e comunitários que residem na APA¹⁵² (A, no mapa 9). Constatamos que se faz uso da canoa/rabeta com mais frequência dentro da APA. Segundo os pescadores, torna-se mais fácil se esconder da fiscalização do IBAMA ou evitar confronto

¹⁴⁸ Os proprietários de embarcações de pesca marítima se recusaram a conversar e demonstram clima tenso com nossa presença. Essa disputa em territórios de pesca reflete a pressão e escassez de pescado sobre toda a calha do rio Amazonas pela pesca industrial.

¹⁴⁹ Comunidades envolvidas em acordos de pesca no município de Parintins - AM: Paraná de Parintins, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Menino Deus, Valéria, Santa Rita, Betel, Bete Semes, Samaria, São Paulo, Murituba, Santa Maria, Santo Antonio, Laginho, Santíssima Trindade, Bom Socorro, São José, São João Mato Grosso, Irmãos Coragem, Flor de Maio, Miriti, Nossa Senhora Aparecida, Santana, Açai, Máximo e Colônia Princesa Isabel (Fonte: Escritório Regional do Ibama. Parintins, 2010).

¹⁵⁰ Alguns pescadores entrevistados disseram ter participado de pescarias com barcos vindos de Santarém, por conhecerem as rotas dos intrincados e complexos lagos da região. Relataram que tais incursões eram muito bem planejadas e contavam com melhor infraestrutura com botes de alumínio e barcos maiores. Possivelmente, estas “invasões” aos lagos do Amazonas contam com o financiamento de grupos processadores de pescado em Santarém.

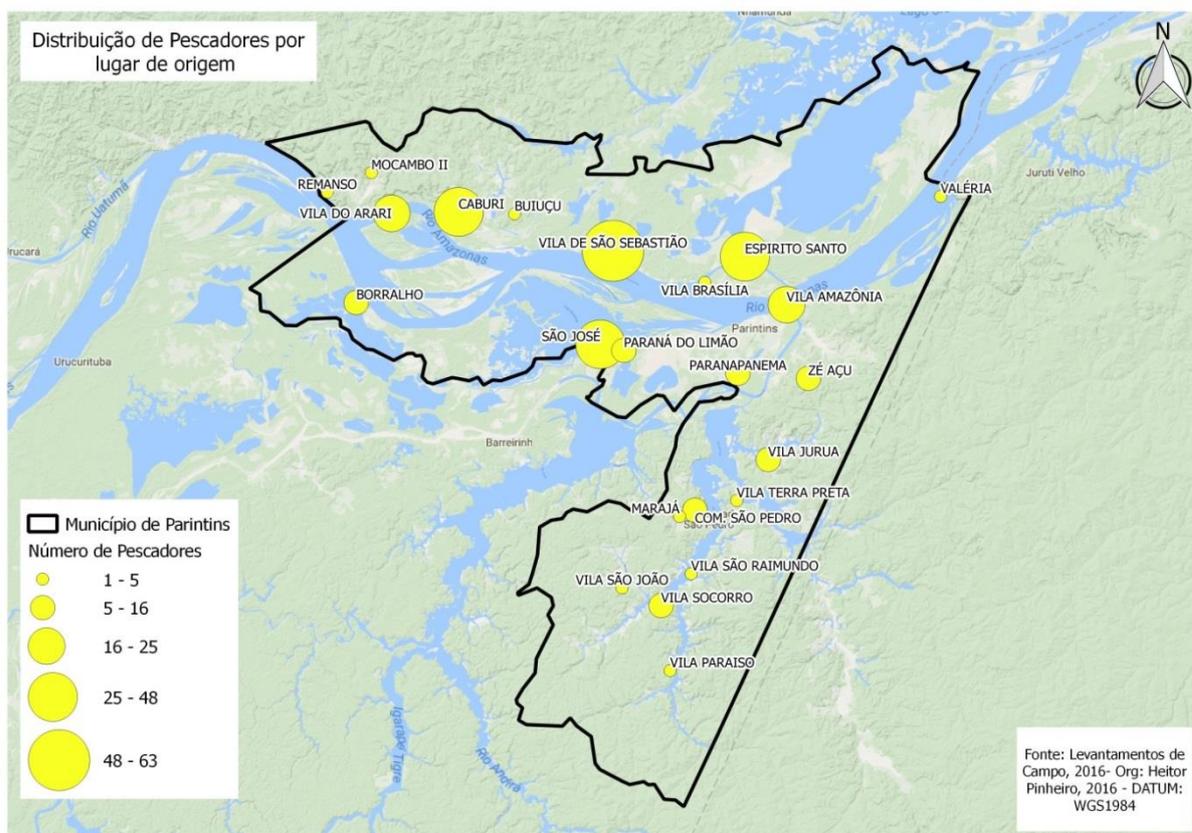
¹⁵¹ Alguns pescadores relataram realizar vendas para Santarém quando o mercado local se satura, atingindo algumas vezes até Belém.

¹⁵² Área de Proteção Ambiental Estadual (APA) Nhamundá foi criada por meio do Decreto Estadual nº. 12.836, de 09 de Março de 1990, com área de 195.900 hectares. Localiza-se no extremo Leste do Estado do Amazonas, em um espaço físico ao norte do município de Parintins e Sul do Município de Nhamundá. É situado em dois ecossistemas, sendo, terra firme, quinze por cento (15%), e várzea, oitenta e cinco por cento (85%).

com comunitários locais e fazendeiros, singrando através da imensidão dos mais de 370 lagos que compõem o complexo Macuricanã (A, no mapa 9).

A sudoeste da imagem temos os rios Andirá (E, no mapa 9) e Uaicurapá (D, no mapa 9) que, por suas características físico-químicas, possuem menor quantidade de peixes. Todavia, possuem intensa pesca artesanal pela quantidade de comunidades em suas calhas.

Outra perspectiva se lança sobre os sistemas territoriais a partir da distribuição de pescadores na área municipal (mapa 10).



Mapa 10: Distribuição espacial dos pescadores filiados à Colônia Z-17 na área municipal.
Fonte: Colônia Z-17

Comunidades ribeirinhas nas áreas de entorno da cidade possuem, cada uma, ações e projetos coletivos. Buscam contatos diversos na cidade para atendimento de demandas de serviços educacionais, saúde, instituições, defesas de interesses e mercado. Sempre encontram pressões sobre seus domínios territoriais, sejam madeireiras ou grupos de pesca predatória. Conflitos, negociação e reações ocorrem na cidade e os comunitários se dirigem às rádios locais, ao IBAMA ou para Colônia manifestando-se no sentido de obter auxílio¹⁵³. Resta

¹⁵³ Em 2016, foram noticiadas duas “invasões” de pescadores paraenses nas rádios de Parintins. Quando pressionados, os agentes do IBAMA nada puderam fazer, alegando falta de combustível. O sucateamento do

saber a maneira com que tais pontos são ativados positivamente por essa malha de influência urbana podendo se comportar como nós secundários para ações dos sujeitos que transitam entre os dois ambientes, rural e urbano.

Os moradores do interior, quando aportam em Parintins, enfrentam problemas residindo em barcos com suas famílias pelos beiradões enquanto “usam” a cidade. Dirigem-se com maior frequência para comercialização durante a cheia. É época quando amplas faixas de terras são alagadas e o dinheiro de colheitas e venda de gado está disponível para compras no comércio local¹⁵⁴. É comum na cheia a busca de empregos temporários por parte de moradores interioranos, temática ainda por ser desvendada, mas que revela condições múltiplas do STUR com a migração sazonal.

Muitos moradores de comunidades a leste da imagem dependem ainda de embarcações “de linha” que realizam trajeto Parintins-interior. Trazem mercadorias e transportam pessoas e a produção dessas comunidades. Uma espécie de regatão moderno. A vinda para a cidade com embarcação própria nem sempre é possível para moradores de comunidades devido ao custo de combustível e outras dificuldades já relatadas. Barcos de trajetos interior-cidade geralmente estão cheios, pois trajetos para cabeceiras de rio em comunidades longínquas nem sempre são realizados.

* * *

Portanto, o território dos pescadores é perceptível a partir da delimitação de beiras de rios e lagos repletos de embarcações. Há a presença de delimitações simbólicas claras como barracas, tendas e bares improvisados, que sinalizam quais populações são usuárias desses fragmentos do espaço urbano. A partir de frações usadas, ocorre territorialização do espaço pelos processos de “apropriação”, seja ela concreta ou simbólica (HAESBAERT, 2012), onde delimitações ocorrem por meios das práticas.

A formação dos territórios desses pescadores está pautada em relações diversas com instâncias de poder (como a Colônia ou a mediação pelo capital mercantil). Tendo controle e delimitação de certas áreas (acordos de pesca e conflitos), possui duas frentes:

órgão e a migração de partes de suas atribuições para o IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), sem nenhuma presença no município, tem deixado um cenário de ausência de fiscalização. Esse é um dos fatores que aprofundam a interconexão entre STUR e STUF, com o segundo exercendo cada vez mais pressão sobre o primeiro.

¹⁵⁴ Essa informação foi obtida através de um escritório de contabilidade na cidade que confirmou ser o momento que antecede a cheia de maior movimentação no comércio da cidade.

a) construção de relações sociais que reproduzem condições mínimas da manutenção da atividade. Isso aparece de maneira processual e dialética no interior do sistema territorial: desde a luta por moradias nos bairros oriundos de ocupações irregulares (legitimando demanda elementar para sua existência), até conflitos por acesso a beiras de rio;

b) mediações por setores atrelados ao capital mercantil exercem influência tanto na saída, quanto na chegada do pescador em sua atividade. O território da pesca possui nó determinante na cidade. Esta financia e se apropria de fração enorme do trabalho despendido pelos trabalhadores, a partir do baixo preço pago pelo pescado.

A Colônia Z-17 torna-se espaço de negociação e disputas internalizando questões que ampliam cada vez mais seu papel e importância. A evolução de suas relações internas ainda caminha para maior autonomia relativa do grupo. Mesmo com tímidos programas implantados para melhorar condições dos pescadores, a abrangência da atividade exige ampliação do papel mediador da Colônia. Comportando-se como um ponto (posição dos sujeitos na cidade), estabelece outra rede a partir de suas ações ainda insipientes, nos diversos programas e assistências aos pescadores.

Da mesma maneira, a Colônia auxilia em questões como a formação de acordos de pesca junto ao IBAMA na implementação da APA Nhamundá, que já apresenta diminuição drástica do pescado. Milhares de outros pescadores são afetados pela submissão à esfera mercantil que envolve a atividade pesqueira. Numa geometria zonal, pressionados ao norte pelas tensões e limitações da APA¹⁵⁵ e a leste pela pressão de grupos paraenses, os pescadores são “empurrados” e impelidos a ir cada vez mais longe. Passam a ter obrigação de atingir produtividade enorme para custeio dos gastos feitos na cidade. Gelo, gasolina e rancho são gastos altos e, no retorno, a apropriação do excedente de trabalho (mais-valia) é realizada pelo pagamento insignificante pelo quilo na maioria das espécies.

Enquanto formadora de território, a Colônia tenta se desvencilhar da tutela direta do Estado e de políticos ligados a esferas estaduais de organização trabalhista de setores pesqueiros. A importância da Colônia, enquanto centro decisório, aumenta assim como a pressão oportunística de políticos locais para se apropriar do capital social que ela possui. Os pescadores estreitam cada vez mais sua dependência do circuito mercantil de atravessadores

¹⁵⁵ A APA Nhamundá possui enorme complexidade. Com 33 comunidades/localidades abrigam 1.400 famílias, que juntas totalizam cerca de 7.000 pessoas. Isso desencadeia disputas e tensões em variadas frentes pela gestão dos recursos. Embora a APA possua recursos naturais ainda bastante conservados, percebe-se que algumas atividades, como a pesca, sofre intensa busca das espécies e conseqüentemente a diminuição gradativa do estoque natural (SEMA, 2015).

locais carregando, no ato da pesca, a sobreposição de lógicas do STUF e do STUR. A malha, base e substrato do território (mais concreto e enraizado), é absorvida e sobreposta pela rede dominante atrelada ao capital mercantil urbano, tendo variações como anteriormente explicitado.

Assim, o sistema territorial formado a partir da Colônia apresenta multidimensionalidade na composição da territorialidade dos pescadores. Estas seguem didaticamente resumidas à guisa categorização e resumo final.

Primeiramente, há evolução de territorialidades a partir da Colônia. Isso adensa relações com pescadores, mas ainda é presa às antigas práticas de uso político de suas atribuições. Tenta se desvencilhar paulatinamente desse papel eminentemente clientelista atrelado ao fornecimento de seguridades.

As relações escalares da Colônia são intrinsecamente políticas. Em passado recente, seu controle transitou de tensões e disputas nas escalas estaduais e setoriais as quais estava vinculada, indo para a esfera municipal. Acabou sendo objeto de cooptação pela atual gestão de Parintins que finda em 2016. As escalas institucionais foram de enorme importância nos programas e projetos. Ao conseguir avanços propiciados pelas mudanças institucionais, a Colônia caminha a curtos passos para obter melhorias significativas aos pescadores associados. Os programas e projetos criados através de incentivos federais foram avanços significativos, mas sofreram recuos com a posterior crise fiscal.

O lado positivo foi sinalizar a ampliação das funções da Colônia. A baixa escolaridade dos pescadores ainda persiste sendo um dos impeditivos de maior adesão aos programas e projetos. Isso internaliza, ainda, a cultura da dependência histórica das decisões dos “homens de cima”, personificados em lideranças ou políticos locais. Perdemos a conta de quantas vezes ouvimos a frase: “o governo não nos ajuda...”, demonstrando a eterna espera vinda “de cima”.

Em segundo, o espaço urbano, como condição, meio e produto (CARLOS, 2009) para ações de pescadores, demonstra contradições de processos que suas territorialidades ensejam na formação do STUR, cada vez mais submissos e envoltos às determinações e lógica do Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF). Pescadores e carpinteiros navais passam a se adaptar às constrições do espaço urbano, produzido por agentes ligados à sua funcionalidade mercantil enquanto mercadoria vinculada ao valor de troca. Um espaço intraurbano-ribeirinho se desenha nas beiras de rio de bairros populares e diversos fragmentos espalhados pela cidade.

Em terceiro, as embarcações internalizam as contradições dessa relação conflituosa que o STUR passa a ter com o STUF. Os trabalhadores passam a permanecer cada vez mais tempo (relatos de até 20 dias) nas embarcações, sujeitos a condições de trabalho muito precárias. A exploração do trabalho ocorre em duas maneiras, pois se intensifica o esforço para pesca e os dias de pescaria são estendidos para recompensar os altos gastos e baixo retorno da renda. Esse circuito é mediado pelos receptores/atravessadores na cidade.

A continuidade da moradia no barco, enquanto há espera para nova saída, sinaliza característica da centralidade da embarcação para a constituição do STUR. As embarcações são refúgio dos que não foram “absorvidos” plenamente pela lógica da cidade, não podendo pagar aluguéis ou construir moradias em escassos espaços da ilha. Acoplados como próteses às beiras de rio, batelões, bajaranas e canoas são composições flexíveis das territorialidades que o STUR abarca. Vejamos o esforço de síntese desse sistema territorial no quadro 12.

Crítérios de Análise	Aplicação
a) Relação histórico-cultural e relações com o sítio e situação da cidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Bairros antigos com tradição de pescadores e bairros novos modelando espaços para a atividade; - Análise indica situação de Parintins enquanto nó sub-regional da atividade; - Espaço intraurbano-riberinho apresentando tensões, conflitos e disputas por espaços.
b) Relação com os recursos locais, capacidade de processamento; relações com o <i>milieu</i>.	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão sobre o estoque pesqueiro; - Baixa capacidade de processamento; - <i>Milieu</i> ainda insuficiente para realizar mediações de maior qualidade (desde a pressão sobre espécies, conflitos por territórios, exploração de pescadores), mas propício a melhoras pela presença institucional e evolução da Colônia.
c) Abrangência da área de atuação e influência econômica; capacidade de ativação de pontos no território.	<ul style="list-style-type: none"> - Influência em acordos de pesca; - Áreas de exploração pesqueira crescentes com aumento da mediação das unidades receptoras de pescado; - Crescente disputa por territórios de pesca.
d) Autonomia relativa frente às redes locais de poder; capacidade de criar relações em escalas variadas:	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoras nas relações e na dependência históricas com o estado e redes de poder políticas, mas ainda baixa capacidade de criação de projetos de maior autonomia.
e) Papel da cidade no processo de desenvolvimento para proposição de circuitos potenciais.	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema Territorial extremamente promissor corroborando a dualidade que o STUR contempla; - Potencial de processamento na cidade a ser incentivado com formação de cooperativas de pescadores.

Quadro 12: Síntese do sistema pesqueiro e sua relação com a Colônia Z-17.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Organizado pelo autor.

3.2. Tilheiros e a Carpintaria Naval: um sistema local territorial na cidade “flutuante”

No período pré-colonial, os indígenas apresentavam meio de transporte fluvial a remo sendo a canoa o principal meio de locomoção. Segundo Bittencourt (1957), a etnia Mura percorria trajetos entre os rios Solimões, Madeira e Negro. As embarcações sempre tiveram papel central nas relações sociais e econômicas dos povos desde os primórdios, onde

na Amazônia o rio assume uma importância capital no seu progresso, tornando-se o responsável direto pela valorização da terra e fixação do homem. A ele, cabe, portanto, o prestígio eminente da nossa participação no complexo social e econômico. Traço de união pavoroso e tirânico estendido em nervuras de verça, não se mobiliza apenas em função da geografia: explica, de outro modo, a formação esporádica dos agregados humanos e trai, na sua evangelização silenciosa, a procura incessante de uma estabilização de culturas marginais (MONTEIRO, 1958).

Conforme Carvalho (1966), somente os indígenas em suas *igarités*¹⁵⁶ eram capazes de fazer incursões pelos furos, *igarapés* e *igapós* sem se perder. Entretanto, não havia possibilidade de percorrer grandes distâncias, vista a imensidão dos caudais que compõem a bacia. Relatos de 1722 do Jesuíta português João Daniel (2004), cronista da Companhia de Jesus que viveu na região, descrevem que canoas, em sua maioria, eram feitas de cascas de pau que as tornavam muito frágeis para navegar as muitas léguas de cursos de rios. Segundo o autor, os indígenas capturados passaram a desenvolver confecção de embarcações e novos tipos de canoas que seriam utilizadas pelos portugueses na construção de *bargantins* (embarcações de dois mastros) iguais aos feitos na Europa. Isso favoreceu contato e expansão da navegação portuguesa¹⁵⁷. Demarca-se, assim, a introdução de novas técnicas que passaram a ser adaptadas aos recursos existentes e a necessidade de dominar a imensidão do território amazônico. São outras embarcações, maiores e com intencionalidades distintas que as simples práticas espaciais indígenas de pesca e subsistência.

¹⁵⁶ Nomenclaturas de embarcações variam em cada sub-região da Amazônia. Em Parintins e arredores, *Igarité* corresponde à canoa escavada em um único tronco, não apresentando divisas entre tábuas. É também popularmente chamada de *casco*.

¹⁵⁷ Prado Júnior (1992) destaca em sua obra a importância de embarcações adequadas a essas vias marítimas, que já eram comumente utilizadas pelos nativos em suas necessidades, passando a servir os missionários e colonos na conquista e ocupação da Amazônia. Segundo o autor, “para as distâncias enormes que cobrem seus trajetos, contados por centenas e centenas de léguas, de que meios de transporte e condução dispunham os colonos? É para a navegação, particularmente à fluvial, que estavam melhor aparelhados.” (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 258).

Outra introdução técnica para reduzir tempos de deslocamentos ocorreu no período da borracha. O barão de Mauá investiu na navegação a vapor regional cuja frota começou a operar com navios pequenos que levavam 22 dias na viagem Belém-Manaus-Belém. Essa era uma velocidade sete vezes maior que a das embarcações da época. Pelo sucesso e lucros crescentes¹⁵⁸, permitiram a ampliação da flotilha. A motorização à combustão sucedeu esse tipo de embarcação que sinalizou como inicial alteração da relação espaço-tempo induzida por tecnologia exógena.

A produção de embarcações em madeira por artesãos locais é, por excelência entre os grupos e atividades que estamos comparando, a mais perceptível quanto à materialidade. Seja pelos objetos construídos, técnicas utilizadas, usos do território ou formação de territorialidades, denotam certa coevolução. O espaço urbano passa a reunir condições de aglomeração de atividades, serviços e proximidade que facilita a reprodução dessa atividade. Ao mesmo tempo, a valorização do espaço urbano e a constante disputa entre agentes produtores do espaço por localidades beira-rio pressionam os antigos estaleiros navais. Isso, somado à constante pressão concorrencial dos novos tipos de embarcações (feitas de alumínio e ferro principalmente), causa fragilidade na forma com que a atividade está inserida na cidade de Parintins.

Esse contexto de contradições, rupturas e continuidades, fornece indícios empíricos para busca do entendimento de dinâmicas territoriais existentes em uma cidade com forte permanência de aspectos ligados ao uso dos rios e ao entorno imediato como fonte de recursos. O acesso das populações tradicionais (indígenas ou ribeirinhos) ao usufruto de atrativos na cidade e do *milieu* urbano (enquanto mediação entre sujeitos e seus objetivos almejados) é elemento essencial na luta diária por alternativas de construção de territorialidades. Estas são ligadas ao vivido/praticado, e possíveis vias de constituição de territórios.

As embarcações são resultantes da interação de longa duração de populações com o meio circundante. Este é construído e influenciado dialeticamente pela maneira com que as cidades vieram sendo inseridas em ciclos de valorização de determinadas atividades produtivas regionais. Reflexo de divisões territoriais do trabalho, elas passam a participar cada vez mais da vida urbana e suas demandas, até mesmo suprimindo lugar de moradia.

¹⁵⁸ “A receita total da Companhia triplicou em apenas quatro anos, o que a levou a ampliar a flotilha para dez paquetes. A receita continuou em ascensão; a média anual de 1863 a 1867 representou o décuplo do que fora em 1853. A demanda se intensificou a tal ponto que a Companhia não pôde continuar a atendê-la sozinha. Surgiram, assim, a Companhia Fluvial Paraense e a Companhia Fluvial do Alto-Amazonas” (SANTOS, 1980).

Resultado de hibridização de técnicas europeias e saberes indígenas, aparecem não só como patrimônio (i)material. Surgem também na construção de bens socialmente necessários à reprodução dos modos de vida dessas populações. Podemos ir além: são bens que permitem uma circulação necessária da complementaridade e interpenetração entre o rural e o urbano através dos rios.

Assim, embarcações de madeira devem ser encaradas como elemento recursivo estratégico, pela capacidade de transformar e adaptar matéria-prima regional. Ressalta-se o caráter renovável da madeira e a não dependência de outros materiais como o aço, ferro e alumínio, apesar da atual pressão pela substituição da matéria prima utilizada considerando questões de segurança e escassez do recurso. O papel social do transporte fluvial conta com a presença das cidades como elo condicional para manutenção da atividade: financiamento, peças, serviços, mão-de-obra e, principalmente, o saber de experientes artesãos construtores em estaleiros antigos.

Dentre os grupos analisados, a carpintaria naval e a constituição dos tilheiros apresentam características que os colocam como Sistema Territorial Local potencial. Estes possuem longa tradição de uso de recursos locais, mas ainda não estão organizados como coletivo de interesse. A atividade depende de fatores locacionais intraurbanos, com forte interação com o sítio urbano, sendo muito mais suscetível ao regime hídrico sazonal. As características ressaltadas através da observação empírica e aplicação de formulários, em descrição qualitativa e quantitativa sobre a reprodução do grupo, são:

- a) Inserção na economia urbana e práticas no espaço intraurbanos, ligados ao uso de margens de rios, condicionados o ciclo de vazantes e cheias (relação com sítio);
- b) Formas de organização produtiva, divisão do trabalho e funções (especializações em tarefas na produção de embarcações) dando atenção ao ambiente dos tilheiros (estaleiro naval) enquanto local informal de aprendizado e transmissão das técnicas de antigos artesãos;
- c) Analisar o uso de recursos regionais (madeira principalmente) descrevendo a diversidade de espécies e a forma de utilização relacionada às técnicas;
- d) Descrever principais tipos de embarcações fabricadas, suas funções e sistemas territoriais atendidos; buscar entendimento da mudança na forma das embarcações ao longo dos anos relacionada à adaptação de suas funções (barcos para pesca, transporte de gado, etc.); verificar, principalmente, a introdução de novos materiais

na fabricação e inserção de motores, interpretados enquanto novidades técnicas oferecidas pelas empresas comerciais locais.

Há, portanto, influência da cidade na forma e fabricação das embarcações, bem como nos seus conteúdos e usos. Por se tratar de atividade de saber não formal e não codificado, ocorre coletivização do conhecimento tradicional da atividade de carpintaria naval. Isso se expressa na quantidade de artesãos especializados em embarcações de madeira encontrados por toda a região. Técnicas e tipologias de embarcação são disseminadas pelo território, com influência tanto de mestres do Pará, quanto do Amazonas¹⁵⁹.

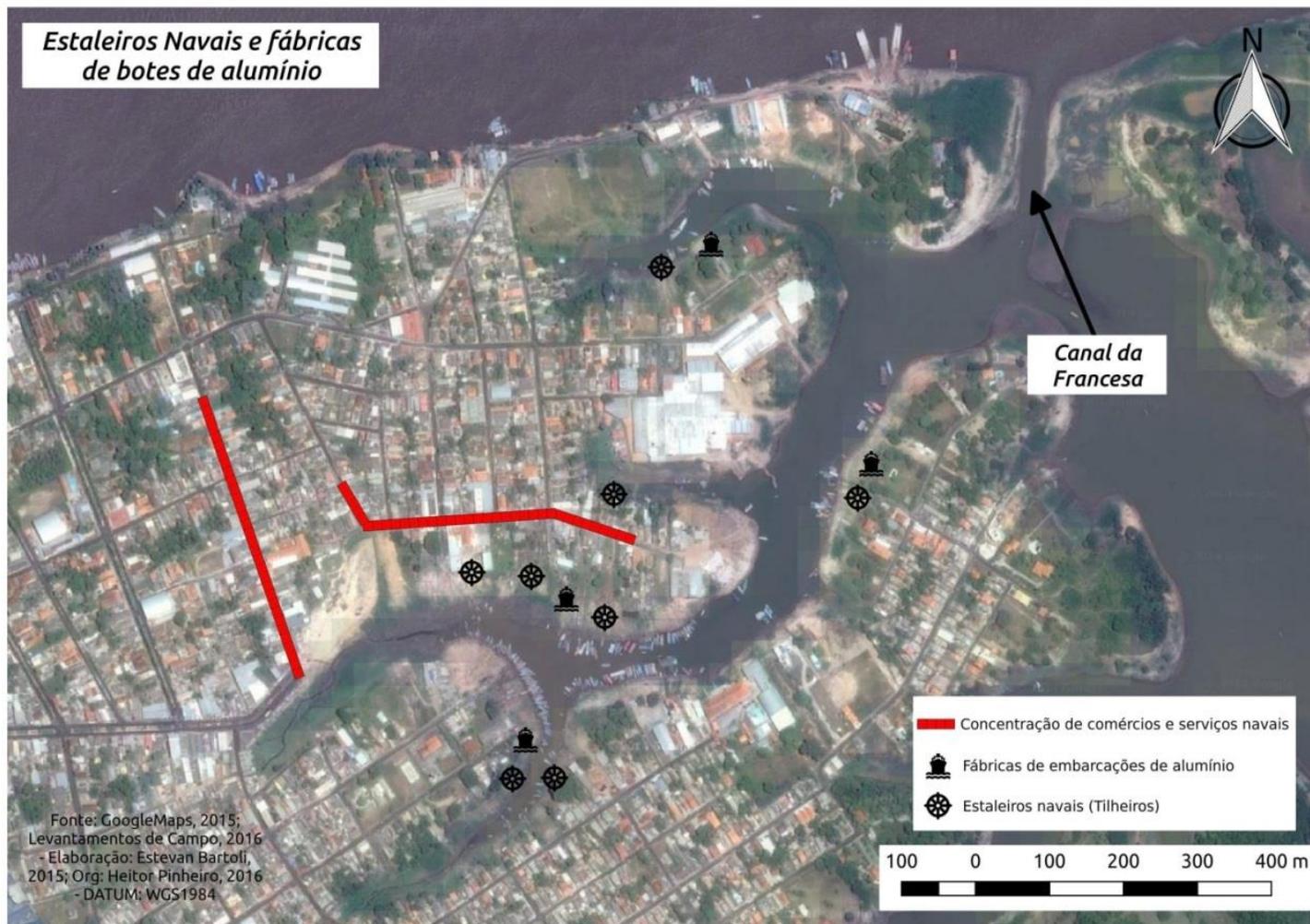
Martins (2007), ao caracterizar a construção naval como patrimônio cultural, buscou analisar a forma de proteção jurídica que poderia envolver este patrimônio¹⁶⁰. O autor defende que a adaptação da madeira ao transporte fluvial de grande porte deve ser reconhecida como uma tecnologia própria da região. A concorrência e pressão por substituição de materiais para fabricação de embarcações estaria vinculada ao interesse de empresas fabricantes de outros tipos de matéria-prima, como aço, ferro e alumínio. Na área urbana de Parintins, a concentração da atividade naval encontra-se na Lagoa da Francesa, zona leste da cidade. Pelas características do sítio, o local torna-se propício para a atividade (mapa 11).

Observa-se que a lagoa é ligada ao rio Amazonas através do canal da Francesa. No período de vazante, o canal torna-se acessível apenas para canoas e rabetas. Embarcações maiores não tem acesso. A enseada funciona como resguardo de embarcações na cheia, pois as protege das turbulências do rio Amazonas e tempestades. Evita transtornos que os grandes cargueiros, navios e barcos grandes deixam ao passarem em frente da cidade pelo trajeto Manaus-Belém com as ondas, regionalmente chamadas de “banzeiros”.

A localização estratégica da cidade possui conexão com a rede urbana somente pelos rios e exerce forte pressão imobiliária sobre os terrenos localizados nas margens da lagoa, como descrito no item anterior. Uma das empresas de construção naval mais antiga da área, com cerca de 30 anos de existência, está sendo alvo de disputa judicial que pode culminar na perda do seu terreno para um dos maiores empresários da ilha. Pela valorização de terrenos beira-rio e crescimento da atividade de estaleiros nos últimos anos, registramos fato inédito na atividade. Um estaleiro naval passou a exercer atividade distante das margens de rio, se instalando em terreno no polo industrial da cidade.

¹⁵⁹ Notamos muitas referências ao Município de Terra-Santa (PA), próximo a Parintins, com muitos relatos de carpinteiros experientes que migraram e repassaram técnicas. Um dos maiores navios de ferro construídos em Parintins teve auxílio de construtores desse município.

¹⁶⁰ Diversas formas foram apresentadas incluindo os campos administrativo e judicial. Contudo a forma que mais se adapta à proteção deste tipo de bem cultural é o registro, instituído pelo Decreto 3.551/2000.



Mapa 11: Estaleiros navais e fábricas de botes de alumínio em Parintins.
 Fonte: Imagem de satélite: GoogleMaps; Dados: trabalho de campo.
 Elaborado pelo autor

No bairro da Francesa, encontramos um aglomerado de serviços e comércio de suporte às atividades navais. Fundições para fabricação de peças de aço e alumínio, pequenas oficinas, mecânicas de barcos e grande movimentação ligada à centralidade local, fruto da expansão do centro principal.

O sítio urbano fornece vantagem em período de cheias e impõe sérias restrições às atividades navais durante três a quatro meses no pulso de vazante. A impossibilidade de retirar os barcos da água para consertos, ou mesmo para fabricação é um dos problemas da seca (figura 18). O transporte de caminhão só é possível para embarcações médias ou pequenas, encarecendo o processo. Nos últimos três anos não houve vazante tão severa que prejudicasse a atividade. Em 2015 foi diferente. A descida abrupta das águas surpreendeu muitos carpinteiros e causando encalhamento de barcos, acelerando a migração para outros pontos com acesso a rios.

Muitos carpinteiros relataram deslocamento de suas atividades para a margem do Amazonas para que continuem trabalhando durante a seca. A atividade de reparos é constante, principalmente na transição da vazante e início da cheia. Nesse período os troncos de árvores que flutuam nos rios são mais numerosos gerando altíssimo risco de danos nos cascos das embarcações. Isso implica enorme esforço na montagem da estrutura de consertos e fabricação em outras localidades. Além disso, ainda há os embates e conflitos com proprietários de terrenos junto às margens de rios. A preocupação com roubos e furtos de peças, ferramentas e maquinários foi constantemente relatada pelos carpinteiros.



Figura 18: Vazante abrupta no ano de 2015 na Lagoa da Francesa.
Foto: Estevan Bartoli (25/10/2015).

3.2.1. Carpintaria Naval: saberes, práticas e destinos

Conhecimento tácito, cultural, repassado entre gerações por hábeis mestres detentores de conhecimento ágrafo. O aprendizado da profissão depende do ambiente de relações familiares ou das relações informais nos estaleiros navais. Nesse contexto, ocorre a socialização de saberes como etapa da aprendizagem de forma lenta, pois é baseada na observação e praticada com técnicas rudimentares, mesclando evolução de ferramentas manuais e máquinas elétricas modernas.

A escassez de trabalhadores no ramo foi queixa unânime entre os carpinteiros mais experientes entrevistados. O repasse do conhecimento depende da existência de uma estrutura hierárquica entre mestres, artesãos e aprendizes. Isso não é mais encontrado na estrutura de trabalho interna dos tilheiros. Vários fatores influenciaram como a pressão de leis trabalhistas que cerceiam e proíbem a presença de crianças no ambiente de trabalho, por exemplo. A falta de interesse dos mais jovens no aprendizado da carpintaria e a constante migração de carpinteiros mais experientes para outras atividades (moveleira principalmente) são fatores que dificultam contato mais duradouro com possíveis aprendizes.

Geralmente, os mestres são proprietários de pequenos estaleiros tendo herdado dos pais e avós a incumbência de continuar das atividades. Acompanham as etapas produtivas de acordo com o grau de dificuldade e confiança no carpinteiro que executa a tarefa e estão mais presentes auxiliando os mais jovens para que não ocorra perda de material ou atraso nos afazeres.

Foi observada a presença de crianças acompanhando seus pais no trabalho, carregando pequenos instrumentos, peças e executando limpeza de restos de madeira. Isso ainda ocorre mesmo havendo histórico de constrangimentos quanto à existência de trabalho infantil por órgãos de fiscalização. Isso gerou certo desconforto no momento das filmagens¹⁶¹ e fotos. Decidimos não indagar, nos restringindo à observação. As crianças passam pela longa etapa de ajudantes-aprendizes como outrora passaram seus mestres. Pela cultura da conversa e da observação, a circulação de saberes se transforma em “situações de aprendizagem” (BRANDÃO, 2007a) relacionada ao tipo de convívio que cada grupo constrói.

Não houve relatos quanto ao grau de abertura do sistema, referente a trocas de informações, contatos e vínculos institucionais. Isso denota certa invisibilidade da atividade junto aos órgãos locais e iniciativas de valorização da atividade. No SENAI local não há

¹⁶¹ Em parceria com o departamento de comunicação da Universidade Federal do Amazonas e o Liceu de Artes de Parintins, estamos realizando documentário sobre a atividade.

nenhum curso técnico voltado à atividade. A associação existente não conseguiu ganhar adesão e evoluir para estágio organizacional de cooperativa. Por esse motivo, a interação entre os estaleiros navais ou entre os trabalhadores informais é baixa.

Segundo o projeto Transporte Hidroviário e Construção Naval na Amazônia (THECNA)¹⁶², dois problemas afetam os estaleiros com uso predominante de madeira. O primeiro consiste no difícil acesso à verba oferecida pelas instituições de financiamento. O dinheiro é direcionado a estaleiros que trabalham com aço, alumínio e ferro. O segundo está relacionado a conflitos com órgãos de proteção ambiental como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) e IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas). Estes alegam ausência de plano de manejo florestal por parte dos Estaleiros ou fornecedores, o que contribui na crescente escassez de madeiras nobres da região, tais como a Itauba, o Cumaru e a Sucupira-amarela.

Entrevistamos os carpinteiros navais mais antigos de Parintins. Hoje proprietários de estaleiros, eles nos contaram que o ciclo da juta atraiu mestres carpinteiros de diversas cidades vizinhas. Santarém, Terra Santa e Oriximiná foram a origem de competentes mestres advindos do Pará. Assim como nos sistemas de movelaria ou guaraná, a informação e aprendizado passam a se replicar dentro do sistema urbano. Adquirem novas características, se transmutando e se adaptando conforme as necessidades e demandas locais.

Esses carpinteiros descreveram espécies de madeira hoje não mais usadas na carpintaria naval de Parintins como loro, cedro e o itaubão (Mogno). O principal motivo é a escassez e conseqüente encarecimento do metro cúbico comprado atualmente. Os vendedores adicionam o valor das distâncias cada vez maiores na retirada da madeira e das dificuldades de transporte. Os locais de extração estão cada vez mais longes das margens de rios em altos cursos (vide figura 9 sobre desmatamento no item 2.1.), exigindo maior deslocamento em estradas de terra rudimentares. As distâncias também aumentam com as estratégias para driblar a fiscalização do IBAMA.

As embarcações modernas com motores a diesel tiveram algumas alterações em sua evolução. Na década de 1980 eram equipadas com chaminés no toldo superior com a presença de motor de centro pouco eficiente (figura 19). As casas de máquinas dos barcos atuais também são menores permitindo maior espaço para outros usos. O casco também foi alterado. É mais inclinado na proa nos dias atuais devido à maior velocidade das embarcações. No

¹⁶² THECNA – Transporte Hidroviário e Construção Naval – Relatório sobre Construção Naval. Manaus, 2008. <http://www.thecna.ufam.edu.br>

mais, quanto ao designer, acabamento, “obra morta” (parte superior ao casco) e modelo, poucas foram as alterações em suas características básicas.

Quando questionamos a tipologia atual das embarcações, entrevistas afirmaram haver décadas que não se constroem barcos com mais de 25 metros em Parintins. Estes estão sendo substituídos paulatinamente pelas embarcações de ferro devido maior segurança¹⁶³. Normas recentemente criadas visam impedir que passageiros sejam transportados em barcos de madeira para Manaus. Mas os famosos e muito fabricados batelões continuam sendo os preferidos por pescadores e populações interioranas pelo espaço maior, conforto, estabilidade e capacidade de carga. Outro aspecto muito citado foi a presença de balsas, cada vez mais numerosas na cidade, forçando a conversão de barcos regionais em empurradores.



Figura 19: Beira do rio Amazonas no centro da cidade em 1982 durante ciclo da juta.
Fonte: Videopack.

3.2.2. A Divisão do Trabalho nos Tilheiros e a Expansão da Atividade nos Anos Recentes

A categoria de trabalhadores da construção naval artesanal é dividida conforme as funções exercidas. Há os construtores (carpinteiros) que beneficiam a madeira e demais insumos, os calafates que cuidam da vedação e os pintores. Recentemente tem-se observado

¹⁶³ Como exemplo, em julho de 2016 o navio de madeira Coronel Tavares colidiu com tronco de madeira o que causou seu naufrágio. Não houve vítimas, pois o comandante encostou rapidamente na margem. Atualmente, os carros de som publicitários que circulam em Parintins oferecendo passagens para “a capital da Zona Franca”, frase utilizada pelo anunciante, ressaltam sempre como atrativo e diferencial se as embarcações são de ferro.

cobertura das madeiras com revestimentos sintéticos, função do pintor e “massador”, que aplica massas de vedação e lixa superfícies.

Notamos em alguns estaleiros navais o arrendamento do espaço para outros grupos, geralmente chefiado por um carpinteiro mais experiente que contrata os demais para realização da encomenda. As entrevistas indicaram que, nos últimos anos, houve expansão da atividade em Parintins. O grande motivo disso foi a possibilidade de financiamento para aquisição de embarcações em madeira de lei com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (*PRONAF*), como demonstra o quadro 13, a seguir.

ANO	Valor dos financiamentos (R\$) (embarcações, máquinas, apetrechos e custeio de pesca)	Quantidade de embarcações
2014	1.386.773,24	34 embarcações médias
2015*	611.000,00	13 embarcações médias

Quadro 13: Financiamento para anos de 2014 até julho e de 2015, de janeiro até 05/08/2015.

Fonte: Banco da Amazônia – agência de Parintins.

Organizado pelo autor.

A partir de contatos com agentes do Banco da Amazônia, ocorre encomenda da embarcação para municípios diversos da sub-região. O carpinteiro agencia e subcontrata sua equipe, iniciando pela encomenda da madeira sem exigência de origem de procedência para a venda. Depois de serrada e beneficiada nos estaleiros, a madeira vai para posterior montagem das peças que compõem a estrutura da embarcação.

Dos estaleiros visitados, constatamos estrutura de funções de trabalho variáveis, mas com poucos trabalhadores fixos. Estes migram entre as unidades de acordo com a disponibilidade de trabalho e são subdivididos em:

- **Mestre-proprietário:** carpinteiro mais experiente e dono do estaleiro. Geralmente herdou o estaleiro ou mesmo iniciou atividades;
- **Mestre-chefe de equipe:** arrenda o espaço do estaleiro através de parceria ou trabalha para o mestre-proprietário chefiando as obras;
- **Carpinteiros:** trabalham para os mestres. Notamos que há carpinteiros que fazem todo o barco ou especialistas, como aquele que fará a estrutura da chamada “obra morta”, parte superior da embarcação (superior ao assoalho). Nesta se instalam cabine e, dependendo do tamanho da embarcação, camarotes, banheiros e a cozinha. A obra morta demanda mais atenção e detalhes pela complexidade de peças e funções da embarcação;

- **Calafates:** executam a vedação das embarcações com uso de fibras sintéticas, resinas ou massas;
- **Pintores:** atuam na pintura final que ajuda na vedação e conservação da madeira. Geralmente o pintor executa o trabalho de “massador” (aplicação de massa em determinados locais para não expor a madeira às intempéries) e lixamento final. O interessante foi observar a tipologia das letras usadas na identificação dos barcos. É peculiar de cada pintor, com estilo e grafismo próprios;
- **Assentador de máquina:** atividade de instalação do maquinário, motor, eixos e peças fabricadas pelas fundições, necessitando habilidade em carpintaria. Ocorre a instalação de mangueiras, bomba d’água de porão, eixo da hélice, motor de luz, etc.

Ficou evidente o sistema de exploração da maioria dos trabalhadores que atuam informalmente nos estaleiros, sem equipamentos de segurança e constantemente migrando em busca de trabalho. O IDAM – Unidade Local Parintins, revelou que apenas o Estaleiro do Eraldo possui todas as exigências requeridas para funcionamento legal, como destinação de resíduos sólidos e itens de segurança no trabalho.

3.2.3. Carpintaria Naval Itinerante

Em nosso percurso analítico, frisamos a maneira como Parintins veio atravessando ciclos distintos ligados a atividades econômicas que sucumbiram frente à concorrência inter-regional. A consequência foi um quadro socioeconômico no qual a cidade desempenha função de *milieu* de relações diversas. Dessa maneira, áreas rurais do município servem como fonte de atividades complementares à combalida economia local (mercantil e dependente do funcionalismo público) para sustento da população. A necessidade de conexão fluvial, associada ao alto custo da produção e manutenção das embarcações, fez com que proprietários sítios e fazendas no interior tenham estratégias de produção de barcos que contam com a atividade de carpintaria itinerante.

Retirar madeira (geralmente a Itaúba) das fazendas ou encomendá-las é etapa inicial. Na maioria das vezes é feita de forma ilegal, sem plano de manejo ou estudo prévio de impacto. A madeira é transportada para os quintais das casas beira-rio. Nestes lugares, a embarcação é produzida com número reduzido de trabalhadores demandando maior tempo para fabricação. Em trabalho de campo no período de cheias (junho de 2015) encontramos um exemplo que nos chamou atenção e, pelo relato do carpinteiro em voga, trata-se de uma

prática comum na região. O barco é construído em “beiradões” ou mesmo em fazendas o que demonstra mobilidade da atividade. “Essa madeira eu retirava era no meu quintal, agora tenho que buscar cada vez mais longe” relatou um dos carpinteiros demonstrando preocupação com a tarefa cada vez mais difícil de retirar madeira. Os lugares para extração já distantes dos rios e de acesso somente por estradas.

Na figura 20 temos a base do batelão de uma estrutura de barco médio com popa arredondada que foi encomendado por um pequeno criador de gado e proprietário de açougue local. O dono do barco relatou uso da embarcação para as constantes viagens entre cidade e interiores, necessárias para atividades de complemento de renda como pequenos roçados, criação de animais, etc. Essas redes urbano-ribeirinhas, demonstram a continuidade entre os espaços conectados a partir da navegação fluvial.

Há relatos de carpinteiros itinerantes que possuem barco próprio e carregam consigo todas as ferramentas. Trabalham pelos interiores residindo no barco e fabricando e consertando embarcações em diversas paragens. A atividade mais demandada é a de manutenção como troca de tábuas, braças, calafetagem e pintura que requerem que a embarcação seja retirada da água. Isso exige muita perspicácia e engenhosidade dos carpinteiros que não possuem a chamada carreira com guincho. Fora da cidade a carreira é improvisada com troncos, dormentes e um cabo preso em alguma árvore grande para guincho manual.



Figura 20: Batelão construído em quintal de casa na margem da lagoa da Francesa (à esquerda); e realização de trabalhos em obra morta transferida para o rio Amazonas devido a vazante (direita).
Fotos: Estevan Bartoli (julho de 2015).

3.2.4. Sítio, Situação e Sazonalidades: dos ritmos da natureza aos ritmos de trabalho

Normalmente, em setembro a lagoa da Francesa costuma apresentar rápida vazante. Entretanto, em 2015 as águas ainda propiciaram navegação pela anormal lentidão na sua descida que acelerou somente a partir do décimo quinto dia. Assim, a atividade nos tilheiros e da carpintaria naval puderam estender as vantagens do acesso à lagoa por mais alguns dias. Rapidamente terminados, os batelões são lançados na água e encaminhados para outro estaleiro. Ali será realizada a chamada obra morta.

Com espelho d'água muito baixo e fundo lamacento a poucos palmos da superfície, acompanhamos a descida de um batelão de 14 metros no tilheiro do Eraldo. Lentamente o barco foi sendo deslizado em caibros untados com óleo queimado. Tal técnica é empregada para que não haja abrupta entrada na lagoa e possível encalhamento do barco (figura 21). As práticas espaciais dessa atividade semi-artesanal estão ligadas aos ritmos das águas. Pelas oscilações dos últimos anos, têm exigido grandes esforços de adaptação dos grupos para realização da fabricação de embarcações.



Figura 21: Descida de batelão para a lagoa da Francesa durante a vazante no Estaleiro do Eraldo. Foto: Estevan Bartoli (08/10/2015).

De acordo com relatos, em anos de vazantes rápidas e intensas, muitos mestres deslocam suas equipes no canal da lagoa que liga ao rio Amazonas, margeando o matadouro municipal, exigindo grande esforço de deslocamento. Para esses trabalhadores, realmente o rio parece condicionar a vida.

Parintins se firma, assim, como polo sub-regional da atividade de fabricação de barcos de madeira pelos seguintes fatores: disponibilidade de mão-de-obra com longa experiência e baixo custo; condição de centro comercial que atende a sub-região com facilidade de acesso a com fornecedores de peças, serviços diversos e matéria prima; presença de financiamento através da agência local do BASA S/A; disponibilidade de serviços técnicos existentes pela importância da cidade como polo regional, que recebe grande número de embarcações diariamente, demandando reparos, consertos etc.

3.2.5. O Processo de Construção e Evolução para o Trabalho Novo: madeira, ferro e alumínio

O que mais impressiona no processo construtivo é a ausência de planta, projeto, desenho, croquis ou qualquer outro tipo de registro gráfico. Foram registrados alguns gabaritos (moldes de madeira), mas a oralidade e o senso prático são as principais maneiras de executar e construir. Dimensões, curvaturas e encaixes, são feitos “a olho”, como dizem os carpinteiros. O início da construção ocorre com a montagem da peça horizontal na base, chamada quilha, que geralmente é feita de madeira mais resistente como o pau d’arco ou maçaranduba. Ela dita o tamanho da embarcação e sustenta as demais encaixadas acima. O talha-mar, que conserva nome das antigas embarcações marítimas, compõe a peça frontal que, agora “talha-rios”, também requer madeira mais resistente como as da quilha.

Os demais componentes da estrutura do barco são montados separadamente (alcatrate, cavernas, cambotas, escoas, falca, frisos, entre outros). O beneficiamento é realizado com equipamentos no próprio estaleiro: serra circular, tupia, serra de fita, “desengrosso”, plaina e banca de lixa. Algumas máquinas, como as das movelarias descritas a seguir, são feitas pelos próprios carpinteiros. Bem mais baratas, têm menor segurança e precisão nas tarefas. Molas de caminhão ou de carros antigos e suspensões de ferro são notadas no entorno das máquinas. Servem de matéria prima para fazer lâminas e serras para desbaste da madeira. Uma verdadeira arte do improvisado incentivada pela escassez e necessidade de economizar.

Entre as técnicas usadas, a que chama mais a atenção é o uso do *enxó* (figura 22). Este instrumento é espécie de enxada construída artesanalmente pelos próprios carpinteiros que serve para talhar curvaturas em diversas partes das peças. Os carpinteiros relataram não existir máquina de manuseio rápido e com peso leve que faça tal trabalho. A solução era

alternar o uso com outras ferramentas elétricas. Outro fator é a constante falta de energia que é comum em cidades do interior do Amazonas. O sistema de geração de eletricidade é composto por centrais termelétricas movidas a diesel (não integradas ao sistema elétrico nacional). Isso torna as ferramentas manuais ainda mais necessárias durante os “apagões”. O *arco de pua* é outra ferramenta manual muito usada que tem o papel de furadeira ou utilizado para parafusar.

A Itaúba (*Mezilaurus itauba* – Lauraceae) é a espécie de madeira mais utilizada na maioria dos estaleiros. É difícil de serrar, fácil de aplainar e com secagem lenta e enorme resistência à água. Sempre ouvi, em meus 13 anos residindo e perambulando pela Amazônia, relatos entre trabalhadores mais velhos nos interiores a seguinte frase: “essa Amazônia é muito grande, tem muita madeira... não acaba nunca”. Talvez eles estivessem certos no antigo contexto de menor pressão populacional e uso de recursos apenas para as necessidades triviais do dia-a-dia. É notório que a Amazônia urbanizada tem contribuído para a mudança desse quadro. Cidades como Parintins cumprem papel de pressionar estoques ainda existentes por atividades diversas. A Itaúba, assim como outras madeiras averiguadas no caso das movelarias, começa a dar sinais de escassez na sub-região, passando a ser extraídas nas cabeceiras de rios e matas interiores.



Figura 22: Furadeira e “enxó” (esquerda); e arco de pua (direita).
Foto: Estevan Bartoli (06/07/2014).

Com a introdução dos motores na maioria das embarcações de pequeno porte e aumento da movimentação na lagoa da Francesa, diversos postos de combustíveis flutuantes surgiram no entorno. Isso ocorreu juntamente com a construção de barcos para transporte de combustível que também exercem função de posto flutuante. Alguns estaleiros navais locais passaram a construir tais embarcações de ferro. Em trabalho de campo, conversamos com o

proprietário de um posto que estava construindo, na margem de seu terreno, uma embarcação média de ferro para transporte de combustível. Questionamos sobre as técnicas, projeto e executores do trabalho. Ele descreveu que a construção contava com saberes de antigos mestres associada a soldadores experientes que haviam trabalhado em muitas alegorias dos bois-bumbás da cidade. Disse também que não havia qualquer projeto ou planta como guia.

Constatamos, nesse caso, a junção do saber tradicional às técnicas e materiais modernos com outra utilidade da embarcação. Assim, realiza-se parte da materialidade do que estamos chamando de Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho, enquanto sistema mediador multidimensional. O design da embarcação de ferro é igual às de madeira. Pelo relato do proprietário, há necessidade da embarcação ter estabilidade no rio e os antigos mestres conhecem curvaturas adequadas dos “cascos”. Relatou, ainda, experiências frustradas de construção sem auxílio de antigos mestres, que davam o “prumo ao casco”, apenas no olhar...

Estaríamos diante de “trabalho novo”, conforme problematizamos no capítulo anterior? O projeto THECNA foi desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e abordava sobre a comparação de diversos estaleiros regionais que usavam outras matérias primas. Segundo os resultados desse projeto, não houve modificações nas técnicas de construção apesar das mudanças de matérias-primas como aço, alumínio, etc. (THECNA, 2008).

Mas os elementos que definem trabalho-novo parecem ser insuficientes para descrever a atividade, uma vez que esta combina habilidades locais e adaptações na associação de técnicas. A complementaridade entre o saber fazer tradicional e a presença de técnicas mais modernas nos coloca diante de várias possibilidades interpretativas. Na ausência de aprendizado formal nos recentes cursos de engenharia naval no Amazonas, os sujeitos que vivenciam a relação rio-cidade encontram soluções locais com criatividade e uso intenso de mão-de-obra. São empregadas algumas características da chamada tecnologia social tais como: adaptação a pequenas unidades produtivas; orientação para o mercado interno; livre potencial criativo do produtor direto; e possibilidade de conversão em empreendimento autogestionário (MELLO; MOREIRA, 2014), mas com as debilidades já apontadas.

Atualmente, embarcações de alumínio tem ganhado cada vez mais espaço. Muito mais leves e de fácil manuseio, também são incentivadas pelas facilidades de financiamento. Segundo entrevistas, os barcos mais vendidos entre dois e três anos atrás eram as canoas de madeira de 7 metros. Hoje estes modelos recebem menos encomendas e são, paulatinamente, substituídos pelos botes de alumínio. Encontramos quatro fábricas de embarcações de

alumínio na lagoa da Francesa. Todas confirmam a perda de espaço das embarcações de madeira nesse nicho. Outra tendência em voga é a substituição de embarcações para o transporte interurbano fluvial. As chamadas “lanchas ajato” (lanchas de alumínio com modernos motores de popa à gasolina) percorrem trajetos seis a oito vezes mais rápido que as embarcações tipo “recreio” (barcos de madeira, grandes ou médios movidos à diesel).



Figura 23: Produção de embarcação de ferro.
Foto: Estevan Bartoli (10/07/2015).

A relação espaço-tempo começa a ser alterada pela introdução de novas técnicas em embarcações também em comunidades ribeirinhas. Em muitos trajetos não há necessidade de transporte de carga ou muitas pessoas nas canoas. Estas são muito grandes, pesadas e tornam-se lentas para o transporte individual. Os carpinteiros passam a desenvolver experimentos com botes menores, leves e com fundo chato (figura 24). Feitos de madeira e também muito leves com uso de finas tábuas, atingem alta velocidade com motores tipo “rabeta”. Encontramos várias delas em quintais de comunidades ou na cidade. Diversos são os tipos. Umás mais alongadas e feitas de loro (madeira leve e durável), outras mais largas e mais estáveis aos “banzeiros”, mas que não ultrapassam 20 quilos. “Às vezes agente precisa ir

daqui – ali levar a criança na escola ou visitar um parente e nessa canoa vai rapidinho”, nos relatou um dos ribeirinhos morador do rio Tracajá, Parintins.



Figura 24: Canoas de “casco fino”, leves e rápidas.
Fotos: Estevan Bartoli (07/09/2015).

Esses são alguns indícios de alteração da relação espaço-tempo que hoje é permeada por novas relações. Isso se dá, principalmente, quando as horas marcadas típicas das relações da cidade começam a imprimir uma necessidade nos ribeirinhos de chegar mais rápido, outrora acostumados ao lento navegar na maioria das embarcações.

A proliferação de unidades produtivas de embarcações de alumínio obedece a uma mesma lógica. Um mestre inicia atividades no local, recrutando jovens aprendizes e ensinando técnicas. Posteriormente, os aprendizes abrem suas próprias microempresas, na maioria das vezes em fundos de quintal. Outro nicho atendido por essa atividade é o mercado para fins recreativos. Há quatro Marinas na cidade com grande movimentação nos finais de semana.

Vem ocorrendo uma adaptação constante do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho às práticas mercantis que acompanham fluxos e refletem a divisão territorial do trabalho. As embarcações passam a cumprir funções diversas ao comando das atividades urbanas. Outros indicadores são a presença das lojas fornecendo motores novos e bancos com financiamento com o qual proprietários de embarcações conseguem modernizar as máquinas de acordo com suas necessidades.

Entrevistas com 5 (cinco) assentadores de máquinas comprovaram que ocorrem trocas de motores ou reversores de motores quando os batelões são destinados a outras funções ou percursos mais longos. Barcos de pesca, por necessitarem realizar cursos cada vez

mais longínquos, trocaram máquinas de 72hp e 114hp por motores novos de 200 hp, com reversores de 3/1. Isso confere economia de combustível e maior torque (e menor velocidade) para carregamentos de toneladas de peixe e gelo.



Figura 25: Motor de 9 HP a esquerda prestes a ser substituído por motor 22 HP vendido em lojas locais. Fotos: Estevan Bartoli (05/12/2014).

As embarcações seguem sendo transformadas de acordo com alterações na divisão territorial do trabalho e com a influência da cidade em processar maior quantidade de matéria-prima. Batelões passaram a ser adaptados para se tornarem empurradores, demandando pisos superiores que recebem a cabine de comando devido à extensão da balsa (Figura 26).

A troca de motores e reversores é necessária devido ao peso das balsas. Os motores de 114hp de batelões de pesca foram trocados por unidades de 315hp. Outras embarcações passaram a ser adaptadas para se tornarem empurradores ou barcos com função de postos de gasolina (figura 26). A troca de motores e reversores é necessária devido ao peso das balsas.

Mudanças também ocorrem no processo de calafetagem para vedação das embarcações. A prática antiga era feita com produtos da floresta, fibras e óleos extraídos de árvores. Hoje esses itens são substituídos por produtos industrializados, embora o processo ainda seja extremamente laborioso dependente unicamente do trabalho braçal, manual. Pequenas espátulas que infiltram a fibra de algodão nas lacunas entre as tábuas de itaúba são utilizadas, com posterior vedação com massa e lixamento final.



Figura 26: (A) Batelão pequeno de pesca; (B) batelão posto de gasolina; (C) empurrador de ferro; (D e E) batelões sendo adaptados para empurradores (Lagoa da Francesa, Parintins).

Fonte dos dados: Trabalho de campo.

Foto: Estevan Bartoli (05/2016).

3.2.6. A Obra Morta e a Fundição: a presença de ferros e alumínio reciclados complementando obras de madeira

O que os construtores chamam de “obra morta” é justamente a parte superior ao casco que tripulantes e passageiros usufruem na embarcação onde há cabine, cobertura, banheiros, cozinha, entre outros. Exceto o setor do motor (porão), a obra morta necessita de uma série de utensílios de ferro, alumínio ou cobre, que são fabricados artesanalmente pela atividade de fundição em microescala. Não existe um padrão específico para a construção da obra morta tampouco tipologias. Mas os chamados barcos regionais de madeira guardam enorme semelhança quanto ao acabamento e detalhes.

A estrutura do barco fica pronta após a calafetagem. Depois, uma série de utensílios de aço, ferro, alumínio e até cobre são necessários para acabamentos do barco seja na casa de máquina no porão, ou fechaduras, janelas e ralos na obra morta. O sistema de correntes que move o leme também é todo estruturado por peças feitas em fundição artesanal.

As sobrepostas do barco (túnel do eixo entre a hélice e o motor), comandos, manetes, puxadores de portas e alçapões, janelas de banheiro e vários outros tipos de peças são encomendados localmente. O material predominante é alumínio e metal comprados em sucatas da cidade e derretidos na fundição¹⁶⁴. A primeira etapa consiste em fabricar o molde da peça que, encaixado numa caixa com areia, deixa a forma da peça na mesma. Com pequenas espátulas, o fundidor dá delicados retoques na peça de uma hélice de rabeta

¹⁶⁴ Detalhes nos vídeos em anexo.

(chamada popularmente de “palheta”), conforme figura 27 (A). Tudo isso para que não crie desníveis na peça. Na etapa seguinte, derrete-se o alumínio (figura 27 – B). Este procede de coletores de sucata da cidade que os vendem a pequenos atravessadores que estocam sucata e a revendem aos fundidores. Derretido a mais de mil graus Celsius, o alumínio é despejado na forma. Após resfriar recebe acabamento no torno elétrico. O trabalhador conta a história de seu aprendizado dessa profissão que, como na maioria dos casos, ocorreu com a observação e transferência através da oralidade nas antigas fundições onde trabalhou.



Figura 27: Moldagem e fundição para confecção de hélices.
Foto: Estevan Bartoli (06/08/2015)

Inalando muita fumaça, o ambiente da casa de fundição é demasiadamente insalubre, o que é perceptível nos olhos avermelhados do artesão pela ausência de qualquer instrumento de segurança de trabalho, como óculos de proteção. O mesmo artesão contou-nos que seu mestre, com quem aprendeu a profissão. Ficou cego devido o calor intenso a que fora exposto em décadas no processo diário de fundição.

As peças são vendidas em lojas locais ou encomendadas diretamente aos produtores. Muitas delas são instaladas em motores Honda, MWM, Yanmar, entre outros, denotando o complemento e conexão existentes entre os circuitos inferior e superior da economia urbana (SANTOS, 2004). Os motores, desenvolvidos por transnacionais com lógicas alheias ao local, são adaptados para as rústicas embarcações de madeira. Isso demanda uma série de peças e ajustes feitos nas casas de fundição. Grande parte das vendas e, por conseguinte, da produção são hélices que quebram com certa facilidade devido ao impacto de troncos que flutuam nos rios e pedras em leitos. No entorno da lagoa da Francesa, encontramos fundições que exibem a mercadoria em comércio improvisado. Sem placas ou vendedores, a própria exposição da mercadoria informa o conteúdo do empreendimento (figura 28).



Figura 28: Casa fundidora e comércio de hélices e palletas.
Foto: Estevan Bartoli (07/07/2015).

O uso de reciclados pela economia popular suprindo escassez de tecnologias mais dispendiosas e se associando a itens técnicos modernos (motores) é uma das complementações interessantes no interior do sistema em análise.

3.2.8. Tipologia das Embarcações

A nomenclatura dos tipos de embarcações varia em cada região da Amazônia. Fragatas, bargantins, batelões, canoas, bajaranas, balieiros, chatinhas são alguns nomes encontrados na literatura sobre o tema. Variam por função, tipo de carga e necessidade de acesso. Em determinados períodos do ano somente embarcações pequenas e médias são capazes de adentrar em cursos d'água estreitos e rasos.

O caso da bajara é um deles. Variando de 7 a 14 metros, trata-se de um modelo muito usado na região e descrito no quadro 14 como uma espécie de canoa de porte maior. Tem a vantagem de acessar cursos mais rasos se deslocando mais rapidamente. Entrevistamos um comprador de uma bajara no estaleiro do Eraldo que relatou ser o barco ideal para chegar ao sítio que possuía, através de pequenos furos e lagos.

Com atividade pecuária ainda sendo a mais importante no município, barcos de transportes de gado de madeira são muito comuns. De várias dimensões, são utilizados por

pequenos criadores que exercem tal atividade como complemento de renda. Os maiores pecuaristas da região usam balsas de ferro.



Barco pequeno (batelão pequeno): Possui popa arredondada propiciando maior conforto por possibilitar instalação de cozinha. Bastante estável para navegar, com calado arredondado na parte central. É o tipo mais encontrado servindo a diversas funções.



Canoa de 6 a 7 metros: Com estrutura reforçada, comporta boa quantidade de carga e pessoas. Atualmente está sendo substituída por botes de alumínio, mas ainda é muito utilizada.



Canoa pequena de fundo chato: Possui poucas cavernas estruturais e são fabricadas hoje com popa quadrada para receber motor tipo rabeta. São apelidadas popularmente de “rabetinhas”, muito utilizadas por adentrar em canais estreitos e rasos.



Barco médio regional multifuncional: O mais comum pela multifuncionalidade e boa capacidade de carga. Realiza também transporte de pessoas em trajetos longos.



Bajara grande (12 metros): Muito utilizada na região, tem formato de uma canoa não possuindo popa arredondada. Por ter menor dimensão de casco do que os barcos de popa arredondada, consegue acessar locais mais rasos. Não possui porão de carga. O motor é de centro e o comando na popa, o que gera velocidade maior.



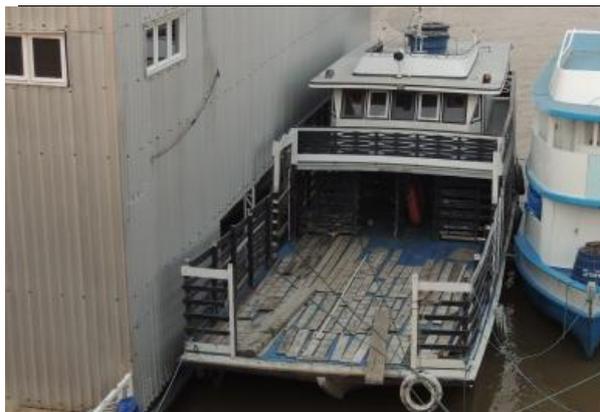
Bajara (7 metros): Tipologia muito encontrada entre os estados do Amazonas e Pará. Tem motor de centro e controle na popa. Navegação ágil e com boa estabilidade.



Casco: Tipologia herdada dos indígenas e sem divisas de tábuas ou encaixes. É feita apenas a partir de um tronco queimado e escavado. Também nomeada em outras regiões como igarité. Apesar do desperdício de madeira em sua fabricação, não apresenta infiltrações e é muito estável nos banzeiros. Usada geralmente para pesca artesanal a remo. Raramente fabricada em estaleiros.



Balieiro: Barco com casco alargado e mais lento. Possui maior capacidade de carga nos porões e maior estabilidade em águas turbulentas. Pouco fabricado, pois sua funcionalidade foi substituída pelas balsas.



Balsa pequena para transporte de gado: Muito comum na sub-região que é a terceira maior na atividade pecuária no estado do Amazonas. Leva vantagem sobre as maiores, pois consegue atravessar trechos mais estreitos, consumindo menos combustível. Muito útil para transporte de pequenos produtores.



Balsa pequena de madeira: Pouco usada atualmente, pode ser acoplada a empurradores menores. Também é mais utilizada por pequenos criadores de gado e possui custo muito inferior que as concorrentes de ferro. Fabricado em Parintins.



Barco regional de madeira com 20 metros: Sofrendo pressão pela nova legislação de leis sobre transporte de passageiros, não vem sendo mais fabricado em Parintins, substituídos paulatinamente pelos cascos de ferro.



Barco regional de ferro com mais de 20 metros: Fabricado em Parintins por empreendedores particulares em poucas unidades. Segundo os fabricantes são mais fabricados em Manaus cujos custos são menores.



Batelão adaptado para Iate: Fabricado localmente por encomenda, algumas unidades são encontradas na cidade e usadas somente nos fins de semana (esporte e recreio). Associam partes de fibra de vidro e peças de acabamento em alumínio, todos confeccionados em Parintins.

Quadro 14: Tipologia de embarcações fabricadas em Parintins.

Fonte dos dados: Trabalho de campo.

Fotos: Estevan Bartoli (2015).

Organizado pelo autor.

As tipologias de embarcações até aqui descritas variam de forma marcante quanto ao uso/função, tipo de carga e lugares acessados. Salvo as duas últimas, as demais são conectores e mediadores do STUR, muito presentes na paisagem de Parintins.

Ressaltamos o papel social que a atividade desempenha para a *circulação necessária* sub-regional. O acesso a motores e barcos através de linhas de crédito e programas governamentais incentivou a produção naval na cidade que cresceu nos últimos anos. Assim como as movelarias, a produção nos tilheiros parece ter “parado no tempo”. Poucas inovações técnicas demonstram o “fechamento” relativo do sistema quanto às trocas externas, intercâmbios e buscas de novas formas de produção desse meio de transporte.

Apesar de novos materiais utilizados, não constatamos mudança substancial no processo produtivo do chamado casco, com manutenção de precária divisão social do trabalho. Entretanto, a interação com a mediação urbana vem sendo primordial para a atividade. Os complementos necessários como ferragens, motores e acabamento final, demonstraram dois tipos de dinâmica já assinalados: i) processos criativos para superar escassez técnica local, como na fundição, na fabricação das máquinas processadoras e na adaptação de motores importados a estruturas de madeira; e ii) aquecimento do mercado local de peças e serviços complementados com motores modernos oriundos de transnacionais com a Yamaha, MWM ou Honda.

As funções e interações com a cidade, a possibilidade de setores populares usarem as embarcações para retornar e acessar territórios e as variadas formas de readequação e novos usos, fornecem o caráter dinâmico interativo que sustenta e complementa, cada vez mais, a economia urbana.

O preocupante quadro existente quanto à disponibilidade de madeira é fator crucial no futuro da atividade. Mesmo não constituindo um coletivo organizado com projeto comum e coesão social, trata-se de sistema territorial de alto valor contextual com técnicas disponíveis aptas a avanços e evolução. A famosa “supressão do espaço pelo tempo” que Harvey (2005) considerou enfatiza que a evolução constante dos meios de transporte é necessária para se atingir novos mercados requeridos pela acumulação constante do capital. Esse aspecto tem impactado a atividade que resiste adaptando barcos para uso mercantil. Mas, como salientou um dos carpinteiros, seus barcos ainda servem primordialmente aos homens simples do interior, agricultores, pescadores ou pequenos criadores de gado.

Atendendo pedidos de encomendas de vários municípios circunvizinhos como Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Nhamundá, o polo naval de Parintins se consolida como sistema territorial com possibilidade evolutiva. A aglomeração e centralidade da cidade desempenha papel importante. A globalização do capital tende cada vez mais a destruir formas de produção artesanais, impondo certa unicidade das técnicas (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Nesse cenário, a carpintaria naval parece resistir a tais desígnios uma vez que atua na permanência e continuidade do saber regional. Embora paulatinamente sujeita à economia urbana, essa resistência denota papel central na configuração do STUR: fornecer possibilidades de “retorno ao território” por moradores da cidade, assim como acesso a moradores de interiores à cidade.

Junto à UNISOL e contemplando estratégia interativa de metodologia de pesquisa, organizamos em 2015 o *Primeiro Encontro de Carpintaria Naval de Parintins*¹⁶⁵. O objetivo foi dar maior visibilidade e auxiliar a retomada da antiga associação que fora abandonada. Contamos com a presença de carpinteiros da comunidade do Caburi, além dos locados na cidade. O debate visou discutir os rumos da atividade, dificuldades, anseios e a possibilidade de formação da cooperativa de carpinteiros navais. Ao longo do debate, construímos com auxílio dos participantes um quadro síntese sobre as forças (fortalezas) e fraquezas do setor, somando com as constatações de trabalhos de campo (quadro 15).

O relato de componentes da antiga associação revelou a fragilidade da mesma quando não conseguiram requerer verbas em diversas ocasiões. Há uma série de oportunidades nesse sentido. Programas federais para acesso a crédito, concorrência de editais para construção de embarcações para o sistema de saúde e transporte escolar, capacitação, entre outros. Todavia, estas só podem ser acessadas através de cooperativa, o que propiciaria maior densidade de relações com o meio externo a partir do coletivo organizado.

¹⁶⁵ Realizado no auditório da Universidade do Estado do Amazonas, teve participação de poucos carpinteiros navais. Trechos das falas presente no vídeo em anexo à tese.

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - tradição de construção na cidade; - existência de verba para setor; - mercado vasto a ser explorado; - planos de manejo; - matéria prima ainda acessível na região; - aumento do número de encomendas; - vendas para suprir demandas de agricultores através do PRONAF. 	<ul style="list-style-type: none"> - baixo nível de escolaridade dos trabalhadores e pouca busca por qualificação; - mão de obra experiente escassa; - desvalorização da profissão; - falta da capacitação local; - ausência de legalização de madeira e/ou manejo deficiente; - áreas reduzidas para trabalho em beiras de rio; - não há contribuição previdenciária; - custos crescentes; - reaproveitamento de madeira inexistente; - impacto das cheias e vazantes pelo custoso deslocamento.

Quadro 15: Síntese final dos resultados do 1º Encontro de Carpintaria Naval.

Fonte: Dados coletados e sistematizados participativamente no 1º Encontro de Carpintaria Naval de Parintins. Organizado pelo autor.

Como resultado do encontro, foram encaminhadas medidas para o início da organização da cooperativa. Delegaram-se aos filhos dos carpinteiros e estudantes com maior habilidade para questões técnico-burocráticas responsabilidades para tal tarefa. É um avanço importante entre os coletivos estudados, caso queiram evoluir, a troca de conhecimento e aprendizado coletivo, fortalecendo a coesão do grupo.

Os processos de construção de um batelão são ilustrativos para nossa reflexão. Construção embasada em saberes tradicionais cada vez mais hibridizados à esfera mercantil urbana e as possibilidades que a cidade proporciona. A noção do STUR, enquanto sistema que media os ambientes da cidade e as áreas de entorno, tem na carpintaria naval base para as constantes adaptações pela intensidade de trocas variadas com o entorno pelos rios. Servem e complementam assim o Sistema Territorial Urbano-Fluvial, pois:

- i) Consomem peças, motores, combustível e tantos outros elementos fabricados pelo circuito superior (empresas maiores fabricantes) adaptando-os aos barcos locais. Tais itens são vendidos pelas empresas comerciais da cidade, compondo parte importante da economia urbana;
- ii) Constroem e adaptam barcos tradicionais para novos usos mais ligados ao setor fluvial-mercantil (barcos postos, empurradores, etc.); e
- iii) Atendem a diversos tipos de funções e populações de localidades diversas. Fornecem, assim, meios para que as mesmas realizem as variadas conexões e mediações formando a dualidade já mencionada (abastecendo a economia popular ou entrepostos da economia mercantil).

Um casco amplo, resistente e que aguenta bem o balançar do banzeiro, recebendo diversas alterações e usos diversos conforme a necessidade do momento. Essa flexibilidade que o batelão comporta, contrasta com a aparente e falsa imagem de estagnação. Não se trata de meio de

transporte apenas, mas mediador territorial que internaliza múltiplas dimensões. Faz parte da cultura regional de adaptação do homem ao meio cada vez mais urbanizado. As obras e adaptações são feitas dependendo do uso e dinâmica do sistema a que pertence e da estratégia que seu navegante cria. O batelão de madeira é, assim, constantemente adaptado, multifuncional e conector que carrega o tipo de necessidade de circulação e navegação no território. Espaço de vida e fluxo, também torna-se “lugar” de reprodução da vida pelo seu lento navegar. O tempo do relógio nem sempre é o que comanda, prevalecendo temporalidades e ritmos da natureza.

Apesar de não organizados em cooperativa, a rede social que os carpinteiros navais da Lagoa da Francesa formam é basicamente intraurbana. As diversas etapas de construção de embarcações são alternadas com proximidade entre os Tilheiros. Ali, trabalhadores, mestres, pintores ou calafates circulam entre tais estaleiros navais, complementando um circuito produtivo de difícil mensuração.

A circulação de madeira para a cidade e barcos vendidos para municípios do interior e comunidades demonstra influencia das ações dessa atividade na rede urbana sub-regional. Como caracterização final, elencamos no quadro 16 as principais características dessa atividade que dinamiza e possibilita o STUR.

Características	Descrição
a) Relações histórico-cultural e com o sítio e situação da cidade.	Atividade tradicional de relação intensa com a cultura local compondo modos de vida de populações rurais e urbanas em adaptações frequentes às oscilações de sazonalidade e sítio em ambos os ambientes. Presente em bairros antigos devido a características do sítio urbano. A situação da cidade, enquanto polo sub-regional, é favorável ao desenvolvimento da atividade que teve demanda crescente.
b) Relação com os recursos locais, capacidade de processamento; relações com o <i>milieu</i>.	Espécies de madeira ainda disponíveis, mas em maior parte ilegais e em estágio preocupante quanto ao acesso futuro; estagnação quanto ao avanço técnico para processamento (fechamento operacional de trocas de informações); <i>Milieu</i> : conhecimento e tradição da atividade, concentração na cidade de conjunto de atividades que se complementam.
c) Abrangência da área de atuação e influência econômica; capacidade de ativação de pontos no território.	Atende diversas comunidades, municípios vizinhos, setores dominantes da economia (comércio, madeira e gado) e setores populares da cidade. Importante composição na economia urbana. Consome itens de casas comerciais (motores e peças), servindo de base tanto ao STUF como ao STUR. Não identificamos pontos ativados fora do espaço intraurbano.
d) Autonomia relativa frente às redes locais de poder; capacidade de criar relações em escalas variadas.	Situação frágil de dependência frente às redes de poderes locais, devido a baixa organização coletiva e ausência da formação de projeto ou aprendizado mútuo; relações externas ao sistema quase nulas; ausência de trocas de informação com sistemas externos, salvo migração de mestres de outras localidades.
e) Papel da cidade no processo de desenvolvimento	Possui enorme potencial de evolução das relações territoriais a partir da cidade. Pela experiência de construção de embarcações de

para proposição de circuitos potenciais.	ferro até as adaptações, o sistema territorial demonstra enorme potencial para evolução de relações territoriais.
---	---

Quadro 16: Síntese do sistema territorial relativo à atividade de carpintaria naval.
Organizado pelo autor.

3.3. Nusoken e o Consórcio de Produtores Sateré-Mawé

A experiência recente do desenvolvimento do consórcio indígena em Parintins aparece como frutífera manifestação de como a cidade pode engendrar uma miríade de projetos na constituição de territórios. Um território zonal vinculado a condições materiais e naturais em altos cursos de rios na Terra Indígena (TI), conectado ao nó relacional (a cidade enquanto *milieu*) a partir de redes sociais, políticas e institucionais, possibilita saltos de escalas para atingir mercados externos na exportação de produtos diversos. O principal item, *waraná* (guaraná - contrastando com ancestrais práticas ritualísticas ou alimentares), é agora produto para o mercado e acompanha a luta e tentativa da etnia em reinventar seu contexto, se aproveitando das vantagens que a cidade propicia.

Como nos sistemas territoriais anteriores, as amplas áreas conectadas a partir dos rios mantêm as práticas espaciais para sustento do grupo e uso de recursos regionais mediados pela esfera urbana. As diferenças ocorrem em dois aspectos: i) há criação de relações escalares externas mais amplas e diversas pelo CPSM e maior variedade de projetos internos ligados à educação indígena, agroecologia, soberania alimentar, entre outros; e ii) os indígenas do CPSM, além de ser menos numerosos do que pescadores e carpinteiros navais, não têm suas práticas espaciais urbanas dependentes de relações intensas com aspectos da morfologia urbana. Tecem, com a cidade, evolução organizacional e coesão do grupo.

Essa evolução das relações territoriais propiciou a reconfiguração de mediações históricas, antes mais dependentes de atravessadores locais e da igreja católica. O rumo tomado foi no sentido da conquista de certa autonomia relativa. Hoje o consórcio não abastece de maneira submissa o circuito mercantil urbano com fornecimento de produtos a baixo custo.

O CPSM tem maior grau de mobilização, aprendizado político e *links* com ambientes externos (pesquisadores, redes de comércio alternativo, entre outros). Em função disso, a territorialidade do grupo veio se transmutando nos últimos anos para a multiplicação de nexos territoriais a partir da migração para a cidade. Isso formou um território múltiplo de várias dimensões e em diferentes frentes de reconstrução ou “reinvenção” da etnia que os próprios membros do grupo admitem estar passando. Descrevemos as etapas da evolução territorial do

consórcio que tem a cidade como nó articulador de atividades. Por fim, elencamos o quadro resumo de sua territorialidade.

* * *

O documentário *Guaraná – olho de gente*, de Aurélio Michilis (Guaraná – olho de gente. MICHILIS, 1983) retrata as diversas incursões estrangeiras ao longo do processo de colonização e a enorme redução do território que a etnia Sateré - Mawé abarcava no período pré-colonial. O vídeo aborda os diversos episódios dos mais de três séculos de contato com a sociedade envolvente. As intrigantes cenas do então Tuxaua Evaristo Michilis perambulando pela capital da Zona Franca, Manaus, retratam parte de um processo que só viria a se acentuar nas décadas seguintes. Intensificação de contatos dos Sateré-Mawé com as cidades, migrações, e formação de redes diversas (comércio, institucional, social) não só com a capital Manaus, mas também com as cidades do entorno da atual terra indígena, são elemento desse processo.

No ano seguinte, o cineasta lança “O sangue da terra” (O SANGUE da Terra. MICHILIS, 1984). Também de gênero documental, relata a luta dos Sateré-Mawé contra a invasão de suas terras pela empresa petrolífera *Elf Aquitaine* de origem francesa. Esta teve permissão pelo regime militar, vigente na época, para realização de prospecções de petróleo em território indígena. Com incursão de mais de quinhentas pessoas e uso de explosivos para testes geológicos, causaram enorme impacto na época. As obras demonstram a narrativa da história não pelo olhar dos vencedores, evidenciando o importante papel do recurso audiovisual enquanto registro de época e narrativa.

As documentações do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) através de história oral e relatos de viajantes mostram o imenso quadrilátero que constituía o território Sateré-Mawé. Ocupava terras entre os rios Tapajós e Madeira, delimitadas ao norte pela ilha Tupinambarana no rio Amazonas e ao sul, pelas cabeceiras do rio Tapajós. Hoje, articulados territorialmente em diversas frentes de atuação, a etnia tem nas cidades do entorno da Terra Indígena (quadro 17) diferentes formas de inserção e formação de estratégias de territorialização. Um exemplo interessante foi eleição de “Messias Sateré” como primeiro prefeito indígena do Município de

Barreirinha¹⁶⁶ (limítrofe a oeste de Parintins) no ano de 2012, o que demonstra o caráter dinâmico da presença urbana da etnia.

Local de residência Domicílios Moradores	Domicílios	Moradores
Terras indígenas (total)	1531	7502
Marau	779	3288
Andirá	662	3795
Uaicurapá	59	292
Koatá-Laranjal	31	127
Áreas urbanas (total)	228	998
Maués	48	200
Parintins	115	512
Barreirinha	50	10
Nova Olinda do Norte	3	10

Quadro 17: População Sateré-Mawé, segundo local de residência 2002/2003

Fonte: UFAM et al., Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé (2003).

As cidades são entrepostos históricos, tanto na estratégia de defesa quanto como pontos nodais de uma malha de exploração de recursos naturais na Amazônia. Sempre foram meios, nós específicos, para a obtenção/formação de recursos variados, como frisamos anteriormente. Atualmente, configura-se nova realidade, onde o meio urbano passa a ser ponto estratégico em lutas de reconhecimento e contextos territoriais. As lutas por direito à territorialidade sempre foram fundamentais na reprodução dos modos de vida tradicionais. O território é, ao mesmo tempo para essas populações, meio de subsistência, meio de trabalho e produção, e meio de produzir aspectos que compõem a estrutura social (CRUZ, 2014). Abrigo, recurso ou nó para a ação e formação de projetos, são algumas das diversas formas de territorialização indígena que contam com a questão urbana atualmente.

A terra indígena Andirá-Marau, encravada na divisa dos estados do Amazonas e Pará, possui histórico de violações e pressões diversas, assim como relações constantes com as cidades adjacentes. Estas aparecem hoje como nós das redes tecidas pelos indígenas em múltiplas dimensões em que as territorialidades se constroem. Novas formas de comércio, acesso à rede de ensino médio e superior¹⁶⁷, – articulações políticas, culturais e fluxos pendulares entre o rural-urbano, tecem novas redes passíveis de serem cartografadas e evidenciadas.

¹⁶⁶ Como frutífero tema de pesquisas, indagamos como os indígenas, na fragmentação política interna da etnia Sateré-Mawé, tem usado as bases urbanas como estratégia de territorialização em disputas vinculadas aos municípios de Barreirinha, Parintins e Maués.

¹⁶⁷ Como a recém implantada licenciatura indígena realizada pela Universidade Federal do Amazonas (campus de Parintins).

Um levantamento sócio-demográfico realizado de maneira participativa (TEIXEIRA, 2005) demonstra a população Sateré-Mawé distribuída entre a área indígena e nas cidades de Barreirinha, Maués, Parintins, Nova Olinda do Norte e Manaus. São, aproximadamente 9.000 indígenas que habitam esses locais. Com 1.500 domicílios e 7.375 habitantes, o Andirá-Marau possui 91 aldeias distribuídas ao longo dos principais rios e igarapés que atravessam a TI.

A cidade mais povoada pela etnia em área urbana, portanto, é Parintins. No papel de polo sub-regional, oferece maior variedade de serviços ofertados no que se refere à educação, saúde e possibilidade de obtenção de empregos. A intensificação dos contatos com relativa facilidade de deslocamentos via fluvial foram determinantes para o aumento do fluxo de migrações para as cidades. Isso está relacionado com as transformações econômicas, sociais e culturais no interior das comunidades indígenas. O pano de fundo é a degradação das condições de subsistência nos territórios onde elas se situam e a desestruturação do modo de vida tradicional (TEIXEIRA et al., 2009).

Em proposta metodológica para estudo de grupos urbanos, o antropólogo José Magnani (2013) procura evidenciar a dinâmica dos Sateré-Mawé em várias cidades do Amazonas. Segundo o autor, ela é construída em diferentes trajetos e nos diferentes *circuitos* formados pelo universo do trabalho, pelas agências de saúde, pelas instituições de ensino, cultura e lazer. A constatação é de que as atividades da etnia estão muito longe da visão de índios pobres confinados na periferia. Seguindo as pistas do artesanato, lazer e rituais feitos nas cidades pesquisadas (Manaus, Parintins e Iranduba), o autor aponta que “em vez da anomia, do isolamento ou da fragmentação, o que se vê são regularidades, arranjos coletivos, oportunidades e espaços de trocas e encontros” (MAGNANI, 2013, p. 7). Magnani propõe olhar “de dentro e de perto”, pois essas formas de inserção, se vistas numa escala macro da cidade “de fora e de longe”, não apreenderia as unidades de sentido existentes que esclarecem o modo de ser Sateré. Eles “abrem pistas sobre as marcas que eles deixam numa paisagem mais ampla que inclui cidade, floresta, rios e flexibilizam suas fronteiras” (Ibid., p. 13).

No caso de sistema produtivos, Schröder (2005) descreve experiências econômicas com povos indígenas com avaliação através do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). Promovido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os objetivos do projeto incluem realizar simultaneamente à identificação/delimitação das terras indígenas. Nesse processo está contido o levantamento das suas condições ambientais e de elementos que possam viabilizar projetos de auto sustentação.

Além disso, o projeto visa implantar ações no sentido do equilíbrio ambiental das terras indígenas, possibilitando auto sustentação de sua população.

Contando com parceria e consultoria de pesquisadores alemães avaliando 39 iniciativas no Brasil relativas à comercialização de produtos por indígenas, o autor tece as seguintes observações avaliativas:

- i) baixo componente de preocupação ambiental nas produções;
- ii) fracassos de produções monoculturais como pecuária, café e arroz pela existência de forte concorrência;
- iii) problemas na definição do produto ser genuinamente indígena, possuindo muitos outros produtores não indígenas similares. Isso no caso de aproveitar o capital simbólico “indígena, inofensivo e produzido por populações oprimidas”;
- iv) dependem de formas de divulgação e propaganda caras e amplas;
- v) os mercados externos representam nichos lucrativos apenas enquanto é feito uso desse capital simbólico do “indígena” enquanto produtor “ecologicamente insuspeito” (Ibid., p. 169).

Problemas de armazenagem, transporte e distribuição também foram pontos ressaltados pelo estudo que levanta como solução a instalação de base de processamento e organização em centros regionais, corroborando com o que ocorre em Parintins, no caso da base formada pelo CPSM.

Sobre experiências alternativas de gestão territorial, Becker (2008) ressalta que as alianças externas para desenvolvimento de projetos enquanto vetores tecno-ecológicos podem ser imprevisíveis considerando dificuldades de acesso a mercados e retração de financiamentos externos. A crise global deflagrada em 2008 incorreu em enfraquecimento de financiamentos e vendas do CPSM. Houve cortes de verbas nos projetos italianos, que foi superado através da busca de novos parceiros. O grau de “abertura” do sistema não poderia ficar incólume às oscilações ocorridas no mercado global. A quantidade de frentes de contatos e relações (em escalas variadas) pode permitir maior margem de manobra para resistência e busca de projetos de desenvolvimento como vimos no item 2.4. Vejamos o histórico do Consórcio e as iniciativas de construção de outras formas de territorialidades em estratégias de uso da cidade para ações do grupo.

Em 1981 cria-se a Cooperativa do Guaraná com apoio do CTI (Centro de Trabalho Indigenista). No início, o objetivo foi fortalecer a etnia economicamente por uma maior independência do grupo no trato com o bloco de poder sub-regional. O fim era alterar suas

relações históricas com o Estado, regatões e políticos locais (LORENZ, 1992). Na época, a questão central debatida por antropólogos e indigenistas membros da CTI era de como superar a dependência de atravessadores e outros tipos de comerciantes para melhorar as condições de venda de seus produtos. Um dos problemas iniciais era o transporte para a cidade de forma que os indígenas comercializassem sem ocorrer abuso ou desvalorização de seus produtos. Foi então implantado o início do processo de comercialização autônoma.

O embrião da futura cooperativa era chamado de *cantina*. Localizada na Aldeia Nova Esperança (rio Marau, AM), foi fundada pelo então tuxaua Manoelzinho. Lorenz (1992) relata contatos iniciais com os Sateré-Maué descrevendo as dificuldades de vencer a desconfiança dos indígenas, acostumados nas relações com as formas predominantes até o momento: o Estado, a igreja e os comerciantes. Estabelecer outro tipo de diálogo e implantar uma nova forma de comercialização de seus produtos era o desafio relatado por lideranças.

As chamadas cantinas eram locais de processamento do guaraná (*waraná*). Eram ativadas pelo processo cooperativo entre os membros da aldeia, chamado localmente de *puchiruns* que ainda é assim classificado nos dias atuais. A autora destaca perda de soberania alimentar pelos indígenas que necessitavam de trocas comerciais com as cidades para fins de manutenção e ativação das cantinas. Esse fato causou dificuldades, contando com ajuda da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em algumas ocasiões.

As viagens para vendas em Manaus se tornaram frequentes. Os laços com outras aldeias na área do rio Marau se expandiram. O próximo desafio era de que os vínculos de confiança não se tornassem de dependência (LORENZ, 1992).

A primeira venda de “pó de waraná” enviada para a rede de comércio justo internacional ocorre em 1995 através da parceria com a Associação de Consultoria e Pesquisa Indianista na Amazônia (ACOPIAMA), sediada em Manaus. Esse evento marca o início do Projeto Integrado de etno-desenvolvimento com a busca de autonomia política do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé (CGTSM) fundamentada na autonomia econômica sustentada pelos produtores.

Considerado pelos membros do consórcio como um “marco histórico”, ocorre em 1998 o primeiro encontro com representantes da *Altromercato*, organização de comércio justo internacional italiana, com início de pequenos lotes comercializados. Tal organização é referência na promoção e realização da economia solidária com finalidade voltada para o desenvolvimento sustentável. A partir daí, ocorrem as primeiras cobranças para que os

produtores indígenas atinjam certificações embasadas em critérios no âmbito da rede internacional de comércio justo.

Desde então, as relações com diversas instituições não governamentais estabeleceram escalas de relações que proporcionaram ao consórcio mecanismos de rompimento de “constrangimentos” espaciais expostos no quadro 18 e na figura 29.

Tais “constrangimentos” se deram pela falta de política pública específica por parte do Estado. Outro motivo foi a dependência de redes de poder locais que nunca estabeleceram diálogo apropriado com os indígenas, impondo sempre relações de dependência.

ANO	MARCOS, AVANÇOS E RELAÇÕES
2009	Nasce o CPSM - Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé. Os produtores se constituem de fato e de direito como um sujeito coletivo autonomamente responsável para cumprir com seu papel de motor econômico do Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento da Nação Sateré-Mawé.
2010	CPSM consegue o SISCOMEX (senha no sistema de comércio exterior). Torna-se a primeira organização indígena brasileira a exportar diretamente e sob sua própria responsabilidade os produtos da sua agrosilvicultura, especificamente o guaraná nativo, nos mercados internacionais.
2010	O Consórcio e a Guayapi assinam um contrato quadro de parceria cujas condições vão muito além do padrão de tutela dos interesses dos produtores exigido pelo comércio justo: “experimentamos aqui uma parceria solidária orientada pelo princípio da plena e total reciprocidade, e do pleno e operacional reconhecimento das diferenças socio-culturais, rumo a transformar a cadeia produtiva numa rede produtiva entre parceiros autônomos fundamentada numa distribuição equilibrada dos poderes reais.” (NUSOKEN ¹⁶⁸).
2011	Coordenado pelo CIG (Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários) e financiado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), constitui-se um grupo de trabalho envolvendo o Instituto Nacional de Proteção Industrial (INPI), a CGETNO (Coordenação Geral para o Etnodesenvolvimento) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Associação de Consultoria e Pesquisa Indianista da Amazônia (Acopiama) e o próprio Consórcio. O objetivo foi criar as condições que iriam permitir ao CPSM a formalização, junto ao INPI, do pedido de reconhecimento da Denominação de Origem do guaraná nativo produzido na Terra Indígena Andirá-Marau.
2012	O CPSM cria a marca Nusoken, para começar a atingir o mercado nacional brasileiro. Nasce a <u>Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA)</u> . O que vai finalmente determinar as pré-condições para fazer funcionar o <u>Centro de Excelência de Vintequilos</u> como <u>agrosilviturismo</u> , vitrine do Projeto Waraná; Inauguração da unidade de beneficiamento em Parintins.
2013	Reforma do Estatuto do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé (CGTSM); institucionalização dos direitos e deveres e do poder político das famílias produtoras na sociedade Sateré-Mawé; Registro de Indicações Geográficas: waraná - Terra Indígena Andirá-Marau e o guaraná nativo nela semi-domesticado pelos produtores Sateré-Mawé constituem o único banco genético natural do mundo do Guaraná.

Quadro 18: Evolução e organização do circuito de produção, comercialização e certificação do “waraná” pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé.

Fonte: Nusoken.

Organizado pelo autor.

Portanto, há uma clara expansão na forma de territorialização da etnia. Elementos simbólicos, ambientais, culturais e políticos são ativados em torno da construção da mercadoria “waraná” (figura 30).

¹⁶⁸ <http://www.nusoken.com> – acessado em 21/10/2013.

As pesquisas de Romano (1982) indicaram perda de caracteres de auto-reprodução de parte dos integrantes da etnia na década de 1980. Associado às migrações, ocorreram ruptura dos laços com os territórios tradicionais. A cidade (no caso de nosso diagnóstico, nos detemos apenas aos componentes do CPSM) passa a ser nó estratégico para a construção do território-rede (comércio internacional com certificação de origem do produto) ligado a um território-zona (produtores em aldeias nas calhas dos rios Andirá e Marau). A mediação urbana passa a ser usufruída pelo consórcio, que constrói estratégias coligando territorialidades interioranas (dentro de aldeias ou comunidades indígenas fora da Terra Indígena) e a necessidade de aumento da densidade das relações que compõe sua territorialidade na cidade.

Em 2013 ocorrem tentativas subsequentes de mobilização junto ao Instituto Nacional de Propriedade intelectual (INPI) e Academia de Propriedade Intelectual (API). O objetivo era apresentar, por parte do Consórcio, a pretensão de adquirir a Denominação de Origem (DO) com qualidade objetiva e não o simples reconhecimento da procedência para o *Wará* oriundo das terras Sateré. A justificativa advém do fato de que na Terra Indígena Andirá-Marau é onde ocorre o banco genético natural de grande variedade do guaraná. Fora da TI, a plantações seriam na maior parte clonadas.

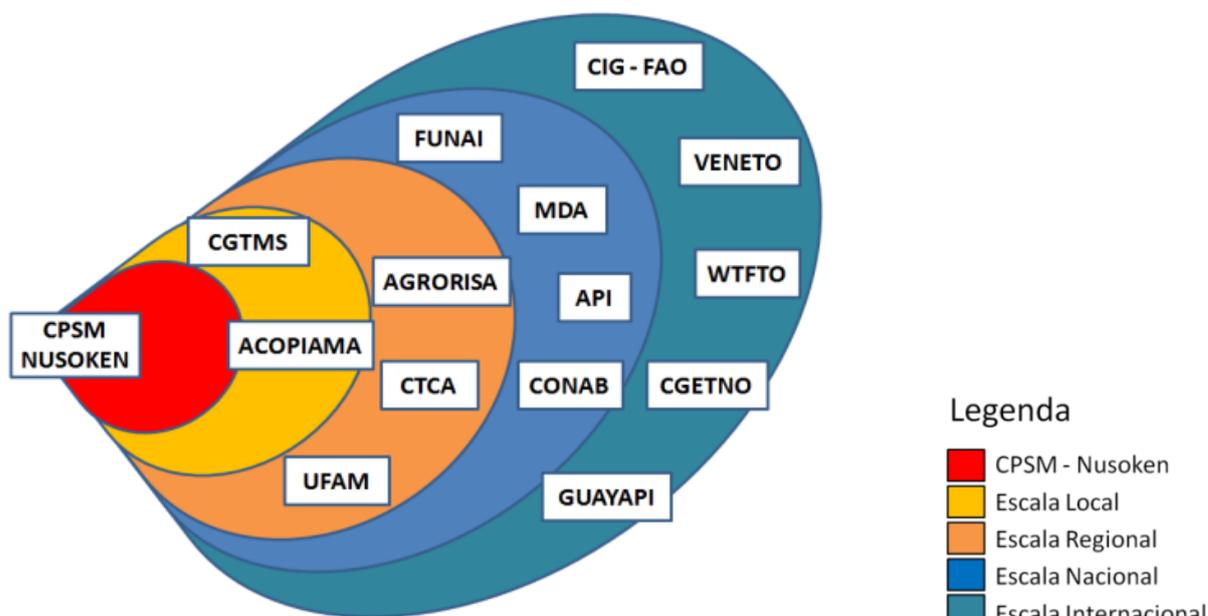


Figura 29: Escalas de relações construídas pelo CPSM.
 Fonte: Dados da pesquisa.
 Elaborado e organizado pelo autor.

Os membros do Consórcio nos relataram que há outra tentativa de registrar a DO por outro grupo. Todavia, esse registro visa abranger apenas Maués, o que excluiria os demais municípios que compõem a Terra Indígena, prejudicando dezenas de produtores não residentes em Maués. Outra face do processo de disputa territorial se desenha. De caráter normativo ligado e exigências de certificação internacionais, revela a amplitude das disputas internas dentro da etnia e entre agentes ligados às elites de Maués que se beneficiam da compra e processamento do guaraná.



Figura 30: Waraná em bastão e óleos e extratos diversos ao fundo.
Foto: Estevan Bartoli (2015).

A influência dos processos escalares na maneira em que sistemas territoriais se configuram é latente. Nesse caso, as redes internacionais de comércio justo influenciando tais disputas. Vale lembrar que o nome Sateré-Mawé foi patenteado por uma empresa do Mato Grosso. Atualmente isso implica problemas para obter os quesitos acima citados na denominação de origem.

Em entrevista¹⁶⁹ com o principal articulador do projeto CPSM – Nusoken, Obadias Batista Garcia, o entrevistado fez referência à grande quantidade de indígenas nos municípios de Barreirinha e Maués. Mas, de fato, Parintins é ponto estratégico pela presença de aeroporto

¹⁶⁹ Realizada em junho de 2016.

com voos diários, porto de acesso ao rio Amazonas, acesso à internet, acesso às instituições como a FUNAI, SESAI, UFAM entre outras. Obadias salientou que não seria possível o avanço organizacional em outro município. Na verdade, toda a mobilização até o momento está inserida no projeto político da etnia: “os índios é que vão construir a problemática através de cada Terra Indígena. Os índios do alto rio Negro tiveram um tipo de mobilização, aqui é outra”. Relevou ainda a importância da recém-criada Livre Acadêmica do Wará, com intuito de resgatar o histórico e cultura do povo Sateré, e a Licenciatura Indígena, recém estruturada na cidade, com a parceria da UFAM.

Produtos	Quantidade	Produtos	Quantidade
Waraná	2 ton	Crajiru	50 Kg
Muirapuama	150 Kg	Mangarataia	50 Kg
Óleo de castanha	100 lts	Resina de Breu Branco	500 Kg
Urucum em pó	50 Kg	Carqueja	500 Kg
Castanha de Cajú	50 Kg	Espina Santa	10 Kg
Copaiba - óleo	100 lts	Pajurá (semente)	40 lts
Unha de gato	50 Kg	Inaja / Maripa - óleo	15 Kg
Pau Rosa- óleo	10 Kg	Tucuma / Awara	100 Kg
Araça	20 Kg	Babaçu (óleo de polpa)	50 Kg
Seiva de Xixica	20 Kg	Pequiá (óleo de polpa)	20 Kgs
Seiva de Lacri	20 Kg	Patawa (óleo de polpa)	400 lts
Óleo de semente de Cumarù	200 lts	Jambu	5 Kg
Açaí - polpa	50 Kg	Acerola	50 Kg
Andiroba - óleo	500 lts	Casca de Pau D'Arco	100 Kg
Mel	50 Kg	Karami	10 Kg
Própolis	50 Kg	Camu camu	10 Kg
Muria Uira	20 Kg.	Genipapo	20 Kg
Preciosa	20 kg		

Quadro 19: Lista de produtos orgânicos processados para exportação.

Fonte: CPSM (2015).

Organizado pelo autor.

Outro ponto ressaltado por Obadias está relacionado à constante exploração que os indígenas eram submetidos num passado recente. Produtos extrativistas eram trocados na cidade por gasolina, alimentos industriais ou remédios. Essa relativa autonomia tem causado disputas judiciais intensas entre os indígenas, relacionadas a intrigas políticas entre os territórios de influência dos grupos em cada município. Tema frutífero para análises futuras, fica evidente que a cidade permite organização política com esfera local de poder. O prefeito eleito de Barreirinha é Sateré, mas rompeu com os membros do CPSM que não mais dependem de assistencialismos locais de prefeitos e vereadores.



Figura 31: Produtos processados: unha de gato, muiraruira e mirantã (esquerda); óleos de copaíba e andiroba (direita).
Fotos: Estevan Bartoli (2016).

Os indígenas sofrem impactos com as migrações num grau preocupante referente aos indígenas sujeitos às condições precárias e de imobilismo presentes na casa de trânsito de Parintins. Ao mesmo tempo, passam a experimentar aprendizado político e cultural ao construir relações na cidade. As entrevistas com membros do CPSM indicaram ser essa convivência, associada ao curso de Licenciatura Indígena na UFAM, elemento importante para a formação de futuros educadores. Estes devem atuar nas áreas indígenas e comunidades do entorno com forte presença da etnia, corroborando com o que temos chamado de *retorno ao território* a partir da cidade.

Nos relatos do grupo, constatamos a preocupação sobre a qualidade da alimentação dos membros das famílias produtoras que compõem o Consórcio. Pela obtenção de divisas advindas da venda do guaraná, famílias estariam sendo desestimuladas na produção de alimentos típicos regionais. A opção seria pela compra de produtos industrializados como embutidos, frango congelado, enlatados, ovos, entre outros, como biscoitos e refrigerantes.

Nesse contexto, em janeiro de 2015, o CPSM se posiciona frente ao Ministério de Desenvolvimento Social sobre as políticas públicas assistenciais para os povos indígenas propondo reforma das condicionalidades do Programa Bolsa Família. No documento apontam que é necessário substituir a condicionalidade de incentivo à frequência escolar por outra que incentive produção de alimentos orgânicos, assim como via programas de aquisição de merenda escolar.

Tal fator estimulou os membros do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé a planejar uma assembleia geral para troca de sementes¹⁷⁰ vinculada ao Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento, em andamento. Nesse sentido, outra conquista da organização da etnia na frente de estratégias territoriais que tem como base a atuação na cidade, foi instalação do primeiro curso de Licenciatura Indígena na Universidade Federal do Amazonas (UFAM – campus de Parintins).

Podemos afirmar que o sistema territorial coordenado a partir da cidade, vem *ativando* pontos no território (maior qualidade de relações territoriais) e não apenas *atingindo* (extraindo recursos sem melhorias ou avanço da construção de projeto dentro do grupo).

Com o objetivo de atingir valoração do grupo em análise, é necessária a definição de parâmetros. Isso requer individualizar o grau de ativação de recurso potencial específico de um território local, como sugere Dematteis (2005). Assim, constatamos que o grupo faz grande esforço para conservar a memória histórica e a identidade. Há forte sentimento de pertencimento relativo à importância da agregação dos sujeitos. Detectamos que é possível combinar o conhecimento contextual com o modo de permitir a evolução de técnicas e modelo de gestão apropriado. Os pequenos avanços, porém significativos, não incorrem em visões nostálgicas ou “museificadas” em relação à evolução da dinâmica do território em questão. A distribuição espacial que esse sistema territorial possui foi um dos critérios mais profícuos pelo aproveitamento de matéria prima regional fornecida por uma cadeia de aldeias indígenas. Isso demonstrou a continuidade das relações entre o espaço urbano e seu entorno, antes fragmentadas e desestruturadas com as sequenciais crises e ciclos econômicos.

Sobre o ponto de vista de uma análise embasada nos conceitos de Raffestin (1993), a malha, como sistema de limites e fronteiras mais ou menos funcionalizadas, exprime a área de exercício de poder. No caso estudado, seriam as aldeias dentro e fora da Terra Indígena Andirá-Marau (figura 32).

As escalas ativadas são definidas pelas ações advindas dos nós que, no presente caso, seria a cidade de Parintins. Através delas se estabelecem redes de caráter zonal (com descontinuidades no território) relacionadas a nós externos da malha, dinamizando as relações para obtenção e atendimento de suas necessidades. Portanto, territorializar-se hoje implica a ação de controlar fluxos e de estabelecer e comandar redes (HAESBAERT, 2012).

¹⁷⁰ Disponível em <<http://nacoesunidas.org/projeto-onu-promove-troca-sementes-sabores-saberes-povo-satere-mawe/>>. Acesso em 01/05/2014.



Figura 32: Terra indígena Andirá-Marau e localização de produtores
 Fonte: Nusoken.
 Adaptado pelo autor.

As atividades dos indígenas do CPSM resultam na construção de relativa autonomia frente redes de poder locais e não dependência de políticas de cunho assistencialista ou exploração dos produtos através de atravessadores.

O atributo fundamental em nossa reflexão reside em repensar a cooperação entre territórios como cenário possível de desenvolvimento. Isso associado à integração entre espaços sub-regionais articulados de maneiras distintas. Uns possuem usos ainda predatórios, como a pecuária e extração ilegal de madeira, e outros reforçam o caráter da economia popular complementar urbana.

Vimos enfatizando o caráter central da navegação no tipo de constituição dos sistemas territoriais. O CPSM possui pequena frota de barcos para realizar as conexões com as aldeias internas e externas à Terra Indígena Andirá-Marau. São 2 barcos regionais de 2 pisos de 16 metros cada com e potência de 114hp. Há mais dois barcos de 15 metros com 360hp de potência (todos movidos à diesel). Os barcos também servem de moradia temporária para indígenas que realizam trânsito na cidade. Possuem ainda uma lancha de alumínio (“voadeira”) de 10 metros para os deslocamentos que não visam transporte de mercadorias. Seu uso é pautado apenas na assessoria aos produtores do interior que vem contando com a parceria da COOTEMPA, sediada na cidade. Não se trata apenas de uma circulação organizacional pelo território voltada para a manutenção dos negócios do Consórcio e extração de recursos. Mas também, em parte, advinda de certa solidariedade orgânica (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Temática essa relativa às estratégias de resistência e ajuda mútuas dos indígenas na cidade ainda está por ser pesquisada.

Os integrantes do Consórcio compõem, assim, parte de populações urbanas. A partir da condição de migrantes ou antigos cidadãos, estas têm, dialeticamente, frente à inconsistente base econômica da cidade de Parintins, retomado práticas que têm o entorno ribeirinho como base de acesso e construção de territorialidades e formação de redes que são ativadas funcionalmente para reprodução social dos grupos. Isso caracteriza cidades com forte atividade ribeirinha. Nestas, atividades artesanais, extrativas, agrícolas e pequenas manufaturas, são interpretadas como relações de longa duração das populações com os recursos territoriais locais.

A memória está presente na base técnica de sistemas territoriais ribeirinhos ou indígenas, na relação entre cultura e ambiente. Aparece transmutada no ambiente urbano, ganhando conotações ligadas à esfera mercantil e valor de troca (não se reduzindo a elas) em novas relações de trabalho. Interpretar esse novo ambiente eivado de contradições é tarefa

urgente. Essas novas relações coercitivas possuem, doravante, indícios de construções criativas e de retomada de vínculos colaborativos presentes no STUR.

Os Sateré-Mawé têm histórico de agressões e constante fragilização da condição territorial que o grupo atravessou. As relações com a sociedade circundante através de esferas pouco somaram no passado para avanço da autonomia do grupo. Esse contexto suscitou maior organização dos membros em trajetória que vem construindo reescalamentos de relações a partir da produção do guaraná. Aprendizado político, retomada de aspectos identitários e superação de antigas dependências de constrangimentos espaciais (políticos locais, atravessadores, entre outros) são conquistas somadas a novos desafios. Soberania alimentar, retomada da qualidade das relações com o território e reconstrução da identidade (dinâmica e mutável), são elementos cujas ações estão engajadas no processo de territorialização, definido por Oliveira (1988) como:

Movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas a ‘etnia’, na América espanhola as ‘reducciones’ e ‘resguardos’, no Brasil as ‘comunidades indígenas’ – vem se transformando em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (incluindo as que se relacionam ao meio ambiente e ao universo religioso) (OLIVEIRA, 1988, p. 56).

Com as territorialidades construídas e através da inserção do CPSM na rede internacional de comércio justo, o guaraná veio com a necessidade de busca de certificações e selos de qualidade. Tornou-se um recurso específico (*waraná*) capaz de formar redes colaborativas e ativar relações sociais buscando adensamento de relações coletivas, essenciais para projetos futuros de desenvolvimento territorial.

Tomamos como referência o quadro de avaliação do nível de maturidade do capital social a partir de Pretty e Ward (2001). No primeiro critério com relação à visão de mundo e senso-prático, identificamos boa noção entre os coordenadores do CPSM sobre a necessidade importância dos contatos, parcerias e trocas de experiências feitas na trajetória dos produtores. As certificações são o que diferenciam o guaraná Sateré daquele produzido em larga escala para abastecer gigantes do ramo de bebidas como a AMBEV. Estavam cientes que o caminho não era mergulhar nessa competição que rebaixa preços que pune pequenos produtores. Organizados, o CPSM demonstrou certo entendimento das leis coercitivas de competição que regem relações da acumulação do capital. O critério normas internas e confiança, se encontra

em estágio de autonomia-relativa¹⁷¹. Não depende de forças externas para a realização das atividades e tomadas de decisão, mas existe reconhecimento de valores e princípios no interior do próprio grupo.

As conexões externas e redes são o que melhoram ou inibem os resultados de governança sustentados por processos sociais. Apesar da ampliação do círculo social dos membros do grupo, percebemos que as relações ainda são mediadas por agentes externos. Esses fatores, neste caso, implicam no baixo nível de governança.

No tema tecnologia e melhoramentos, o grupo também está em estágio de relativa autonomia. Há preocupação na origem de produtos advindos de extrativismo e manejo sustentável e planos coletivos de experimentações, inovações e geração de trocas internas. Entretanto, parte do processamento de guaraná é feito por empresa em Manaus.

Esses apontamentos corroboram com nossa hipótese de que coletivos organizados estariam influenciando, produzindo e ordenando novas configurações territoriais a partir de mediações urbanas. A multidimensionalidade dessa mediação aumenta ainda mais a importância da cidade. Ela permeia as possibilidades de adensamento de relações diversas. Isso oportuniza saltos escalares e, conseqüente, maior grau de abertura do sistema com trocas de informações e aprendizado político e organizacional.

O desenvolvimento da coesão e formação de capital social do grupo tem propiciado que ocorra manutenção de relações com as aldeias. Ali, o projeto de reconstrução identitária da etnia tem clara intenção de “retornar ao território”. Entretanto, cada vez mais a partir da cidade que se tornou condição e meio nessa empreitada. Trata-se de um retorno qualitativamente diferenciado. Acompanha a tendência de evolução das relações territoriais ainda em construção. Múltiplas estratégias territoriais, zonais, relacionais, reticulares são o ambiente no qual o próprio *milieu* urbano passa também a ser reconstruído. Esses aspectos conformam essa importante manifestação desse sistema territorial, que talvez possa ser chamado de *urbano-indígena*.

Outros temas de pesquisa aparecem em considerações críticas sobre a territorialização da atividade de produção de guaraná e as implicações das diversas mediações construídas, questionando: estaria a estruturação do guaraná vinculada à simples *commoditização* do conhecimento tradicional, onde as mediações feitas por agências não governamentais induziriam a uma forma organizativa mais vinculada à noção de grupo

¹⁷¹ A proposta metodológica de Pretty e Ward (2001) se embasa em 5 temas para definição do estágio de maturidade do grupo: worldviews of members; internal norms and trust; external linkages and networks; technologies and improvements; group lifespan.

comercial e menos como um projeto coletivo, como aponta Almeida (2010). Haveria desestruturação da gestão comunitária dos recursos e hierarquização da comercialização e exploração de produtores mais distantes dos processos decisórios que ocorrem na cidade? São questões abrangentes, necessárias e ligadas ao incontestado fato de que a cidade passa a ser parte do território-rede e das territorialidades indígenas.

Retomando os critérios para a proposta de análise do STUR, são claros os avanços significativos com adensamentos de relações a partir da cidade pelo consórcio (quadro 20).

Crítérios de Análise	Aplicação
a) Relação histórico-cultural e relações com o sítio e situação da cidade.	Reterritorialização da fração da etnia tem sido usado como estratégia de comercialização do guaraná enquanto projeto amplo que deságua em várias outras frentes para retomada de aspectos identitários e culturais. Não dependem de relações com o sítio urbano. Situação da cidade enquanto polo sub-regional e posição de confluência de rios à jusante da TI, com infraestrutura e outras densidades presentes (instituições diversas), são fundamentais para o projeto do Consórcio.
b) Relação com os recursos locais, capacidade de processamento; relações com o <i>milieu</i>.	Recurso regional tradicional muito ligado a aspectos culturais e simbólicos no território (uso tradicional); tem sido processado adquirindo certificações, adicionando valorização simbólica para uso comercial: ecológica e ligada a povos tradicionais. <i>Milieu</i> urbano: ambiente recente de evolução das relações territoriais.
c) Abrangência da área de atuação e influência econômica; capacidade de ativação de pontos no território.	Enorme área de abrangência entre três municípios (dentro ou fora da TI); saltos escalares para comércio exterior; pontos ativados ainda de maneira insipiente, mas propícios à intensificação de relações.
d) Autonomia relativa frente às redes locais de poder; capacidade de criar relações em escalas variadas:	Estágio de relativa autonomia, com importante quebra de relações históricas de dependência. Escalas externas ao sistema propiciando trocas intensas de informação e ganhos na capacidade organizacional; aprendizado coletivo intenso e evolução nos projetos para setores de educação e agroecologia.
e) Papel da cidade no processo de desenvolvimento para proposição de circuitos potenciais.	A cidade é fundamental para as mediações qualitativas em construção: licenciatura indígena, coesão do grupo em ações diversas, acesso a instituições, infraestrutura e transporte; funciona como nó para tentativa de rearticulação do projeto não só do consórcio, mas da etnia.

Quadro 20: Síntese do sistema territorial formado a partir do CPSM. Organizado pelo autor.

3.4. A Associação de Moveleiros de Parintins (AMOPIN)

As unidades produtivas de móveis de Parintins reúnem alguns aspectos facilmente identificados dentro da noção de STUR. Muito ligados à economia popular, são unidades pequenas; usam técnicas com poucos avanços apenas com adaptações locais e produzem

ferramentas; e processamento de recursos regionais atendendo mercados locais. A partir da cidade, constroem uma pequena rede de extração de madeira e transporte em pequena escala, com pontos do entorno sob sua influência.

Com aprendizado em escolas já extintas, o repasse de conhecimento na profissão se assemelha hoje ao ambiente dos tilheiros e apresentam alguns problemas similares quanto à escassez de marceneiros experientes para trabalhar. Outros aspectos do sistema territorial são mais difíceis de captar, como o problemático manejo de madeira e as inúmeras formas de transporte e retirada clandestinos. Isso nos remeteu a certo cuidado ao abordar e pesquisar a questão.

O projeto do grupo ainda resvala no baixo grau de abertura do sistema e poucas relações com ambientes externos. Disso resultou certa estagnação do grupo quanto à capacidade organizacional, técnica e trocas de experiências.

* * *

Com a derrocada do ciclo da juta e a preocupação por parte de lideranças locais em criar meios para o desenvolvimento de Parintins, o papel da Diocese da cidade ganha relevância a partir da década de 1960. Nesse período ela passa a organizar vários cursos profissionalizantes, entre eles o de marcenaria. Esse quadro foi sendo ampliado com influência da igreja católica em diversas frentes. Reforçou seu poder político¹⁷² na cidade e acabou tornando muitos setores da sociedade dependentes dessa mediação.

A atividade moveleira foi introduzida no município através da parceria entre os padres do Pontifício das Missões Estrangeiras (PIME) e a Associação dos Jovens Católicos (AJAC). Ambos pertencentes à Diocese de Parintins. Com a necessidade de fornecer educação profissionalizante para jovens, foi criada uma escola com cursos de marcenaria, carpintaria, serigrafia, mecânica e cerâmica. A sede era o Seminário João XXIII.

Um dos precursores da atividade, designado na época professor do curso de marcenaria, foi o sr. Mário. Conhecido localmente como “italiano”, foi responsável pela disseminação da profissão juntamente com outros dois marceneiros muito antigos e conhecidos na cidade: Chico Firmino e Zeca Brasil. Este último ainda está atuando na

¹⁷² A igreja católica de Parintins possui controle do sistema Alvorada de rádio e telecomunicações. Nos últimos anos tem se posicionado de maneira conservadora, com posição política de apoio a prefeitos que mantiveram acordos políticos com a Diocese.

produção, já com idade avançada, mas enorme disposição e alegria em nos receber durante a pesquisa¹⁷³.

Estes antigos mestres introduziram as primeiras máquinas industriais de atividades moveleiras obtidas do Estado do Pará. Tiveram a colaboração e parceria do empresário “Chico Ianuzzi”, na década de 1960. Foram passos iniciais para atividade moveleira na cidade.

Hoje Parintins dispõe de um polo moveleiro com 62 empreendimentos e cerca de 150 trabalhadores formais e informais. Constitui o maior polo moveleiro do interior do Amazonas. Localizados em parte no Polo Industrial de Parintins, houve doação de terreno pelo poder público municipal no sentido de construir Parque Industrial na década de 1990. Em 1995 criou-se a primeira Associação de Moveleiros de Parintins (AMP). Sem avanços significativos, a entidade foi reativada em 2010, já com o nome de Associação dos Moveleiros de Parintins (AMOPIN) com 48 unidades produtivas.

A associação está inserida hoje no Programa de Regionalização de Móveis Escolares (PROMOVE). Iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, o programa é promovido através da Agencia de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS)¹⁷⁴ para confecção da mobília escolar. Participamos de uma das assembleias da AMOPIN em 2015 que pautaria ajustes e demandas trazidas pelo representante da ADS. Alguns temas surgidos no debate denotaram tímida e insipiente consciência pelos produtores sobre a capacidade de impacto ambiental que a atividade exerce sobre o território sub-regional. Listamos na pauta da reunião os principais pontos levantados:

- reclamações por parte da ADS de não haver padrão de uniformidade no imobiliário entregue, atraso por parte de alguns membros e não entrega por parte de outros;
- falta de madeira e trabalhadores para cumprir a demanda das encomendas;
- impossibilidade de usar a estufa de secagem de madeira por parte dos associados, que só pode ser utilizada quando a madeira possui documentação de origem que comprove ser oriunda de manejo.

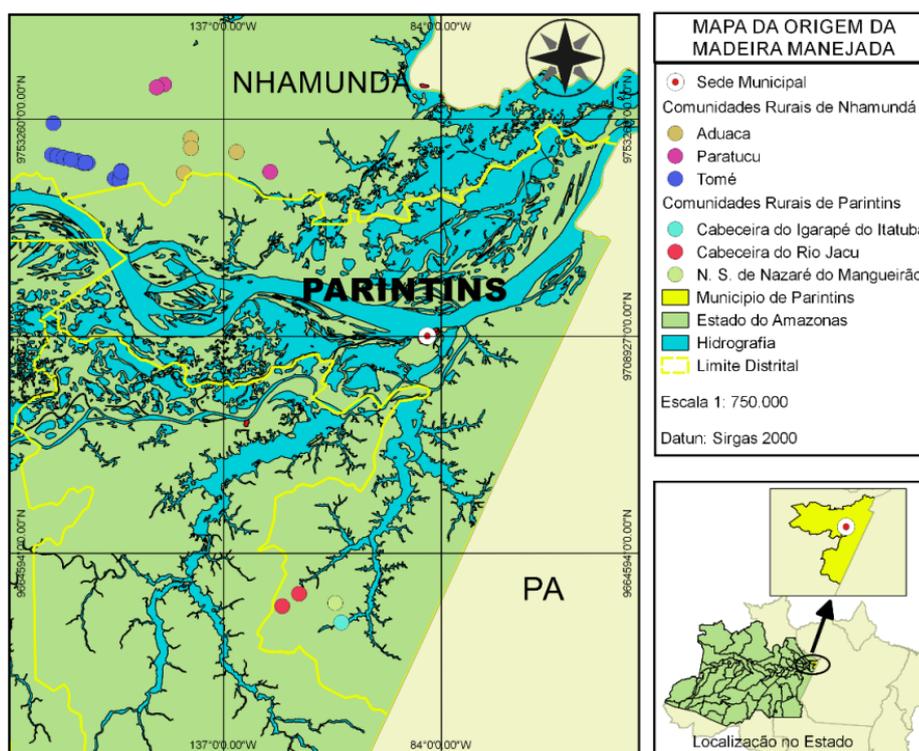
A origem da madeira foi um dos momentos tensos da assembleia. Ficou claro que grande parte é advinda de retirada ilegal, sem plano de manejo ou certificação. Isso é de grande preocupação por parte dos produtores que percebem a fragilidade do setor quanto à

¹⁷³ Dados históricos foram obtidos através de entrevista com o senhor Mário “italiano”, dono da maior madeireira da cidade atualmente, e com Zeca Brasil, na qual antiga movelaria ainda funciona no centro da cidade.

¹⁷⁴ Em 2015 a ADS foi vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS e passou a fazer parte do SISTEMA SEPROR (Secretaria de Produção Rural do Amazonas).

disponibilidade de madeira e seus estoques na sub-região. Assim como o fato de que a pressão dos órgãos de fiscalização (sucateados, desmontados e insuficientes para fiscalização local) que poderiam aumentar num futuro próximo no tocante a origem da madeira.

O mapa 12, assim como o mapa apresentado no capítulo 2.1, evidencia a pressão sobre as áreas florestadas de Parintins e Nhamundá e que o estoque de madeira de lei cada vez mais distante das margens de rios. A maior parte das áreas manejadas ocorre hoje no município de Nhamundá e a retirada clandestina ocorre no alto curso dos rios.



Mapa 12: Origem da madeira.
 Fonte: Costa e Bartoli (2015) com dados do IDAM (2015).

Ponto importante de nosso argumento, embasado na capacidade que o sistema urbano possui de ordenar o território através de seus subsistemas, é a quantidade considerável de madeira que é consumida ilegalmente na movelarias. Esse é um assunto delicado entre os proprietários da associação e órgãos de fiscalização locais. Ao longo dos anos, muitas espécies que eram habitualmente usadas no setor escassearam e hoje dificilmente são encontradas para extração, embora tenhamos averiguado uso em menor escala, como: cedro, muiracatiara e freijó.

A aplicação de questionários (anexo 1) nos forneceu uma média da madeira consumida por espécie por ano. Isso indicou as espécies ainda abundantes e as mais

demandadas e valorizadas com maior qualidade, durabilidade e beleza. O angelim é uma espécie de madeira muito valorizada por sua resistência às intempéries. Após secagem correta, apresenta leveza e durabilidade. É muito usada em esquadrias (portas, batentes e janelas) e deve receber acabamento antes de ser exposto, pois as variações de temperatura e umidade podem empenar a madeira. A muiracatiara é ainda mais resistente. De cor avermelhada, é muito utilizada na confecção de itens para cozinha e também esquadrias. Dados confirmaram sua escassez devido à intensa exploração e demanda constante pelas movelarias. Já o marupá é uma madeira abundante e facilmente encontrada nas movelarias. De coloração esbranquiçada e muito leve, é muito utilizada nas partes internas dos móveis não expostas à umidade ou como esquadrias internas, pois a mesma não resiste à ação da água. Outra madeira nobre, o freijó, apresenta coloração amarelada e rajada. Madeira leve e muito usada para todos os itens acima citados, com valor de mercado elevado devido à sua recente escassez.

É notável, em diversas atividades com uso de madeira de Parintins, a inexistência de certificados de origem, principalmente o Documento de Origem Florestal (DOF). Isso ocorre mesmo tendo na cidade o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) como mediador para obtenção desse documento junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

A ausência de fiscalização que coloca em cheque a exploração por meio de manejo preocupa considerando a fragilidade dos mecanismos de controle, somado às distantes áreas onde ocorre a extração.

Espécie		m³/mês	m³/ano	Consumo de 48 movelarias (ano)
Nome popular	Nome científico			
Angelim	<i>Hymenolobium excelsum</i>	1,408	16,89	776,94 m³
Muiracatiara	<i>Astronium lecointei ducke</i>	0,52	6,24	287,04 m³
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	0,44	5,28	242,88 m³
Freijó	<i>Cordia goeldiana Huber</i>	0,66	7,92	364,32 m³
Total		3,036	36,33	1.671,18 m³

Quadro 21: Consumo de madeira por movelaria em metros cúbicos no ano de 2015.

Fonte: Trabalho de campo.

Elaborado por Costa e Bartoli (2015).

Tais fatores impelem fragilidade ao setor e isso passa a impactar, negativamente, no tipo de uso do território. Confere-se nesse consumo a demanda para extração ilegal sobrecarregando a capacidade de reposição natural das espécies. Já há uso de MDF quando ocorre falta de madeira no mercado local.

3.4.1. Mão-de-obra, Técnicas e Processamento de Madeira

De acordo com os dados da associação, apenas 48% das empresas estão atuando de maneira formal (quadro 22). Porém, as empresas que atuam na informalidade são as que mais geram empregos. As que atuam de forma legal dispõem de melhor maquinário, ferramentas e profissionais mais qualificados, propiciando maior segurança no desenvolver das atividades. Constatou-se que 26 funcionários (16%) exercem sua atividade em empresas formais e o restante em empresas informais totalizando 84%, ou seja, 133 funcionários de um total de 159 (quadro 23).

EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE	
	Absoluto	%
Formal	22	48
Informal	24	52
Total	46	100

Quadro 22: Empresas Formais e Informais na AMOPIN.

Fonte: AMOPIN.

Organizado por Costa e Bartoli (2015).

FUNCIONÁRIOS	QUANTIDADE	
	Absoluto	%
Formal	26	16
Informal	133	84
Total	159	100

Quadro 23: Quantidade de Funcionários formais e informais.

Fonte: AMOPIN.

Organizado por Costa e Bartoli (2015).

A introdução das técnicas modernas veio ao longo dos anos alterando a velocidade e intensidade da extração de matérias-primas na Amazônia. Dos garimpos artesanais “manuais” para busca de ouro entre sedimentos ou cascalhos nos rios, avançou-se para balsas com potentes dragas que alteram e modificam rapidamente a paisagem, escavando relevos e barrancas. Do machado para retirada da madeira à motosserra que acelerou a velocidade de extração imprimindo maior retirada por homem trabalhando. Houve vínculos com outros tipos de maquinários, como o uso do trator para limpeza da área e posterior uso do *skidder* (tipo de trator específico para o arraste de toras de madeira).

No processamento da madeira, as técnicas também aumentaram a eficiência e a velocidade saindo dos antigos serrotes para as atuais máquinas semiautomáticas. Em nosso percurso analítico, é necessário averiguar a introdução de novas técnicas. A intenção é verificar o tipo de processamento que esse sistema territorial acarreta, em seu papel de mediador territorial, envolvendo trabalho (divisão social e territorial), processamento de matéria-prima regional e troca de informações.

O quadro 24 demonstra que o maquinário existente ainda é muito antigo e com grande parte das máquinas feitas de forma caseira pelos próprios moveleiros. As máquinas artesanais, segundo as entrevistas, foram construídas devido ao alto custo das máquinas profissionais para marcenaria. Esse maquinário caseiro chega a custar metade do preço e compra-se apenas o motor e o eixo. É um exemplo do improviso e necessidade de construir os próprios meios de produção, todavia a menor precisão nas tarefas e a ausência de mecanismos de segurança para os trabalhadores. Encontramos lâminas, serras e peças para desbaste de madeiras feitas de reciclagem de molas de carros antigos. Recursos criativamente transformados em instrumentos de trabalho. Essa arte do improviso, da adaptação frente à escassez, tem sido observada frequentemente nos sistemas territoriais analisados.



1 - Bancada de serra circular: primeira máquina para moldagem das peças, determinando a bitola para posterior aperfeiçoamento na plaina e desengrosso.



2 - Plaina: chamada de desempenadeira pelos marceneiros, serve para tirar as irregularidades das superfícies das peças. Nota-se a correia ligando o motor ao eixo que move a lâmina encaixada numa estrutura de madeira. Toda a estrutura é feita no local.



3 - Desengrosso: uma das máquinas que não tem a possibilidade de ser construída artesanalmente, pois necessita de maior precisão no desempenho de sua função e acabamento. As encontradas são muito antigas e com improviso de muitas peças.



4 - Esquadrejadeira: desempenha função de dar a angulação desejada às peças. Simples de ser feitas artesanalmente com motor, eixo e rolamentos.



5 – Furadeira: comumente acoplada na bancada de serra onde se aproveita o mesmo eixo e motor, com a instalação de um mandril, que segura brocas.



6 – Tupia: usada para acabamentos de arredondamento nas extremidades das peças.

Quadro 24: Maquinário artesanal em movelarias da AMOPIN.

Fonte: trabalho de campo (2015).

Fotos: Estevan Bartoli (2015).

Elaborado pelo autor.

Os depoimentos revelaram que a plaina é um dos maquinários artesanais que mais gera acidentes. Não possui sistema de ajuste da lâmina de corte onde o marceneiro realiza o corte pretendido a “olho nu”.

As demais etapas são manualmente feitas com ferramentas elétricas, lixadeira e acabamento com selador e verniz, com uso da pistola e compressor.

As etapas de trabalho e divisão social são constituídas pelo marceneiro-chefe e os ajudantes, que realizam as tarefas de montagem e acabamento dos móveis. Tarefas que exigem maior precisão são feitas pelo marceneiro-chefe que interpreta o modelo dos desenhos e projetos encomendados. Trata-se de profissional disputado entre as movelarias por sua escassez devido a ausência de cursos profissionalizantes na cidade. A diminuição das movelarias como ambientes de aprendizado informal, como ocorria antigamente, também adensa a falta desse profissional. Hoje a fiscalização trabalhista proíbe essa prática. Em alguns casos, relações familiares mantém o funcionamento das microempresas. O filho do proprietário passa a exercer o papel de marceneiro-chefe.

A secagem da madeira determina a qualidade do móvel (figura 33), não permitindo empenamentos, encolhimento e rachaduras. Esta é mais uma etapa ainda realizada de forma rudimentar, com as peças expostas ao sol ainda largas para evitar que empenem. Averiguamos que esse método acaba causando perda de madeira, pois ocorre ressecamento demasiado causando rachaduras indesejáveis durante os cortes.

Pelas entrevistas realizadas e participação em assembleias, ficou claro que a associação não possui integração de ações realizadas ou constituição de projeto coletivo que vise planejar o futuro e manutenção da atividade. Não são realizadas compras coletivas, trocas de informações ou experiências com grupos externos. Isso não origina ganhos (aprendizado coletivo) entre os associados.



Figura 33: Secagem de peças de madeira.
Foto: Estevan Bartoli (2014).

Os gargalos encontrados são relativos à mão de obra, origem da madeira e falta de investimento em tecnologias voltadas ao processamento. Um dos proprietários de marcenaria nos relatou: “nós aqui estamos transformando jóia em bijuteria”, ciente do uso de madeira de lei para fabricação de móveis de baixo custo e muito simples quanto ao acabamento e designer. A maior parte da produção destina-se a jogo de cozinha e armários vendidos em pequenas lojas da cidade.

Para comparação com sistema semelhante de marcenaria, visitamos site na internet de umas das empresas que destacam na produção de móveis de alto padrão no Brasil¹⁷⁵. Esta tem custos oito a dez vezes maiores que os fabricados na AMOPIN. Há uma série de atributos e

¹⁷⁵ Disponível em <http://www.etelinteriores.com/sobre_nos_certificacao.php>. Acesso em 25/10/2015.

processos inseridos durante a produção de móveis de alta qualidade pela ETEL Marcenaria. Em 2001, esse fabricante tornou-se a primeira empresa moveleira do Brasil a conquistar a certificação do *Forest Stewardship Council* - FSC (Conselho de Manejo Florestal). Isso deu uma ênfase ao “ecologicamente correto” como parte da valorização simbólica dos produtos. Além do “selo verde”, a empresa agrega valor aos móveis com investimento em designer, aproveitamento de resíduos, conferindo “ar sofisticado” aos produtos. Uma comparação didática entre os produtos da ETEL e da AMOPIN é apresentada na figura 34.

Não é nossa tarefa indicar caminho a ser seguido pelos moveleiros pela complexidade do tema. Mas a reflexão faz-se necessária em geografia, pois dialoga com a temática do desenvolvimento territorial. Uma cidade com dinâmica ribeirinha intensa ligada a uso do entorno florestal urge a necessidade de formação de pactos territoriais a partir da cidade em consonância com as necessidades das populações do interior. A certificação madeireira e reflorestamento são inexistentes no baixo Amazonas, ocorrendo apenas planos de manejo.



Figura 34: Móvel de Etel Carmona (esquerda) e AMOPIN (direita).

Fonte da figura do Móvel Etel: <http://www.etelinteriores.com.>

Foto do móvel AMOPIN: Estevan Bartoli (2016).

Como subsistema territorial inserido no sistema urbano, a atividade moveleira se apresenta consolidada na cidade. Não possui contatos ou trocas de informação com o exterior (renovação de tecnologia, *designer*, etc.) ou instituições de pesquisa. Apesar desse “fechamento” relativo quanto à sua evolução técnica, demonstra claramente como o aprendizado técnico introduzido desde a década de 1960 induz a proliferação e formação de divisão social do trabalho.

Quanto aos impactos junto ao consumo de madeira ilegal, fica comprometida a capacidade de auto-reprodução do sistema. Esse é um critério basilar segundo as ideias e

postulados de teorias sobre sistemas, como visto. Todavia, denota grande capacidade de mobilização de recursos que, mesmo com ausência de ambiente de inovação, originou a divisão do trabalho atual.

Essa fragmentação de usos e conexões no território é problema latente em cidades na Amazônia. O desafio reside em conectar biodiversidade ao nó urbano através de maior capacidade interativa. Um verdadeiro pacto rural-urbano.

O desenvolvimento do setor foi uma resposta a perturbações externas relativas ao declínio e quase extinção do ciclo da juta. Essas pequenas movelarias são mais uma manifestação importante da economia popular. Demonstram adaptação a novos contextos e é propício a avanços qualitativos de relações com o território, caso tenham maior abertura construindo relações com o exterior da esfera municipal e sub-regional. Pouca atenção tem sido dada a essa atividade que, assim como a carpintaria naval, possui potencial, pois já estão consolidados na cidade.

Como caracterização final relativa aos critérios para análise da proposta do STUR, resumimos no quadro 25 as características mais importantes dessa atividade.

Crítérios de Análise	Descrição
b) Relação histórico-cultural e relações com o sítio e situação da cidade.	Importância pela tradição de uso da madeira localmente, com trabalhadores habilidosos. Não dependem de relações com o sítio, mas começam a se beneficiar da situação da cidade enquanto polo sub-regional, com algumas movelarias iniciando vendas para municípios circunvizinhos.
f) Relação com os recursos locais, capacidade de processamento; relações com o <i>milieu</i>.	Uso de madeira e processamento ainda frágeis; <i>milieu</i> propício, mas faltando instituições de apoio; produtores ainda incapazes de aproveitar a estrutura urbana para dinamizar o setor.
g) Abrangência da área de atuação e influência econômica; capacidade de ativação de pontos no território.	Abrangência da área de atuação em localidades de extração de madeira é enorme e preocupante, com pontos atingidos não possuindo rede ativa de sujeitos capazes de planejar “retornos ao território” de maneira menos destrutiva. Consumindo variada gama de materiais das lojas locais, a influência econômica da AMOPIN é razoável.
h) Autonomia relativa frente às redes locais de poder; capacidade de criar relações em escalas variadas:	Baixa capacidade de organização e formação de projeto do grupo; não possui ações significativas para alterar o rumo do grupo através da capacidade de criar relações em escalas variadas.
i) Papel da cidade no processo de desenvolvimento para proposição de circuitos potenciais.	A cidade demonstra papel importante no processo de desenvolvimento desse circuito consolidado, potencial mediador para busca de qualidade nas relações territoriais futuras.

Quadro 25: Síntese do sistema moveleiro a partir das ações da AMOPIN. Organizado pelo autor.

3.4.2. Costurando Lugares e Fluxos: a necessária rearticulação das áreas de influência na busca do pacto cidade-áreas de entorno através dos rios

A proximidade intraurbana é também urbano-ribeirinha. O hibridismo entre formas e conteúdos no caso de uma cidade média com permanências socioculturais vinculadas a práticas espaciais específicas, colocam em xeque o limite entre cidade e o campo, onde “começa o rio e acaba a cidade”. Não cremos que esse limite seja preciso se analisado a partir do urbano enquanto processo. São relações de complementaridade, interpenetrações dialéticas passíveis de serem capturadas a partir de evidências de redes e ações.

A escolha pela interpretação dessas atividades enquanto sistemas é útil no sentido de entender que redes de sujeitos, ao construírem seus projetos, devem estar atentos ao fechamento que seu ambiente interativo possui. Há pouca margem para escolhas, formação de parcerias ou trocas de experiências que possibilitem o que viemos até então chamando de *evolução das relações territoriais a partir da cidade*. Sintetizando: capacidade de construir relações na cidade que permitam melhorias organizacionais; ganho de consciência por parte dos atores envolvidos sobre as relações de poder existentes (consciência territorial), sendo capazes de manejar os recursos materiais regionais (entendidos com heranças do território: florestas e rios), a fim de perpetuar a capacidade de manutenção das atividades longo prazo.

Essa evolução das relações é sempre qualitativa e envolve a análise das dimensões (EPCN) que a abordagem territorial suscita. O não desenvolvimento de uma dessas esferas de relações pode comprometer o equilíbrio do sistema. Um coletivo economicamente eficaz, politicamente organizado e com parte de aspectos culturais locais, mas causando impactos ambientais irreversíveis, é fadado a não continuidade da atividade no futuro.

A comparação entre os coletivos, enquanto subsistemas analisados, torna-se útil. Revela os avanços e estagnações de cada setor que processa recurso regional com uso da cidade, mediando a produção de territórios. Entre eles, o CPSM foi o único a apresentar evolução positiva nas cinco esferas elencadas nos quadros síntese. Isso nos remete à necessidade de *coevolução das mediações territoriais*, onde cidade assume papel trivial. O que viemos chamando de “retorno ao território”, necessita de qualidade de relações territoriais com a ajuda da cidade. Visa reverter uso dos recursos regionais a favor das populações urbanas em mais uma das virtualidades que a cidade possui: base para ação – construção de redes territoriais colaborativas – ativando pontos que dialoguem ativamente enquanto sistema territorial.

As fissuras materiais no espaço são completamente coordenadas pelas ações hegemônicas possuindo margem de certa “liberdade” de ações e aparecem como possibilidades ao uso do território por práticas alienantes. As redes em prol da reprodução de populações menos favorecidas são indispensáveis para amalgamar resistências. Viver no interior da Amazônia é resistir? Creio que sim, pois as populações “urbano-ribeirinhas” se apoiam também em estratégias múltiplas como circulação navegante, apropriação e produção do espaço intraurbano, adaptação de técnicas rudimentares às modernas, etc. Isso cria diversas frentes para superar a incompleta urbanização.

Pensar estratégias de desenvolvimento requer identificação, mapeamento e rearticulação de territórios socialmente relevantes através de trabalho necessário, assim como da circulação necessária (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Propostas devem estar associadas a espaços de fluxos com os espaços de lugares. Essa diversidade produz relações em múltiplas escalas, possuindo dimensões político, econômica, culturais interpretando e modificando a natureza – territórios e territorialidades. Desse modo há resquícios de solidariedade orgânica produzidas unicamente no lugar. Os sujeitos tecem as relações entre a cidade e os ambientes circundantes. Constituem área de influência pouco consolidada e de rarefeitas trocas de informação e evolução de seus sistemas. Estes são mais dependentes desses fatores locais sociopolíticos que lhes permitem certa horizontalização das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da concepção epistemológica de Sistema Territorial, enquanto sistema complexo e evolutivo, contém relações em múltiplas dimensões e escalas. Considera, no interior do sistema urbano, dinâmicas impulsionadas por novos contextos que podem gerar maior diversidade e continuidade de algumas atividades produtivas (através de possibilidades que a esfera urbana propicia). Tais relações também fustigam rupturas e descontinuidades com interrupção de outras atividades com perda de vínculos territoriais.

No contexto evolutivo de relações territoriais, mediações para formação de sistemas territoriais podem ser ativadas e influenciadas por tipos de projetos e intenções de redes de sujeitos com graus variados de coesão, organização, politização e capacidade de se autoprojetar e reconstruir práticas no espaço em que vivem. Percebendo oportunidades ao seu redor (como trocas de experiências e informações para criar *links* diversos, por exemplo), coletivos organizados extraem ou processam recursos regionais. Isso se dá com qualidade de relações territoriais condicionadas pela cidade, nó estratégico para formação das territorialidades e possível constituição de territórios.

Portanto, reforçamos a seguir o modelo explicativo para análise dessas interações que a economia popular urbana vem demonstrando em Parintins. Pode ser aplicável a outros municípios com características semelhantes.

No início da pesquisa percebemos evidências presentes na paisagem. Enquanto rebatimentos espaciais, estas aparecem como “pistas” interpretadas como manifestações de disputas por acesso a pontos na cidade que servem como apoios para conectar interiores ou ligar a cidade à rede urbana regional. Tais fragmentos em beiras de rio indicam que o processo urbano não se encerra em tais formas. Antes se desdobra na maneira como as embarcações formam eixo mediador-conector do STUR. A construção desses fragmentos tais como bairros populares, rampas, flutuantes, palafitas e tantos outros nós estratégicos, demonstram a diferencial capacidade que redes de sujeitos possuem em produzir tais configurações espaciais. Resta aos “artesãos de territórios”, dotados de poder diferencial de mobilizar recursos, não só se submeter ao funcionamento do sistema urbano. Estes têm o papel de preencher brechas e fissuras no espaço (articulando e combinando o conhecimento tradicional que possuem a outros tipos de recursos). Usufruem, assim, do senso prático que possuem construindo capilaridades (circulando, navegando, acessando pontos complementares) e retirando sustento dos arredores da cidade para a reprodução da vida.

Os dois sistemas territoriais (STUR e STUF) funcionam como estruturadores da esfera direta de influência urbana de Parintins. Tanto nodal-zonal, ligam fragmentos do espaço intraurbano através de seus caudais hídricos a territórios circundantes. Como no aspecto relacional, permite interpenetração de atividades para o complemento da economia urbana, influenciando (ou sendo influenciados como no caso do STUR) para o uso e reordenamento de territórios. Este varia de acordo com o tipo de autonomia relativa conquistada por cada grupo.

As técnicas ditam ritmos, finalidade e contexto para extrair e processar recursos regionais. Quando associadas e adaptadas à cultura regional (amálgama da continuidade de relações do homem amazônico como usufruto de recursos em longa trajetória), constituem mediadoras importantes na construção de territórios. Nestes são ainda escassas a quantidade e qualidade das infraestruturas, acesso a informações e interação com ambientes inovadores ligados a instituições de ensino, agências de fomento ou produção empresarial (estaleiros modernos, maquinário moderno em movelarias, etc.).

Híbridos surgem entre adaptações de máquinas e motores produzidos por empresas transnacionais e as técnicas rudimentares nos batelões. Ocorre também nas moradias palafíticas beira-rio e tantas outras formas e processos. Estes, presentes em bairros populosos com infraestrutura técnica moderna na cidade, não só aparecem como saídas criativas pela “escassez” local. Essa escassez não se limita somente ao alto custo de modernização da base técnica produtiva em movelarias ou Tilheiros ou carência de atividades urbanas capazes de sustentar a população. Mas há insuficiência de mediações que propiciem novas qualidades evolutivas nas relações territoriais. Isso faz com que parte das atividades do STUR sejam passivas e submissas ao sistema mercantil dominante. Raros são os exemplos de atividades que realizem abertura a sistemas externos, possibilitando trocas seletivas como repetidamente frisamos em nossa reflexão.

Ao tratar os sujeitos que animam o STUR enquanto “artesãos de territórios”, nos referimos a habilidade que possuem em determinadas *condições de contexto*. Formulam saídas criativas e adaptações diversas que permitam transitar entre a “dureza” da cidade e a “plasticidade” dos caudais hídricos e ecossistemas variados dos interiores. Essa flexibilidade é importante quando tratamos sobre o ponto crítico que cidades estão atravessando (item 1.1), ressaltando o papel e presença da cidade para o ordenamento territorial. Mesmo sendo essa uma afirmação generalizante e, de certo modo, grotesca, pela variedade de contextos e tipologias de cidades existentes na Amazônia, esta nos propicia uma válida reflexão. A

economia popular em Parintins vem “usando” o território para produção de bens socialmente relevantes através da circulação e produção necessárias (navegar, pescar, cultivar...). Contribui, assim, para a manutenção da vida na cidade, cuja influência histórica de frações dominantes do capital foi incapaz de gerar dinamismo satisfatório na economia urbana (como alertou outrora Bertha Becker). Antes submeteu parcelas do território e dos sujeitos que o animam às suas flutuações e rupturas como aconteceu nos ciclos econômicos precedentes.

Surge, assim, a virtualidade do STUR propiciando que os efeitos da crise econômica (como a atual) não sejam tão drásticos causando derrocada da economia urbana. Destacamos, ao longo do texto, possibilidades que a cidade fornece para que ocorra evolução entre as esferas das relações territoriais investigadas com possíveis saltos escalares. Isso propiciaria a abertura operacional do sistema que, potencializados a partir da organização de coletivos de interesse, criam estratégias e mediações diversas¹⁷⁶.

Quanto a tais coletivos organizados, não caímos na armadilha de defender cegamente a formação do capital social como solução milagrosa para fortalecer economias locais. Entretanto, isso pode incitar melhor aproveitamento dos recursos regionais atrelado às mediações que a urbanização proporciona por facilitar acesso, proximidade e concentração de atividades diversas. Isso acarreta aprendizado coletivo para busca de maior grau de abertura seletiva de cada subsistema.

O STUR é um sistema intermediário e aparentemente pouco dinâmico quando observado pela rusticidade das técnicas, pela lentidão das embarcações e pela baixa capacidade dos sujeitos que o animam de obter eficácia ou eficiência que a “modernidade” capitalista exige (competitividade, rapidez, organização flexível, ambiente criativo e transformações tecnológicas constantes). Quando analisado de acordo com as forças centrífuga e centrípeta, nos permite rever como são abrangentes e complexos os elementos e processo que o compõe. Ocorre interpenetração, sobreposição e hibridização entre “universos”: a cidade e seus interiores, o urbano e o ribeirinho.

As vias que partem da cidade para interiores (força centrífuga) são marcadas pela busca variada de recursos naturais com intenções diversas: subsistência, mercado local, complemento à escassa geração de trabalho e renda urbanos. Mais do que isso, funcionam como retorno a “portos seguros” no território cujos sujeitos possuem relação umbilical,

¹⁷⁶ Uma metáfora frutífera é a maneira com que funciona a produção de pesquisa e conhecimento científico em Universidades. Grupos de pesquisa, enquanto coletivos de interesse, possuem paradigmas e constroem territórios imateriais em torno de suas pesquisas. Os contatos com grupos exteriores ou formação de redes de pesquisadores servem para que ocorra seleção das informações adquiridas com trocas qualitativas variadas, gerando aprendizado coletivo, fortalecendo o território paradigmático.

familiar e afetiva, muito evidente entre pescadores e os Sateré-Mawé. Laços funcionais são adensados e a repetida frase ouvida em entrevistas “fulano tá lá pras bandas do rio Mamurú onde tem parente, cria um gadinho, pesca e planta roçado”, serviram para inspirar nossa questão maior: quais são as novas mediações desses retornos¹⁷⁷, e como estão evoluindo junto à esfera de relações urbanas?

A força centrífuga do STUR é aquela relativa à busca do complemento dual repetido ao longo do texto, incentivando o que chamamos de “retorno ao território”: economia mercantil dominante se sobrepondo à popular (mas se usufruindo dos saberes desta) e compondo parte expressiva da economia urbana. Ocorrem variações na capacidade de influenciar e acessar territórios de acordo com a evolução das relações territoriais de cada grupo. A organização de grupos em coletivos organizados pode propiciar ativação de territórios circunvizinhos de maneira mais autônoma. Evita-se, assim, mediadores tradicionais, “retornando” ao território a partir de relações e interações das esferas em processo de evolução que propiciam maior qualidade nas relações territoriais, como no caso do CPSM.

Outro sentido dessa força centrífuga ocorre na maneira como pescadores, em embarcações médias ou grandes, praticam a pesca comercial. Recebem “impulso” e complemento de agentes dominantes da cidade (entrepostos pesqueiros) obtendo gelo, maquinário, empréstimos ou até mesmo arrendando embarcações. Percorrendo itinerários cada vez mais longínquos, essa pesca passa a ser cada vez mais influenciada pelo processo urbano. Esse é um tema profícuo para repensar a posição de influência de Parintins na rede urbana.

Impulsionados pela estrutura que a cidade oferece, mas estando ainda submissos a atravessadores tradicionais, pescadores compõem sistema territorial de enorme abrangência espacial. Há elevado número de pessoas envolvidas e pontos atingidos ou ativados, mas com deficiência latente quanto à qualidade de mediações para realização completa do circuito, processando e exportando. Internamente complexo, com diversos tipos de pesca (artesanal, comercial, subsistência, industrial, etc.) com circuitos, circulação e estratégias variadas, é subsistema ainda operacionalmente fechado quanto às trocas de informações com o exterior para redinamizar mediações.

Já o “retorno” de pescadores que vivem em comunidade para lagos e rios, após a constituição de acordos de pesca, é também qualitativamente diferente. São redefinidos pelas

¹⁷⁷ Estudos futuros sobre esses fluxos pendulares influenciados por ciclos de cheias e vazantes dos rios podem contribuir para melhor entendimento dos sistemas territoriais que estamos tratando.

mediações organizacionais a partir da Colônia Z-17. Disputas por territórios de pesca e conflitos diversos se desdobram na cidade (entre pescadores urbanos e comunitários ou entre estes e frotas de barcos pesqueiros vindas do Pará). Houve evolução das relações territoriais da Colônia, apesar de ainda apresentar fragilidades ao se “desgarrar” da dependência de escalas governamentais estaduais e federais, é ainda cooptada pela conjuntura de poder local, o que pode comprometer sua evolução de relações territoriais enquanto subsistema.

Assim, a cidade propicia condições para práticas espaciais fornecendo base de ação para que sujeitos atinjam localidades cada vez mais distantes. Os dados levantados evidenciam o aumento da circunscrição espacial que essa economia popular é capaz de atingir.

Já a força centrípeta no STUR consiste no movimento contínuo de populações que migram na busca de benesses e melhorias que a cidade oferta. Serviços (técnicos, educacionais, saúde, etc.), acessos a instituições, mercados e tantas outras facilidades urbanas. Essa migração e a “explosão” urbana que Parintins atravessou foram indutoras de novas formas de inserção de sujeitos na cidade. Alteraram também sua morfologia urbana: bairros populares e seus circuitos comerciais, beiras de rio, feiras e pequenas unidades de processamento necessitam “absorver” complementos materiais dos interiores. Madeira para moradia popular, barcos ou para pequena indústria moveleira; peixes para alimento ou processamento; palha; piaçava; carne de caça ou quelônios. A lista de recursos naturais regionais absorvidos por setores populares da economia na cidade demonstra bem essa faceta do fenômeno urbano. Possui outro tipo de “metabolismo” urbano responsável à reprodução da vida, inculcando a tais setores peso e importância na capacidade de manejar, usar, e ordenar o território circundante à cidade.

Tais dinâmicas dependem de mediações qualitativas para que tais atividades econômicas não sejam forças destrutivas a estoques de recursos e ecossistemas. Isso deixaria de beneficiar amplas camadas da população local, colocando em risco as possibilidades de manejar o território no futuro preservando e mantendo as características e auto-reprodução do sistema local. Essa temática é indispensável quando se trata de políticas públicas para melhorar mecanismos de planejamento territorial, levando em conta as territorialidades e temporalidades demonstradas.

Enfim, o “retorno ao território” não ocorre simplesmente na possibilidade de continuar acessando comunidades ou terras indígenas. Esse processo depende da qualidade das relações condicionadas e estabelecidas pela cidade, movimento contínuo e ininterrupto de

reterritorialização. Ocorrem combinações entre as cinco esferas que compõem as territorialidades de cada grupo que possuem maior ou menor inserção no interior dos sistemas territoriais de interação esboçados no final do capítulo primeiro (STUF, STUR e STR). Quando as esferas interativas elencadas na análise de cada grupo não coevoluem, o risco de que as outras mediações sejam submetidas às influências das redes locais de poder são enormes. Assim vimos no caso da pesca e da carpintaria naval.

A interpretação propiciada pela abordagem territorial para o entendimento de novos contextos de produção de territórios, construídos a partir das possibilidades, recursos, condições e estratégias dos sujeitos (territorialidade), reflete a inseparabilidade entre tais esferas interativas. Isso ocorre no interior das relações territoriais tomadas como critério de análise. Nestas, os quadros comparativos permitiram “valorar” e descrever a evolução das relações territoriais de cada grupo.

Os indígenas do CPSM estão paulatinamente reconectando o território zonal das cabeceiras dos rios Andirá-Marau na TI ao nóculo relacional e estratégico da cidade. Isso permite que o projeto do grupo não forme só um território descontínuo, com ligação pela rede fluvial, ou topológico (ligando pontos de interesse). A cidade passa a ter posição importante durante o processo de territorialização. Nela se desdobra o adensamento de relações para aprendizado organizacional possibilitando salto escalar na exportação do guaraná com atribuição de valoração simbólica tanto ao produto como ao sistema territorial que o mesmo atravessa. Nesse processo, vai se conformando a estrutura de um sistema aberto, dinâmico e com projeção política em processo de construção. Assim, os grupos tem conseguido usar a cidade como “trampolim”, saltando esferas de dependência locais. Isso fora o desejo de jovens estudantes na Licenciatura Indígena de retornar a TI como professores, fato marcante nesse movimento contínuo de reterritorialização.

A permanência de carpinteiros navais na cidade veio acompanhando as mudanças da economia e a consolidação da *situação* da cidade que, enquanto polo sub-regional, teve fortalecimento de fluxos advindos do transporte fluvial. A atividade acompanhou os diversos ciclos econômicos se adaptando a novos usos do território na construção do elo que interliga os sistemas STUR e STUF¹⁷⁸. Como vimos, embarcações passam a internalizar essa constante

¹⁷⁸ Críticas existentes a opções metodológicas de analisar a cidade através da periodização em ciclos econômicos são válidas caso tais metodologias não levem em conta o movimento constante de reterritorialização dos sujeitos, onde o STUR representa justamente a energia contraditória no interior desses ciclos quando populações urbanas ou interioranas resistem e retomam vínculos com territórios.

plasticidade do STUR. O batelão aparece como materialização desse hibridismo¹⁷⁹. Adapta-se a diversas situações conforme as exigências das ininterruptas alterações das forças produtivas geradas pela divisão social e territorial do trabalho. Mediador multidimensional por excelência, necessita de portos, flutuantes, marinas e palafitas, realizando funções de transporte, ferramenta de trabalho e moradia.

Assim como os moveleiros, a atividade nos tilheiros requer fluxos contínuos de madeira ilegal enviadas dos interiores para a manutenção de suas atividades. Dependem do repasse de conhecimentos através do aprendizado informal para perpetuação e reprodução das atividades. Ambos os subsistemas territoriais são muito dinâmicos. Possuem evolução de relações territoriais complexas com a cidade, mas ainda carecendo de mediações qualitativas que os “abram” para o exterior. Algo que ainda não foi propiciado pelos coletivos organizados que os representam. Nos dois casos, a inoperância dos coletivos foi aspecto negativo que a pesquisa evidenciou. Mas a economia criativa, de pequena escala, com adaptações de técnicas e com pequenas unidades utilizando conhecimentos locais, foram características alvissareiras quando pensamos possibilidades e potencialidades futuras no interior dessas articulações territoriais.

Tais territórios formados, derivando a partir da concepção conceitual clássica relacionada ao exercício e relações de poder, possuem manifestações capazes de ser apreendidas a partir do modelo proposto que sinaliza esferas de influência interativas entre os três sistemas territoriais. São territórios que manifestam a maneira com que o urbano se propaga a partir da nodalidade principal (cidade). Esse processo se embasa em formas particulares de reprodução da vida, práticas espaciais antes existentes no espaço sub-regional. Estas se hibridizam e coevoluem quando inseridas no ambiente de relações urbanas que influi no reordenamento de tais sistemas territoriais. As esferas de influência são produtoras de formas espaciais que apoiam as práticas de exploração e uso do território, sinalizadas e descritas na tensão existente no uso das beiras de rio.

O processo urbano é retroalimentado pela extração de excedentes advindos de recursos naturais regionais. Nessa condição, também se beneficia do saber fazer dos habitantes dos interiores que, hoje, vivem na cidade construindo fluxos pendulares ou sazonais formando conexões mais densas entre o urbano e o ribeirinho. Nos quadros sínteses,

¹⁷⁹ Sem desconsiderar que outras embarcações como bajaranas e canoas também participam dessa hibridização, mas o batelão é modelo mais usado, dinâmico e propício a grandes mudanças de função devido ao tamanho e capacidade de carga.

elencamos aspectos do modelo proposto que nos ajuda no refinamento do eixo estruturante do STUR.

Sintetizando uma definição para o STUR enquanto mediador complexo na produção territorial: sistema territorial articulador de pontos variados no território sob influência da cidade, partindo de ações de redes de sujeitos ligados a atividades da economia popular de extração de recursos regionais e processamento. Os subsistemas que compõem o STUR combinam dinâmicas diversas que interagem com o sistema mercantil dominante, realizando mediação entre a cidade e o Sistema Territorial Ribeirinho.

Partindo do fluxograma e quadro apresentados no item 1.4, a análise empírica nos forneceu evidências das diversas dinâmicas existentes entre os sistemas territoriais. Estas são simplificadas para melhor entendimento do modelo analítico proposto na figura 35.

A seguir, descreveremos a interação entre os sistemas territoriais.

A – Sobreposição: a demanda vinculada a setores do comércio local dominante (capital mercantil) influencia fluxos e usos do território a partir da circulação realizada por embarcações de madeira de tipologia variada para exploração de recursos naturais; atividades são concretizadas primordialmente pelos setores populares que realizam as extrações de recursos em pontos diversos do território; a sobreposição ocorre, pois tais sujeitos não controlam parte dos elementos desse circuito, como a formação de preços e destino das mercadorias, configurando territorialidade passiva frente às relações territoriais.

B – Complementação: para suprir a economia urbana, atividades que configuram a economia popular dependem de conexões com interiores a partir das embarcações de pequeno a médio porte; abastecem feiras, pequenos comércios e açougues de bairros; dependem de pontos de apoio no espaço intraurbano-ribeirinho (beiras de rio e bairros populares); territorialidade parcialmente ativa pela forte manutenção de vínculos com territórios, mas fraca organização para busca de mediações que atinjam qualidade nas relações territoriais; a separação entre A e B (figura 36) é apenas didática, pois convergem na formação de complementaridade dual na economia urbana, abastecendo tanto a economia popular quanto grupos associados ao capital mercantil dominante. Na verdade, os sujeitos transitam entre ambas de acordo com as demandas urbanas do momento e a quantidade de recursos disponíveis que flutua nas variações sazonais.

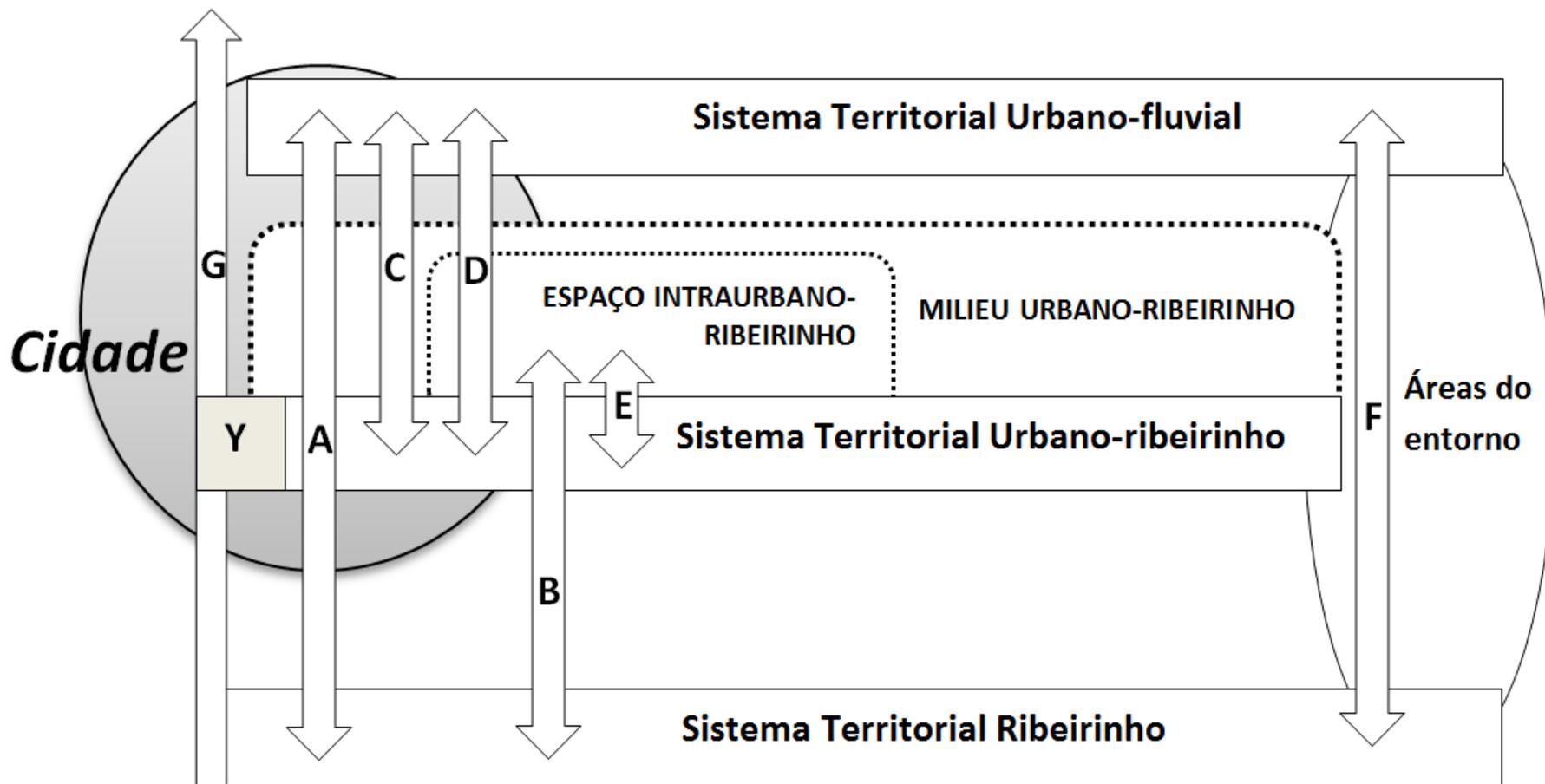


Figura 35: Fluxograma síntese do modelo de interações entre sistemas territoriais.
Elaborado pelo autor.

C – Hibridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares. Ocorre a partir de interações diversas entre produtos modernos e maquinários, recursos e saberes regionais e demandas populares. Isso resulta em temporalidades e territorialidades distintas que passam a coexistir na interação entre os sistemas. Ocorre articulação entre saberes tradicionais não codificados (circular pelo território, selecionar locais, extrair recursos e processá-los) às práticas modernas e mercantis. Associa-se, assim, o saber regional às demandas urbanas possibilitando a extração sazonal de recursos enquanto práticas espaciais adaptativas. Desse contexto são formuladas práticas flexíveis no espaço. Estratégias de trabalho e navegação variam de acordo com o período de variação sazonal (tipo de atividade valorizada ou disponível no momento). A ampla extensão dessas complexas combinações, associadas ao uso dos rios e ecossistemas diversos, compõe o *milieu* urbano-ribeirinho.

D - Tensão: tensões e conflitos na produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio), principalmente na formação de portos privados prejudicando práticas espaciais de setores populares que, ao realizar ocupações irregulares, têm contribuído para alteração da morfologia urbana formando novas centralidades em beiras de rio de tais bairros.

E- Morfologia: necessário, na análise da evolução do plano urbano associado ao sítio averiguar, os embates de interesses pela produção do espaço urbano; tensão essa pela qual emerge um conjunto de pontos nodais conectores que permitem a realização dos fluxos entre o urbano e o ribeirinho (espaço intraurbano-ribeirinho), atendendo demanda de redes de sujeitos variados; produção de fragmentos no espaço intraurbano (compondo a morfologia urbana) para continuidade das práticas espaciais ligadas ao STUF ou STUR na configuração do espaço intraurbano-ribeirinho; possibilidade de caracterização tipológica de uso do solo beira-rio vinculada a cada sistema territorial.

F- Fluxo mercantil direto: extração de recursos regionais (inclusive areia e seixo para construção civil) realizada por grandes empresas comerciais da cidade; não há mediações ou processamento, mantendo sujeitos populares que abastecem tal fluxo em grau elevado de territorialidade passiva.

G – Abertura do sistema e salto escalar: abertura seletiva e construção de novas mediações para relações transescalares propiciadas por estratégias diversas.

Y- Coletivo organizado: formação de capital social propiciando maior qualidade coevolutiva das relações territoriais. Capacidade de criar densidades de relações comerciais, institucionais,

políticas, etc., na cidade formando projetos de coesão e projeção enquanto coletivos organizados (capital social).

Portanto, corroborando com nossa hipótese, novas formas de mediação para ordenamento territorial ocorrem a partir de coletivos organizados inseridos no meio urbano. Estes propiciam incentivos ao retorno ao território, ou até mesmo delimitam territórios “negociados” na cidade como no caso dos acordos de pesca.

As territorialidades no STUR são flexíveis e adaptáveis frente à sazonalidade, compondo diversas possibilidades em sua lógica: *ativas*, quando setores populares reivindicam a produção de espaços e usos de beiras de rio (que se tornam territórios). Ocupam lotes, formando bairros em ocupações irregulares mantendo práticas que garantem seu sustento e sobrevivência na cidade ou quando possuem consciência das relações territoriais em que estão inseridos realizando evolução das mesmas; *passivas*, quando são submetidas às inúmeras formas de mediação que reforçam a dependência dos sujeitos e a falta de autonomia no sistema urbano. Não conseguem a mobilização necessária para superar tais constrições locais de dependência.

O que definimos como *milieu* urbano-ribeirinho refere-se à presença de elementos mediadores condicionantes para construção de territórios. São condições materiais e imateriais formadas pela cultura local em evolução contínua com o ambiente natural regional e com a esfera de interação urbana. Trata-se de uma noção ampla que atravessa a estrutura do sistema, abarcando as múltiplas dimensões elencadas em nossa análise.

Enfim, além da discussão sobre “trabalho novo” e divisões social e territorial do trabalho que se desenvolvem a partir de novas atividades produtivas, indagando se somente esse tipo de trabalho pode suscitar maior desenvolvimento de cidades na Amazônia, como defende Bertha Becker (2013), problematizamos os tipos de circulação e produção necessários inspirados nos posicionamentos críticos de Santos e Silveira (2003) e Ribeiro (2013), pois nos grupos estudados, apesar de suas deficiências e fragilidades, ocorre produção social de bens relevantes para a continuidade e manutenção de populações que vivem na cidade de Parintins, quiçá de seus interiores. Não é possível traçar políticas de planejamento para desenvolvimento territorial sem levar em conta as condições de contexto cultural associadas ao *milieu* que tais cidades estão inseridas.

Esperamos assim ter contribuído para discussões sobre cidades na Amazônia, cientes de que estas são indispensáveis para repensar “retornos a territórios”, a partir da coevolução

entre formas organizacionais e relações com os ambientes circundantes, naturais, coletivos, indígenas ou navegantes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria dos Estudos Territoriais. in: ORTEGA, A. C. FILHO, N. A. *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas: Alínea, 2007.
- ALENCAR, Edna F. “Entre o rio e o lago: conflito social e etnografia da pesca na várzea do Médio Amazonas” in: *Pós: Revista Brasiliense de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília*. Ano IV, 2000. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2000. p.121-144.
- ALIER, J. Martinez Alier. *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*, São Paulo: Contexto, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras Tradicionalmente Ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. *Revista Estudos Urbanos e Regionais*, 6(1): 9-32, mai., 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno *et al.* (orgs). *Caderno de Debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.
- ARMITAGE, Derek. Governance and the Commons in a Multi-level World. in: *International Journal of the Commons*. vol 2, n. 1. January 2008, pp. 7-32.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. in: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Nupaub – USP / HUCITEC, 2000.
- AZEVEDO, N. A Política Pesqueira Atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. *Revista Samudra Report*. n 64, p. 34-41, de março de 2013.
- BAGLIANI, M. DANSERO, E. Verso uma territorialità sostenibile: um approccio per sistemi locali territoriali. in: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: Il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005.
- BAGNASCO, A. Teoria del capitale sociale e “political economy” comparata. In: BAGNASCO, A; PISELLI, F.; TRIGILIA, C. *Il capitale sociale*. Bologna: Il Mulino – 2001.
- BAGNASCO, A. PISELLI, F. TRIGILIA, C. *Il capitale sociale*. Bologna: Il Mulino, 2001.
- BARQUERO, A. V. *Política Económica Local*. Madrid: Pirámide, 2003.
- BARRETO, W. S. *A Sustentabilidade do Setor Pesqueiro nos Lagos na Região de Parintins – AM*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amazonas, 2010.

BARTOLI, Estevan. *Paisagem e Morfologia Urbana na Cidade de Parintins: tecido urbano ou colcha de retalhos?* in: Anais do 5º Seminário Internacional Arquitetura, Urbanismo e Design - produtos e mensagens para ambientes sustentáveis, 2011, São Paulo, SP. Anais do NUTAU. 2011.

_____. Morfologia Urbana da Cidade de Parintins (AM): espaço periurbano, cidade difusa e loteamentos recentes. in: ANDRADE, A.C. de; ANDRADE, A. E. *Cidades em Movimento*. Jundiaí: Paco editorial, 2013a.

_____. Espaço periurbano de Parintins: EXPANSÃO URBANA E LOTEAMENTOS RECENTES. IN: *Anais do XIII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana - Ciência e Ação Política: por uma abordagem crítica*. 2013b.

_____. Territórios e Territorialidades Urbano-Ribeirinhas em Parintins (AM). In: *Boletim DataLuta*, NERA, 2014.

BECKER, B. K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. in: BECKER, B. K. COSTA, R. H. SILVEIRA, C. D. B. (orgs.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ed. Ática, 1990. (Série Princípios).

_____. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. in: GONÇALVES, Maria Flora et al. (org). *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP/ANPUR, 1998.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Redefinindo a Amazônia. O Vetor Tecnoecológico. in: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. CORRÊA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Articulando o Complexo Urbano e o Complexo Verde na Amazônia. in: *CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições* - Brasília, DF: 2009.

_____. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

_____. *A Urbe Amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BERTALANFFY, L. von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2010

BETTENCOURT. Luís M. A. *Cidades como Sistemas Complexos*. Modelagem de sistemas Complexos para Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2015.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. in: _____. MIRANDA, L. (orgs.). *Desenvolvimento e Cidades: Contribuições para o Debate*

sobre as Políticas de Desenvolvimento Territorial. Rio de Janeiro: FASE, Observatório das Metrôpoles, 2009.

BITOUN, J. MIRANDA, L. (orgs). *Desenvolvimento e Cidades: Contribuições para o debate sobre as Políticas de desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: FASE, Observatório das Metrôpoles, 2009.

BITTENCOURT, A. *Bacia Amazônica: Vias de Comunicação e Meios de Transporte*. Rio de Janeiro: 1957.

BODIN, O. CRONA, B. I. The Role of Social Networks in Natural Resource Governance: What relational patterns make a difference? in: *Global Environmental Change*, 19: 366–374, 2009.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (Local): De Qué Estamos Hablando? in: BECKER, D. F. BANDEIRA, P. S. *Desenvolvimento local/regional – determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 151-185, 2000. V. 1.

BOYER, R. *L'après-consensus de Washington: Institutionnaliste et systemique*. L'Ann_ee de la Régulation, 5. Paris: 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

_____. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisões e Poder. in: ORTEGA, A. C. FILHO, N. A. (orgs.). *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas: Alínea, 2007b.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRENNER, Neil. Reestruturação, Reescalamento e Questão urbana. in: *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, no. 33, pp. 196-220, 2013.

BROWDER J.O. GODFREY, B.J. *Cidades na Floresta*. Manaus: EDUA, 2006.

CAMAGNI, R. *Economía Urbana*. Barcelona: Antoni Bosch, 2005.

CANO, Wilson. *Reflexões Sobre o Papel do Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana do Brasil*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio de 2010.

_____. *Ensaio Sobre a Crise Urbana Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 2011.

CAPEL, H. *La Morfologia de las Ciudades*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARLOS, A. F. A. *Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A Ilusão da Transparência do Espaço e a “Fé Cega” no Planejamento Urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. in: *Revista Cidades*, v.6, n.10, 2009. p. 289-306.

CARVALHO, H. *No mundo maravilhoso do folclore*. Rio de Janeiro, Tipografia Batista de Souza, 1966.

CARVALHO, R. A. *A Expansão Urbana de Parintins: produção do espaço, agentes e processos socioespaciais*. Monografia de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA/CES/Parintins, 2013.

CARVALHO, D. A. Na curva do rio: o manejo sustentável do Pirarucu re-estruturando a rede urbana no rio Solimões. in: SCHOR, T. (org.) *Dinâmica Urbana na Amazônia – vol. 1*. Manaus: Valer, 2014.

CAVALCANTE, P. B. FRIKEL, P. A. *Farmacopéia Tiryó / Estudo Etno-botânico*. Belém: Gráfica Falangola Editora LTDA, 1973.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições* - Brasília, DF: 2009.

CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: UFSC, 2011

_____. *Terra dos Homens*. São Paulo: Contexto, 2014.

CLEMENT, C. R. JUNQUEIRA, A. B. Plantas Domesticadas: uma história fascinante. In: *Scientific American – Coleção Amazônia*. 1998.

COELHO NETO, A. S. *A trama das Redes Socioterritoriais no Espaço Sisaleiro da Bahia*. Niterói, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de geociências da Universidade Federal Fluminense. 2013.

_____. Redes Sociais, Participação Social e a Territorialidade como Componentes de Democratização do Ordenamento Territorial. in: SILVA, O. A. SANTOS, E. M. C. NETO, A. S. C. (orgs.). *Identidade, Território e Resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo Urbano, entre o Discurso e a Prática*. São Paulo: UNESP, 2005.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista brasileira de geografia*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ: 1992, p. 32 45.

_____. A Periodização da Rede Urbana na Amazônia. in: CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, W. M. Estruturas, Dinâmicas e Perspectivas. in: *CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições* - Brasília, DF: 2009.

COSTA, G. BARTOLI, E. Trabalho Novo e Uso dos Recursos Regionais: uma análise da dinâmica do circuito da madeira na cidade de Parintins/AM. Monografia de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA / CES / Parintins, 2015.

CRUZ, V. C. O Rio como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. in: TRINDADE JR. S. C. C. TAVARES, M. G. *Cidades Ribeirinhas na Amazônia*. BELÉM: UDUFPA, 2008.

_____. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. in: SILVA. O. A. NETO, A. S. C. (orgs). *Identidade, Território e Resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DAGNINO, E. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. in: _____. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLABRIDA, V. R. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: Uma Aproximação Conceitual. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, segundo semestre de 2006.

_____. Concepções Teóricas que Sustentam o Debate sobre Descentralização Político-Administrativa. in: DALLABRIDA, V.R. (org.). *Governança Territorial e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DAMIANI, A. L. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO: São Paulo, 2006.

_____. Urbanização Crítica e Produção do Espaço. in: *Revista Cidades*, v.6 n. 10, 2009.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. V. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DEMATTEIS, G. *Progetto implícito. Il contributo della geografia umana alle science del territorio*. Milão: Franco Angeli, 1995.

_____. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. in: BONORA, P. (a cura di), *Slot Quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001.

_____. Il sistemi territoriali in un'ottica evoluzionista. in: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (orgs.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005.

_____. Paesaggio come “codice genético”. In: BALLETI, F. *Sapere técnico, Sapere Locale*. Firenze: Alinea, 2007.

_____. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. CORRIJO, B. CANDIOTTO, L. (orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEMATTEIS G. GOVERNA F. Il território nello sviluppo locale. Il contributo del modello Slot, In: DEMATTEIS G. e F.GOVERNA, (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005a.

DEMATTIES, G. GOVERNA, F. (orgs.) *Territorialità, Sviluppo Locale, sostenibilità: Il modello SLoT*. Roma: Franco Angeli, 2005b.

- FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras. in: BITOUN, J. MIRANDA, L. *Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais*. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- FIELD, J. *Social Capital*. Londres: Routledge, 2008.
- FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. *Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.
- FRIEDMAN. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, traduzida para o português pela Editora Celta, de Portugal. 1996
- GENTIL, Janete. A noção do Urbano em Áreas de Fronteira: uma revisão teórica. in: *Seminário sobre Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988.
- GEORGE, P. A propos de la “geographie active”. in: *Hérodote – revue de géographie et géopolitique*. Paris: La Découverte, 1984, p.213-221.
- GEORGESCU-ROEGEN. O Decrescimento: entropia, ecologia e economia. in: GRINAVALD, J. RENS, I. (orgs.). *O Decrescimento: entropia, ecologia e economia*. São Paulo: SENAC, 2012.
- GIULIETTI, N. ASSUMPCÃO, R. Indústria Pesqueira no Brasil. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, 42(2): 1995. p. 95-127.
- GODARD, O. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. in: VIEIRA, P. F. WEBER, J. *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOOTMANN, J. A Evolução do Conceito de Território. In: *Boletim Campineiro de Geografia*. v.2, n.3 – 2012.
- GOVERNA, F. *Il milieu urbano. L'identità territoriale nei processi di sviluppo*. Milano: Franco Angeli, 1997.
- _____. Sul ruolo attivo della territorialità. in: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005.
- GRIFFITH, J. J. BERDAGUE, C. Autopoiese Urbana e Recuperação Ambiental. *Saneamento Ambiental*, v. 16, n.120. 2006.
- GUARANÁ – olho de gente. Dir. Aurélio Michilis. Produção: Cinevídeo Céuvagem. 1982. Documentário disponível em formato digital.
- HAESBAERT, R. Região, Diversidade Territorial e Globalização. in: *GEOgraphia*, ano1, n.1, 1999, p. 15-39.

_____. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002

_____. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O Enigma do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEIDRICH, A. L. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. in: RIBAS, Alexandre Domingues. SPOSITO, Eliseu Savério. SAQUET, Marcos Aurélio. (orgs.). *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. in: PEREIRA, S.R; COSTA, B.P.; SOUZA, E.B.C. (orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais* / São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 25 – 36.

HOMMA, A. K. *Extratativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia*. Brasília: EMBRAPA, 2008.

IBGE. *Censo Demográfico 1970*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 1970. Acesso em 23/10/2014.

_____. *Censo Demográfico 1980*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 1980. Acesso em 23/10/2014.

_____. *Censo Demográfico 1990*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 1990. Acesso em 23/10/2014.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 2000. Acesso em 23/10/2014.

_____. *Região de Influência das Cidades (REGIC)*. 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 201 p.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 2010. Acesso em 23/10/2014.

_____. *Produto Interno Bruto Municipal de 2011*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 2014. Acesso em 01/09/2015.

_____. *Dados de Microrregiões*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 2013. Acesso em 06/04/2015.

JACOBS, J. *The Economy of Cities*. New York, Random House, 1969.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

- LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de Paisagem Urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. *La Producción del Espacio*. Espagna: Captain Swing, 1981.
- _____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo horizonte: UFMG, 2004.
- LEFF, H. *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LIMA, I. A Configuração de Circuitos Espaciais de Poder na Amazônia. in: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo: 20 a 26 de março de 2005*, p.7651 -7663.
- LORENZ, S. Silva. *Sateré-Mawé: os filhos do guaraná*. São Paulo: Centro de trabalho indigenista, 1992.
- MACHADO, L. O. A Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. *Cadernos do IPPUR*, 1, 1999, pp. 109-138.
- _____. Região, Cidades e Redes Ilegais: geografias alternativas na Amazônia Sul-Americana. in: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. (Orgs.). *Regiões e Cidades: cidades nas regiões*. São Paulo: Edunesp, 2003.
- _____. Sistemas e Redes Urbanas como Sistemas Complexos Evolutivos. in: CARLOS, A. F. A. LEMOS, A. G. *Dilemas Urbanos*. São Paulo: Contexto, 2005a.
- _____. CGE. Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Regional na Faixa de Fronteira do Brasil. In: *CGEE – Centro de gestão e Estudos Estratégicos. Conferência Nacional - Seminário Preparatório – 3ª CNCTI: 2005b*.
- MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2010a.
- _____. *Montespertoli: le mappe di comunità per lo statuto del território*. Firenze: Alinea, 2010b.
- MAGNANI, J.G. Da periferia ao Centro, Cá e Lá: seguindo trajetos, construindo circuitos, *Anuário Antropológico* [Online], II | 2013. Disponível em: <http://aa.revues.org/526>. Acesso em 13 Setembro 2015.
- MARQUES, E. et al. Redes Pessoais e Pobreza no Estado de São Paulo. in: DIAS, L. C. FERRARI, M. (orgs.) *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular – 2013.
- MARTÍN, Antonio Zárate. *El Espacio Interior de la Ciudad*. Madrid: Editorial Sintesis, 1991.
- MARTINS, Marco Aurélio de Carvalho. *O Caminho das Águas na Amazônia: itinerário da tecnologia Naval amazônica e sua proteção jurídica como patrimônio cultural imaterial*.

Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus: 2007.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

MATURANA, H. R. VARELA, F. J. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MEIRELLES, Wallace. *Políticas Públicas: o planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/Uninorte, 2008.

MELLO, N. B. MOREIRA, E. M. L. A. Tecnologia Social e Capitalismo. in: SILVA, Heloísa Helena (org.). *Traços Culturais, Tecnológicos e Cooperativista da Economia Solidária no estado do Amazonas*. Curitiba: CRV, 2014.

MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. In: *Terra Livre*. São Paulo, n. 16, p. 113-133, 2001.

_____. Sistema Socioambiental Urbano: Uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. in: MENDONÇA, F. (org.) *Impactos Socioambientais Urbanos*. Curitiba: UFPR, 2004, p. 185 – 2008.

_____. Geografia, Geografia Física e Meio Ambiente: uma reflexão à partir da problemática socioambiental urbana. *Revista da ANPEGE*. v. 5, 2009. p 123-134.

MOLION, L. C. B. Climatologia Dinâmica da região Amazônica: mecanismos de precipitação. *Revista Brasileira de Meteorologia*, 2(1): 107-117, 1987.

MONTEIRO, M. Y. *O Regatão (Notícia Histórica)*. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso & Cia LTDA, 1958.

MONTE-MÓR. R. L. As Redes Para Além dos Rios. in: *Nova Economia – Belo Horizonte*: 19 (1), 11-39, jan-abr. 2009.

MORAES, A. O. “peixe, farinha e frango congelado: rede urbana e alimentação na calha do rio Solimões.” In: Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos (ENG). São Paulo: 2008.

_____. *Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

_____. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. in: SCHOR, T. (org.). *Dinâmica Urbana na Amazônia – vol. 1*. Manaus: Valer, 2014.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e Ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2008.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. in: *Revista Economia*, Janeiro/Abril – 2008, p.1-21.

NASCIMENTO, E. G. *Loteamento Recente em Parintins/AM (Pascoal Alágio): uma breve consideração e diagnóstico de suas principais características*. Monografia de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA/CES/Parintins, 2011.

NETO, M. C. A. *Mudanças no Uso do Solo na Cidade de Parintins: o caso da Lagoa da Francesa*. Monografia apresentada para conclusão de curso de Geografia na Universidade do Estado do Amazonas - Parintins. 2011.

O SANGUE da terra. Dir. Aurélio Michilis. Documentário. 1984.

NUNES, B. F. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. in: CASTRO, E. (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Anablume, 2008, p. 41-58.

NUNES, D. A. TRINDADE JR, S. C. C. (Sobre)vivências Ribeirinhas na Orla Fluvial de Marabá - Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. In: *Novos Cadernos NAEA*. v. 15, n. 1, p. 209-238 jun. 2012.

OFFEN, Karl. O mapeas o te mapean: mapeo indígena y negro en América Latina. *Tabula Rasa*, n. 10: 163-189 (jan/jun 2009), Bogotá, Colômbia.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000.

_____. *A Cultura (nas) das Cidades Pequenas na Amazônia Brasileira*. in: Anais do Congresso Luso brasileiro de ciências sociais. Coimbra, 2004.

_____. Impactos Sociais de Desterritorialização na Amazônia. *Emancipação* (UEPG, Impresso), v.12, 2012.

OLIVEIRA, J. A. SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. in: CASTRO, E. *Cidades na Floresta*. São Paulo: Anablume, 2008.

OLIVEIRA, J. A. SCHOR, T. Reflexões Metodológicas sobre o Estudo da Rede Urbana no Amazonas e Perspectivas para a Análise das Cidades na Amazônia Brasileira. *ACTA Geográfica*, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.15-30.

OLIVEIRA, J. P. Uma Etnologia dos Índios Misturados. in: *Mana*. Vol.4, n1, 1988.

OLIVEIRA, J. BARTOLI, E. *Análise Organizacional da Colônia Z-17 da Cidade de Parintins- AM: um Sistema Local Territorial?* Monografia de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA / CES / Parintins, 2015.

ORTEGA, A.C. *Territórios Deprimidos*. Uberlândia: UDFU, 2008.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*. Campina Grande, Vol. 24, nº 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005.

PISELLI, F. Capitale Sociale: um concetto situazionale e dinâmico. in: BAGNASCO, A. *Il capitale sociale*. Bologna: Il Mulino, 2001.

PORTES, A. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, 2000, pp. 133-158.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias. In: CECENÑA, A. e SADER, E. *A guerra Infinita – Hegemonia e Terror Mundial*. Buenos Aires / Petrópolis: CLACSO / VOZES, 2002.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PRETTY, Jules. WARD, Hugh. Social Capital and the Environment. *World Development*, 9: 2001. 209-227.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Oficina de Serviços para Projetos das Nações Unidas. PNDU – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Nova York, 1997.

PTDRS. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas*. (Relatório). Cáritas - Arquidiocesana de Manaus. Manaus, 2010.

PUMAIN, D. *An Implicit Large Territorial-technical System*. Paris, Flux: 1995

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A produção das Estruturas Espaciais e sua Representação. in: SAQUET, M. SPOSITO, E. S.. *Territórios e Territorialidades*. Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Uma Concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. in: PEREIRA, Silvia Regina. COSTA, B. P. SOUZA, E. B. C. (orgs.). *Teorias e Práticas Territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, C. BRESSO, M. *Travail, Space, Pouvoir*. Lausanne: L' Age d' Homme, 1979.

RANDOLPH, R. Redes Estratégicas e de Solidariedade e Organização Territorial: à procura de novas formas territoriais. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 1, Abr. 1994.

REES, W. Ecological Footprints and Appropriated Carrying Capacity: what urban economies leaves out. *Environment and Urbanization*, v. 4, n. 2, p. 121-130, 1992.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma Cartografia da Ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 1, p. 33-52, 2002.

_____. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. in: POGGIESE, Héctor. ÉGLER, C. TAMARA. T. C. (orgs.). *Outro Desarrollo Urbano*. Buenos Aires, CACSO, 2009.

_____. *Por uma Sociologia do Presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROMANO, J. O. *Índios Proletários em Manaus: o caso dos Sateré-Mawé citadinos*. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Nacional de Brasília. 1982.

ROSAL, E. *Uma Análise Sobre o Ciclo da Juta no Município de Parintins*. Monografia de conclusão de curso. Faculdade de Estudos sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2000.

RUFFINO, Mauro Luís (Coord.). *A Pesca e os Recursos Pesqueiros na Amazônia Brasileira*. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005.

SACK, R. O significado de territorialidade. in: Leila Cristina Dias e Maristela Ferrari (orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Insular, 2013.

SALAZAR, Carlos Ariel. O Sistema de Assentamentos Humanos na Amazônia Colombiana. in: COY, M. KOHLHEPP. (orgs.). *Amazônia Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SALONE, C. Il Territorio nelle politiche. in: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005.

SANTANGELO, Marco. Transescalarità e multiescalarità dello sviluppo locale. DEMATTIES, G. GOVERNA, F. (orgs.). *Territorialità, Sviluppo Locale, sostenibilità: Il modello SLoT*. Roma: Franco Angeli, 2005.

SANTOS, R. A. O. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. In: *Cadernos IPPUR*. Ano XIII, No 2, p. 15-26. 1999.

_____. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHOR, T. OLIVEIRA, J. A. Parintins: a geografia da saúde na formação da cidade média de responsabilidade territorial no Amazonas. In: BARTOLI et al. (org.). *Parintins: Sociedade, Territórios e Linguagens*. Manaus: EDUA, 2016.

SCHRÖDER, Peter. Projetos Econômicos com Povos Indígenas: experiências nacionais e internacionais. in: COY, M. KOHLHEPP. (orgs.). *Amazônia Sustentável: Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, M. SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. in: CANDIOTO, L. ALVES, A. CARRIJO, B. (orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SENNET, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHERER–WARREN, I. *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAUNIER, T. *Parintins: memória dos acontecimentos históricos*. Manaus: editora Valer, 2003.

SCHOR, T. MARINHO, T. P. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Brasil, n. 56, p. 229-258, jun. 2013.

SCHOR, T. (org.). *Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira*. Manaus: Valer, 2014.

SEABRA, O. Urbanização e Fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana. in: SPOSITO, M. E. B. (org.). *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente: Editora da Unesp e GAsPERR, 2001.

SECHI, B. A Cidade Contemporânea e seu Sujeito. in: REIS, N. G. et al. (org.). *Dispersão Urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. FAU – USP, 2007.

SEGRE, A. Si può misurare la sostenibilità di un sistema locale territoriale? in: DEMATTEIS G. GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005.

SILVA, M. A. MALHEIRO, B. C. P. A face Ribeirinha da Orla Fluvial de Belém. In: TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

SILVEIRA, M. L. Novos Aconteceres, Novas Territorialidades. in: *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. DIAS. L. C. FERRARI. M. (orgs.). Florianópolis: Insular, 2013.

SMITH, N. Espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. in: ARANTES, A. (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

SOMMELA, R. VIGANONI, Lida. Território e sviluppo locale nel mezzogiorno. in: DEMATTIES, G. GOVERNA, F. (orgs.) *Territorialità, Sviluppo Locale, sostenibilità: Il modello SLoT*. Roma: Franco Angeli, 2005.

SOUZA, N. D. *O processo de Urbanização de Parintins (AM): evolução e transformação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2013.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torna das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. in: SAQUET, M. SPOSITO, E. S. *Territórios e Territorialidades*. Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS et all. (orgs.). *A cidade Contemporânea*. São Paulo: Contexto: 2013.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) *Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média*. Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia da FCT/ Unesp: 2001.

STEINBERGER M. TAIGUARA, R. A. Patamar Urbano de Poder na Amazônia Brasileira: uma proposta preliminar para discussão. in *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. MG – Brasil, 20- 24 de Setembro de 2004.

STEINBERGER, M. O Zoneamento Ecológico-Econômico e a Questão Urbana na Amazônia. in: *Anais do Encontro Nacional sobre Zoneamento Ecológico-Econômico*, Ministério do Meio Ambiente (cd-rom), Manaus: 2000.

STORPER, M. Las Economías Regionales como Activos Relacionales. In: *CADERNOS IPPUR*, Ano XIII, No 2 , Ago-Dez 1999, p. 27-68.

SWINGEDOW, E. A Cidade Como um Híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg. in: ACSELRAD, Henry (org.). *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TEIXEIRA, P. (org.) *Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena*. Manaus: UNICEF/FNUAP, 2005. 147 p.

TEIXEIRA, P. MAINBOURG, E. M. T. BRASIL, M. Migração do Povo Indígena Sateré-Mawé em Dois Contextos Urbanos Distintos na Amazônia. in: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 57, p. 531-546, Set./Dez. 2009.

THECNA – Transporte Hidroviário e Construção Naval na Amazônia. *Relatórios I e II*. Manaus, AM. 2006/2007/2008. 2008.

THÉRY, H. Orientação Metodológica para Construção e Leitura de Mapas Temáticos. *Confins* [Online], 3 | 2008, posto online em 23 Junho 2008, Consultado o 16 Setembro 2010. URL : <http://confins.revues.org/3483>

TRIGILIA, C. *Sviluppo Locale: un progetto per l'Italia*. Roma: Editori Laterza, 2005.

TRINDADE JR. S. C. SILVA, M. A. P. AMARAL, M. D. B. Das “Janelas” às “Portas” para os Rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. in: TRINDADE JR. S. C. TAVARES, M. G. *Cidades Ribeirinhas na Amazônia*. Mudanças e Permanências. Belém: EDUFPA. 2008.

TRINDADE JR. S. C. Cidades na Floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, n50 set./mar. 2010.

TRINDADE JR. S. C. (Sobre)vivências Ribeirinhas na Orla fluvial de Marabá - Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. *Novos Cadernos NAEA* v. 15, n. 1, p. 209-238 jun. 2012.

Universidade Federal do Amazonas, Fundação Joaquim Nabuco, Fundação Estadual de Política Indigenista, Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. *Relatório técnico do Diagnóstico Sócio Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé das Áreas Indígenas Andirá-Marau (municípios de Barreirinha, Parintins e Maués) e Koatá- Laranjal (município de Borba)*. Janeiro de 2004.

VAINER, C. B. Escalas de Poder e Poder das Escalas: o que pode o poder local? *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 2001.

VICENTINI, Y. *Cidade e História na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.

WITACKER, A. MIYAZAKI, V. O Estudo das Formas Urbanas no Âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*. n 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. 2012.

ZAOUAL, O. Homo situs e sua Perspectiva Paradigmática. Rio de Janeiro. *OIKOS* - Volume 9, n. 1, 2010.

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-DIRECTIVA

*** Público alvo: Representantes de Associações comunitárias e/ou envolvidos na gestão de associações, sindicatos, Colônias, Cooperativas e/ou com atuação sobre conselhos gestores. Proprietários de empresas**

Informações gerais do entrevistado

Nome: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____

Atividades que o senhor (a) realiza (o tipo de trabalho, se representa alguma instituição, associação de moradores, produtores, se ocupa cargo em algum conselho gestor). _____

Bloco 1: Histórico do grupo social e características gerais dos componentes

Nome do grupo ou empresa e tipologia (associação, cooperativa, sindicato). Caso seja informal aplicar questionário específico.

.....
.....

a) Data de criação:

.....

b) Número de funcionários – total:

c) Número de funcionários com carteira assinada:

d) Os funcionários da empresa tem a atividade exercida como principal? Relate (se possível obter dados quantitativos)

.....
.....

e) Existe alguma época que há contratação maior de funcionários temporários? Qual época?

.....
.....

f) Qual motivo da contratação maior em determinada época?

.....
.....

g) Características dos **proprietários** da empresa:

- faziam parte de outros grupos produtivos, cooperativa, associação ou empresas anteriormente: quais?

.....
.....

h) Características dos funcionários:

.....
Tipos de funções exercidas e quantidade de funcionários em cada uma delas:
.....
.....

.....
Origem dos funcionários:
.....
.....

.....
i) O funcionário já exerceu outras atividades anteriormente? Qual?
.....

j) Houve mudança de ramo?
.....

Bloco 2 - Composição da rede e circuito produtivo.

Escalas de relações da empresa

a) Produção:

- Envolve relações familiares do mesmo local? () SIM () NÃO
- São donos dos meios de produção, ou existem membros que trabalham para outros membros?
.....
.....

- Quais são as relações de parceria entre os membros e outros grupos externos?
.....
.....

Estão associados a alguma cooperativa, associação, etc?
.....

- Quais os tipos de máquinas usadas? (caracterização densa)
.....
.....
.....

- Qual é a origem das técnicas? Repassadas socialmente em gerações, oficinas de aprendizado ou tiveram aprendizado externo?
.....
.....

- Desde quando as atividades existem no local?
.....
.....

- ***As matérias primas utilizadas são de origem regionais? Descrever tipos de materiais e a origem. (descrição densa)
.....
.....

.....
.....
.....
.....
- Há hoje escassez de matéria prima regional? Em quais itens foi percebido a escassez?
(descrição densa)
.....
.....
.....
.....
- Houve substituição da matéria prima? Se sim, de onde vinha a matéria prima anteriormente?
De onde em a nova?
.....
.....
.....
.....
- Há inscrição cadastral da atividade? () SIM () NÃO
- quais são os papéis das mulheres na empresa?
.....
.....
- movimenta outras pequenas empresas de manutenção e fornecimento de utensílios gerais?
Listar composição do produto e origem da matéria-prima utilizada
.....
.....
.....
- Há conexões com outro circuito da economia? (Por exemplo, se os pescadores vendem para
grandes empresas de comercialização de pescados) Quais?
.....
.....
- Descrever atravessadores ou mediadores.
.....
.....
- Houve trocas de experiências com outras empresas, relacionadas a adquirir técnicas? (Caso
positivo, descrever a experiência e resultados obtidos, por exemplo no aumento produtividade
e vendas ou melhoras nas técnicas utilizadas).
.....
- Relatar quais são os principais problemas enfrentados quanto a mercado, distribuição,
obtenção de matéria prima ou contratação de mão de obra qualificada.
.....
.....
.....
- Conseguiram reduzir os custos de produção, e comercialização? Por que?
.....
.....

Trocas / circulação

- quais mercados atacadistas , varejistas atende o grupo? Locais ou outras cidades?
Quantificar se possível.

.....
.....
.....

- Compram de outros produtores. Os produtores são de quais municípios?

.....
.....

- Quais consórcios ou outros apoios existem entre o grupo e as instituições públicas?
Especifique e os resultados da parceria (exemplo Sebrae, governos estadual, etc).

.....
.....

- Com a formação do grupo (associação, cooperativa etc), houve aumento da área de comercialização dos produtos?

.....
.....
.....

- Com qual intensidade os membros da empresa/grupo vão para a área rural? São produtores das matérias primas? Fazem outra atividade complementar?

.....
.....
.....

e) Formas de financiamento

.....
.....

d) Evolução na qualificação dos membros do grupo

- quais as iniciativas tomadas pelo grupo para aumentar a qualificação dos componentes:
houve iniciativas de quem? (do grupo ou instituições públicas).

.....
.....

- ***Houve, no geral, inovação e aprendizado coletivo no grupo?

.....
.....

- Listar os produtos produzidos e fotografar

.....
.....
.....
.....
.....

BLOCO 4 - Conflitos socioambientais (1)

Conflitos em função de outros circuitos produtivos de agentes dominantes, quer seja moldado pelas modernizações industriais quer seja pelos agentes engendrados da urbanização (expansão residencial, autosegregação, favelização, novos usos – restaurantes, comércios e ações estado) vão reduzindo as áreas de ação da empresa?

.....
.....

a) Existem conflitos com o alto nível de exploração dos comerciantes e ou compradores?

.....
.....
.....

b) conflitos existenciais em que os descendentes familiares (filhos e netos) que não querem seguir atividade ?

.....
.....
.....
.....

ANEXO 2 – CD COM O DOCUMENTÁRIO “O RETORNO AO TERRITÓRIO”

Espaço para colar uma capa de papel para colocar o CD dentro.

